



Ednelson Mariano Dota

**Mobilidade Residencial Intrametropolitana na RM de Campinas:
uma abordagem a partir da distribuição espacial dos migrantes**

**Campinas
2015**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

Ednelson Mariano Dota

**Mobilidade Residencial Intrametropolitana na RM de Campinas:
uma abordagem a partir da distribuição espacial dos migrantes**

Orientador: Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha

**Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas para obtenção do título
de Doutor em Demografia.**

**Este exemplar corresponde à versão final
da tese defendida pelo aluno Ednelson
Mariano Dota, e orientada pelo Prof. Dr.
José Marcos Pinto da Cunha.**

**Campinas
2015**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

D742m Dota, Ednelson Mariano, 1986-
Mobilidade residencial intrametropolitana na RM de Campinas : uma abordagem a partir da distribuição espacial dos migrantes / Ednelson Mariano Dota. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: José Marcos Pinto da Cunha.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Mobilidade residencial. 2. Migração. 3. Planejamento urbano - Campinas, Região Metropolitana (SP). 4. Distribuição espacial da população. I. Cunha, José Marcos Pinto da, 1959-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Intrametropolitan residential mobility of Metropolitan Region of Campinas : an approach from the spatial distribution of migrants

Palavras-chave em inglês:

Residential mobility

Migration

Urban planning - Campinas, Região Metropolitana (SP)

Spatial distribution of population

Área de concentração: Demografia

Titulação: Doutor em Demografia

Banca examinadora:

José Marcos Pinto da Cunha [orientador]

Rosana Aparecida Baeninger

Claudete de Castro Silva Vitte

José Irineu Rangel Rigotti

Ricardo Rippel

Data de defesa: 13-04-2015

Programa de Pós-Graduação: Demografia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 13 de abril de 2015, considerou o candidato EDNELSON MARIANO DOTA aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha

Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger

Profa. Dra. Claudete de Castro Silva Vitte

Prof. Dr. José Irineu Rangel Rigotti

Prof. Dr. Ricardo Rippel

Five handwritten signatures in blue ink are positioned to the right of the names. Each signature is written on a horizontal line. The signatures are: 1. José Marcos Pinto da Cunha, 2. Rosana Aparecida Baeninger, 3. Claudete de Castro Silva Vitte, 4. José Irineu Rangel Rigotti, and 5. Ricardo Rippel.

Resumo

Dentre as necessidades básicas dos indivíduos, o morar tem papel de grande relevância, já que representa segurança e privacidade, do ponto de vista individual, e acessibilidade, considerando a localização da habitação frente ao conjunto de processos e fenômenos distribuídos diferencialmente no território. É na interação entre o movimento dos grupos populacionais, através da migração e da mobilidade residencial, e os resultados territoriais da distribuição espacial desses grupos nos municípios componentes da Região Metropolitana de Campinas que se assenta o foco desta pesquisa. Tendo esta região permanecido como importante pólo demográfico para os fluxos migratório interestaduais e intraestaduais, continuou a receber relevante volume de migrantes das mais variadas características, apesar das mudanças econômicas e sociais das últimas décadas ter alterado o volume e direcionamento dos fluxos migratórios em nível nacional. Como resultado, se verifica o recebimento de migrantes de longas e curtas distâncias, além dos movimentos internos que tem se sobressaído para a produção e estruturação do espaço urbano regional, a partir da expansão de áreas periféricas com distintas características construtivas e de infraestrutura. A mobilidade, neste início de século XXI, tem culminado num aprofundamento das desigualdades territoriais, já que, em grande parte, a expansão territorial ocorre seguindo as características dos grupos sociais predominantes nas áreas em que são construídos os produtos habitacionais, pela valorização da localização, além do aumento da relevância da mobilidade residencial intrametropolitana para os processos de produção e estruturação do espaço urbano regional. Os incentivos e constrangimentos, que são os fatores motivadores e colocam a população em movimento estão, cada vez mais, mobilizando grupos sociais mais bem posicionados em relação a escolaridade e renda, fato novo em relação ao que se observava em momentos anteriores e que tem grande destaque na forma e característica da expansão urbana observada nos municípios RM de Campinas. A análise das diferenças e similaridades entre migrantes e não-migrantes, além de migrantes em suas distintas modalidades, é uma das escolhas metodológicas utilizadas para compreender e avançar na análise e compreensão da dinâmica migratória na RM de Campinas.

Palavras-chave: Mobilidade residencial; migração; Planejamento urbano - Campinas, Região Metropolitana (SP); Distribuição espacial da população.

Abstract

Among the basic individuals' needs, the reside has a very relevant role, whereas it represents security and privacy, from an individual point of view, and accessibility, considering the habitation location in front of a set of processes and differentially distributed phenomena in the territory. It is in the interaction between the movement of population groups, through migration and residential mobility, and the territorial results of the spatial distribution of these groups in the city included in the Metropolitan Region of Campinas whose research focus is based on. Having this region remained as a significant demographic pole for interstate and intrastate migration flows, it continued receiving relevant volume of migrants from a variety of characteristics, despite the economic and social changes of the recent decades have modified the volume and direction of migration flows at national level. As a result, it is verified the migrants' receipt of long and short distances, besides the internal movements that have been outstanding for the production and structuration of the regional urban space, from the expansion of peripheral areas with distinct construction and infrastructure characteristics. The mobility, in the beginning of XXI century, has culminated in a deepening of regional disparities, seeing that, for the most part, territorial expansion occurs following the characteristics of the prevailing social groups in areas where housing products are built, through the location valuation, beyond the relevance increasing of intra-metropolitan residential mobility for the production and structuration processes of the regional urban space. The incentives and constraints, which are the motivating factors and put the population in movement are, increasingly, mobilizing better positioned social groups in relation to education and income levels, a new fact in relation to what was observed in previous moments and that has great importance in urban growth form and feature observed in MR (Metropolitan Region) cities of Campinas. The analysis of differences and similarities between migrants and non- migrants , and migrants in its various forms , is one of the methodological choices used to understand and advance the analysis and understanding of migration dynamics in the Metropolitan Region of Campinas.

Keywords: Residential mobility; Migration; Urban Planning - Campinas, Metropolitan Region (SP); Spatial distribution of population.

Sumário

Introdução	1
-------------------------	----------

Capítulo 1

A migração no século XXI: uma abordagem a partir da dimensão espacial	9
------------------------------------------------------------------------------------	----------

1.1. Espaço, território e a dimensão espacial para os estudos de migração	17
---------------------------------------------------------------------------------	----

1.2. As desigualdades territoriais na sociedade globalizada e a estrutura de incentivos e constrangimentos	24
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

1.3. A produção do espaço urbano e a mobilidade populacional	39
--------------------------------------------------------------------	----

Capítulo 2

O contexto territorial da RM de Campinas	51
-------------------------------------------------------	-----------

2.1. Análise comparativa do volume, intensidade e dinâmica da migração nas principais RMs brasileiras e na RM de Campinas	61
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

2.2. Distribuição espacial da população e a expansão regional	76
---------------------------------------------------------------------	----

2.3. A dinâmica recente dos setores de atividade e do tipo de ocupação	92
------------------------------------------------------------------------------	----

Capítulo 3

Movimento ou estabilização? A migração e a distribuição espacial dos migrantes	113
---------------------------------------------------------------------------------------------	------------

3.1. Os migrante e os “não-migrantes”	114
---------------------------------------------	-----

3.2. Migrantes recentes, “restante da população” e características associadas	118
-------------------------------------------------------------------------------------	-----

3.3. A distribuição espacial dos migrantes na RM de Campinas	126
--------------------------------------------------------------------	-----

3.4. Analisando as características segundo a condição migratória	141
------------------------------------------------------------------------	-----

3.5. A Estrutura de Incentivos e Constrangimentos e a produção do espaço urbano na RM de Campinas	153
---------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

3.5.1. A questão habitacional	154
3.5.2. A questão das ocupações	187
3.6. Mas, afinal: quem migra e quem fica?	198
Considerações Finais.....	217
Referências Bibliográficas	225

Dedicatória

Dedico esta tese à minha família,
que abriu mão de muitas horas de convivência para que ela fosse realizada.

Agradecimentos

Agradeço a Deus que me possibilitou tantas realizações.

Muito obrigado:

Ao querido Professor e orientador desta tese, José Marcos Pinto da Cunha, com quem aprendi muito ao longo dos últimos anos de orientação. Um exemplo a ser seguido pelos ensinamentos que propicia aos seus orientandos em cada reunião, que sempre vão além da Demografia.

Aos professores do Departamento de Demografia, Rosana, Tirza, Coleta, Roberto, Hogan, Luciana entre outros que me apresentaram as bases desta ciência, além dos pesquisadores do NEPO, em especial ao Alberto, sempre disponíveis para pequenas dúvidas cotidianas, além de ministrarem disciplinas fundamentais.

A UNICAMP, por ter me recebido tão bem ao longo desta trajetória, através do IFCH e do NEPO.

Aos colegas da PUC-Campinas, pelos aprendizados inestimáveis, tanto de Geografia quanto dos desafios da atuação profissional, em especial aos “antigos”, Vera, Juleusa, Damaris, Rui entre outros.

A PUC-Campinas, meu berço de formação e que me acolheu tão bem desde a graduação.

A CAPES, que financiou metade do percurso desta tese com recursos que foram fundamentais.

A minha família, sempre unida e fundamental em todos os momentos desta pesquisa.

Enfim, agradeço a todos que conviveram comigo ao longo dos últimos anos. Algumas pessoas e instituições são lembradas pela presença mais evidente, mas o contexto geral em que estou inserido, tanto de pessoas quanto de instituições, foi o que possibilitou realizar este trabalho.

Lista de Tabelas

Tabela 1	Volume e proporção segundo modalidades migratórias de imigrantes segundo períodos selecionados. Regiões metropolitanas selecionadas. 1991-2010.
Tabela 2	Volume e proporção segundo modalidades migratórias de emigrantes segundo períodos selecionados. Regiões metropolitanas selecionadas. 1991-2010.
Tabela 3	Saldo migratório total segundo modalidades migratórias. Regiões metropolitanas selecionadas. 1991-2010.
Tabela 4	Taxa média anual de imigração. Regiões metropolitanas selecionadas. 1991-2010.
Tabela 5	População residente, taxa de crescimento geométrica média anual e participação dos componentes no incremento populacional. Municípios da RM de Campinas. 1991-2010.
Tabela 6	Condição de ocupação do domicílio e tipo de unidade doméstica segundo responsáveis pelo domicílio. Municípios da RM de Campinas. 2000 e 2010.
Tabela 7	Densidade morador/cômodo e número de banheiros por domicílio segundo o responsável pelo domicílio. Municípios da RM de Campinas. 2000 e 2010.
Tabela 8	Proporção de pessoas segundo setores de atividade. Municípios da RM de Campinas. 2000 e 2010.
Tabela 9	Proporção de pessoas nos setores de atividade segundo escolaridade. RM de Campinas. 2000 e 2010.
Tabela 10	Volume e peso relativo da mobilidade pendular por trabalho e estudo de residentes sobre a População em Idade Ativa (PIA). Municípios da RM de Campinas, 2000 e 2010
Tabela 11	Análise descritiva de migrante recente e restante da população. RM de Campinas, 2000 e 2010.
Tabela 12	Modelo de regressão logístico binário para chance de ser migrante, migrante intrametropolitano e intraestadual (modelo final). RM de Campinas, 2000 e 2010.
Tabela 13	Taxa média anual de imigração, emigração e migração líquida segundo modalidades migratórias. Municípios da RM de Campinas, 2005-2010.

Tabela 14	População residente segundo condição migratória: amostrada e da expansão. RM de Campinas, 2000 e 2010.
Tabela 15	Maiores de 15 ano segundo proporção de unidos e sozinhos e condição migratória. RM de Campinas, 2000 e 2010.
Tabela 16	Maiores de 15 anos segundo a condição e local de trabalho, e condição migratória. RM de Campinas, 2000 e 2010.
Tabela 17	População residente segundo densidade domiciliar, número de banheiros e condição migratória. RM de Campinas, 2000 e 2010.
Tabela 18	População residente segundo a condição de ocupação dos domicílios e condição migratória. RM de Campinas, 2000 e 2010
Tabela 19	Migrantes responsável pelo domicílio segundo a condição de ocupação do domicílio e o tempo de residência no município. RM de Campinas, 2010.
Tabela 20	Responsáveis migrantes intrametropolitanos segundo a condição de ocupação do domicílio e quartis de renda. RM de Campinas, 2010.
Tabela 21	Migrantes intrametropolitanos segundo a origem e destino dos principais fluxos e quartis de renda. Municípios da RM de Campinas, 2010.
Tabela 22	Intensidade e proporção dos migrantes intrametropolitanos do primeiro e quarto quartil de renda. Áreas selecionadas da RM de Campinas, 2010.
Tabela 23	Responsável migrante intrametropolitano segundo a condição de ocupação do domicílio. Áreas selecionadas da RM de Campinas, 2010.
Tabela 24	Responsável migrante intrametropolitano segundo a idade. Áreas selecionadas da RM de Campinas, 2010.
Tabela 25	Responsável migrante intrametropolitano segundo a espécie da unidade doméstica. Áreas selecionadas da RM de Campinas, 2010.
Tabela 26	Migrantes intrametropolitanos maiores de 15 anos segundo condição e município de trabalho. Áreas selecionadas da RM de Campinas, 2010.
Tabela 27	Migrantes intrametropolitanos segundo característica da mobilidade pendular e município de trabalho. Áreas selecionadas da RM de Campinas, 2010.
Tabela 28	Migrantes intrametropolitanos segundo município de trabalho e tipo de

ocupação. Áreas selecionadas da RM de Campinas, 2010.

Tabela 29	Migrantes intrametropolitanos segundo município de trabalho e grupos de renda e renda média. Áreas selecionadas da RM de Campinas, 2010.
-----------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Tabela 30	População residente segundo a condição migratória, grupos de idade e tamanho da amostra. Municípios de Campinas, Hortolândia, Paulínia, Sumaré e Valinhos, 2010.
-----------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Tabela 31	População residente segundo condição migratória e faixa etária. Municípios de Campinas, Hortolândia, Paulínia, Sumaré e Valinhos, 2010.
-----------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Tabela 32	População residente segundo condição migratória e espécie da unidade doméstica. Municípios de Campinas, Hortolândia, Paulínia, Sumaré e Valinhos, 2010.
-----------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Tabela 33	População residente segundo condição migratória e nível de ensino dos maiores de 15 anos. Municípios de Campinas, Hortolândia, Paulínia, Sumaré e Valinhos, 2010.
-----------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Tabela 34	População residente segundo condição migratória e de trabalho, local de trabalho e renda domiciliar <i>percapita</i> dos maiores de 15 anos. Municípios de Campinas, Hortolândia, Paulínia, Sumaré e Valinhos, 2010.
-----------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Tabela 35	População residente segundo condição migratória e de ocupação do domicílio. Municípios de Campinas, Hortolândia, Paulínia, Sumaré e Valinhos, 2010
-----------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Tabela 36	População residente segundo condição de ocupação e tempo de residência. Município de Campinas, 2000 e 2010.
-----------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Lista de Figuras

Figura 1	Proposta de <i>framework</i> para análise dos processos da globalização.
Figura 2	Esquema para análise da Estrutura de Incentivos e Constrangimentos da mobilidade residencial intrametropolitana.
Figura 3	Variação do volume da imigração segundo modalidades migratórias. Regiões metropolitanas selecionadas. 1991-2010.
Figura 4	Variação da imigração, emigração e saldo migratório. Regiões metropolitanas selecionadas. 1991-2010.
Figura 5	Evolução dos domicílios próprios e alugados segundo a proporção de migração no incremento populacional. Municípios da RM de Campinas. 2000-2010.
Figura 6	Variação da condição de ocupação, densidade do domicílio e número de banheiros. Municípios da RM de Campinas. 2000-2010.
Figura 7	População ocupada segundo a escolaridade e ocupação. RM de Campinas, RM de São Paulo e outros municípios do interior do estado. 2000-2010.
Figura 8	Pessoas ocupadas que fazem movimento pendular. RM de Campinas. 2000-2010.
Figura 9	População residente por tipo de ocupação segundo o total de ocupados residentes. Municípios RM de Campinas. 2000.
Figura 10	População residente por tipo de ocupação segundo o total de ocupados residentes. Municípios RM de Campinas. 2010.
Figura 11	Pessoas que fazem movimento pendular segundo tipo da ocupação. RM de Campinas. 2000-2010
Figura 12	Migrantes intraestaduais que fazem movimento pendular segundo o município de trabalho. Municípios selecionados da RM de Campinas, 2010.
Figura 13	População residente segundo grupos etários e condição migratória. RM de Campinas, 2000 e 2010.
Figura 14	Maiores de 15 anos segundo a escolaridade e condição migratória. RM de Campinas, 2000 e 2010.

- Figura 15 População ocupada segundo o tipo de ocupação e a condição migratória. RM de Campinas, 2000 e 2010.
-
- Figura 16 População residente segundo a renda domiciliar em salários mínimos e condição migratória. RM de Campinas, 2010.
-
- Figura 17 População residente segundo o rendimento domiciliar em quartis e condição de ocupação dos domicílios. RM de Campinas, 2010.
-
- Figura 18 Localização das áreas selecionadas para a análise e das rodovias. RM de Campinas.
-
- Figura 19 Imagem da área selecionada. Municípios de Paulínia e Campinas, 2005 e 2010.
e 20
-
- Figura 21 Fotografias das áreas de expansão do município de Paulínia.
a 24
-
- Figura 25 Fotografias das áreas de expansão do município de Campinas e e Paulínia.
a 28
-
- Figura 29 Imagem da área de ponderação selecionada. Município de Valinhos (área
e 30 norte), 2005 e 2010.
-
- Figura 31 Fotografias das áreas de expansão do município de Valinhos (área norte).
a 34
-
- Figura 35 Imagem da área de ponderação selecionada. Município de Sumaré (área
e 36 centro), 2005 e 2011.
-
- Figura 37 Fotografias das áreas de expansão do município de Sumaré (área centro).
a 40
-
- Figura 41 Imagem aérea da área de ponderação selecionada. . Município de Sumaré (área
e 42 leste), 2005 e 2010.
-
- Figura 43 Imagem da área de ponderação selecionada. Município de Hortolândia, 2005 e
e 44 2010.
-
- Figura 45 Fotografias de áreas selecionadas do município de Hortolândia.
a 48
-
- Figura 49 Imagem da área de ponderação selecionada. Município de Monte Mor, 2005 e

e 50 2010.

Figura 51 Fotografias das áreas de expansão do município de Monte Mor.
a 54

Figura 55 Responsável migrante intrametropolitano segundo a espécie da unidade doméstica. Áreas selecionadas da RM de Campinas, 2010.

Figura 56 Participação dos municípios no valor adicionado regional. Municípios da RM de Campinas, 2010.

Figura 57 Volume e proporção de imigrantes recentes segundo o município de residência que trabalhava no município de residência anterior. Municípios da RM de Campinas, 2010.

Figura 58 Razão de dependência total, jovem e idosa. Municípios de Campinas, Hortolândia, Paulínia, Sumaré e Valinhos, 2010.

Figura 59 População não-migrante segundo condição de ocupação do domicílio e tempo de residência. Município de Campinas, 2010.

Figura 60 Proporção de pessoas segundo a idade e condição de ocupação do domicílio em 2010 com relação a 2000. Município de Campinas, 2010.

Lista de Mapas

Mapa 1	Delimitação territorial da Macrometrópole Paulista.
Mapa 2	Delimitação territorial da cidade-região paulista.
Mapa 3 a 6	Taxa de crescimento geométrica média anual da população (% a.a.). Municípios da RM de Campinas. 1980 - 2010.
Mapa 7	Variação dos residentes ocupados em cargos qualificados. Municípios RM de Campinas. 2000-2010.
Mapa 8	Concentração de população ocupada em cargos qualificados segundo área de ponderação. Municípios RM de Campinas. 2010.
Mapa 9	Domicílios com renda domiciliar <i>percapita</i> maior do que quatro salários mínimos. Municípios RM de Campinas. 2010.
Mapa 10	Domicílios com renda domiciliar <i>percapita</i> até um salário mínimo. Municípios RM de Campinas. 2010.
Mapa 11 e 12	Distribuição espacial dos imigrantes recentes. Municípios da RM de Campinas, 2000 e 2010.
Mapa 13 e 14	Distribuição espacial dos imigrantes externos. Municípios da RM de Campinas, 2000 e 2010.
Mapa 15 e 16	Distribuição espacial dos imigrantes intraestaduais. Municípios da RM de Campinas, 2000 e 2010.
Mapa 17 e 18	Distribuição espacial dos imigrantes intrametropolitanos. Municípios da RM de Campinas, 2000 e 2010.
Mapa 19 e 20	Fluxos migratórios intrametropolitanos. Municípios da RM de Campinas, 2000 e 2010.
Mapa 21 a 24	Índice de Eficácia Migratória total e para as modalidades externa, intraestadual e intrametropolitana. Municípios da RM de Campinas, 2010.
Mapa 25	Proporção de domicílios com valor do aluguel abaixo da mediana regional. Municípios da RM de Campinas, 2010.
Mapa 26	Proporção de domicílios de migrantes intrametropolitanos no total de migrantes recentes nas áreas de ponderação. Municípios da RM de Campinas,

2010.

Mapa 27	Proporção de migrantes intrametropolitanos do primeiro quartil de renda nas áreas de ponderação. Municípios da RM de Campinas, 2010.
Mapa 28	Proporção de migrantes intrametropolitanos do quarto quartil de renda nas áreas de ponderação. Municípios da RM de Campinas, 2010.
Mapa 29	Áreas de ponderação selecionadas para análise. Municípios da RM de Campinas, 2010.
Mapa 30	Fluxos pendulares intrametropolitanos para trabalho e estudo. Municípios da RM de Campinas, 2010.

Introdução

Durante o século XX, em especial em sua segunda metade, grandes inovações surgiram e modificaram a vida cotidiana numa magnitude nunca antes observada, talvez comparada apenas à passagem da sociedade nômade para a sedentária, a partir do desenvolvimento das técnicas de cultivo e da domesticação de animais.

A sociedade sedentarizada se movia lentamente pelo espaço, tanto nas curtas quanto nas longas distâncias, e sentiu a chegada das novidades que trouxeram consigo a mobilidade e a velocidade, mudando drasticamente a escala geográfica de ocorrência da vida cotidiana, que passou da localidade do entorno da área de habitação para áreas mais distantes.

Se a produção agrícola, o comércio e a prestação de pequenos serviços representavam esta escala local do cotidiano, o avanço supracitado propiciou o encurtamento do tempo-espaço (HARVEY, 1992), possibilitando o aprofundamento da divisão internacional do trabalho,¹ que tem reflexos diversos nas distintas localidades.

Vive-se o período dos fluxos de capital, informações, tecnologia, produtos, serviços e pessoas, numa globalização cuja emergência de um mercado forte e integrado tem se destacado, com os mais eficientes sobressaindo. Essa perspectiva meritocrática, cara ao capitalismo enquanto modo de produção, tem sido construída e reforçada com resultados sociais de tendência perversa, ideologicamente romantizada, mas com grandes perspectivas futuras (SANTOS, 2000). Nas últimas décadas, observou-se como resultado o aumento da

¹ Em fins do século XIX, Ratzel já verificava o direcionamento dos fluxos econômicos em escala global e as relações de poder que emergiam. Segundo o autor (RATZEL, 1897 *apud* COSTA, 2008, p. 37), “o comércio internacional trabalharia no sentido de transformar a terra inteira num vasto organismo econômico onde povos e regiões não são mais que órgãos subordinados, cujos fluxos principais convergiriam cada vez mais para Londres”.

desigualdade entre os países no âmbito global (SANTOS, 2002) e dos indivíduos e famílias em nível local.

As realidades locais, a partir das suas especificidades, têm suscitado análises e tentativas de compreensão do caminho do desenvolvimento urbano. Várias contribuições relevantes foram observadas nas últimas décadas e servem como base para as discussões que se seguem. Para Harvey (1992), as importantes mudanças da vida social e das áreas urbanas a partir de então foram resultado da crise do capitalismo entre as décadas de 1960 e 1970, o que levou a passagem do modelo fordista para o regime de acumulação flexível, concomitantemente à expansão do capitalismo internacional, possibilitado pelo avanço das técnicas (SANTOS, 1996).

Outros autores que abordaram esta temática apresentam visão semelhante, tais como Sassen (1998), Gottdiener (2010), Patarra (1999), Santos (1996) e Santos e Silveira (2008), discutindo que os processos e resultados recentes estariam relacionados à interdependência dos processos locais com aqueles globais, o que resulta na reestruturação das áreas urbanas com o fortalecimento da concentração de poder, aumentando assim as desigualdades territoriais e socioespaciais.

Ao longo do século XX, principalmente em sua segunda metade, o Brasil passou por dois processos que culminaram em mudanças estruturais. O primeiro refere-se à transição demográfica, que trouxe mudança no volume da população a partir do aumento da taxa de crescimento – resultado da dinâmica de queda das taxas de mortalidade e fecundidade. Concomitantemente, o envelhecimento relativo da população brasileira e as mudanças na família, como redução do tamanho médio e aumento dos domicílios unipessoais, resultam em novos desafios que modificam outros fenômenos e processos.

O segundo processo seria a transição urbana que, tendo ocorrido simultaneamente ao anterior, em muito são processos imbricados e interdependentes. Em grande parte, a transição urbana deveu-se aos volumes populacionais propiciados pela transição demográfica, principalmente quando se considera o papel da migração para o crescimento populacional das grandes aglomerações. Por outro lado, as mudanças que impactaram a

transição demográfica também decorrem da transição urbana, visto que a vida nas cidades requer novas formas de se organizar.

Os resultados verificados atualmente em relação ao tamanho e à distribuição da população devem ser entendidos como produto do cruzamento de processos de ordem estrutural da sociedade brasileira, principalmente na segunda metade do século XX.

As inter-relações ocorridas, portanto, promoveram uma reorganização territorial sem precedentes, apesar disso,

Essa mutação abrupta não se processou de forma harmoniosa, tendo sido particularmente difícil para os contingentes mais pobres que, apesar de representar a parcela majoritária do crescimento urbano e um motor essencial ao desenvolvimento nacional, raramente tiveram seu lugar contemplado na expansão urbana (MARTINE; MCGRANAHAN, 2011, p. 11)

Os resultados econômicos e sociais do capitalismo, apontados como fatores principais das mudanças em andamento, diferenciam-se no tempo e no espaço e mostram-se fundamentais, pois são construídos a partir das rugosidades, conformando heranças históricas (SANTOS; SILVEIRA, 2008) que impactam o desenvolvimento territorial em momentos posteriores. Quando se parte das estruturas preexistentes, os fenômenos e processos devem ser vistos como forças que levam a atual estruturação a outros níveis, o que faz das áreas urbanas localidades em constante movimento de transformação.

O fato de vultosos investimentos estarem se concentrando na produção de objetos urbanos, como unidades habitacionais e condomínios de escritórios – que, segundo Harvey (2011), dar-se-iam pela solidez do retorno em relação a outros investimentos em momentos de crise – reforça a tendência dinâmica. Esse direcionamento dos investimentos para as grandes aglomerações modifica a estrutura urbana das cidades e impacta escalas geográficas mais amplas, visto que concentra os investimentos em áreas determinadas.

Aumentam gradativamente as desigualdades territoriais, com a concentração de investimentos em áreas já consolidadas, e aprofunda-se a hierarquia entre os centros

urbanos, entre as áreas que mandam e que obedecem. A totalidade, que se refere à visão estrutural, deve ser entendida como processo em construção, uma vez que esses investimentos modificam as estruturas, sendo que o reequilíbrio, necessidade recorrente, se dá de forma distinta em cada momento.

Defende-se, portanto, que a análise dessas estruturas demanda escalas geográficas distintas, pois em cada escala surgem condicionantes que as influenciam. No caso da presente pesquisa, o recorte espacial compreende os 20 municípios da Região Metropolitana de Campinas, justificado pelo dinamismo do ponto de vista econômico e social, concomitantemente a um contexto territorial específico, único no território brasileiro (LENCIONI, 2013) e que impacta a estruturação desta região por fatores que estão além da sua própria dinâmica.

Esse caráter singular do contexto territorial que a RM de Campinas está imersa é produto da evolução da metrópole industrial, a partir da reestruturação produtiva, que, segundo Lencioni (2013, p. 3), conforma uma

região metropolitana ampliada, incorporando novos espaços ao processo de metropolização e reafirmando a primazia de seu centro pela concentração das atividades de serviços especializados relacionados, principalmente, à gestão do capital, contém uma densa rede social e territorial, bem como uma intensificação dos fluxos imateriais que permitem sua captura pela rede urbana mundial e, ao mesmo tempo, contribuem para a estruturação dessa rede.

A estrutura tratada nesta pesquisa refere-se ao conjunto de fatores econômicos, sociais e políticos que, a partir das dinâmicas específicas e das mútuas influências, conformam as realidades de cada porção do território. No caso do Estado de São Paulo, as discussões relacionadas à macrometropolização (EMPLASA, 2012; CUNHA, 2013, 2014) são exemplos de uma área em que, apesar das especificidades de cada uma das partes – RMs de São Paulo, Campinas, Baixada Santista e Vale do Paraíba, além das microrregiões de Bragança Paulista e de São Roque –, o relacionamento entre elas reforçar, na maior parte dos casos, a visão integrada.

O dinamismo das áreas urbanas depende da possibilidade de geração e circulação de riquezas, que podem ser entendidas em relação tanto a matérias-primas e produtos manufaturados quanto a pessoas. Enquanto as primeiras, por suas características, podem ser estocadas e transportadas das mais diversas maneiras; os grupos populacionais, por outro lado, apresentam necessidades ligadas à própria reprodução que os tornam centrais para o entendimento de como as áreas urbanas vão se modificando.

A centralidade da população reside no papel desempenhado tanto como mão de obra, que possibilita a extração de mais-valia, quanto como mercado consumidor para os produtos e serviços gerados. Portanto, é na relação entre a mobilidade espacial da população e a expansão urbana que se assenta uma vertente de análise das novas formas das áreas urbanas, sendo que a condição de circulação da população por suas respectivas áreas de habitação e trabalho tem se tornado central para o entendimento das condições sociais a que os indivíduos estão expostos.

Quando se discute mobilidade, entretanto, estão sendo abarcadas distintas possibilidades de análise: a mobilidade pendular, que pode ser definida como o movimento casa-trabalho, diário ou não e que é ampliado pela ideia de espaço de vida;² a migração, que se refere à mudança de residência de mais longa distância; e, ainda, a mobilidade residencial (em particular a intrametropolitana), termo que tem sido preferencialmente usado por alguns autores por apresentar essência e características diferenciadas da migração.

Sobrino (2006) utiliza essa expressão para os movimentos migratórios ocorridos dentro das regiões metropolitana do México. No Brasil o termo ainda é pouco usado, sendo preferencialmente adotada migração intrametropolitana, como faz Cunha (1994) para a RM de São Paulo e Matos (2005). No presente estudo, ambas as nomenclaturas serão adotadas, sendo que migração será utilizada como sinônimo dos movimentos de média e longa distância, referindo-se a mudanças mais efetivas na vida cotidiana dos indivíduos, enquanto

² O conceito “espaço de vida” é trabalhado na demografia por Courgeau (1990), aportando nos estudos de migração aspectos espaciais juntamente com os temporais. Para mais informações, ver também Marandola (2008).

mobilidade residencial será adotada para a mudança de domicílio entre os municípios da própria RM, visto que vários outros aspectos, como o trabalho e as redes sociais, de suma relevância, podem ser mantidos e influenciar na escolha locacional.

Estas abordagens apresentam fartas possibilidades analíticas e, no presente trabalho, focar-se-á na migração e mobilidade residencial, entendendo que a expansão das áreas de habitação representa parte central no desenvolvimento das dinâmicas urbanas, a partir da análise da localização e características destas em relação à estruturação da região como um todo. Uma das abordagens metodológicas para dar conta deste objetivo é a da comparação de migrantes e não-migrantes, buscando compreender quais fatores estão associados não apenas ao movimento, mas também a imobilidade.

Diante da relevância da dinâmica demográfica no processo de estruturação de uma grande aglomeração urbana, o que se analisa no presente trabalho é o papel da migração e da mobilidade residencial para a produção do espaço urbano regional. No caso da RM de Campinas, a migração teve papel central nas últimas décadas, respondendo por boa parte do crescimento demográfico. Por outro lado, com a redução do crescimento populacional, resultado da transição demográfica, e o aumento da importância das áreas urbanas enquanto locus de investimento, associado às políticas de incentivo à construção de unidades habitacionais, observa-se que, apesar do arrefecimento da participação da migração no incremento demográfico, a mesma permanece como fenômeno relevante para a estruturação do espaço urbano regional.

Neste contexto, a tese da presente pesquisa é de que a migração na RM de Campinas, sobretudo a mobilidade residencial intrametropolitana, deve ser analisada como resultado de uma estrutura de incentivos e constrangimentos aos quais estão expostos indivíduos e famílias e que são gerados por uma série de condicionantes estruturais e conjunturais existentes nas grandes aglomerações, podendo boa parte deles ser atribuída aos mercados de terra e de trabalho.

Concomitantemente, ressalta-se que a redistribuição espacial da população não é vista apenas como resultado, mas também como condicionante dos incentivos e

constrangimentos, uma vez que gera outras consequências a partir da expansão urbana e das mudanças das características da população nas localidades que recebem e que cedem população, resultando, em geral, no fortalecimento das desigualdades territoriais que tendem ao aumento da segregação socioespacial.

Busca-se, assim, elucidar os mecanismos que possibilitam a compreensão das modificações no espaço urbano em seu respectivo contexto, a partir da relação de mútua influência entre a mobilidade espacial da população e a estruturação do espaço urbano. O movimento e a transformação constante do espaço urbano são considerados resultado da reorganização espacial da população, a partir da inter-relação de processos e fenômenos gerados e estruturados no âmbito das próprias áreas urbanas, associados àqueles de escalas mais amplas.

A mobilidade residencial, nesta perspectiva, é fenômeno de grande relevância para o mercado de terras, pois promove movimento na dinâmica imobiliária que resulta numa constante reorganização socioespacial da população, modificando o uso e a ocupação das distintas áreas.

A análise da dinâmica espacial das áreas urbanas – seja na redistribuição da população entre os municípios, seja na localização das oportunidades imobiliárias e de emprego – mostra-se fundamental, visto que a territorialização dos grupos sociais pelo espaço é representativa das forças atuantes na conformação dessas áreas.

Para empreender os objetivos da presente pesquisa, o trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro traz uma discussão sobre a abordagem da migração a partir da perspectiva espacial, discutindo a potencialidade dos conceitos “espaço” e “território” para a análise da relação entre migração e produção do espaço urbano. A geração desigual dos territórios e a relação de mútua influência com os fluxos migratórios constituem o ponto de partida da análise, buscando-se apresentar uma proposta para a estrutura de incentivos e constrangimentos da migração no contexto das desigualdades territoriais vislumbradas nas áreas metropolitanas.

No segundo capítulo, discute-se o contexto da RM de Campinas, a partir da sua localização e dos processos de macrometropolização que vêm sendo discutidos. Apresenta-se, de modo sucinto, uma análise comparativa do desenvolvimento da migração na RM de Campinas com algumas RMs selecionadas, procurando elucidar eventuais distinções pelo contexto territorial. Na sequência, abordam-se a expansão regional e os fatores associados nas últimas décadas, assim como as mudanças no mercado de trabalho e de habitação ao longo da década de 2000, e como estas se apresentam distribuídas pelos municípios da região, no sentido de analisar possíveis relações com a produção do espaço urbano regional.

No terceiro capítulo, por fim, discutem-se possíveis associações entre a migração, a não migração e as características sociodemográficas dos habitantes da região. Verificam-se, a partir das características, o contexto da migração recente, considerando a especificidade territorial da RM de Campinas, e como a dinâmica de expansão urbana responde ao território consolidado, ao mesmo tempo em que reforça as desigualdades preexistentes.

Capítulo 1

A migração no século XXI: uma abordagem a partir da dimensão espacial

Neste início do século XXI, chama a atenção a velocidade das mudanças nas mais diversas áreas, não apenas naquelas relacionadas à inovação, mas também na organização da sociedade, cada vez mais complexa e com novas variáveis que surgem, muitas delas ainda não plenamente compreendidas.

Neste contexto e considerando a histórica concentração de população nas grandes cidades, ganha destaque o estudo da mobilidade³ populacional, pois engloba fenômenos distintos e interdependentes, respostas e condicionantes de processos que extrapolam a escala do próprio fenômeno. Neste emaranhado de possibilidades e inter-relações, transparece a necessidade de aportes teóricos e metodológicos que deem conta de um fenômeno multiescalar, em que as especificidades devem ser consideradas enquanto parte de uma totalidade.

Mesmo a mobilidade de abrangência local, como aquela que ocorre nos limites político-administrativos das metrópoles, deve ser analisada enquanto resultado de processos para além dos limites regionais, uma vez que recortes específicos não mais fazem sentido para a dinâmica econômica (IANNI, 1994) que se organiza numa escala global.

O foco da presente pesquisa compreende a migração e a mobilidade residencial, ambas entendidas como movimentos populacionais que envolvem mudança de local de moradia, mas em escalas espaciais distintas: a primeira engloba áreas sem integração socioespacial – como os movimentos interestaduais ou inter-regionais –, e a segunda

³ Inicialmente mostra-se fundamental conceituar “mobilidade” que, segundo Wunsh e Termote (1978 apud CUNHA, 2011), abarcaria a migração e a mobilidade pendular, pois estaria relacionada à “capacidade/habilidade” de mover-se **pelo espaço**.

relaciona-se às mudanças dentro de uma aglomeração urbana, particularmente as metropolitanas, reconhecendo que os fatores explicativos tendem a ser diferentes conforme a distância percorrida pelo migrante entre a origem e o destino.

Num momento em que os locais não podem ser analisados isoladamente, mostra-se de suma importância compreendê-los como parte de uma rede que relativiza e reafirma as localidades de forma concomitante. O olhar cada vez mais atento aos aspectos “espaciais” da migração deve considerar a especificidade local diante dos arranjos regionais e globais para, dessa forma, entender as causas e motivos que direcionam, explicam e caracterizam os fluxos.

Assim, e considerando a complexidade inerente, parte-se da compreensão da interdependência dos processos sociais e espaciais, que ocorrem simultaneamente, numa relação dialética (SOJA, 1993). Especialmente em relação à migração, os laços entre as condições sociais e as desigualdades regionais, que são essas condições materializadas no espaço, não apenas perduram no momento recente, mas muito do que se observa em relação a volumes e fluxos é fruto direto das mudanças econômicas, sociais e demográficas ocorridas nas últimas décadas, de modo diferencial nas distintas localidades.

Para Bourdieu (2013), a hierarquia que organiza a sociedade também está presente no espaço e, por isso, o lugar ocupado por um agente neste espaço, em geral, constitui um bom indicador de sua posição social.

Analisar e compreender a dinâmica migratória e sua relação com a ocupação do espaço, imbricada pela complexidade recente continua sendo um grande desafio aos estudiosos do tema. Cunha (2011, p.9) salienta que mesmo a definição de migração comumente observada “estaria muito mais atrelada à necessidade de padronização ou à disponibilidade de dado, do que propriamente a uma definição ou, o que seria muito mais complexo, uma conceituação do que seria o fenômeno”.

Essa perspectiva mais pragmática, que possibilita aos estudos estarem ligados efetivamente aos dados empíricos, talvez esteja na base do entendimento de Bilborrow (2011, p. 18) e Domenach (2011): para o primeiro, os estudos de migração ainda

apresentam deficiências “con la teoría, la recolección (sobre quiénes y como), las políticas en relación a la migración y los tipos de análisis”, enquanto o segundo aposta no crescente aumento dos movimentos de população, que estariam sendo subestimados nos dados oficiais devido à definição do que é migração, considerada restritiva por estar sempre atrelada à mudança de residência. Para Massey (1990, p. 4), a falta de entendimento em relação à melhor abordagem para se estudar a migração culminou que “our theoretical understanding of migration is incomplete and inaccurate, providing a weak base for research and policy”.

Para que se possa analisar, entender e posteriormente avançar sobre as perspectivas dos estudos de migração, mostra-se necessário voltar brevemente a algumas leituras do fenômeno realizadas em períodos anteriores.

Santos et al. (2010) apresentam uma revisão sobre as diversas teorias que buscam explicar a migração, dividindo-as em aspectos micro e macro na forma de analisar e entender suas causas e motivos. As diversas abordagens partem de concepções também distintas, cada uma com um olhar específico que foca alguns aspectos em detrimento de outros. Em suma, os autores deixam claro o entendimento em relação ao quão complexo apresenta-se o fenômeno e, por isso, não veem a “possibilidade de construção de uma única teoria sobre migração que venha [...] abarcar todos os fragmentos teóricos já produzidos” (SANTOS et al., 2010).

Neste sentido, está se falando de uma união de entendimentos opostos a respeito do desenrolar dos processos econômicos e sociais, ou seja, o daqueles que defendem que a migração ocorre racionalmente, por “escolha” dos indivíduos, com o daqueles que consideram que os movimentos são determinados por fatores estruturais que resultam nos problemas sociais e, portanto, incentivam o movimento.

Apesar da dualidade entre os “aspectos micro e macro”, ou, em outros termos, modelos que privilegiam as decisões (e racionalidades) individuais e os que priorizam os condicionantes estruturais, estes não se anulam por completo (MASSEY, 1990). Tal oposição faz sentido porque os dois tipos de modelo pertencem a matrizes teóricas distintas,

ou seja, formas de olhar e entender distintamente o fenômeno. No contexto atual, com novas causas e motivações ganhando relevância, a perspectiva adotada na presente pesquisa é a de que as “escolhas racionais”, na verdade, são resultado da criação de novas necessidades pelo mercado e do convencimento social da sua pertinência,⁴ por meio de uma estrutura de incentivos e constrangimentos que culminam na migração ou na fixação dos indivíduos e famílias em determinadas áreas. Conseqüentemente, as causas são estruturais, mas os motivos de se colocar em movimento são individuais.⁵

As características dos aportes teóricos para o estudo dos fluxos migratórios “se referem a um contexto histórico específico e foram importantes para compreendê-lo. Contudo, já se distanciam da realidade atual em profunda transformação e necessitam ser revistas” (BRITO, 2009, p. 5). As análises da migração ancoradas somente no aspecto econômico, por exemplo, encontraram seus limites na década de 1980, momento de mudança nas perspectivas deste fenômeno (BAENINGER, 2011).

Baeninger (2005, p. 86) salienta que as mudanças recentes no cenário migratório brasileiro suscitam análises enriquecedoras. Neste sentido, para a autora, “as novas formas de mobilidade espacial da população passam por dimensões que, mesmo com reflexos de reestruturação da economia, compõem um novo mosaico das interações sociais”. Assim, se o processo está se tornando mais complexo, é porque novas dimensões, pouco consideradas, transparecem com maior força, necessitando de um aporte que as considere e, mais do que isso, que atenda as inter-relações e as interdependências entre essas dimensões.⁶

⁴ A autoss segregação em condomínios fechados, por exemplo, é uma forma de morar que se utiliza da violência e da insegurança como meio de convencimento, oferecendo assim proteção, tranquilidade e outras amenidades, como o contato com a natureza, além do convívio com os iguais. Apesar de a mudança ocorrer por uma escolha, na verdade ela só é possível devido a mudanças estruturais, ou seja, na forma de se produzirem moradias e no entendimento social do que seria o modo de vida ideal.

⁵ Singer (1976) diferencia o motivo (individual) das causas (estruturais) da migração rural-urbana no Brasil. Neste sentido, adota-se a mesma leitura para os movimentos urbanos recentes, considerando que o contexto atual é distinto e necessita da análise de outros aspectos para que seja plenamente entendido.

⁶ Para Dedecca (2012), a dinâmica econômica atual e seus rebatimentos sociais estão mais complexos e exigem estratégias diferenciadas para captar a real condição socioeconômica da população.

Os estudos que analisaram a migração nas suas mais diversas modalidades nas últimas décadas mostram que os grandes fluxos migratórios no Brasil ocorreram por motivos estruturais, tanto no início da industrialização (SINGER, 1976) quanto no período das transformações econômicas ocorridas posteriormente (PACHECO; PATARRA, 1998; MATOS; BRAGA, 2004; MATOS, 2005; CUNHA; BAENINGER, 2007, entre outros).

Na verdade, apesar das grandes transformações de nossa sociedade e do indubitável incremento da complexidade dos movimentos migratórios, a questão econômica e as desigualdades territoriais e sociais existentes continuam sendo os grandes causadores da migração, muito embora, no âmbito das cidades e principalmente das áreas com grande concentração demográfica, outros fluxos emergam e careçam de melhor entendimento não possibilitado pelos aportes tradicionais, necessitando assim de um maior cuidado na identificação das forças motrizes nas distintas escalas espaciais.

Em relação a esses fluxos e aos desafios de interpretação, Santos *et al.* (2010, s/p.) se posicionam considerando que

uma abordagem teórica que seja extremamente útil para se compreender a migração de uma região A para uma região B em um tempo específico pode nada explicar – ou explicar pouca coisa – dos movimentos migratórios da região A para uma região C.

Nesta leitura, a “região” seria um ponto fechado, visto que a análise dos fluxos de A para B ou de A para C e, conseqüentemente, de B para C não apresentam relação entre si. Dessa forma, tal perspectiva sobrevaloriza a análise pontual: tem-se, a partir dela, uma limitação na compreensão das migrações recentes, diante do entendimento de que os fluxos são resultados da estruturação do conjunto, sendo a origem e o destino partes deste. Conseqüentemente, entende-se que se trata de fenômenos locais, explicados e com características que provêm de uma estruturação socioeconômica multiescalar (regional-nacional-global).

Lefebvre (2013, p. 128), nesse sentido, apresenta importante contribuição sobre os riscos das análises pontuais quando se está pesquisando fenômenos relacionados à organização da sociedade:

A pesquisa sobre o espaço social concerne a uma globalidade. Ela não exclui - repetimos - pesquisas “de campo”, precisas e determinadas. No entanto, o perigo do “pontual” - valorizado como tal por ser controlável, às vezes mensurável - é que ele separa o que se implica, desmembra o que “se articula”. O que leva a práticas excessivas de desconcentração, de descentralização, que deslocam as redes, os vínculos e as relações no espaço, portanto o próprio espaço social, fazendo desaparecer a produção!

A perspectiva de Rodrigues (2011) mostra-se mais coerente com o momento atual, pois reforça que os fatores de geração dos fluxos migratórios estão associados aos modelos de desenvolvimento, que estão diretamente relacionados aos processos políticos, econômicos e sociais nas mais diversas escalas.

Além dos lugares enquanto ponto de partida ou chegada dos migrantes, as modalidades migratórias também não podem ser analisadas isoladamente, como um fenômeno fechado com início e fim em si mesmo: uma modalidade migratória explicada e caracterizada unicamente a partir do contexto local não corresponde aos seus condicionantes – talvez apenas àqueles mais óbvios –, que, direta ou indiretamente, estão integrados a processos de múltiplas escalas, que a todo o momento redefinem e influenciam estas questões locais, portanto, provisórias, ambivalentes e destrutivas (SOJA, 1993). Não se desconsideram as especificidades, mas reforça-se que abordagens restritas, tanto no aspecto espacial quanto do fenômeno em si, acabam por limitar a possibilidade de entendimento dos fenômenos sociais no mundo contemporâneo, mais fluído e móvel em relação aos períodos anteriores.

O posicionamento de Massey (1990, p. 6) vai ao encontro do exposto, pois o autor entende que os fluxos “are not simple functions of individual or household characteristics; rather, they are determined by structural factors in the individual’s social and economic environment”, necessitando assim de um olhar mais abrangente.

Assim, uma abordagem teórica para a migração contemporânea, mesmo com foco em um fluxo específico, deve considerar todos os fluxos e seus resultados, pois estes representam a totalidade e modificam o conjunto social e o espaço, que são indissociáveis. Suas características específicas observadas em modalidades migratórias, na verdade, são partes dela, que a compõem e que, portanto, são constituintes ainda do mesmo processo.

Pensar na totalidade, entretanto, mostra-se muitas vezes contraditório, visto que as especificidades existentes nas partes são grandes e, por isso, querer compreendê-las pode significar reduzir a sensibilidade para aspectos relevantes. Santos (1996), entretanto, discutindo a perspectiva de análise da sociedade a partir da dimensão espacial, tão cara à migração, entende que a visão desta totalidade é necessária para se entender o conjunto. Considerando os múltiplos movimentos migratórios como resultado das dinâmicas sociais,

quando a sociedade muda, o conjunto de suas funções muda em quantidade e qualidade. Tais funções se realizam onde as condições de instalação se apresentam como melhores. Mas essas áreas geográficas de realização concreta da totalidade social têm papel exclusivamente funcional, enquanto as mudanças são globais e estruturais e abrangem a sociedade total, isto é, o Mundo, ou a Formação Socioeconômica. (SANTOS, 1996, p.116)

Essa perspectiva destaca o aspecto espacial inerente às mudanças sociais e coloca a importância de considerá-las nos estudos de migração de forma mais objetiva, enquanto categoria analítica e não apenas como palco dos processos sociais. Vários estudos (entre os quais MASSEY, 1990; BECKER, 1997; MORRIS, 1997; BAENINGER, 1999; 2005; PATARRA, 1999; NIVALAINEN, 2004; CUNHA, 2010) vêm chamando atenção para este aspecto, mas de forma ainda parcial. Como exceção, podem-se citar Matos e Braga (2004), que abordam o planejamento territorial por meio das redes como saída para a ampliação das equidades e redução das desigualdades, e Matos (2005), que constrói a análise dos resultados e das mudanças verificadas nos fluxos migratórios a partir da “espacialidade dos processos econômicos e demográficos”.

Verifica-se, nesse sentido, que abordagens da migração a partir da dimensão espacial podem apresentar novas contribuições, sobretudo por representar a materialização dos processos sociais nas porções territoriais.

Dessa forma, verifica-se a importância do aspecto espacial por sua relação indissociável com os processos sociais, que ocorrem simultaneamente conformando os resultados mais gerais (SOJA, 1993). Deve-se ressaltar, entretanto, que é o método de análise dos processos migratórios que se está discutindo, um método a partir da perspectiva espacial que, segundo Gottdiener (2010), é um dos caminhos para se chegar ao entendimento da sociedade, assim como Soja (2013, p. 159), para quem

pensar espacialmente e ver o mundo por lentes particularmente espaciais poderia por si só fornecer estratégias úteis para a mobilização de novas ações sociais, mais poderosas no tratamento das desigualdades, injustiças e opressões acumuladas do mundo contemporâneo.

É nessa visão dialética e indissociável entre sociedade e espaço que reside o papel do segundo enquanto condição para a realização da sociedade e não a de receptáculo (SANTOS, 1996). Assim, a forma como a sociedade se organiza no espaço mostra-se relevante para avançar nas discussões e no estudo da migração, mesmo em modalidades específicas. Essa análise do

todo, que é uma integral, em suas partes - que são as suas *diferenciais*, dá-se, também, por uma distribuição ordenada, no espaço, dos impactos do Todo, por meio de suas variáveis. As ações não se localizam de forma cega. Os homens também não. O mesmo se dá com as instituições e infraestruturas. É esse o próprio princípio das diferenciações entre lugares, produzindo combinações específicas em que as variáveis do todo se encontram de forma particular. (SANTOS, 1996, p. 125, grifo do autor)

Matos (2005, p. 86), discutindo a relação entre urbanização, migração e pobreza nas grandes cidades, aponta para caminho semelhante, quando defende que “é essencial incorporar a totalidade do espaço nacional na análise destas questões, pois os processos socioespaciais não são estanques e se comunicam dinamicamente”.

Assim, na sequência desse estudo, buscar-se-á construir uma discussão que possibilite entender a mobilidade residencial intrametropolitana na Região Metropolitana de Campinas, não como um fenômeno com início e fim em si mesmo e nos limites da própria região, mas como resultado de processos econômicos, sociais e espaciais mais amplos, de escalas que extrapolam a própria região e que impactam o local a partir de uma estrutura territorial já consolidada. Apesar da busca por uma leitura escalar abrangente – salto que essa abordagem espacial nos possibilita – e do consequente risco de generalizações, esta será base para a análise dos fatores relevantes da estrutura de incentivos e constrangimentos da migração nas áreas urbanas mais dinâmicas, sendo que as especificidades dos fluxos em recortes espaciais mais restritos, que constituem o objeto deste trabalho, serão contempladas mais adiante.

A próxima seção se propõe a discutir com mais ênfase as possibilidades e o caminho mais adequado para uma “abordagem espacial” da migração. Para tanto, busca-se uma aproximação com a ciência geográfica, cujos conceitos apresentam certas especificidades em relação a outras áreas das ciências humanas, em função do seu olhar espacial do desenvolvimento da sociedade.

1.1. Espaço, território e a dimensão espacial para os estudos de migração

As análises espaciais sempre foram o objeto de estudo da Geografia,⁷ e o caminho trilhado aqui nos leva a um estreitamento de vínculos com as perspectivas desta ciência.⁸ Lobo e Matos (2011, p. 82) afirmam que a migração interna é pouco explorada, sendo que “a análise espacial dos fluxos migratórios permite reconhecer dimensões ainda pouco

⁷ Moraes (2002) afirma que a definição do objeto da Geografia sempre foi uma discussão em aberto na história desta ciência. Christofletti (1982) analisa que essa dificuldade de definição ocorreu devido às perspectivas políticas dos pesquisadores e, dessa forma, propõe que o objeto corresponda às “organizações espaciais”, que se enquadrariam em todas as perspectivas políticas.

⁸ Frehse (2013) afirma que, no âmbito da sociologia brasileira, a discussão sobre o “espaço” ainda é pequena. Já em relação à aproximação com a Geografia para essas discussões, Andrade (1994), vislumbrando esta possibilidade, reforça a importância de uma maior aproximação entre a Geografia e a Demografia, pois ambas detêm ferramentas que, conjugados, podem apresentar relevantes ganhos para os estudos das dinâmicas sociais.

exploradas na abordagem convencional nos estudos sobre o processo de desconcentração ou dispersão espacial da população”.

Os conceitos “espaço” e “território” têm em sua definição a apreensão da materialização do desenvolvimento da sociedade e podem representar outro método de abordagem da migração, sobretudo neste momento em que suas causas e motivos tornam-se cada vez mais complexos.

No âmbito do aumento na complexidade dos fenômenos sociais recentes, uma análise que se busca fazer é a de que a abordagem da migração via dimensão espacial pode trazer avanços para o entendimento dos novos contextos migratórios nas áreas urbanas.

Nesse sentido, busca-se, inicialmente, apresentar as diferenças entre os conceitos “espaço” e “território”, discutindo sua adequação para os objetivos do presente trabalho, além da relevância de ambos enquanto dimensão de análise da sociedade em seu conjunto.

Uma das definições de espaço com potencial para a presente abordagem considera que ele “é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 1996, p. 63). Essa definição possibilita compreendê-lo numa perspectiva de movimento, pois os objetos, assim como as ações, são dinâmicos e estão em constante transformação. O autor salienta ainda que os objetos são cada vez mais artificiais e estranhos ao lugar e aos habitantes, não podendo ser analisados dissociados das ações. “Os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes” (SANTOS, 1996, p. 63).

Essa perspectiva permite apreender o espaço como resultado histórico e em transformação, em um movimento dinâmico típico dos tempos recentes e acelerado em relação a períodos anteriores. Cabe salientar, entretanto, que a evolução das discussões epistemológicas da Geografia levou a um uso maior do conceito território, isto porque, segundo Claval (1999), o espaço refere-se à totalidade, não havendo nele subdivisões. Por

outro lado, o conceito território possibilita analisar a organização espacial a partir de diversos elementos, sejam os limites político-administrativos ou recortes territoriais a partir de fenômenos e processos que efetivamente moldam suas diversas porções de modo diferencial, tornando este conceito mais apropriado para analisar subdivisões do todo.

Para Gottmann (2012,⁹ p. 523),

Território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia. Ele também serve para descrever as posições no espaço das várias unidades participantes de qualquer sistema de relações internacionais. Podemos, portanto, considerar o território como uma conexão ideal entre espaço e política. Uma vez que a distribuição territorial das várias formas de poder político se transformou profundamente ao longo da história, o território também serve como uma expressão dos relacionamentos entre tempo e política.

A relação de poder implícita a esta definição permite apreender perspectivas em múltiplas escalas: em âmbito global, a desigualdade entre países e os respectivos papéis na economia-mundo; no âmbito nacional, a partir da soberania e das políticas internas, o desenvolvimento desigual das regiões, assim como em níveis territoriais menores, como regiões metropolitanas ou mesmo municípios, com foco nas ações e decisões que ocorrem nos níveis do poder local.

Além dessa definição, outras também aparecem com destaque: para Haesbaert (2010), cada ciência apresenta uma abordagem distinta de território, a partir do seu objeto de estudo. Para os objetivos do presente trabalho, além do território em seu aspecto político, a perspectiva econômica mostra-se de grande relevância, visto que ambos, conjuntamente, moldam as diversas áreas de modo diferencial e conformam os aspectos objetivos da produção do espaço urbano, processo fundamental para a mobilidade nas grandes aglomerações.

Para Gottdiener (2010, p. 241),

⁹ O texto original data de 1975.

a produção do espaço [nas áreas concentradas] ocorreu, no geral, não por causa apenas dos processos econômicos, porém, mais especificamente, por causa de uma articulação conjunta Estado-setor imobiliário, que forma a vanguarda das transformações espaciais.

As relações de poder destes agentes – entre eles o Estado, o mercado de uma maneira geral, a sociedade civil organizada, etc. – materializadas no espaço conformaram as desigualdades regionais, que culminaram, como mostra o autor, em situações sociais diferenciadas segundo cada porção do território.

Gottmann (2012) defende que o território é construído a partir de duas perspectivas: a segurança e a oportunidade. Apesar de não serem excludentes entre si, o uso do território como oportunidade desponta para aqueles que tiram proveito econômico dele, enquanto a segurança seria a perspectiva social, de pertencimento e ligação.

A análise de Gottmann (2012) aponta para as mudanças que vinham ocorrendo, principalmente, a partir da segunda metade do século XX. As discussões relacionadas à soberania e ao efetivo domínio do território são pontos fundamentais, que se relacionam à análise de Ianni (1994), para quem a cada vez maior interdependência entre as nações estaria significando redução de autonomia e, conseqüentemente, territórios cada vez mais impactados por processos de ordem global.

As perspectivas indicam, nesse sentido, que o Estado-nação não seria mais a instância ideal da realização econômica (IANNI, 1994; HENDERSON *et al.*, 2002) neste momento em que as dinâmicas locais, em grande parte, respondem às globais, sendo que, dessa forma, a análise de um recorte específico requer olhar outras escalas geográficas, que podem revelar insumos fundamentais para os processos e fenômenos internos.

O conceito “território” diria respeito, então, à localidade onde se constituem os resultados materiais das ações de poder e a dinâmica econômica resultante destas ações, apresentando-se como uma possibilidade de abordagem diante dos desafios recentes para análise dos processos sociais, pois apreende diversas dimensões relevantes para tal.

Segundo Claval (1999, p. 11), “as relações que os grupos mantêm com o seu meio não são somente materiais, são também de ordem simbólica, o que os torna reflexivos”. Haesbaert (2001, p. 1771) defende que o território é, ao mesmo tempo, recurso ou instrumento de poder e valor, não apenas de uso ou troca, “estendendo-se pela valorização simbólica, identitário-existencial”. Para Santos e Silveira (2008), a territorialidade humana, que seria o sentido de pertencimento associado ao território a partir da sua íntima relação com o Estado-nação, é também sinônimo de área de vivência e reprodução, onde se verifica a preocupação com o futuro, ou seja, onde se assentam perspectivas subjetivas relevantes ao entendimento de escolhas individuais em face dos constrangimentos sociais.

A envergadura deste conceito aponta para uma relevante possibilidade analítica para os fluxos migratórios recentes, vista a conjugação de elementos importantes para a compreensão da sociedade. Nesse sentido, subentende-se que, geralmente, o termo “espacial” – utilizado em larga escala, que se estende desde o senso comum até trabalhos científicos cujo enfoque não tem na dimensão espacial o principal elemento – tem sido usado como sinônimo de territorial, uma vez que, para estudiosos que pouco dialogam com a ciência geográfica, tais diferenças passam despercebidas.

Salienta-se que é via “território”, e não “espaço”, que se buscará analisar a dimensão espacial da RM de Campinas e seus rebatimentos para a mobilidade residencial intrametropolitana. Por outro lado, o uso do termo “espacial”, na sequência deste trabalho, não caracteriza erro conceitual ou confusão, mas sim uma forma mais simplificada e de fácil entendimento para referir-se à organização territorial.

Em relação a essa organização, Corrêa (1991) entende que a forma como se organizam a sociedade e seus objetos não é aleatória, apresentando uma lógica que impacta a reprodução da sociedade em sua vida cotidiana.

Para o autor, nas análises da dimensão espacial da sociedade, as interações espaciais surgem com grande relevância para se compreender o desenvolvimento desigual das localidades. “As interações espaciais caracterizam-se, preponderantemente, por uma

assimetria, isto é, por relações que tendem a favorecer um lugar em detrimento do outro, ampliando as diferenças existentes” (CORRÊA, 1997, p. 280).

Sendo o processo de transformação das localidades constante e com resultados sempre heterogêneos, pode-se supor que, para o estudo da migração, essa dimensão tenha cada vez mais importância para compreender seus fluxos, tanto aqueles de longa quanto os de curta distância.

Objetivando uma análise mais completa e que dê conta de outras dimensões do processo migratório no momento recente, a perspectiva estrutural deve ser o ponto de partida, mas não se pode limitar o entendimento dos movimentos, e menos ainda o direcionamento dos fluxos, como algo mecanicista ou irracional, promovido de forma aleatória (DOTA, 2011; 2012).

Para Rodrigues (2011), os fluxos migratórios recentes são gerados pelos novos modelos de desenvolvimento que estão em processo de expansão territorial e abarcam cada vez mais áreas para seus processos produtivos. Cabe salientar, entretanto, que essa é uma realidade para determinadas áreas, pois se verificam diferenças entre as localidades: em área de expansão agrícola esta perspectiva de incorporação tem imperado, entretanto, naquelas onde as leis de mercado sobressaem, como nos espaços urbanos e principalmente metropolitanos, são a reprodução e a modificação de uso das áreas já ocupadas que efetivamente impactam a geração e o direcionamento dos fluxos migratórios.

Nestas áreas, os movimentos de curta distância despontam, visto que respondem à dinâmica social e econômica das porções específicas do território, momento em que vários condicionantes atuam conjuntamente.

Em relação a essa realidade urbana, fatores como as deseconomias de escala e aglomeração, além dos típicos problemas urbanos e de governança, têm papel relevante (RODRIGUES, 2011, p. 53) e representam, em grande medida, os incentivos e constrangimentos geradores da migração. Neste sentido, a ligação entre as “causas e motivos” (SINGER, 1976) da migração, tanto daquelas modalidades de curta quanto de

longa distância, apresenta estreita relação com a forma e o modelo de organização territorial vigente, construído historicamente.

Salienta-se, desse modo, que as limitações dos enfoques teóricos tradicionais de migração (MASSEY, 1990; BAENINGER, 2005; BILSBORROW, 2011; DOMENACH, 2011; RODRIGUES, 2011), sobretudo aqueles de cunho estritamente econômico, estão atreladas ao aumento da complexidade dos processos sociais (CUNHA, 2011), fato que explicita a necessidade de abordagens mais abrangentes.

Se nos fluxos de longa distância as desigualdades regionais bem ajudam a entender o direcionamento, inclusive suas mudanças nas últimas décadas (CUNHA; BAENINGER, 2007), no caso das modalidades de curta distância, cujas diferenças entre as localidades apresentam-se menos evidentes, o direcionamento dos fluxos tende a contar também com outros aspectos, com elementos estruturais distintos.

A dimensão territorial possibilita a análise das estruturas econômicas e sociais que estariam na base da migração, explicitando as diferenças entre as localidades enquanto fatores causais da migração. Essa diferenciação, entretanto, considera não apenas as variáveis econômicas, como as diferenças de salário ou níveis de empregabilidade – que são partes dos incentivos e constrangimentos –, mas também as variáveis do contexto social, como as relativas à acessibilidade que estão diretamente relacionadas à qualidade de vida experimentada nas distintas partes das aglomerações urbanas.

Rodrigues (2011), por exemplo, cita a importância dos fatores de atração construídos socialmente, salientando a limitação dos modelos microeconômicos ortodoxos e pontuando possíveis fatores atuantes. Em relação à migração entre cidades, o autor salienta que o fenômeno não segue uma tendência necessariamente semelhante ao movimento campo-cidade. Assim, fatores como habitação, educação e qualidade de vida adquirem maior importância, colocando em xeque parâmetros como renda e emprego (RODRIGUES, 2011), sendo todos ainda relativizados pela existência de redes migratórias preestabelecidas, que muitas vezes podem estruturar fluxos mesmo que não se encontre ligação lógica entre as variáveis analisadas (CUNHA *et al.*, 2013).

Alguns estudiosos têm reforçado a necessidade de serem incorporadas variáveis do contexto local, entre eles Roseman (1977; 1983), McAuley e Nutty (1982) e Nivalainen (2004), para quem o fenômeno migratório não pode ser compreendido se não se considerarem os diversos aspectos relacionados às áreas de habitação, como a qualidade de vida, a existência de oportunidades e de instituições que atendam às expectativas dos grupos sociais, além das características da vizinhança.

Assim, as causas estruturais, preponderantes para o estudo da migração, devem ser analisadas considerando-se que outras perspectivas, inclusive subjetivas, também seriam relevantes.¹⁰ O presente trabalho, entretanto, tem objetivo mais modesto, que é o de analisar, a partir das desigualdades territoriais, a geração da estrutura de incentivos e constrangimentos da migração para, dessa forma, caracterizar e entender mais precisamente a migração intrametropolitana na RM de Campinas.

1.2. As desigualdades territoriais na sociedade globalizada e a estrutura de incentivos e constrangimentos

No presente estudo, o fenômeno migratório é entendido como resultado das dinâmicas econômicas e sociais materializadas diferencialmente no território. Ao mesmo tempo, entretanto, tal movimento culmina na reestruturação dessas dinâmicas, tendo grande relevância para os processos de produção do espaço urbano nas áreas de ocorrência. Além disso, a questão econômica, cada vez mais, extrapola as fronteiras nacionais e leva à necessidade de se considerarem áreas mais abrangentes que vão além da própria localidade, ou seja, necessita-se de uma análise multiescalar para que se possa efetivamente compreender as especificidades locais. Para Gottdiener (2010, p. 195), tratando das áreas urbanizadas mais dinâmicas, o “cotidiano é ao mesmo tempo particularizado e afetado por relações de produção que se estendem por todo o globo; é fragmentado e hierarquicamente

¹⁰ É bem verdade, neste caso, que as limitações nos dados praticamente impossibilitam esta perspectiva mais subjetiva. Trabalhos que focam a escolha do destino, como Roseman (1983) e Lundholm e Malmberg (2006), constroem suas análises a partir de dados gerados com este objetivo específico, possibilitando, conseqüentemente, uma análise mais acurada.

organizado, atomizado e estruturado”, o que impossibilita a análise do local sem se considerarem escalas mais abrangentes.

Nas análises de migração, as áreas de origem e destino dos fluxos migratórios sempre tiveram papel de destaque, buscando identificar os aspectos de expulsão, de um lado, e de atração, de outro.¹¹ Com o arrefecimento dos movimentos de longa distância, sobretudo aqueles com origem nas áreas rurais, outras modalidades migratórias começaram a ganhar maior visibilidade, pois passariam a ter maior relevância na redistribuição espacial da população, fato que tornou menos clara a análise comparativa entre origem e destino, que muitas vezes não apresentam grandes diferenças estruturais entre si. Este fato se destaca nas modalidades migratórias com origem e destino nas áreas urbanas e, principalmente, naquelas cuja distância percorrida não representa mudança efetiva no cotidiano: os fatores, neste caso, podem ser os mais diversos, e as análises devem ser mais minuciosas para efetivamente compreendê-los.

Esta nova dinâmica e os fatores menos claros associados às “causas e motivos” da migração podem variar de forma relevante entre uma modalidade migratória e outra, ou mesmo entre lugares distintos. Assim, tem-se uma estrutura de incentivos e constrangimentos da migração que está, direta ou indiretamente, relacionada às questões econômicas (mercado de trabalho, acesso à habitação, etc.) e aos processos sociais e demográficos de maneira geral (tamanho do domicílio, *status* marital, idade, sexo, etc.), que seriam algumas das diversas variáveis a serem consideradas.

Estas variáveis encontram-se organizadas diferencialmente no espaço, o que confere especificidades às localidades e as coloca no circuito da mobilidade em condições distintas.

Nessa perspectiva, novos desafios surgem devido às várias possibilidades explicativas do fenômeno, cuja variabilidade se intensifica de forma inversamente

¹¹ O trabalho de Singer (1976) que caracterizou a migração rural-urbana no Brasil talvez seja um dos melhores exemplos.

proporcional à distância percorrida pelo migrante entre a origem e o destino, assim como as diferenças existentes entre uma localidade e outra e que envolvem elementos distintos.¹²

A importância da dimensão territorial, já salientada no clássico trabalho de Singer (1976) a respeito da migração rural-urbana, ganha novos contornos para os estudos de migração recente, pois os grupos sociais estão se colocando em movimento cada vez mais, principalmente nas áreas de grande aglomeração e para os fluxos de curta distância, por questões que são inerentes à produção e estruturação do espaço (DOTA, 2011). No bojo destas transformações, Baeninger (2005, p. 85) enfatiza que o espaço seria uma nova dimensão a ser considerada nos estudos de migração.

A constituição do território está ligada à territorialização dos objetos – que podem ser a habitação e o emprego, por exemplo, assim como outros que impactam direta ou indiretamente a produção do espaço, como uma rodovia – enquanto resultado das ações dos grandes atores globais. Pode-se acrescentar também a relevância da propriedade privada que regula o uso e a ocupação para produção ou ocupação social.

Como as ações que moldam o território ficam restritas, muitas vezes, ao plano de influências, que não necessariamente podem ser medidas e analisadas, é na materialização destes objetos que se assenta a análise, pois resultados expressivos das ações aparecem espacialmente organizados e representam impactos diretos para a reprodução da sociedade.

Cabe salientar que, mesmo o espaço estando presente inclusive nas nomenclaturas que denominam este campo de estudo, como “(re)distribuição espacial da população”, a abordagem por esta via aparece apenas indiretamente nas pesquisas. As desigualdades regionais, que foram as grandes propulsoras dos movimentos no período de forte urbanização (CUNHA; BAENINGER, 2007), e os reflexos da reestruturação produtiva no

¹² Entende-se, nesse sentido, que os movimentos de mais longa distância, como aqueles inter-regionais, têm ainda grande parte da sua motivação residindo nas desigualdades regionais, apesar de autores como Brito (2000) observarem que o arrefecimento destes fluxos reside na redução das oportunidades que eles oferecem. Por outro lado, nas modalidades que percorrem distâncias menores, observa-se um peso maior em fatores mais específicos, como as oportunidades habitacionais, para os migrantes intrametropolitanos (CUNHA, 1994; 2010; DOTA, 2011), ou o descolamento da relação migração/industrialização e, conseqüentemente, a mudança nos empregos no caso do Estado de São Paulo (BAENINGER, 2005).

momento posterior (BAENINGER, 1999; BRITO, 2009) são perspectivas que, apesar de não se aterem diretamente aos aspectos espaciais, estão atreladas a eles, a partir da dinâmica divisão territorial do trabalho, “motor da vida social e da diferenciação espacial” (SANTOS, 1996, p. 129).

Para Baeninger e Ojima (2008, p. 152), “o espaço nunca adquiriu peso significativo nestes estudos [de migração] para que pudesse ser tratado como uma variável relevante e eventualmente capaz de interferir nos processos sociais”. Schoer (2008 *apud* FREHSE, 2013) complementa, afirmando que na sociologia as categorias espaciais não aparecem explicitamente como tema, mas sempre com uso implícito, e talvez resida nestes pontos o fato de o espaço ter sido pouco explorado até o momento nas análises migratórias.

A contribuição de Santos e Silveira (2008) para pensar a perspectiva espacial mostra-se relevante, pois os autores apontam para a necessidade de se considerarem as rugosidades, ou seja, os elementos construídos historicamente e que representam heranças para o desenvolvimento das localidades, bem como as ações empreendidas para a contínua modificação das áreas, visto que as várias fases econômicas pelas quais passou o país – entre elas a ocupação do litoral, a produção da cana-de-açúcar e posteriormente do café, além da industrialização – resultaram nas desigualdades regionais, fruto da sucessão de atividades realizadas ao longo do tempo.

Gottdiener (2010, p. 199) apresenta perspectiva semelhante, ao defender que se deve analisar “o papel da ação, de um lado, e da estrutura, de outro, na produção de fenômenos e formas espaciais”. O autor aborda as ações empreendidas considerando a preexistência das estruturas, que vão condicionar a eficácia e a aplicação destas ações que, ao longo do tempo, são determinantes para a localização espacial da população, tanto nas escalas macro, se considerarmos os fluxos migratórios de longa distância, quando no âmbito das regiões metropolitanas.

As estruturas resultantes dessas ações, de um modo geral, são frutos das mudanças políticas e econômicas que permeiam o cotidiano, sendo que a migração, como fenômeno social, tem sua base explicativa associada diretamente aos seus resultados, mesmo no

contexto atual. O momento, entretanto, é singular: o fato de a economia e seus impactos territoriais estarem cada vez menos atrelados às escalas mais locais¹³ culmina na necessidade de se analisarem processos e fenômenos sociais também além desses limites.

Em relação a esse momento mais recente da economia mundial, muito tem se falado de globalização.¹⁴ Boaventura de Souza Santos (2002, p. 49) entende que “aparentemente transparente e sem complexidade, a ideia de globalização, apesar de falsa, é hoje prevalecente e tende a sê-lo tanto mais quanto a globalização extravasa do discurso científico para o discurso político e para a linguagem comum”. Essa perspectiva vem ao encontro do entendimento de Milton Santos (2000), que apresenta a globalização do mundo contemporâneo como fábula e perversidade: a primeira seria aquela sustentada pela máquina ideológica a favor da contínua reprodução do capital, enquanto a segunda refere-se aos resultados sociais efetivos.

Trata-se, assim, da globalização enquanto processo político-econômico, meio pelo qual a economia tem se organizado para melhor aproveitar os recursos disponíveis. Desse modo, a visão processual permite entender como essa forma de organização culmina nas desigualdades, a partir da especialização de alguns lugares em detrimento de outros.¹⁵ Harvey (2011, p. 120) reforça que “os processos de acumulação do capital não existem, obviamente, fora dos respectivos contextos geográficos”, que representam áreas de especialização do território.

¹³ Santos (1996) e Santos e Silveira (2008) usam o termo “espaço nacional da economia internacional” para denominar esse novo momento.

¹⁴ O termo globalização tem sido usado como se fosse um processo novo, do momento recente. Entretanto, desde 1870 já se percebe organização semelhante, obviamente num outro patamar e com resultados diferentes (DICKEN, 2004).

¹⁵ Cabe, neste sentido, voltar brevemente ao contexto do século XX, período em que ocorreram grandes mudanças nas formas de exploração dos recursos. Vesentini (2003) divide o período em geopolíticas clássicas e novas geopolíticas. A primeira refere-se ao período em que os grandes estrategistas – e a ciência geográfica contribuiu bastante neste período – criavam planos para se apoderarem de outros territórios e, com isso, usufruírem dos recursos lá existentes (mercado, trabalhadores, recursos minerais, etc.). A segunda corresponde ao momento recente, cujo marco divisório seria o final da guerra-fria, momento em que a forma clássica de conquistar territórios já não faz mais sentido – pois boa parte dos países tem armas de destruição em massa, o que culminaria também na destruição dos recursos – e, portanto, a exploração agora ocorre pelo mercado, por meio de acordos comerciais e da posse do conhecimento de ponta, que seria o grande diferencial. Dessa forma, continua-se a explorar o território, com métodos distintos e resultados sociais em geral parecidos.

O foco político-econômico não exclui as outras dimensões salientadas por Santos (2002), visto que a dimensão social e a cultural não estão na base do processo, mas são diretamente influenciadas pelos seus resultados, constituindo, nesse sentido, o todo social, devendo ser consideradas.

Assim, os resultados espaciais da sociedade moderna – ou seja, a forma como ela se organiza diferencialmente em cada porção do território e a condição social presente –, que estão diretamente relacionados à própria reprodução social, associam-se à dinâmica local destes processos globais. Nesse sentido, a análise de Sassen (1998, p. 16) a respeito da especialização locacional possibilita um salto no entendimento.

A tese fundamental é que as transformações ocorridas durante as últimas décadas na composição da economia mundial, acompanhando a mudança na direção de prestação de serviços e das finanças, suscita a renovada importância das grandes cidades como locais destinados a certos tipos de atividades e funções.

Partindo desta perspectiva, ou seja, que as distintas localidades vão se especializando em determinados ramos de atividade econômica, pode-se dizer que vão se criando “nichos” econômico-espaciais que, a partir das suas respectivas demandas técnicas, moldam o espaço, sua caracterização e configuração.

Dicken (2004) salienta que o foco de estudo a partir da globalização deve se dar no aspecto qualitativo do processo, na análise de quais são as mudanças espaciais que estão sendo geradas e o que isso tem significado para a sociedade. No âmbito desta análise, Henderson *et al.* (2002, p. 438) consideram que

in order to understand the dynamics of development in a given place, then, we must comprehend how places are being transformed by flows of capital, labor, knowledge, power etc. and how, at the same time, places (or more specifically their institutional and social fabrics) are transforming those flows as they locate in place-specific domains.

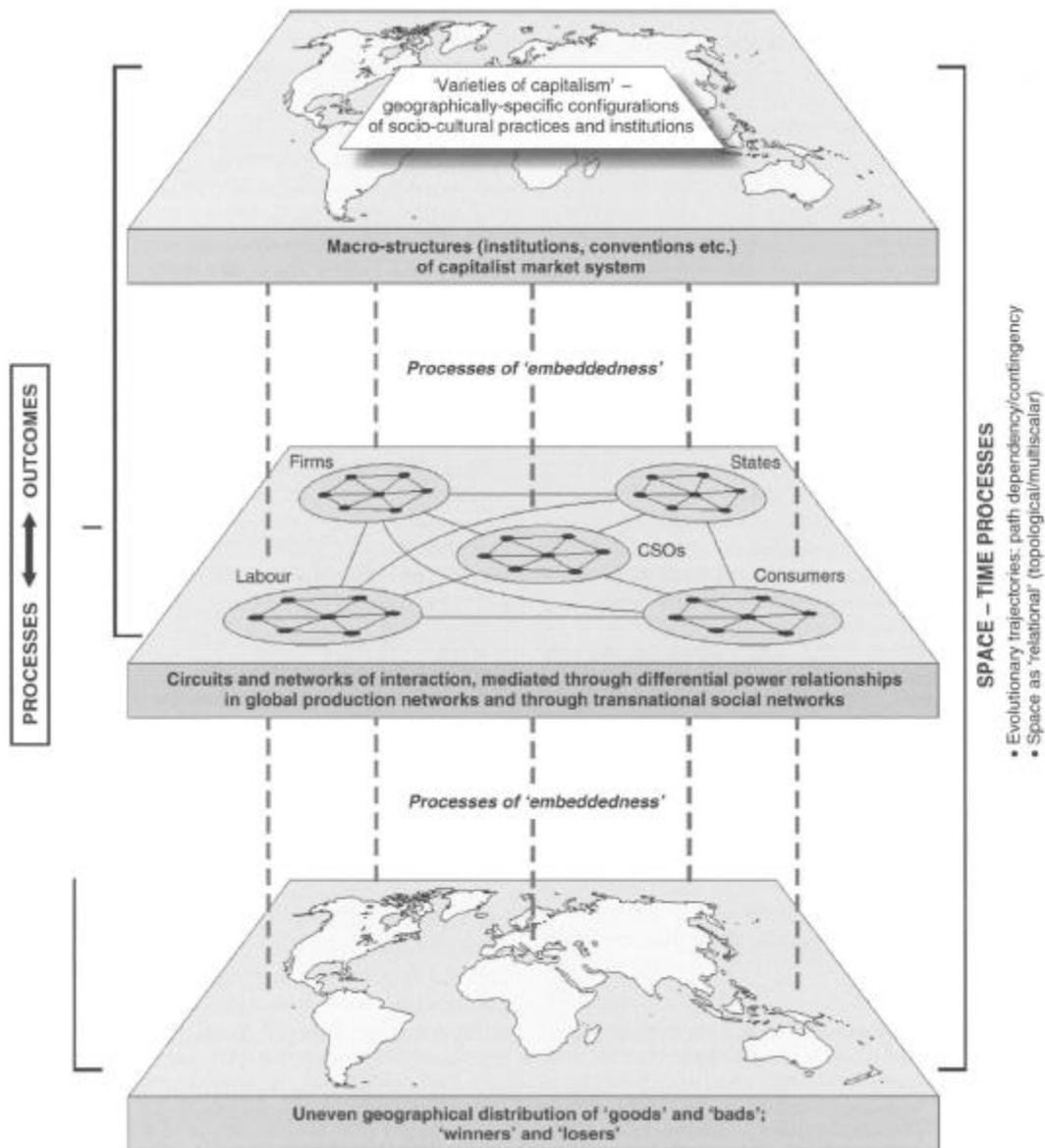
Tendo em vista as considerações feitas, uma das hipóteses que permeia o presente estudo é a de que, em relação à estrutura de incentivos e constrangimentos da migração, deve-se focar no papel desempenhado pelos diversos atores – que por meio das suas ações impactam a sociedade das mais diversas formas – na conformação territorial. A definição de quais são os atores a serem considerados mostra-se relevante, pois são essas ações diferenciadas no tempo e espaço que estão na base das desigualdades territoriais.

O enfoque apresentado por Dicken (2004) pode ser uma importante proposta analítica para compreender o papel dos diferentes atores na conformação da estrutura de incentivos e constrangimentos: para o autor, esta proposta “seeks to provide both a structural perspective on globalization processes and outcomes and also a sense of how the component actors behave” (p. 09).

A Figura 1 apresenta tal proposta, que abrange desde as macroestruturas do sistema capitalista, passando pelas redes de interação entre os principais atores interconectados e se influenciando mutuamente, até os resultados sociais efetivos, distribuídos de forma desigual entre as diversas áreas do globo.

O ponto-chave desta proposta se assenta nas duas perspectivas concomitantes de análise espacial, que conjugam os principais elementos geradores das diferenças entre regiões. A primeira refere-se à análise topológica, que considera a necessidade de olhar processos e atores de distintos níveis escalares, desde o nível global até o local. A segunda perspectiva é a relacional, que leva em conta os limites político-administrativos e as respectivas decisões tomadas no âmbito das localidades, visto que tem relevância para o desencadear de processos nesta e nas áreas com ela relacionadas.

Figura 1. Proposta de *framework* para análise dos processos da globalização



Fonte: Dicken (2004).

Such a topological view of geographical space is not, in itself, in conflict with the fact that, in terms of jurisdictional and regulatory practices, territorial scales of governance remain fundamental to the organization

and operation of the global political economy and its constituent parts. *Bounded political spaces matter* (DICKEN, 2004, p. 09, grifo do autor).

A dimensão espacial vista a partir destas duas perspectivas escalares, portanto, possibilita uma leitura abrangente e específica de forma concomitante, pois considera a importância da ação e das decisões que estão além dos limites regionais, mas que a influenciam, ao mesmo tempo em que também analisa as ações e decisões na escala local: conjuntamente, geram-se resultados relevantes na produção e estruturação do espaço urbano de dada localidade.

A discussão sobre a estrutura de incentivos e constrangimentos, a partir desta perspectiva, parece muito adequada para analisar os fatores que condicionam a migração. Cabe destacar, entretanto, que tal perspectiva de análise aplicada à migração não é nenhuma novidade, mas pode trazer reveladores avanços para as discussões em modalidades urbanas de curta distância, como é o caso da mobilidade residencial intrametropolitana.

Cunha (1994), um dos pioneiros nesta discussão, buscou elucidar o papel desta estrutura para análise da mobilidade residencial (no original migração) intrametropolitana na RM de São Paulo, apontando que o mercado imobiliário seria o principal fator a ser considerado e analisando o processo de ocupação das periferias como fenômeno central para redistribuição interna da população. Para o autor,

a “periferização” teria como principais elementos estruturais explicativos as questões relativas à moradia. Entre estas, destacam-se aquelas encontradas na Região Metropolitana: modalidades de ocupação e parcelamento do solo, especulação imobiliária, políticas públicas e concentração demográfica. (CUNHA, 1994, p. 53).

Para Matos (2005, p. 75), na análise recente as periferias continuam como ponto central para a estrutura de incentivos e constrangimentos: “a realidade nos dias de hoje parece mais ameaçadora em face da velocidade do processo, dos números e dos volumes

envolvidos, das distâncias das novas periferias [...]”. Neste caso, pode-se apontar que a forma como foram sendo ocupadas as áreas – uma solução para o problema habitacional de dado momento – hoje impacta no acesso às oportunidades pelos seus moradores.

Villaça (1993), em sua análise da evolução do espaço intraurbano das principais metrópoles brasileiras, utiliza a distribuição espacial e a expansão das áreas de habitação, indústria e comércio como variáveis para compreender os processos urbanos, entendendo que estas estruturas, apesar de não existirem sem as demais (transportes, comunicação, saneamento), seriam as principais, pois incluem, incorporam e subjagam as demais.

Nesse sentido, poder-se-ia considerar que a limitação nos acessos, tanto às oportunidades quanto à infraestrutura, seria a contrapartida do território aos seus habitantes. Como aponta Cunha (1994), seria resultado da causalidade recíproca entre a produção e estruturação do espaço e a migração enquanto fenômeno de redistribuição espacial da população.

Considerando os fatores relacionados à migração e a expansão urbana e suas mudanças quantitativas e qualitativas,¹⁶ a Figura 2 apresenta uma proposta para a relação entre a estrutura de incentivos e constrangimentos e a migração nestas áreas.

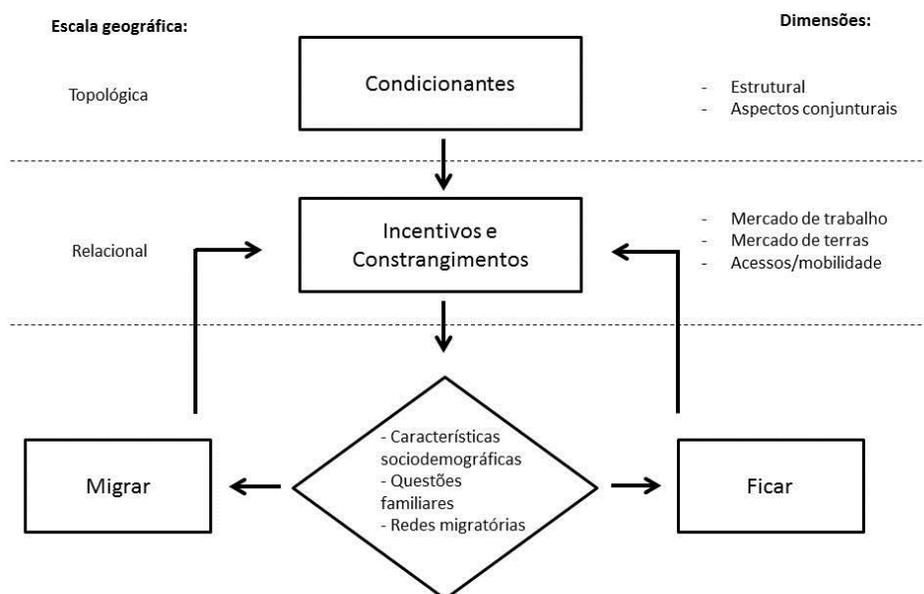
Antes, é necessário reforçar a difícil tarefa de esquematizar a multidimensionalidade presente nos processos migratórios, além da própria complexidade inerente aos indivíduos e famílias, o que coloca o esquema apresentado como uma proposta arriscada, uma vez que pode estar simplificando este fenômeno e seus processos associados.

Inicialmente, para a análise dos condicionantes da migração, deve-se considerar a soma de influências dos fatores estruturais e conjunturais, específicos da localidade e sua relação com escalas geográficas mais amplas. Os fatores estruturais seriam aqueles ligados à especificidade territorial do local de habitação e do entorno, tanto no aspecto econômico, que afeta o tipo e o nível de emprego, como a infraestrutura existente.

¹⁶ Tais mudanças serão mais bem exploradas na próxima seção, buscando elucidar processos e atores.

A dimensão conjuntural refere-se às conjunturas econômicas e políticas que se modificam ao longo do tempo. Devem-se considerar as ações governamentais e os resultados do sistema capitalista como um todo, visto que são mutáveis e de grande relevância.¹⁷ A escala topológica apreende aspectos – estruturais e conjunturais – que, em grande medida, são resultados da articulação de atores em escalas além dos limites regionais.

Figura 2. Esquema para análise da estrutura de incentivos e constrangimentos da mobilidade residencial intrametropolitana.



Fonte: Elaboração do autor.

A escala relacional abarca outras dimensões, ligadas aos incentivos e constrangimentos, a partir do mercado de trabalho, mercado de terras e a condição de acesso a produtos e serviços básicos.

¹⁷ Um exemplo são as crises recorrentes, que culminam em aumento do nível de desemprego – visto que este, por ser estrutural na sociedade capitalista, sempre existe – e pioram as condições de vida da população.

Mercados de terras e de trabalho, neste sentido, seriam apontados como os principais fatores motivadores da migração (MATOS, 2005; CUNHA, 2010; CUNHA 2011; DOTA, 2011), entretanto, outros podem surgir, tais como acesso a tratamento médicos, perfazendo uma ampla gama de possibilidades.

Os efeitos dos condicionantes da migração, associados aos incentivos e constrangimentos, levam família e indivíduos à tomada de decisão, que tanto pode culminar na migração quanto na permanência. Nesse sentido, uma hipótese é de que a “permanência” é a opção “preferida”, visto ser menos custosa do ponto de vista econômico e social.

A tomada de decisão apresenta como variáveis de peso as características sociodemográficas, pois representam as condições objetivas de indivíduos e famílias para acessar ou não as oportunidades existentes, estando relacionadas a idade, escolaridade e outras características que se mostram relevantes para o enfrentamento do cotidiano, associadas às questões estruturais (MASSEY, 1990).

Na bibliografia encontram-se discussões ricas e abrangentes sobre o processo de tomada de decisão relacionada à migração, tanto aquelas que entendem – diferentemente da perspectiva adotada aqui – o processo como uma escolha puramente econômica-racional (JONG *et al.*, 2005; LUNDHOLM; MALMBERG, 2006), quanto outras que defendem que não se pode separar a análise de movimentos voluntários e involuntários (SABAGH *et al.*, 1969).

Para Courgeau e Lelièvre (2006, p. 345), as razões que colocam o indivíduo em movimento, assim como as que o fazem permanecer, só podem ser compreendidas “when related to their past experience and present circumstances in the domain of family, work, and so on”, e que os mesmos fatores apresentam pesos distintos em cada momento da vida, não permitindo assim uma análise linear das tomadas de decisões.

Essas decisões são sempre relativas, já que eventos podem causar o movimento ou a permanência (COURGEAU; LELIÈVE, 2006), isso devido à análise realizada pelos envolvidos (SABAGH *et al.*, 1969). Os incentivos e constrangimentos, nesse sentido, não

poderiam ser entendidos em termos absolutos, mas sim de acordo com o contexto de indivíduos e famílias (COURGEAU; LELIËVE, 2006), que estaria relacionado a alguns aspectos como a idade, o ciclo vital, questões relativas ao trabalho, etc.

Em relação à idade, Courgeau e Lelièvre (2006) verificaram, a partir de uma análise da história de vida dos indivíduos na França, que a mobilidade daqueles com até 17 anos de idade era semelhante à dos pais, já que estavam acompanhando o movimento familiar. Por outro lado, para as pessoas de 18 a 30 anos, os autores observaram aumento relevante da mobilidade, que estava relacionada à transição para a vida adulta, com movimentos associados à entrada no mercado de trabalho, à saída da casa dos pais e ao início da primeira união.

A idade, nesse sentido, não é uma variável explicativa por si só, mas sintetiza os eventos ao longo da trajetória de vida (COURGEAU; LELIËVE, 2006) e, por isso, não deve ser confundida com o ciclo vital (SPEARE JR., 1970). O ciclo vital tem forte impacto na mobilidade residencial pelos processos envolvidos, como a formação do domicílio, a chegada e saída de filhos e a própria dissolução do mesmo via separação ou morte de algum dos cônjuges (SABAGH *et al.*, 1969).

Nivalainen (2004) aponta que estar em uma união culmina numa redução na tendência à migração, sobretudo as de longa distância. Para o autor, essa relação seria resultado do principal objetivo dos movimentos de curta distância, que é adequar a residência às necessidades da família. Em estudo que buscava analisar o impacto dos diferentes momentos do ciclo vital na mobilidade residencial, McAuley e Nutty (1982) identificaram que os custos e o tamanho do domicílio como sendo fatores preponderantes para aqueles em fases iniciais do ciclo vital, e a localização e acessibilidade para as famílias mais avançadas em seu ciclo.

Além disso, cabe ressaltar outros fatores apontados pela bibliografia, como a tendência à maior mobilidade daqueles que pagam aluguel em relação aos proprietários da residência (SPEARE JR., 1970) e o direcionamento dos fluxos segundo a característica do

local de destino (CADWALLADER, 1982), fatores relevantes para a compreensão dos impactos dos incentivos e constrangimentos.

Dessa forma, todos, em maior ou menor grau a depender do contexto, se deparam no dia a dia com os incentivos e constrangimentos, que seriam inerentes à vivência, sobretudo no ambiente urbano. A escolha por migrar ou permanecer viria a relativizar a percepção destes, mesmo que apenas subjetivamente e por certo período de tempo.¹⁸

Nesse caso, em que momento a migração surgiria como opção em vez da permanência?

Uma resposta direta e objetiva para esta questão se mostra inadequada, diante das várias dimensões que devem ser consideradas, inclusive subjetivas. Matos e Braga (2004, p. 04), discutindo as mudanças na migração nas últimas décadas, colocam duas questões relevantes: “porque alguém se torna um migrante? Porque entre pessoas que estão submetidas aos efeitos das mesmas estruturas econômicas e sociais algumas migram e outras não?”

Para Singer (1976), quando se analisa a migração como processo social, as causas estruturais geradoras dos movimentos também dificultam a mobilidade de determinados grupos. Segundo o autor, o impacto distinto em algumas pessoas, no âmbito do grupo social, estaria relacionado às características sociodemográficas – como idade, *status* marital, escolaridade, etc. –, a partir do que se manifestam os motivos, individuais.

O que importa é não esquecer que a primeira determinação de quem vai e de quem fica é social ou, se se quiser, de classe. Dadas determinadas circunstâncias, uma classe é posta em movimento. Num segundo momento, condições objetivas e subjetivas determinam que membros desta classe migrarão antes e quais ficarão para trás (SINGER, 1976, p. 237).

¹⁸ Apesar de se salientar a importância da percepção dos indivíduos em relação aos incentivos e constrangimentos, a presente pesquisa não pretende se enveredar por esta linha, mas sim focar nos aspectos mais objetivos do processo, visto que estes teriam maior peso para as tomadas de decisões.

Os próprios questionamentos em relação aos que se colocam em movimento elucidam a existência de outros fatores que podem impactar na decisão por migrar. Matos e Braga (2004), assim como Cunha *et al.* (2013), salientam que as redes sociais podem ter papel relevante, pois, via redes migratórias,

o processo de integração do migrante à região [de destino] seria facilitado, haja vista que pelo menos um dos riscos (e também custos) inerentes à migração – no caso, oportunidades de moradia/habitação no momento de chegada à região – seria minimizado (CUNHA et al., 2013, p. 25).

Assim, as redes migratórias comporiam o processo de tomada de decisão devido ao entendimento de que relativizariam condições objetivas relacionadas às condicionantes e aos incentivos e constrangimentos.

Cabe destacar, nesse sentido, que, no âmbito destes, a decisão de ficar – que também pode ser a ausência de condições de migrar – impactaria a própria visão destes: se relativizaria enquanto a permanência fosse possível, vindo após isso o indivíduo/família a realizar a mobilidade residencial, reavaliando as condições de vida e iniciando, em outra localidade, o processo de relacionar as condições de vida e os incentivos e constrangimentos inerentes ao novo contexto territorial a que se submetem.

O ponto-chave, nesse caso, seria identificar o momento e os fatores decisivos para a tomada de decisão. Sabe-se, como reforçado antes, que ela é permeada por diversos fatores atuando conjuntamente e que o presente trabalho não teria condições de identificá-los pormenorizadamente. Dessa forma, o objetivo é menos ambicioso, focando em discutir e analisar a especificidade territorial da RM de Campinas e como a estrutura de incentivos e constrangimentos tem afetado a mobilidade residencial intrametropolitana, seja em termos numéricos e, principalmente, qualitativos, seja no que se refere às características dos que se movem.

Para tanto, na próxima seção, busca-se analisar a possível relação entre a produção do espaço urbano e a mobilidade, visto que se entende que neste processo pode haver

reveladoras ações e mecanismos que, direta ou indiretamente, estejam conformando a estrutura de incentivos e constrangimentos.

1.3. A produção do espaço urbano e a mobilidade populacional

O espaço urbano modificou-se de maneira relevante ao longo do século XX, tanto em relação ao seu tamanho quanto na sua forma, o que alterou a organização da sociedade e colocou as discussões sobre o mesmo no posto de principal processo para a compreensão das mudanças sociais.

Gottdiener (2010) aponta, para o caso norte-americano, que o Censo Demográfico de 1980 apresentou dados que comprovaram aquilo que se estava observando: o crescimento das periferias em detrimento do centro, que culminou numa nova forma de organização da sociedade. Houve relevantes modificações espaciais, com uma cidade mais dispersa e segmentada, visto que aqueles que buscavam as áreas mais periféricas da cidade compunham a classe média norte-americana.

Tais mudanças representaram não apenas ampliação, mas também mudanças qualitativas dos espaços de assentamento, o que tornou obsoletas as principais abordagens sobre o urbano até aquele momento (GOTTDIENER, 2010).

Numa tentativa de compreender as mudanças ocorridas, Soja (2000) discute que a formação observada seria a “pós-metrópole”, conceito que se referiria aos diversos aspectos da mudança urbana e das literaturas que emergiram da tentativa de interpretação prática e teórica dessas mudanças. Segundo Soja (2013, p. 144), a análise exploratória dessas mudanças passaria, necessariamente, pela “nova e flexível economia pós-fordista altamente informatizada; a globalização do capital, do trabalho, da cultura, e a revolução complementar nas tecnologias da informação e das comunicações”.

Essa combinação de elementos, já complexa por natureza, tem no caso brasileiro alguns elementos extras, uma vez que a nossa condição periférica na economia mundial

culmina num relativo atraso em relação a essas revoluções tecnológicas. Assim, o exemplo estadunidense explicitado anteriormente não pode ser apreendido em sua totalidade para análises do caso brasileiro, tanto no processo quanto na forma resultante.

Tais especificidades, entretanto, não inviabilizam a análise a partir do modo econômico como as espacialidades vão sendo criadas, visto que a abordagem das formas geradas é resultado dos diversos processos atuantes (SANTOS, 1985) e estão por detrás das mudanças urbanas.

No caso brasileiro, Martine e McGranahan (2011) apontam a urbanização como exemplo malsucedido de transição, pois este teria sido o momento de planejar o crescimento das cidades de forma sustentada e equilibrada, o que não ocorreu e gerou grandes problemas sociais nas cidades brasileiras. Os resultados gerados são o ponto de partida para o desenvolvimento de todos os processos posteriores, fato que torna o caso brasileiro específico e, de certa forma, semelhante aos de outros países pobres.

A periferização da população nas áreas metropolitanas, entretanto, deve ser analisada em dois momentos distintos. O primeiro refere-se ao período da intensa urbanização, propiciada pelos grandes contingentes de migrantes de origem rural que, ao chegarem à metrópole, viam como opção a ocupação das áreas mais distantes da área central, com pouca ou nenhuma infraestrutura. O segundo, mais recente, se dá com a metrópole já consolidada, momento em que a expansão ocorre de forma mais lenta e são as grandes reformas e mudanças de uso nas áreas mais centralizadas e atraentes ao capital – ou seja, dinâmicas internas da própria cidade – que impactam a distribuição espacial da população que, dependendo da sua renda, ocupa áreas periféricas com distintos níveis de habitabilidade.¹⁹

No primeiro caso, no âmbito de uma transição urbana rápida, os mais pobres, representando parcela majoritária do crescimento urbano e motor essencial do desenvolvimento, não tiveram seu lugar contemplado (MARTINE; MCGRANAHAN, 2010), sendo alocados nas periferias da cidade. As periferias, nesse sentido, devem ser

¹⁹ Para o caso de São Paulo, ver Fix (2007).

entendidas como uma contraposição ao centro, ao maior acesso que este propicia em relação às necessidades cotidianas, como trabalho, saúde, educação, etc. (VILLAÇA, 1993), representando também um processo social a partir da imposição de poder econômico e político que a centralidade representa (FIX, 2009).

O processo de expansão e consolidação das regiões metropolitanas solidificou as periferias, ao mesmo tempo que as grandes distâncias em relação ao centro inicial culminaram na criação de novas centralidades para o atendimento das necessidades básicas desta população periférica. Cabe salientar, entretanto, que a polinucleação das áreas urbanas não torna obsoleta, numa escala espacial mais ampla, a tradicional abordagem centro-periferia, pois as oportunidades permanecem concentradas e, de modo geral, “as periferias existem na medida em que se relacionem com o centro e se definam em função dele” (COSTA, 2006, p. 13).

Nas discussões mais recentes sobre periferização, fala-se em “novas periferias”, que estariam relacionadas aos processos políticos e

de reprodução contemporânea da metrópole em toda a sua complexidade, com ênfase na expansão urbana, nos espaços de interface entre o construído e o não construído, entre as áreas de ocupação densa e as áreas de preservação, entre espaços consolidados e aqueles em processo de transformação (COSTA, 2006, p. 13)

Matos (2005) entende que as grandes distâncias que separam as novas periferias dos centros impactam os custos e o tempo de locomoção, culminando numa população semi-imobilizada espacialmente, acessando em grande parte apenas as antigas periferias, agora consolidadas. A restrição de acesso às oportunidades, nesse caso, culminaria num aprofundamento da pobreza de forma cumulativa, visto que foi a própria pobreza que levou a população a residir nesta localidade.

Para Torres e Marques (2004), muitas destas periferias poderiam ser denominadas hiperperiferias, pois trata-se de áreas onde elementos negativos como ausência de trabalho, rendimento escolar insuficiente, saneamento precário, violência e pobreza reforçar-se-iam

mutuamente, criando condições inadequadas de reprodução social para os grupos populacionais residentes.

Independentemente do termo, é evidente que as áreas urbanas, das mais diversas características e qualidades, continuam a ser produzidas e reproduzidas, criando novos espaços de assentamentos “adequados” às distintas características dos grupos populacionais, ou, mais especificamente, a capacidade de pagamento/crédito de cada um desses grupos.

Harvey (2011) aponta que, nas últimas décadas, a produção do urbano tem se tornado cada vez mais relacionada à reprodução do capital, representando recentemente o “porto seguro” em épocas de crise. Para Carlos (2011, p. 60), “a produção do espaço se insere na lógica da produção capitalista que transforma toda a produção em mercadoria”, interferindo, a partir da imposição do valor de troca como meio de acesso, nas possibilidades de ocupação do espaço, sendo o principal mecanismo para tal reprodução.

Tendo em vista a presente discussão, qual seria a relação entre a produção do espaço urbano e a mobilidade?²⁰

Tanto a migração quanto a mobilidade pendular estão explícitas em diversas pesquisas que tinham como objeto uma ou a outra, acabando por serem observadas influências mútuas, não necessariamente na mesma medida, mas que reforçam tal ligação.

Segundo Cunha (1994), a migração intrametropolitana na RM de São Paulo, ao longo da década de 1970, gerava movimentos que deveriam ser considerados a partir da centralidade dessa área no recebimento de fluxos migratórios inter-regionais, sendo que seus resultados inserem-se

num contexto mais geral da estruturação da Região Metropolitana de São Paulo, que envolve não apenas aspectos históricos, questões geomorfológicas e infraestruturais, mas também elementos ligados ao processo de (re)produção social do espaço, como o acesso à terra, à divisão regional do trabalho etc. (CUNHA, 1994, p. 26)

²⁰ Utiliza-se mobilidade para referenciar tanto a migração e a mobilidade residencial quanto a mobilidade pendular (movimento, diário ou não, entre a residência e o trabalho desde que em municípios distintos).

A partir do perfil socio-ocupacional do residente na RM de São Paulo na década de 1990, Pasternak e Bógus (2008) analisaram a distribuição espacial dos trabalhadores segundo a inserção produtiva. Utilizando como pano de fundo a reestruturação produtiva e a centralidade do trabalho para a reprodução social dos indivíduos, as autoras verificaram mudanças no perfil regional que não se apresentavam com uma clara dualização como sugerida por Sassen (1998) para as cidades globais, mas sim uma nítida segmentação territorial de acordo com a condição de inserção, fato relacionado, neste caso, com as possibilidades de acesso à terra segundo a renda.

A distribuição espacial da população estaria fortemente relacionada ao trabalho exercido, mas não se discutem as limitações de acesso a ele provocadas por este local de moradia. Se a relação entre a inserção produtiva e o local ocupado na metrópole tem como resultado socioespacial a segmentação territorial (PASTERNAK; BÓGUS, 2008), necessita-se considerar que o local de moradia pode facilitar ou dificultar o acesso ao mercado de trabalho (ALONSO, 2013).

Cabe ressaltar, entretanto, que não se está desconsiderando a importância do trabalho enquanto dimensão explicativa da organização socioespacial, nem reificando o espaço enquanto dimensão mais importante. O que se reforça é que ambos estão imbricados, são interdependentes e não podem ser vistos isoladamente, principalmente nas grandes aglomerações (BOURDIEU, 2013).

Brito e Souza (2005, p. 52), analisando a RM de Belo Horizonte, observaram que a reorganização das atividades econômicas entre os municípios componentes da região e a “ação concomitante do capital imobiliário proporcionaram uma redistribuição espacial da população através de uma intensa migração – prioritariamente, entre a capital do aglomerado urbano e os municípios vizinhos”. Tal migração culminou na geração de fluxos de mobilidade pendular, que, segundo os autores, era resultado da ligação entre a mobilidade residencial intrametropolitana, a expansão urbana e a distância entre o lugar de residência e o de trabalho.

Entendimento semelhante é encontrado em Cunha *et al.* (2013, p. 434), quando afirmam que a mobilidade pendular

é resultado do descompasso da ocupação dessas regiões em termos demográficos e econômicos, cujos condicionantes têm sido considerados tanto a partir de uma visão macro, em geral ligada ao processo de produção do espaço e localização das atividades produtivas, quanto a elementos microssociais, tais como as novas preferências de moradia, principalmente da população de mais alta renda.

A análise da migração – em modalidades de curta distância e com origem e destino no urbano – e da mobilidade pendular, dessa forma, tem necessariamente levado a uma aproximação dos processos de produção do espaço urbano. Neste, inclusive, devem-se considerar novas ações de grande monta que estão ocorrendo recentemente e que, possivelmente, culminarão em modificações relevantes na dinâmica de outros fenômenos urbanos, como aqueles analisados aqui.

A maior dessas ações talvez resida nos grupos sociais que estão sendo atendidos pelo mercado imobiliário formal, o que representa mudança relevante em relação ao observado anteriormente e pode, no médio prazo, culminar em modificações nas dinâmicas e na organização socioespacial da população.

Costa (2006b, p. 103-104) analisa que os estudos do mercado formal de habitação estavam perdendo relevância, tanto por não apresentarem novas abordagens para a compreensão da realidade urbana quanto “por se restringirem a mercados cada vez mais restritos, elitizados e em claro descompasso com as demandas cotidianas da maior parte da população”.

Nos últimos anos, entretanto, e como resultado de processos de escalas mais amplas, o mercado formal vem passando por relevantes modificações. Segundo Fix (2009, p. 46), há uma adaptação da “lógica especulativa mercantil” da produção do espaço às novas condições.

Se o espaço urbano representa o principal lócus de reprodução do capital nos momentos de crise (HARVEY, 2011), o atendimento a uma parcela maior da população que circula neste espaço significa fator de alta relevância para a garantia da reprodução do capital. Nesse sentido e, mais especificamente, no caso brasileiro, a atuação do Estado por meio do programa Minha Casa Minha Vida culminou em mudanças na forma como o mercado habitacional vinha atuando, possibilitando o atendimento via mercado formal a um público mais amplo.²¹

De acordo com Fix (2011), o objetivo do programa foi direcionar o mercado habitacional para atender a uma parcela antes descoberta, que, pela limitação de renda, estava desassistida. Por outro lado, o formato escolhido de atuação, via incentivo às construtoras, representou a manutenção do problema fundiário, pois não implementou a democratização do acesso a terra, que seria o principal entrave para o atendimento dos grupos com menor renda.

Nakano e Cunha (2012) apontam que, se os problemas habitacionais das grandes cidades se assentam nos modos desiguais e excludentes de produção de moradias e de localização, é por outros meios que se podem resolver tais problemas, fora dos mercados fundiário e imobiliário formais e informais, que não conseguem atender à demanda da população com menor renda.

A escolha via mercado, além de inviabilizar a produção da habitação a custos mais baixos, culminou no distanciamento das construções das áreas mais valorizadas (FIX, 2011). Nesse caso, mesmo via mercado formal, a população de baixa renda agora assistida permaneceu sendo alocada em áreas distantes de onde se concentram as oportunidades, mas agora com infraestrutura minimamente adequada.

Do ponto de vista demográfico, cabe salientar que a redução do crescimento demográfico, observado em maior medida nas áreas metropolitanas, tenderia a arrefecer a expansão urbana e, conseqüentemente, a limitar a possibilidade de expansão do mercado imobiliário, sobretudo o habitacional. Por outro lado, considerando a relevância de tal

²¹ Para uma análise mais detalhada sobre o programa, ver Fix (2011).

mercado para a reprodução do capital e as especificidades do caso brasileiro – que Fix (2011) entende como um padrão de acumulação mais baixo e enormes desigualdades sociais e regionais – vê-se que a mobilidade, em seu sentido mais amplo, tem representado para as grandes aglomerações um relevante mecanismo de reprodução do capital, via produção do espaço, tanto por meio da ocupação de áreas mais distantes e da consequente valorização dos entremeios, das áreas desocupadas menos distantes,²² quanto pela própria comercialização de moradias de diversos tipos agora para um público maior.

Em relação à mobilidade e mais especificamente à migração, tais mudanças, sobretudo com maiores ofertas no mercado formal de habitação, representam novos incentivos que abrangem uma proporção maior da população residente. Nesse sentido, se a produção do espaço urbano se modifica, a dinâmica do fenômeno migratório tende também a se modificar.

A migração nas áreas urbanas, principalmente a mobilidade residencial intrametropolitana, a partir dos processos de (re)produção do espaço urbano, pode ser entendida como resultado da estrutura de incentivos e constrangimentos, a partir das condições estruturais e conjunturais a que estão expostos os indivíduos e famílias nas respectivas localidades.

Concomitantemente, a reorganização espacial da população gera outras consequências, como novos incentivos e constrangimentos a partir da mudança no uso e ocupação das áreas e da valorização diferencial resultante.

O foco nos atores e suas ações, mais especificamente o Estado e o mercado imobiliário, mostra-se central para a análise da produção do espaço e das consequências em relação à distribuição espacial da população. Em relação a esses atores, Costa (2006, p. 13) reforça que o referencial para a compreensão dos processos urbanos entende a expansão como a “materialização das formas particulares de atuação do Estado, dos movimentos

²² Estas áreas, justamente por estarem entre as já consolidadas e aquelas em processo de ocupação, são “cortadas” pelas infraestruturas, tornando assim o valor da terra maior em relação ao período anterior. Além disso, na perspectiva de Villaça (1993), tais áreas passariam a não mais representar a completa periferia, pois estariam mais centralizadas em relação a outra área de ocupação recente, passando por um processo de valorização a partir desta “centralização” relativa.

sociais e do capital, em especial o imobiliário/fundiário, tanto em termos sociodemográficos como espaciais”.

Corrêa (2011) cita como agentes relevantes para o urbano os proprietários dos meios de produção e de terras, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos excluídos, e observa que a produção do espaço “é consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade” (CORRÊA, 2011, p. 43).

A estruturação desses conflitos e as contradições entre os diversos agentes que promovem a produção do espaço têm como resultado a mobilidade, necessária para reprodução cotidiana dos habitantes das grandes aglomerações. Isto ocorreria pelo fato de a produção do espaço ser socializada, enquanto a apropriação permanece privada (CARLOS, 2011), gerando as injustiças socioespaciais a partir da forma como os grupos sociais estão dispostos pelo espaço urbano.

A estrutura de incentivos e constrangimentos, resultado deste complexo emaranhado de condicionantes da vida urbana, é base da geração, direcionamento e características dos fluxos migratórios, devendo ser analisada a partir do aprofundamento da relevância econômica pela qual as áreas urbanas têm passado, além da entrada de novos grupos sociais enquanto alvo do mercado formal de habitação, o que significa, ao menos, novos incentivos e constrangimentos a um grupo maior de população.

Diante do exposto, explicita-se que a hipótese principal da presente pesquisa entende que a mobilidade residencial intrametropolitana, com grande relevância para a redistribuição espacial da população e para a estruturação do espaço metropolitano, responderia a dois fatores. O primeiro, já bem apresentado pela bibliografia a respeito (CUNHA, 1994; RIBEIRO; LAGO, 2001; BAENINGER, 2005; MATOS, 2005, entre outros), refere-se à alimentação do fenômeno, que apresenta relação com os fluxos migratórios de mais longa distância, visto que impactam o crescimento e a posterior necessidade de se movimentar buscando uma localização mais adequada. O segundo e

principal, corresponde aos destinos dos fluxos de mobilidade residencial intrametropolitana, que respondem à estruturação do espaço já consolidado do ponto de vista urbano, devido aos custos locacionais diferenciados, o que, ao longo do tempo, tende ao reforço dessa estruturação e à intensificação da segmentação territorial da metrópole.

Destaca-se que esses custos diferenciais e as oportunidades imobiliárias estão relacionadas aos incentivos e constrangimentos do mercado de terras, e não podem ser entendidos dissociados do mercado de trabalho, devido a concentração espacial das oportunidades e das suas mudanças em termos de empregabilidade e renda ao longo do tempo. Nesse sentido, a interação entre os mercados, de terras e trabalho, teria impacto no potencial redistributivo, contando que as condições de acesso a ambos continuem desiguais em termos sociais e espaciais.

Outra hipótese, nesse sentido, refere-se aos incentivos e constrangimentos que estão na base de geração dos fluxos de mobilidade residencial. Diante do contexto da RM de Campinas, espera-se que estes sejam resultados interdependentes entre, de um lado, os custos de habitação diferenciados e das oportunidades imobiliárias que foram surgindo e, de outro, da inserção produtiva, que limita territorialmente as possibilidades de áreas de habitação, justamente pela concentração das oportunidades em alguns municípios, sobretudo nas áreas mais próximas a Campinas.

Quando consideradas as características daqueles que se colocam em movimento, a idade aparece como fator de grande relevância por dois motivos principais: a busca pela consolidação no mercado de trabalho, para os migrantes de longa distância; e os momentos do ciclo vital, para a mobilidade residencial intrametropolitana, ou seja, a saída da casa dos pais e a formação de um novo domicílio, ou a adaptação a mudanças na família, como a chegada de um filho ou a separação do casal.

Assim, espera-se uma diferenciação na idade daqueles que se dirigem para áreas mais periféricas (mais jovens) em relação aos fluxos para áreas com melhores acessos e qualidade construtiva: estando mediadas pela possibilidade de pagamento e endividamento, o consumo de produtos imobiliários com maior valor agregado demanda acúmulo de renda,

que está relacionado ao tempo no mercado de trabalho e à qualidade da inserção laboral, fortemente impactada também pela escolaridade. Todos estes fatores são, de certa forma, influenciados pela idade.

Outra hipótese a se destacar corresponde às diferenças de mobilidade entre os proprietários e os locatários: se a propriedade da residência pode, em muitos casos, ser considerada fator de segurança econômica para a família, sua baixa liquidez e os custos econômicos e sociais da compra e venda seriam constrangimentos para a mobilidade. Já os locatários, justamente por não se sentirem constrangidos por estes custos, tendem a apresentar maior mobilidade em relação aos proprietários.

O que se revela, nesta concepção, é que a mobilidade populacional, abarcando tanto a mobilidade residencial quanto a cotidiana casa-trabalho (pendular), representa mecanismo relevante para a contínua reprodução do capital via produção do espaço. É provável, neste caso, que os resultados sociais verificados, como o aprofundamento da desigualdade social (DOTA, 2012; DOTA; CUNHA, 2012) e a segregação socioespacial (CUNHA *et al.*, 2006; SILVA NETO; GOMES, 2011), estejam relacionados com a modificação dos usos da infraestrutura urbana em nível regional (RODRIGUES; BUSSO, 2009), que tende a ser mais recorrente numa conjuntura em que a mobilidade, mais do que resultado, seja parte fundamental da economia capitalista enquanto mecanismo de reprodução do capital.

Capítulo 2

O contexto territorial da RM de Campinas

Considerando o exposto anteriormente, a análise de processos e fenômenos que impactam de algum modo a organização da RM de Campinas, da mesma forma como para outras localidades, dificilmente poderia ficar restrita aos limites regionais, necessitando de uma escala de análise de maior amplitude. Mostra-se fundamental uma análise territorial mais abrangente, que apresente o contexto em que a RM de Campinas está inserida, pois, em maior ou menor grau, trata-se de áreas cada vez mais interdependentes e inter-relacionadas.

Nesta escala devem estar presentes não apenas variáveis econômicas, de fundamental importância, mas também aquelas de ordem demográfica, sobretudo a migração, que teve papel central na conformação do Estado de São Paulo como um todo, e nesta região em particular.

A RM de Campinas²³ situa-se numa porção do território nacional onde se encontra a maior aglomeração, em nível nacional, de objetos que representam o desenvolvimento econômico capitalista. Tal localização dá a essa região características peculiares, possibilitando entender o desenrolar dos processos econômicos e sociais que a conformaram nas últimas décadas.

Santos e Silveira (2008, p. 253) entendem que não há novidades, especificidades, sem que algo tenha havido antes: “a dinâmica globalizante não apaga restos do passado,

²³ A RM de Campinas é composta por 20 municípios (Americana, Arthur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo) e foi criada oficialmente em pela Lei Complementar Estadual n. 870, de 19/06/2000, e alterada pela Lei Complementar n. 2, de 25 de fevereiro de 2014.

mas modifica seu significado e acrescenta, ao já existente, novos objetos e novas ações características ao novo tempo”. Essa leitura dos processos, que considera a história e a materialização, explicita tanto a ocorrência da criação cumulativa de estruturas quanto a consequente diferenciação das áreas. Assim, as regiões mais privilegiadas com investimentos estratégicos em dado momento tendem a continuar à frente, mesmo que essa dianteira tenha representado, em grande parte, a modernização dos aspectos econômicos, de produção e distribuição, e não necessariamente ganhos sociais.

Porém, antes de entrar nas peculiaridades territoriais da RM de Campinas, cabe um posicionamento em relação à “região”, visto que, mais do que um grupo de municípios aleatórios, este conceito – usado muitas vezes como um simples termo – mostra-se central para as discussões sobre a dinâmica demográfica nas áreas urbanas recentes.

Quando uma região é colocada em pauta, está-se falando de um recorte que pode estar além dos limites político-administrativos tradicionais, pois regionalizar é um método que atende aos interesses de quem recorta (HAESBAERT, 1999).

[...] a sobreposição das escalas de ocorrência dos fenômenos sociais, muito mais intrincada no mundo contemporâneo, dificulta a análise regional na medida em que é muito raro encontrar espaços “coerentes” e cuja especificidade possa ser analisada independente de sua inserção em processos visíveis em outros níveis escalares. Regionalizar num mundo em globalização é uma tarefa duplamente difícil: como se pode dividir o que em tese está em crescente processo de integração? Como se pode distinguir espaços num mundo que se diz em processo de homogeneização? (HAESBAERT, 1999, p. 20)

A leitura das especificidades da região, nesse sentido, fica limitada se não forem considerados os motivos que tornaram este recorte uma região coerente.²⁴ No caso das regiões metropolitanas, que carregam consigo o planejamento integrado como principal motivo para sua delimitação a partir da integração socioespacial, da complementariedade e

²⁴ Cabe salientar, nesse sentido, que a busca por tais especificidades regionais, no momento recente, está além dos métodos da “Geografia Regional francesa”, cuja descrição e enumeração dos elementos componentes de dado recorte se mostravam como meio para analisar a diferenciação entre as áreas (MORAES, 2002). O avanço em relação aos métodos desta escola está na compreensão de que a sociedade, mais do que um elemento presente, tem papel fundamental numa relação dialética de transformação com o espaço, além de que os limites regionais não são delimitados pelos aspectos físicos-territoriais, mas sim segundo o fenômeno que se está enfocando.

da fluidez entre seus municípios, as análises de processos e fenômenos que vão conformando sua expansão e reorganização são fundamentais para que o planejamento possa se efetivar, alcançando seus objetivos.

A necessidade de implementar um plano eficiente mostra-se de suma relevância, visto que nas metrópoles da América Latina os processos urbanos recentes têm apontado para um aprofundamento da segregação socioespacial (RODRIGUES 2008), que representa uma das manifestações da reprodução das desigualdades socioespaciais (ROGRIGUES; ARRIAGADA, 2004).

Segundo Henderson *et al.* (2004), as novas discussões sobre região a consideram parte de um conjunto mais amplo, com peculiaridades que impactam as possibilidades de tirar proveito dos processos econômicos em uma escala mais ampla e, conseqüentemente, de geração e distribuição de riquezas.

No caso da RM de Campinas, deve-se considerar a conjuntura do Estado de São Paulo, que encabeça o desenvolvimento nacional nos moldes da globalização e concentra parte importante da riqueza, distribuída numa área relativamente ampla, da qual esta região faz parte. Nas últimas décadas, têm se observado mudanças de grande monta, tanto estruturais quanto na morfologia, que estão relacionadas às adequações para atender à demanda do capital globalizado e às novas formas deste se reproduzir nas mais diversas áreas do mercado.

O adensamento urbano do Estado de São Paulo pode ser citado como exemplo desse processo, representando ainda parte de uma constante renovação. Lencioni (2013, p. 2), discutindo o caráter metropolitano que tem se expandido, defende que a reestruturação produtiva, em curso pelas modificações do modo de produção, deve ser entendida “como uma estruturação nova que se impõe à antiga e, ao mesmo tempo contém germes de um futuro. Pensado, portanto como uma totalidade dialética e não sistêmica, em processo e não acabada”.

Para Soja (1993), a reestruturação é uma busca por um arranjo que possibilite a sobrevivência do capitalismo e, portanto, inclui perspectivas espaciais, temporais e sociais.

Uma das concepções de reestruturação tem como pano de fundo o conceito de “condições gerais de produção”,²⁵ partindo do entendimento de que existe um limite viável para a expansão das atividades econômicas no território, sendo que tal limite restringe-se à possibilidade de extração de lucro. Esse seria o fator da geração de um complexo industrial territorialmente concentrado no Estado de São Paulo (LENCIONI, 2013).

A dispersão espacial, apesar de limitada, mostra-se fundamental para os processos econômico-espaciais, visto que

os problemas de distância têm um papel cada vez menor na limitação da mobilidade geográfica do capitalismo. Isso não significa, porém, que as diferenças geográficas não importam mais. Precisamente o contrário: o capital altamente móvel presta muita atenção até mesmo nas pequenas diferenças nos custos locais porque geram lucros mais elevados. (HARVEY, 2011, p. 133)

Chama-se a atenção para a importância da diferenciação dos lugares, que se mostram como um dos fatores fundamentais para a reprodução do capital (HARVEY, 2011). A análise histórica associada à difusão diferencial dos equipamentos e ações (SANTOS; SILVEIRA, 2008) é base necessária para entender como estas desigualdades foram gestadas e, mais do isso, como são relevantes para compreender os resultados sociais presentes.

Soja (1993, p. 99) afirma que a forma como o espaço se organiza, na relação “espaço-classe”, se dá a partir das “relações espaciais de produção socialmente criadas e polarizadas”, gerando assim as desigualdades socioespaciais tão comuns nas cidades brasileiras e entre regiões.

²⁵ Lencioni (2013, p. 4) define este conceito como a produção de condições que viabilizam um conjunto de empresas operar. “Essas condições gerais são de grande diversidade: desde equipamentos e serviços para o atendimento da reprodução da força de trabalho, bolsas e bancos para realizar a circulação comercial e financeira ou aeroportos e estradas para a circulação de mercadorias e pessoas”.

As áreas que, historicamente, beneficiaram-se das fases econômicas receberam maior proporção de investimentos e, com isso, apresentaram ao longo do tempo melhores condições de infraestrutura. Num processo histórico cumulativo, que está na base das desigualdades regionais, hoje são essas áreas mais “atrativas” que sofrem o impacto direto da globalização, transformando suas características segundo essa nova lógica política-econômica-territorial.

Cabe salientar, entretanto, que

O comportamento dos agentes e dos lugares que não são globalizados é, direta ou indiretamente, influenciado e, em muitos casos, subordinado, acarretando com isso efeitos não desejados e não previsíveis. (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 258)

Harvey (2011, p. 119), analisando as dinâmicas econômicas nas várias localidades, reforça que não se pode compreender o aparente sucesso econômico-social de uma região como resultado exclusivo da própria, mas sim de forma interdependente entre os lugares, ou seja, o sucesso de uns em detrimento de outros.

A divisão de tarefas e sua conseqüente integração – ou a divisão territorial do trabalho – refletem as diferenças territoriais vislumbradas. Lencioni (2013) cita que as mudanças observadas nas últimas décadas no Estado de São Paulo, enquanto resultado da reestruturação produtiva, têm gerado a formação de um novo “fato urbano de caráter metropolitano”, que estaria resultando em uma

região metropolitana ampliada, incorporando novos espaços ao processo de metropolização e reafirmando a primazia de seu centro pela concentração das atividades de serviços especializados relacionados, principalmente, à gestão do capital, contém uma densa rede social e territorial, bem como uma intensificação dos fluxos imateriais que permitem sua captura pela rede urbana mundial [...]. (LENCIONI, 2013, p. 3)

Para Reis Filho (2006), a organização da vida cotidiana nestas áreas extrapola os limites locais e, portanto, coloca novas necessidades em relação aos recortes de análise para

a compreensão dos fenômenos urbanos, sobretudo aqueles que impactam a produção do espaço.

A extensão espacial da produção econômica e da infraestrutura básica para tal resulta em novas configurações territoriais, sendo que a escala regional, enquanto instrumento de análise e de planejamento, tem sido colocada em debate na busca da melhor maneira de se apreenderem os processos que estão sendo gestados,²⁶ com grande ênfase para aqueles socioespaciais (CUNHA *et al.*, 2013).

Esta perspectiva de regionalização entende as regiões como um produto da divisão territorial do trabalho, analisando-as como “regiões funcionais, hierarquizadas de acordo com a área de influência das cidades” (HAESBAERT, 1999, p. 22).

Moura (2012, p. 11) defende que “a escala regional recoloca-se na agenda teórica e política internacional, tanto pela sua compreensão como uma localização estratégica da atividade econômica quanto como uma escala para integração da sociedade civil”, apresentando o conceito “arranjos urbano-regionais” como opção para a análise destes novos processos.²⁷

Segundo Soja (2000), existiriam, nesse sentido, novos processos de urbanização sendo gestados nas grandes aglomerações. O autor defende que se estaria vivendo o momento da “pós-metrópole”, pois os processos não apresentam uma tendência clara como era identificada quando a metrópole se formava, verificando-se, concomitantemente, descentralização e recentralização, desterritorialização e reterritorialização, homogeneidade

²⁶ Soja (2013) entende que o aumento da relevância das discussões acerca de regiões e regionalismos, muito coerentes para as áreas urbanas recentes, está diretamente atrelado a uma perspectiva de análise espacial, em ascensão entre geógrafos urbanos e planejadores de modo geral.

²⁷ Segundo Moura (2012, p. 12), “esses arranjos são unidades concentradoras de população, com relevância econômico-social e infraestrutura científico-tecnológica, com elevada densidade urbana, forte articulação regional e extrema complexidade, devido à multiplicidade de fluxos multidirecionais de pessoas, mercadorias, conhecimento e de relações de poder que perpassam seu interior, participando de modo mais integrado, nos âmbitos estadual, nacional e internacional, como principais elos de inserção nos estágios mais avançados da divisão social do trabalho. Caracterizam-se, fundamentalmente, pela multiplicidade escalar, que é elemento ao mesmo tempo potencial e complexo para o desempenho de ações articuladas, práticas de cooperação e união na busca do desenvolvimento e da solução de problemas comuns”.

e heterogeneidade, e integração e desintegração socioespacial, culminando assim numa área espraiada e polinucleada.

Esta dinâmica do urbano em escala ampliada torna mais complexos o planejamento e a própria análise, em função da multiplicidade de elementos observados quanto maior for a área de influência. Soja (2013) aponta para novas discussões acerca da “urbanização regional”, que podem representar uma opção para um planejamento mais eficiente do ponto de vista social, ao olhar o urbano com uma perspectiva ampliada. Assim, o autor reforça o foco regional e a análise espacial como saída para a solução dos problemas urbanos recentes, visto que “este modo metropolitano de crescimento urbano está agora sendo suplantado e reconstituído, trazendo à tona uma nova fase de urbanização regional multiescalar” (SOJA, 2013, p. 153).

Nessa perspectiva, uma proposta de regionalização considerando as especificidades do território paulista é a da Macrometrópole Paulista, que vem sendo trabalhada pela Emplasa (2012). Percebem-se, neste caso, a importância e a complementariedade existentes em tal recorte espacial, apesar de alguns municípios, entre os 173 constantes, não necessariamente apresentarem dinâmica que explique presença no recorte (Mapa 1). Neste caso, concorda-se com Moura (2012), para quem muitos recortes regionais levam mais em consideração aspectos políticos do que efetivamente socioeconômicos ou demográficos.

Haesbaert (2010, p. 3) questiona:

Se vivemos o tempo da fluidez e das conexões, como defendem tantos, como encontrar ainda parcelas, subdivisões, recortes, “regiões” minimamente coerentes dentro deste todo espacial pretensamente globalizado?

Nessa perspectiva, qualquer regionalização proposta deve ter objetivos muito claros, uma vez que a região torna-se, neste novo contexto, um recorte dinâmico a depender das variáveis elegidas para tanto.

Regionalizar, como método de análise, deve levar em conta os interesses específicos e considerar de forma abrangente aqueles processos que, direta ou indiretamente, se relacionam e impactam o fenômeno a ser observado.

A regionalização deve estar sempre articulada numa análise centrada na ação dos sujeitos que produzem o espaço e na interação que eles estabelecem [...], ou seja, o espaço sempre visto em seu sentido relacional, totalmente impregnado nas dinâmicas de produção da sociedade (HAESBAERT, 2010, p. 6).

Cunha *et al.* (2013, p. 441), analisando a mobilidade pendular enquanto reflexo da diversidade espacial e sociodemográfica das metrópoles paulistas, apontam para a necessidade de um olhar mais ampliado que considere as partes constituintes:

As novas formas de organização social nesse processo de urbanização metropolitana geram grande mobilidade e reforçam a necessidade da análise espacial compreender os movimentos do território, além dos limites das divisões administrativas e conceituais da cidade.

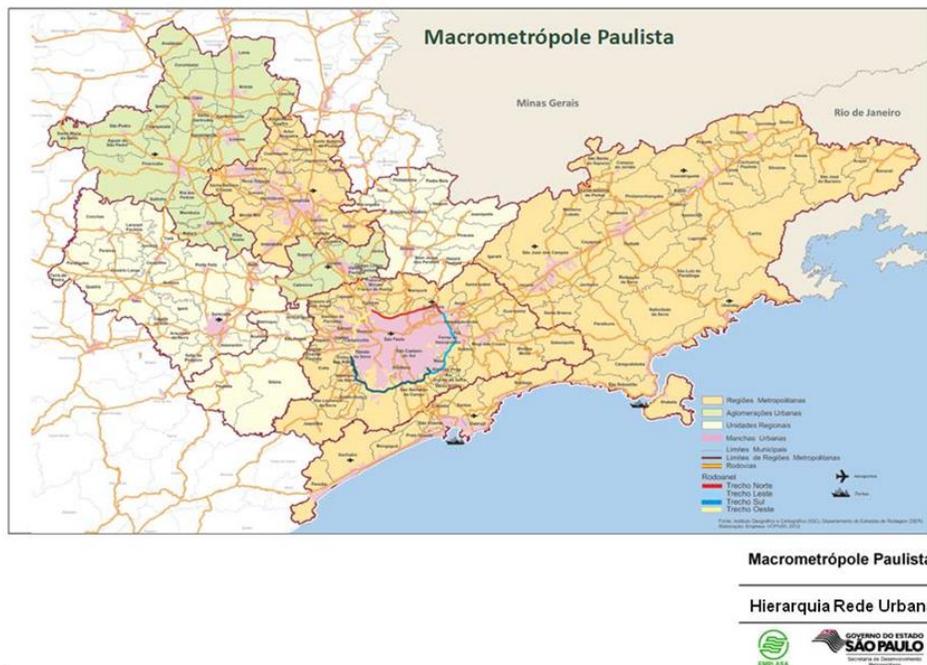
Outra proposta de análise para a dinâmica urbana do Estado de São Paulo é aquela trazida por Lencioni (2013, p. 7), para quem o conceito “cidade-região” seria adequado, pois se constituiria “num fenômeno do estágio de desenvolvimento do mundo atual e num nó essencial da economia global”. A cidade-região, no entanto, seria reforçada pelos resultados da reestruturação produtiva, “como constituição de uma lógica histórica de reprodução do capital, ao alterar as determinações das estratégias e práticas territoriais da indústria” (LENCIONI, 2013, p. 6), reafirmando a tradicional área industrial do interior paulista.

O conceito “cidade-região”, discutido por Scott *et al.* (2001, p. 11), tem por objetivo analisar os aspectos econômicos, políticos e territoriais das grandes aglomerações que, em vez de “estarem se dissolvendo como objetos sociais e geográficos pelo processo de globalização, estão se tornando progressivamente centrais à vida moderna”, sobretudo pela concentração de poder decisório. As cidades-regiões seriam, nessa visão, “um novo e decisivo fenômeno geográfico e institucional no atual estágio da economia mundial”.

Para Baeninger e Ojima (2008, p. 151),

a cidade-região não deve ser entendida apenas como uma expressão mais ampla das cidades-globais ou cidades-mundiais, pois não se trata de entendê-las apenas enquanto palcos do processo de globalização e reestruturação econômica, mas de tratá-la enquanto espaço privilegiado de transformação social e, principalmente, a arena nas quais se articulam e se reproduz a vida cotidiana.

Mapa 1. Delimitação territorial da Macrometrópole Paulista.



Fonte: Emplasa (2012).

O Mapa 2 apresenta a delimitação territorial do que Lencioni (2013) define como a “cidade-região paulista”, que inclui a RM de São Paulo e as regiões administrativas de Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e Santos. Tal delimitação, segunda a autora, faria sentido devido à grande concentração econômica exercida, além do fato de que esta região

vem passando por transformações significativas em relação ao emprego: diminuição do número de postos de trabalho e das condições de emprego, revelando um ajuste perfeito à lógica da reestruturação que não se assenta apenas na revolução da informática, na robótica e no uso intensivo do conhecimento científico e tecnológico, mas, também, na flexibilização e precarização das relações de trabalho (LENCIONI, 2013, p. 10).

Ressalta-se que qualquer discussão relacionada a fenômenos no âmbito de uma região – e, neste caso mais específico, à migração com destino ou origem na RM de Campinas – que não considerar este contexto territorial corre o risco de não apreender efetivamente as condicionantes e o contexto social que conformam o fenômeno.

Apesar da importância de os processos e fenômenos serem estudados numa escala mais ampla do que a própria região, não se podem desconsiderar os limites municipais, que, em função do poder político que concentram e das decisões que podem implementar em seu território, reforçam sua relevância, mesmo no contexto territorial ampliado do Estado de São Paulo.

Sposito (2011) reforça que, para compreender a diversidade atual, não é necessária uma mudança escalar na forma de análise, mas sim uma articulação de escalas cujos âmbitos de realização social e econômica se sobrepõem, ou seja, considerar os impactos globais concomitantemente às ações locais.

Dessa forma, a escala geográfica de análise do fenômeno dependerá da sua própria constituição. No presente caso, para efetivamente analisar a mobilidade residencial intrametropolitana, a escala adequada é a metrópole, a partir dos indivíduos impactados, direta ou indiretamente, pelos processos de produção e estruturação do espaço metropolitano.

Mapa 2. Delimitação territorial da cidade-região paulista.



Fonte: Lencioni (2013).

Além deles, os imigrantes e emigrantes externos (que se dirigem ou que deixam a região) representam também dois grupos a serem considerados, pois são resultado de processos e fenômenos que estão se constituindo no âmbito de escalas mais amplas, em que a RM de Campinas constitui uma parte – importante – de um conjunto maior desta urbanização ampliada do Estado São Paulo, mas também como ponto “luminoso” (SANTOS, 1996) para outros estados.

2.1. Análise comparativa do volume, intensidade e dinâmica da migração nas principais RMs brasileiras e na RM de Campinas

A presente seção, a partir de um olhar sobre a dinâmica do volume e direcionamento dos fluxos migratórios na RM de Campinas e nas nove RMs federais²⁸, tem

²⁸ Foram criadas através da Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973, as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. A Lei Complementar Federal nº 20, de 1º de julho de 1974, criou a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a partir da fusão dos estados do Rio de Janeiro e Guanabara.

por objetivo verificar possíveis relações entre o contexto territorial e a característica destes fluxos.

Foi ao longo da urbanização que estas RMs se consolidaram como pólos econômicos e demográficos dos respectivos estados e, a característica dinâmica e concentradora destas áreas as torna lugar especial para analisar as tendências sociais, econômicas e demográficas, visto que mudanças nestas resultarão em impactos também nos territórios influenciados por elas. Segundo Baeninger e Ojima (2008, p. 147-148), as tendências mais recentes

da urbanização e de distribuição espacial da população, iniciadas nos anos 1980, reforçam o processo de reorganização populacional, com a importância crescente de formação de novas territorialidades e dos processos internos de realocação espacial da população.

As novas territorialidades - entendidas como áreas que se juntam as tradicionais e se tornam espaços privilegiados no direcionamento dos fluxos migratórios - são resultado de mudanças políticas, econômicas, sociais e demográficas que impactam as localidades de modo diferencial, culminando em reconfigurações nos incentivos e constrangimentos nas mais distintas escalas, alterando o volume, direcionamento e as características dos fluxos migratórios. Cunha e Baeninger (2007, p. 35) apresentam possíveis fatores que estariam relacionados com as alterações nos fluxos migratórios verificados na década de 2000, e apontam que

tales tendencias reflejan nuevos procesos en curso, por ejemplo, la reestructuración productiva en los grandes centros urbanos, la opción por un modelo exportador que altera la forma de ocupación de las antiguas (y nuevas) áreas de frontera, pero señalan además un aumento de la complejidad de las estrategias de los migrantes para enfrentar estas nuevas contingencias.

O aumento da relevância de modalidades migratórias de curta distância é reflexo dessas mudanças que, associadas àquelas estruturais da sociedade nas últimas décadas, tem suscitado renovadas tendências que precisam ser mais bem entendidas.

Cabe salientar, inicialmente, que o grande diferencial das regiões metropolitanas e que deram a elas esse destaque ao longo do século XX estava na sua atratividade, visto que exerciam e continuam a exercer influência numa área territorial considerável do seu entorno. Esta atratividade passou por relevantes mudanças nas últimas décadas: para Brito (2009), os grandes fluxos direcionados para estas áreas promoveu o contingente necessário para o funcionamento da economia capitalista e, neste sentido, associado às mudanças de ordem social e demográfica - a partir do processo de transição demográfica - tornou a migração menos necessária do que em momentos anteriores.

Em 1991 estas RMs concentravam 31,1% da população brasileira, passando a 31,5% em 2000, o que praticamente se manteve em 2010 (31,4%)²⁹. A relevância da análise dos saldos migratórios - ou seja, da diferença entre a população que entra (imigração) e a que sai (emigração) a partir das origens e dos destinos - se explica enquanto indicativos da reorganização espacial da população brasileira, tanto no âmbito interno destas RMs - a partir da análise da mobilidade residencial intrametropolitana e da consequente mobilidade pendular - quanto no âmbito das Unidades da Federação e das grandes regiões - cujos reflexos da migração modificam as condições sociodemográficas observadas.

No contexto territorial em que a RM de Campinas está inserida se observa uma “forma urbana com caráter regional”, que vem sendo consolidada no Estado de São Paulo e, segundo Moura (2012) e Lencioni (2013) é uma novidade no cenário urbano nacional e que, portanto, cria uma estrutura territorial diferenciada, que pode afetar o modo como fenômenos e processos ocorrem.

O olhar das tendências recentes destas RMs em relação aos fluxos migratórios, portanto, visa comparações sobre como este fenômeno vem se consolidando em cada localidade a partir dos respectivos contextos territoriais e da importância das diferentes modalidades migratórias, assim como da tendência apresentada desde o período 1986-1991 até 2005-2010.

²⁹ A RM de Campinas, em 1991, concentrava quase 1,3% da população nacional, chegando em 2010 a aproximadamente 1,5%.

Baeninger e Ojima (2008, p. 144), analisando as dinâmicas metropolitanas até o ano de 2000 observaram a relevância da desconcentração demográfica a partir do município sede, apontando para mudanças de grande monta nas metrópoles brasileiras:

nesse contexto, a metrópole brasileira se transforma sob um duplo processo de fragmentação e magnetismo onde se apresentam taxas decrescentes de crescimento populacional nos núcleos e ascende o magnetismo da região como um conjunto cada vez mais denso e orgânico.

Os dados de 2010 confirmam a continuidade deste processo, visto que os municípios do entorno das metrópoles mantiveram taxas de crescimento maiores em relação ao município sede, concomitantemente a redução do crescimento das RMs como um todo. A redução da diferença observada entre sede e entorno no período 1991-2010, apesar de específica para cada RM, mostra-se relevante: passou, para o conjunto, de 8,1 para 4,6 milhões de pessoas, resultado este devido as sedes terem incrementado sua população em 5,2 milhões de pessoas enquanto os entornos em 8,8 milhões. Destacam-se neste aspecto as RMs de Belém, Belo Horizonte e Curitiba, cujas sedes reduziram a concentração demográfica em 20,5%, 7,8% e 7,4%, respectivamente. A RM de Campinas, neste aspecto, é a segunda com maior população nos municípios do entorno, que em 2010 chegou a 61,5%, atrás apenas da RM de Porto Alegre, com 64,4%.

As mudanças em relação ao crescimento demográfico e a redistribuição da população exercida por estas regiões nas suas respectivas áreas de influência estão associadas às alterações regionais da dinâmica econômica. Cunha e Baeninger (2007) entendem que as tendências migratórias recentes seriam frutos, também, de alterações em políticas públicas de redução das desigualdades regionais que, tendo chegado ao fim devido à adoção de políticas neoliberais por parte do Estado, culminou numa maior liberdade do mercado, reforçando as desigualdades regionais a partir dos investimentos territoriais concentrados.

Por outro lado, conforme IPEA (2006), a década de 2000 apresentou redução da desigualdade social em proporções relevantes, fato que pode representar alterações

significativas no volume e direcionamento dos fluxos migratórios no período mais recente. Por outro lado, como abordado por Cunha (2006), as estratégias utilizadas amenizam, mas estão longe de combater os fatores que promovem a circulação de pessoas - ou a rotatividade migratória, conforme Baeninger (2008).

Desta forma, vê-se como necessário uma análise mais cuidadosa dos fluxos migratórios que se dirigem para cada uma destas regiões, assim como as alterações vislumbradas, tanto de volume quanto intensidade, visto que estes se relacionam com outros processos de escalas mais amplas.

A migração, como um fenômeno fortemente associado às desigualdades territoriais e de oportunidades geradas nas mais diversas áreas, tende a modificar suas tendências conforme se observam modificações nestes fatores. O desencontro existente entre as oportunidades econômicas e o contingente demográfico apresenta-se como ponto chave para a compreensão da redistribuição espacial da população e, no caso do Brasil, esses desencontros foram construídos historicamente (SANTOS; SILVEIRA, 2008).

A Tabela 1 apresenta os volumes de imigração observados para as RMs selecionadas nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010³⁰. Somadas as regiões, chama a atenção o aumento da imigração total entre 1991 e 2000, e uma forte redução, de 22,2% entre 2000 e 2010 (que representa uma redução de aproximadamente 15% em relação ao volume de 1991)³¹. Estas variações em relação ao volume total da imigração indicam relevantes mudanças na atratividade das RMs, tendo a imigração entre 1995 e 2000, com quase 4,5 milhões de pessoas, como ponto de inflexão

³⁰ Para efeito de comparação, trabalha-se aqui com o quesito “Data-fixa”, que capta o município de residência cinco anos antes da data de referência do censo demográfico. Os volumes, desta forma, referem-se àqueles indivíduos que em 1986, 1995 e em 2005 residiam num município diferente do que em 1991, 2000 e 2010, que foram os anos de realização dos censos demográficos.

³¹ Cabe salientar que a imigração apresentada refere-se à soma total segundo cada modalidade migratória (intrametropolitana, intraestadual e interestadual), e que, obviamente, para o crescimento da região metropolitana agregada, o saldo da modalidade intrametropolitana é sempre zero.

Tabela 1. Volume e proporção segundo modalidades migratórias de imigrantes segundo períodos selecionados. Regiões metropolitanas selecionadas. 1991-2010.

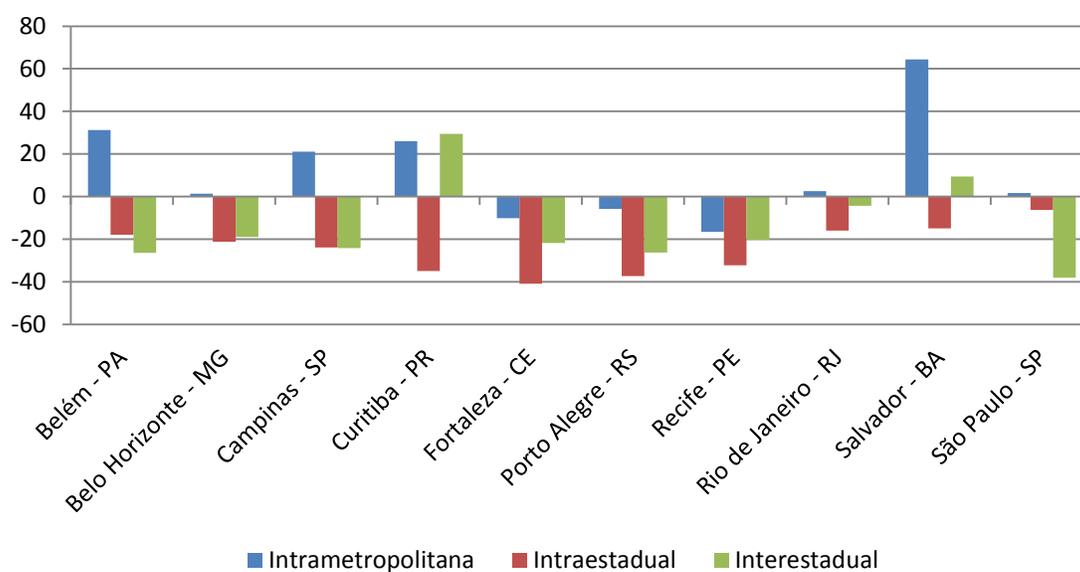
Regiões metropolitanas	1986-1991				1995-2000				2005-2010			
	Intrame-tropolitana	Intra-estadual	Inter-estadual	Total	Intrame-tropolitana	Intra-estadual	Inter-estadual	Total	Intrame-tropolitana	Intra-estadual	Inter-estadual	Total
Belém - PA	23,3	50,7	26,0	139.918	33,4	44,9	21,7	175.195	33,5	45,6	20,9	127.713
Belo Horizonte - MG	41,8	40,5	17,8	405.211	46,7	36,7	16,5	482.086	47,8	36,0	16,3	359.151
Campinas - SP	18,1	43,0	38,9	286.588	22,2	45,4	32,4	290.770	26,1	38,9	35,1	241.077
Curitiba - PR	29,1	44,3	26,6	269.188	32,8	40,3	26,8	357.987	36,7	28,9	34,4	268.939
Fortaleza - CE	29,2	49,1	21,7	259.187	31,3	38,8	29,9	236.481	36,3	40,2	23,5	187.185
Porto Alegre - RS	44,3	41,8	13,9	364.599	48,3	39,0	12,7	352.314	53,4	33,5	13,1	284.870
Recife - PE	50,2	26,5	23,3	274.457	50,8	26,3	23,0	257.964	53,4	22,9	23,6	215.125
Rio de Janeiro - RJ	47,6	11,1	41,3	486.043	48,9	10,8	40,3	630.793	50,0	9,6	40,5	474.651
Salvador - BA	20,3	58,0	21,7	190.114	26,2	51,6	22,2	209.968	31,4	46,3	22,3	202.392
São Paulo - SP	33,1	9,6	57,3	1.400.670	40,1	11,8	48,1	1.461.164	43,0	11,5	45,4	1.093.574
Total	35,3	27,7	37,0	4.075.975	40,2	26,4	33,4	4.454.722	42,9	24,4	32,7	3.454.677

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1991, 2000 e 2010. Tabulação do autor.

Esta inflexão, entretanto, não ocorreu do mesmo modo para todas as RMs: para Fortaleza, Porto Alegre e Recife o ponto de inflexão ocorreu já em 1991, com redução da imigração nos períodos 1995-2000 e 2005-2010. Entre 2000 e 2010 todas as RMs apresentaram redução, exceto a RM de Salvador, que apresentou volume superior ao de 1991. A RM de Campinas acompanhou a tendência do conjunto, com volume de imigração em 2010 mais baixo em relação a 2000 (-17,0%) e 1991 (-15,8%).

A Figura 3 apresenta a variação percentual no volume da imigração entre 1991 e 2010 segundo modalidades: percebem-se diferenças claras na dinâmica e que refletem na organização socioespacial destas áreas. No período, se verifica redução nos volumes de imigração intraestadual e interestadual para praticamente todas as RMs (com exceção de Curitiba e Salvador, com aumento do volume dos migrantes interestaduais) e o aumento do volume da migração intrametropolitana nas RMs de Belém, Campinas, Curitiba e Salvador, apontando para novas tendências dentre seus municípios, que resultaram no período a uma maior relação entre os municípios componentes.

Figura 3. Variação percentual do volume da imigração segundo modalidades migratórias. Regiões metropolitanas selecionadas. 1991-2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1991 e 2010. Organização do autor.

Os dados apontam para uma menor redução no volume da migração intrametropolitana, reforçando o fato de que o padrão de ocupação e mobilidade residencial interna nas metrópoles responde a uma dinâmica própria, a partir dos incentivos e constrangimentos no âmbito da própria aglomeração.

A mobilidade residencial intrametropolitana aumentou a importância relativa entre 1991 e 2010 (de 35,3% para 42,9%) para o conjunto, mas este fato está associado mais à redução da imigração intraestadual e interestadual (que juntas reduziram o volume de 2,6 milhões em 1991 para 1,9 milhões em 2010) do que propriamente ao aumento do volume da migração intrametropolitana. De fato, esta modalidade se manteve nos anos de 1991 e 2010 com volume semelhante (1,4 milhão), e reduziu-se em relação a 2000, que teve volume de aproximadamente 1,8 milhão de pessoas.

Em relação à emigração as alterações observadas entre 1991 e 2010 acompanham, em certa medida, a dinâmica apresentada pela imigração. Neste sentido, observa-se para o conjunto também uma inflexão em 2000, período que apresenta o maior volume de emigrantes, e uma relativa manutenção nos destinos dos emigrantes das RMs consideradas.

A Tabela 2 apresenta a emigração³² por modalidades para cada uma das RMs consideradas, onde se percebe alguns pontos relevantes: apenas Recife apresenta, em 2000, emigração menor do que em 1991, possivelmente relacionado à também imigração diferenciada comentada anteriormente. Em relação a 2000 e 2010, apenas Porto Alegre e Salvador destoaram do conjunto das RMs, uma vez que apresentaram emigração maior do que em 2000; comparando as alterações na dinâmica entre 1991 e 2010, observa-se que a emigração, em 2010, foi menor do que em 1991 apenas em Recife e São Paulo. A tendência apresentada pela RM de Campinas foi semelhante ao conjunto, com emigração em 2010 menor do que em 2000, mas superior à de 1991.

³² Cabe salientar, quando se analisa imigração e emigração intrametropolitana, está se falando dos mesmos migrantes. Isto ocorre porque ela é contado como imigrantes no município de destino, e emigrante na origem, sendo que ambos são municípios componentes da mesma RM.

Tabela 2. Volume e proporção segundo modalidades migratórias de emigrantes segundo períodos selecionados. Regiões metropolitanas selecionadas. 1991-2010.

Regiões metropolitanas	1986-1991				1995-2000				2005-2010			
	Intrame-tropolitana	Intra-estadual	Inter-estadual	Total	Intrame-tropolitana	Intra-estadual	Inter-estadual	Total	Intrame-tropolitana	Intra-estadual	Inter-estadual	Total
Belém - PA	30,7	26,7	42,6	106.257	32,7	34,5	32,9	178.939	29,8	37,3	32,9	143.398
Belo Horizonte - MG	57,3	24,3	18,4	295.271	61,6	23,7	14,7	365.551	52,7	28,6	18,7	325.861
Campinas - SP	42,3	38,7	19,1	122.956	36,8	37,8	25,4	175.389	39,3	35,9	24,8	159.788
Curitiba - PR	47,0	21,0	32,0	166.550	50,8	22,6	26,6	231.462	44,8	24,7	30,5	220.312
Fortaleza - CE	44,2	19,8	36,0	171.017	41,3	29,2	29,5	178.841	39,3	32,1	28,6	172.742
Porto Alegre - RS	58,6	26,5	14,9	275.484	55,4	29,2	15,4	306.814	49,0	29,9	21,1	310.122
Recife - PE	53,7	11,2	35,1	256.498	53,1	13,7	33,2	246.616	50,5	18,0	31,5	227.720
Rio de Janeiro - RJ	42,5	12,8	44,7	543.686	49,5	16,2	34,3	624.003	43,4	21,1	35,5	546.492
Salvador - BA	26,4	32,2	41,4	146.037	30,1	35,6	34,3	182.732	32,0	33,6	34,4	198.310
São Paulo - SP	36,4	30,1	33,5	1.272.367	36,7	29,3	34,1	1.598.636	37,8	28,6	33,6	1.245.151
Total	42,9	24,4	32,7	3.356.123	43,8	26,3	29,9	4.088.983	41,7	27,8	30,5	3.549.896

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1991, 2000 e 2010. Organizada pelo autor.

Considerando as especificidades das RMs consideradas, percebe-se que existem diferenciais relevantes, como no caso de Belo Horizonte, cuja proporção da emigração intrametropolitana apresenta preponderância em relação aos destinos desde 1991 e, do outro lado Salvador e Belém, com menor importância nas trocas entre municípios da própria região.

Em relação às outras modalidades, destaca-se a RM de Recife, cuja população emigrante pouco se dirige para o interior do próprio estado (o mesmo ocorrendo em 1991 com o Rio de Janeiro), assim como Belo Horizonte e Porto Alegre, cujos emigrantes pouco se dirigem a outras Unidades da Federação.

A Tabela 3 apresenta o saldo migratório das RMs a partir dos volumes da imigração e da emigração nas últimas décadas³³. Verificam-se, neste sentido, grandes alterações: para o conjunto das RMs, que em 1991 teve um saldo migratório de quase 720 mil pessoas, observou-se redução de 49,2%, chegando em 2000 com de pouco mais de 365 mil pessoas. Entre 2000 e 2010, a tendência permanece a mesma, entretanto com uma redução ainda maior: o saldo reduziu-se em mais de 460 mil pessoas, tornando-se em 2010 negativo para as RMs em pouco mais de 95 mil pessoas.

A RM de Campinas, comparativamente às outras, apresentou em 2010 saldo menor em relação aos períodos anteriores, mas se destaca pelo maior saldo positivo dentre as regiões analisadas e a manutenção de ganhos tanto em relação a migração intraestadual quanto a interestadual, apontando para uma área atrativa para as distintas modalidades. Apenas a RM de Curitiba apresentou dinâmica semelhante, mas com saldo menor em relação a Campinas.

Cabe ressaltar, neste sentido, que a especificidade observada na RM de Campinas está relacionada ao contexto territorial de que participa, com concentração da atividade econômica e de população estabelecida numa grande área, que tem recebido nomenclaturas distintas buscando qualificar a especificidade deste contexto, como a Macrometrópole

³³ A modalidade Intrametropolitana não aparece na Tabela 5 pois é zero, visto que a migração ocorreu entre municípios da própria metrópole.

paulista (EMPLASA, 2012, CUNHA, 2013) e a cidade-região paulista (LENCIONI, 2013). O destaque no saldo migratório, neste sentido, é resultado deste contexto que, concomitantemente, resulta em outros processos correlatos, como a redistribuição interna da população e seus resultados em termos de produção do espaço.

Concomitantemente às relevantes modificações observadas no saldo migratório para o conjunto das RMs, verificam-se também mudanças de grande magnitude em relação à contribuição das modalidades migratórias para a efetivação deste saldo. Entre 1986 e 1991, o peso dos migrantes intraestaduais e interestaduais ficaram próximos do equilíbrio, período em que os migrantes intraestaduais representaram pouco menos da metade (43,2%) do saldo observado para o conjunto. Já entre 1995 e 2000 percebe-se uma redução na importância tanto do saldo intraestadual (queda de 61,5%) e do saldo interestadual (queda de 34,2%), reduções estas que culminaram numa queda relevante do saldo das regiões metropolitanas, além de uma mudança na composição do incremento, que do relativo equilíbrio observado no período anterior passou a quase 70% do incremento observado ser fruto da modalidade interestadual.

Em relação ao período 2005-2010 a tendência observada continua e o saldo migratório torna-se então negativo: o saldo por modalidades migratórias apresentam relevante redução em relação ao período anterior, sendo que as trocas com os municípios dos próprios estados passaram a ser negativas, ou seja, as regiões metropolitanas passaram a perder população para os outros municípios de seus respectivos estados. Cabe ressaltar, entretanto, que este saldo migratório negativo é pouco representativo frente a concentração demográfica exercida por estas regiões metropolitanas, por isso, como visto anteriormente, as mesmas praticamente mantiveram a concentração demográfica em relação a 2000.

Tabela 3. Saldo migratório segundo modalidades migratórias. Regiões metropolitanas selecionadas. 1991-2010.

Regiões metropolitanas	1986-1991			1995-2000			2005-2010		
	Intra-estadual	Inter-estadual	Total	Intra-estadual	Inter-estadual	Total	Intra-estadual	Inter-estadual	Total
Belém – PA	42.586	-8.925	33.661	35.778	-16.501	19.277	4.713	-20.398	-15.685
Belo Horizonte – MG	92.230	17.710	109.940	90.636	25.899	116.535	35.968	-2.678	33.290
Campinas – SP	75.524	88.082	163.606	65.822	49.559	115.381	36.378	44.911	81.289
Curitiba – PR	84.378	18.260	102.638	92.102	34.423	126.525	23.306	25.321	48.627
Fortaleza – CE	93.527	-5.357	88.170	39.632	18.008	57.640	19.812	-5.369	14.443
Porto Alegre – RS	79.504	9.611	89.115	47.756	-2.256	45.500	2.841	-28.093	-25.252
Recife – PE	44.070	-26.111	17.959	33.958	-22.610	11.348	8.207	-20.802	-12.595
Rio de Janeiro – RJ	-15.648	-41.995	-57.643	-32.921	39.711	6.790	-69.965	-1.876	-71.841
Salvador – BA	63.296	-19.219	44.077	43.340	-16.104	27.236	27.076	-22.994	4.082
São Paulo – SP	-248.288	376.591	128.303	-296.161	158.689	-137.472	-230.288	78.711	-151.577
Total	311.179	408.647	719.826	119.942	268.818	388.760	-141.952	46.733	-95.219

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1991, 2000 e 2010. Organizada pelo autor.

Observam-se diferenciais relevantes entre as RMs aqui consideradas e o olhar para o conjunto revelam as tendências que são compartilhadas por todas, ou seja, uma redução na retenção de migrantes e conseqüentemente do saldo migratório observado³⁴. Segundo Baeninger (2008), áreas com baixa retenção e que não apresentam grandes perdas populacionais podem ser classificadas como de rotatividade migratória, visto que os migrantes continuam a circular em grande volume nos períodos analisadas. As RMs

³⁴ Pode-se questionar, neste sentido, se a análise do conjunto das RMs excluindo a de São Paulo modificaria muito este resultado, visto o peso demográfico exercido (32,9% da população das RMs somadas). Mostra-se relevante apresentar algumas colocações excluindo esta RM: o saldo entre 1991 e 2000 pouco mudaria, passando de pouco mais de 591 mil pessoas para 503 mil. Desta forma, a relevante queda observada no saldo migratório entre 2000 e 2010 pouco se deve a RM de São Paulo, visto que em 2000 seu saldo já era negativo: a grande contribuição para a brusca redução observada se deu então pela redução do saldo das outras RMs que, para o conjunto caiu quase 10 vezes, passando dos 503 mil citados anteriormente para pouco mais de 56 mil em 2010. Todas as outras RMs contribuíram decisivamente para a queda, onde se destacaram neste aspecto as RMs de Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre e Rio de Janeiro que, somadas, reduziram o saldo migratório em mais de 353 mil pessoas entre 2000 e 2010.

analisadas, conforme se pode observar na Tabela 4, a partir das taxas médias anuais de migração líquida, apresentam-se nesta situação, com taxa para o conjunto nula (zero).

Tabela 4. Taxa média anual de imigração. Regiões metropolitanas selecionadas. 1991-2010.

Regiões metropolitanas	Taxa média anual de migração líquida (%)		
	1986-1991	1995-2000	2005-2010
Belém - PA	0.5	0.2	-0.1
Belo Horizonte - MG	0.6	0.5	0.1
Campinas - SP	1.8	1.0	0.6
Curitiba - PR	1.0	0.9	0.3
Fortaleza - CE	0.7	0.4	0.1
Porto Alegre - RS	0.6	0.2	-0.1
Recife - PE	0.1	0.1	-0.1
Rio de Janeiro - RJ	-0.1	0.0	-0.1
Salvador - BA	0.3	0.2	0.0
São Paulo - SP	0.2	-0.2	-0.2
Total	0.3	0.1	0.0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1991, 2000 e 2010. Organizada pelo autor.

Destoam levemente do conjunto as RMs de Campinas e Curitiba³⁵, com 0,6 e 0,3, respectivamente, representando o leve incremento que a migração representou entre 2005 e 2010, também inferior em relação aos momentos anterior.

A Figura 3 apresenta as variações observadas entre 1991 e 2010 na imigração, emigração e no conseqüente saldo migratório, facilitando assim a observação das mudanças

³⁵ Segundo Diniz (1993), a RM de Curitiba recebeu grandes fluxos de investimentos no período de reversão da polarização da RM de São Paulo, momento em que ocorreu um relativo espraiamento dos investimentos e da produção industrial. A proximidade com o Estado de São Paulo, segundo o autor, é um dos motivos que impactou os investimentos dirigidos a região paranaense o que, de certa forma, guarda semelhanças com a dinâmica territorial da RM de Campinas.

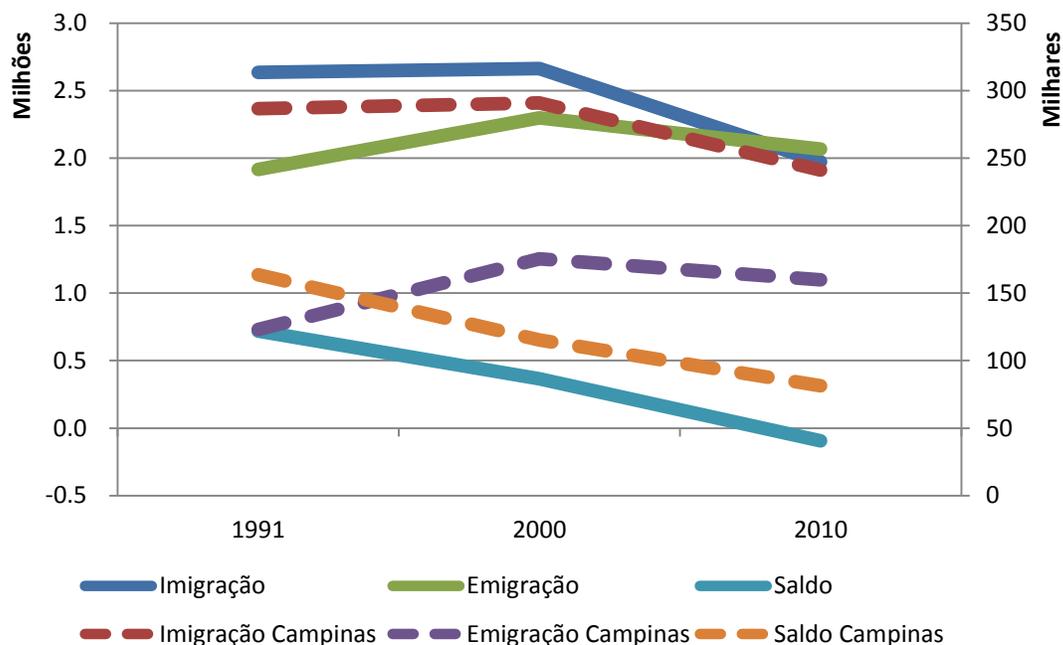
destes indicadores e das tendências a uma menor retenção migratória. Destaca-se que a dinâmica observada na RM de Campinas é semelhante àquela que o conjunto apresentou, diferenciando-se apenas nos níveis da emigração, que ainda é menor frente a imigração.

Neste caso, a explicação da tendência observada para o saldo migratório não reside num período ou numa variável em particular, mas em dois momentos que parecem convergir quando se observa o conjunto das RMs: (1) a redução do saldo na década de 2000 é causada pelo aumento da emigração a partir das RMs, enquanto (2) a redução do saldo a níveis negativos em 2010 é resultado da queda da imigração, que ocorreu de forma mais acentuada do que a queda observada na emigração.

Estas tendências, mais do que aleatórias, mostram um momento em particular nestas grandes aglomerações urbanas, em que reduzem a atratividade em quase 18% em relação ao período 1986-1991, mas aumenta a evasão em 5,7% em relação ao mesmo período, ou seja, os movimentos ainda apresentam-se volumosos, mas estas, que são as principais regiões metropolitanas brasileiras, estão cada vez com mais dificuldades de reter a população que circula. Para reforçar esta leitura, a migração bruta, ou seja, a soma dos imigrantes e emigrantes passou de 7,4 milhões em 1991 para 8,5 milhões em 2000, retornando para 7,0 milhões em 2010. Apesar da tendência de redução do saldo e dos volumes, a circulação ainda permanece volumosa.

Esta redução apresentada no volume de movimentos indica que existem novos processos em andamento e que as metrópoles, como centros econômicos e demográficos de alto dinamismo devem ser o foco central para a compreensão dos impactos socioespaciais que serão gerados a partir de uma emergente reorganização.

Figura 4. Variação da imigração, emigração e saldo migratório. Regiões metropolitanas selecionadas. 1991-2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1991, 2000 e 2010. Organizado pelo autor.

A similaridade em relação às tendências mais gerais quando se compara a RM de Campinas em relação às dinâmicas das outras RMs é forte indicativo de que, apesar de fenômenos e processos distintos e específicos para muitas das áreas, os padrões seguem a mesma tendência. O próprio contexto territorial culmina em processos e fenômenos qualitativamente distintos, que necessitam de um olhar mais aprofundado e atento para analisar as especificidades.

Segundo Patarra (1999) a organização do espaço em termos de tamanho e densidade tende produzir padrões sociais semelhantes que, por outro lado, são resultado de dinâmicas próprias, a partir das especificidades desenvolvidas em cada localidade.

2.2. Distribuição espacial da população e a expansão regional

O tempo tem papel fundamental para a formação e consolidação de estruturas, sobretudo quando se está considerando as áreas mais dinâmicas do país, cuja realidade é fruto de processos históricos, econômicos e sociais.

A formação e consolidação da região de Campinas teve início desde as excursões para a exploração das minas no que hoje é o Estado de Minas Gerais. Este fato deu origem ao município de Campinas, mas foi no período da expansão do café concomitantemente e graças a chegada das infraestruturas (SEMEGHINI, 1991) que se observaram mudanças de impacto.

Não é objetivo deste trabalho fazer um levantamento histórico³⁶ dos momentos mais relevantes para a consolidação dos municípios que hoje fazem parte da RM de Campinas, mas se mostra necessário analisar a relação entre a criação das infraestruturas e a importância dos municípios no contexto regional.

A abordagem desta região a partir do contexto territorial deve partir de um olhar ampliado, do contexto estadual. O fato de sua localização entre a capital e o interior tornou Campinas e o seu entorno um nó da dinâmica econômica estadual, o que se materializou em riqueza a partir da expansão da cultura do café (SEMEGHINI, 1991).

Apesar dessa ligação que exercia Campinas e o entorno desenvolveram também sua própria dinâmica (BAENINGER, 1992), não ficando economicamente restrito ao comércio e serviços enquanto entreposto³⁷.

O rápido crescimento populacional observado, principalmente a partir da década de 70, fez crescer e ganhar importância não apenas o município de Campinas, mas vários

³⁶ Para uma análise histórica da região de Campinas mais detalhada ver: Semeghini (1991), Baeninger (1992), Baeninger e Maia (1992).

³⁷ Cabe destacar, ademais, que houveram várias políticas de desenvolvimento por parte do governo do Estado de São Paulo que culminaram na interiorização do crescimento econômico. Trabalhos como os de Baeninger (1992; 1999) e Negri (1996) apresentam estas políticas e seus impactos.

municípios do entorno, num processo rápido e com consequências diversas, típicas de uma região metropolitana latino-americana (CUNHA; OLIVEIRA, 2001; HOGAN *et al.*, 2001).

No momento mais recente e como uma metrópole em processo de consolidação, Campinas e os município do entorno mostram-se economicamente dinâmicas, aproveitando-se da lógica territorial para a atração de empreendimentos industriais de grande porte, além de centros tecnológicos voltados à geração de conhecimento. Essa dinâmica associada à redução gradativa do crescimento populacional das últimas décadas tem suscitado novos processos relacionados à própria organização territorial e das formas de ocupação do espaço urbano, que estão emergindo como resultado de dinâmicas sociais, econômicas e políticas.

Segundo o IBGE (2008) em seu estudo sobre as Regiões de Influência das Cidades de 2007, a RM de Campinas se configura como “capital regional - nível A”, junto com outras 10 capitais estaduais, estando um nível abaixo das doze principais regiões metropolitanas do país³⁸. Segundo o estudo, a região de Campinas faz parte da área de influência da RM de São Paulo, ao mesmo tempo em que também conforma a sua própria área de influência.

A metrópole moderna constitui-se em importante local de acumulação de capital e onde as condições para a reprodução da força de trabalho podem mais plenamente ser realizadas. Tais processos sociais produzem forma, movimento e conteúdo sobre o espaço urbano, originando a organização espacial da metrópole (CORRÊA, 1997, p. 121).

Esse caráter concentrador da metrópole a torna naturalmente uma centralidade para a sua respectiva área de influência, que pode ser, neste caso, apenas os municípios incluídos no recorte espacial da metrópole ou, a depender da dinâmica que se está analisando incluir outros municípios além desses limites preestabelecidos.

A expansão regional esteve fortemente atrelada a existência de infraestruturas: num primeiro momento as estradas de ferro foram centrais para a fundação de muitos

³⁸ Neste estudo foram considerados os níveis de centralidade administrativa, jurídica e econômica, a partir das instituições públicas e empresas privadas, delimitando assim a região de influência de cada uma das metrópoles.

municípios (SEMEGHINI, 1991), e mais recentemente as rodovias direcionaram a expansão dos mesmos. Segundo Caiado e Pires (2006), as condições históricas de ocupação associadas às rodovias formaram as possibilidades de localização industrial, que teve a Rodovia Anhanguera como grande eixo estruturador.

Cunha *et al.* (2006, p. 341) analisaram os municípios da RM de Campinas segundo eixos de expansão, entendendo que a “expansão físico-territorial, desdobrada a partir de Campinas, assenta-se na dinâmica da expansão horizontal, que produz espaços descontínuos, com ocupação rarefeita” tendo as rodovias como eixos direcionadores. Os autores verificaram a partir da dinâmica apresentada ao longo da década de 90 diferenciais relevantes na forma de ocupação do espaço metropolitano, com os municípios apresentando características diferenciadas entre si para as áreas de assentamentos.

Na direção Campinas - Hortolândia - Monte Mor, uma expansão marcada pela precariedade dos assentamentos urbanos, enquanto na porção sudeste, mais precisamente em Vinhedo e Valinhos uma urbanização mais bem consolidada, voltada em grande parte para a população de média e alta renda (CAIADO; PIRES, 2006; CUNHA *et al.*, 2006).

Tais aspectos da expansão regional, entretanto, já são bem conhecidos e se mostram consolidados. Cabe, neste momento, focar nas dinâmicas mais recentes, aquelas que ocorreram ao longo da década de 2000 e que podem ter impactado nos processos que vinham se conformando, tanto na dissolução destes e surgimento de outros, quanto no aprofundamento do que já era observado.

De um modo geral, o incremento de população se manteve relevante nas últimas duas décadas para os municípios da RM de Campinas, apesar da redução observada em sua taxa de crescimento se comparada com as décadas de 70 e 80, gradativamente menores a cada período. Tal comportamento espelha não apenas a queda da fecundidade, mas também mudanças na migração como já demonstrado.

No conjunto, a RM de Campinas aumentou sua população entre 1991 e 2010 em quase um milhão de habitantes, volume que representa pouco menos do que a população do

município sede. Tal aumento, entretanto, se deu de forma dispersa, com maior crescimento nos municípios do entorno metropolitano, visto que Campinas perdeu peso em relação a sua população, pois concentrava 45,3% da população regional em 1991 passando a 38,5% em 2010, redução essa relativamente pequena.

Dentre os municípios do entorno, conforme a Tabela 5, praticamente todos observaram manutenção ou aumento do peso regional, resultado do incremento populacional observado no período. Cabe destacar, entretanto, que a dinâmica para os municípios mais populosos da região não seguiu tendência uniforme: Americana e Santa Bárbara d'Oeste, que estavam entre os quatro municípios com mais de cem mil habitantes em 1991 (junto com Campinas e Sumaré) reduziram o peso regional devido ao menor crescimento em relação ao conjunto regional.

Outros municípios, principalmente aqueles do entorno imediato do município sede observaram aumento do peso regional. Pode-se citar Indaiatuba, Jaguariúna, Paulínia, Valinhos e Vinhedo. Sumaré e Hortolândia, entretanto, devem ser analisados conjuntamente: o primeiro concentrava 12,0% da população regional em 1991 e juntamente com Hortolândia, surgida em 1991 em função do desmembramento de Sumaré, somavam, em 2010, aproximadamente 15,5% da população regional.

Tabela 5. População residente, taxa de crescimento geométrico médio anual e participação dos componentes no incremento populacional. Municípios da RM de Campinas. 1991-2010.

Município	População residente						Taxa de crescimento (% a.a.)		Participação relativa dos componentes			
	1991		2000		2010		1991-2000	2000-2010	1991-2000		2000-2010	
	População	%	População	%	População	%			Vegetativo	Migração	Vegetativo	Migração
RM Campinas	1.860.987	100.0	2.342.881	100.0	2.808.889	100.0	2.59	1.82	50.2	49.8	50.0	50.0
Americana	153.273	8.2	182.300	7.8	210.638	7.5	1.95	1.44	65.3	34.7	51.2	48.8
Artur Nogueira	27.811	1.5	32.965	1.4	44.177	1.6	1.91	2.95	64.6	35.4	37.3	62.7
Campinas	843.516	45.3	968.160	41.3	1.080.113	38.5	1.54	1.09	77.2	22.8	75.5	24.5
Cosmópolis	36.421	2.0	44.250	1.9	58.827	2.1	2.19	2.86	64.4	35.6	35.9	64.1
Engenheiro Coelho	*	*	10.000	0.4	15.721	0.6	*	4.59	*	*	26.7	73.3
Holambra	*	*	7.195	0.3	11.299	0.4	*	4.58	*	*	31.8	68.2
Hortolândia	*	*	151.697	6.5	192.692	6.9	*	2.40	*	*	46.9	53.1
Indaiatuba	99.949	5.4	146.530	6.3	201.619	7.2	4.34	3.22	35.1	64.9	31.7	68.3
Itatiba	61.236	3.3	80.987	3.5	101.471	3.6	3.15	2.26	40.2	59.8	36.4	63.6
Jaguariúna	24.819	1.3	29.533	1.3	44.311	1.6	1.95	4.11	70.1	29.9	27.2	72.8
Morungaba	8.174	0.4	9.893	0.4	11.752	0.4	2.14	1.93	85.0	15.0	59.9	40.1
Monte Mor	25.291	1.4	37.207	1.6	48.949	1.7	4.38	2.76	40.4	59.6	43.6	56.4
Nova Odessa	33.876	1.8	41.987	1.8	51.242	1.8	2.41	2.00	55.8	44.2	43.2	56.8
Paulínia	36.298	2.0	51.163	2.2	82.146	2.9	3.89	4.81	42.0	58.0	27.2	72.8
Pedreira	27.653	1.5	35.141	1.5	41.558	1.5	2.70	1.68	37.6	62.4	44.7	55.3
Santa Bárbara d'Oeste	143.945	7.7	169.818	7.2	180.009	6.4	1.85	0.58	67.7	32.3	133.1	-33.1
Santo Antonio de Posse	14.272	0.8	18.074	0.8	20.650	0.7	2.66	1.33	44.1	55.9	66.8	33.2
Sumaré	223.553	12.0	196.099	8.4	241.311	8.6	-1.45	2.08	**	**	54.4	45.6
Valinhos	67.545	3.6	82.817	3.5	106.793	3.8	2.29	2.55	46.7	53.3	30.3	69.7
Vinhedo	33.355	1.8	47.065	2.0	63.611	2.3	3.90	3.03	32.7	67.3	31.0	69.0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1991, 2000 e 2010. *Municípios desmembrados em 1993. **O desmembramento de Hortolândia não permitiu o cálculo correto.

Saldo migratório gerado a partir das estatísticas vitais levantadas pela Fundação SEADE.

Tais dados indicam a centralidade que exerce o município sede, visto que a sua redução no peso regional foi compensada pelos municípios do entorno imediato e, num processo de extravasamento das dinâmicas observadas neste (CUNHA *et al.*, 2006). Os Mapas 3, 4, 5 e 6, neste sentido, apresentam o crescimento demográfico espacializado na região, de modo que fica evidente a mudança na localização desse crescimento ao longo do tempo.

Entre 1980 e 1991, observa-se um eixo de alto crescimento que abrangeu desde Indaiatuba, ao sul, passando por quase todos os municípios a oeste, principalmente aqueles do entorno imediato ao município sede. Juntamente com Campinas, Americana, Santo Antônio de Posse, Pedreira e Morungaba foram os que menos cresceram no período.

A dinâmica de crescimento observado se modificou no período seguinte (1991-2000), momento em que apenas o município de Hortolândia apresentou crescimento alto (maior do que 4,5% ao ano), seguido por Paulínia, Monte Mor, Indaiatuba, Vinhedo Itatiba e Engenheiro Coelho, com crescimento entre 3,0 e 4,5% ao ano.

Entre 2000 e 2010, a partir da recorrente queda do crescimento regional, três dentre os cinco maiores municípios da região (Campinas, Americana e Santa Bárbara d'Oeste), tradicionais na concentração de indústrias, apresentaram crescimento até 1,5% ao ano. O maior crescimento ocorreu nos municípios localizados na porção norte, com destaque para Engenheiro Coelho, Holambra e Paulínia.

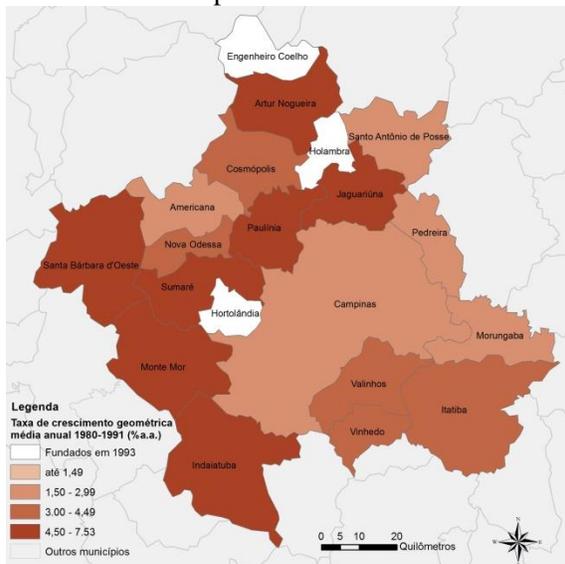
Ao longo dos períodos, percebe-se um aprofundamento nas distinções entre os municípios, visto que de um crescimento alto generalizado, passou-se a um crescimento alto concentrado em alguns municípios, em geral no entorno imediato do município sede.

Outro ponto a destacar se refere ao Mapa 4, que apresenta o crescimento médio para todo o período: neste, fica evidente que não foi o eixo industrial (noroeste) o que mais se expandiu, mas sim aqueles municípios menores, a sudoeste e norte, o que pode ser indicativo tanto de que o tamanho do município pode estar impactando o surgimento das

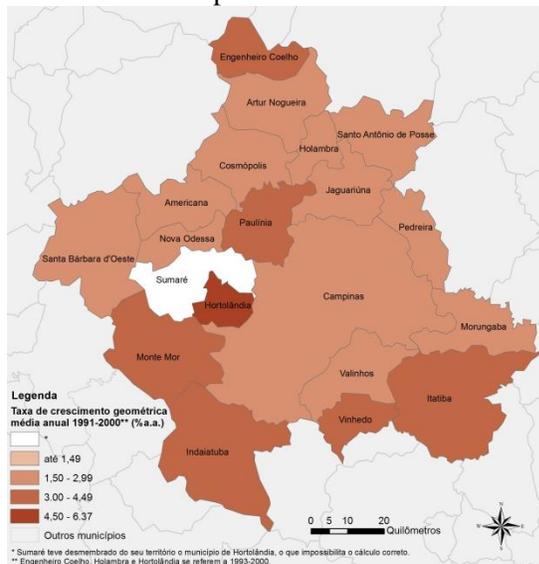
oportunidades, sobretudo aquelas relacionadas ao mercado de terras, cuja localização mostra-se de fundamental importância.

Mapa 3, 4, 5 e 6. Taxa de crescimento geométrica média anual da população (% a.a.).
Municípios da RM de Campinas. 1980 - 2010.

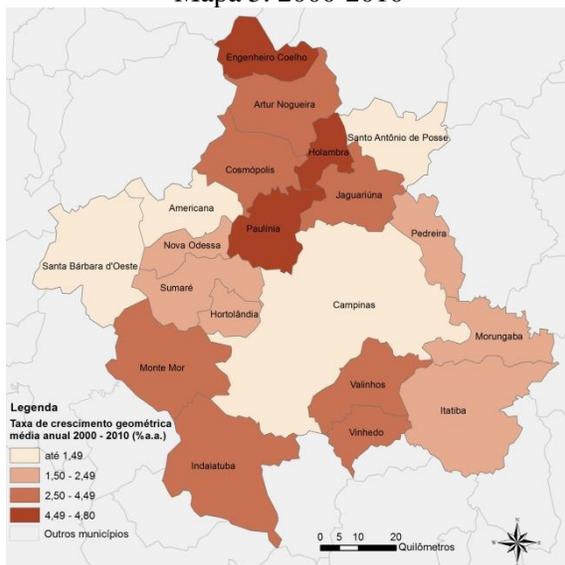
Mapa 3. 1980-1991



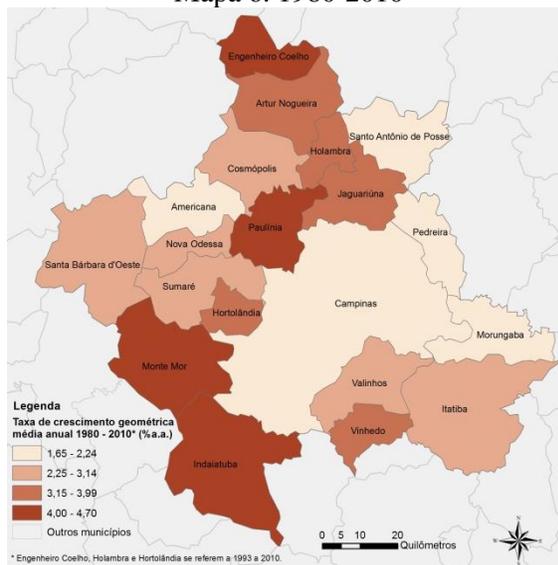
Mapa 4. 1991-2000



Mapa 5. 2000-2010



Mapa 6. 1980-2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1980, 1991, 2000 e 2010.

A variação das taxas de crescimento observadas está em grande parte ligada ao peso da migração, que nas duas últimas décadas representou metade do incremento regional. Desde 1991 os municípios que mais cresceram maior foram aqueles com maior peso da migração: casos de Indaiatuba, Monte Mor, Paulínia e Vinhedo entre 1991 e 2000, e Jaguariúna, Engenheiro Coelho e Holambra entre 2000 e 2010.

Excetuando Monte Mor, Pedreira, Santo Antônio de Posse e Santa Bárbara d'Oeste, que observaram redução na importância da migração entre os períodos, todos os outros municípios tiveram aumento: em dez municípios a migração representou mais de 60% do incremento, sendo que em Engenheiro Coelho, Jaguariúna e Paulínia esta proporção superou os 70%.

A importância de tal discussão reside no fato de que o crescimento distinto entre os municípios não ocorrem de forma aleatória, mas é resultado de dinâmicas econômicas, políticas e sociais que modificam não apenas o volume e a estrutura da população, mas impacta no uso do espaço e das infraestruturas nele instaladas.

Considerando tais aspectos e, antes de entrar na discussão do papel das diferentes modalidades migratória nas modificações regionais, cabe analisar as mudanças ocorridas ao longo da década de 2000 em variáveis consideradas de grande relevância para a compreensão de tais dinâmicas.

Condição de ocupação do domicílio

A condição de ocupação e o tipo do domicílio podem variáveis que nos ajudam a observar certos aspectos da forma como se deu o uso e ocupação do solo urbano (Tabela 6).

Assim, a posse do domicílio pode representar um fator de grande relevância para as condições de vida de uma família, visto que representa um capital físico, que pode ser utilizado na busca por melhores condições de vida. Os dados na sequência consideraram

apenas os chefes de domicílio, de forma a não haver distorções segundo a composição familiar.

Cabe destacar que para o conjunto dos municípios houve uma manutenção no percentual de domicílios próprios, um aumento naqueles alugados e uma redução nos outros³⁹. Observou-se também que houve relativa melhora nas condições de habitação, visto que o aumento daqueles que pagam aluguel em detrimento dos “outros” pode significar a saída da dependência de ajuda e a autonomia em relação à moradia.

Tais dados, entretanto, mostram diferenciais reveladores entre os municípios, que se buscará analisar a partir das dinâmicas verificadas na tabela anterior. Quatorze dentre os vinte observaram redução no percentual de domicílios próprios que, na média, alcança 3,9% entre 2000 e 2010, com destaque para Arthur Nogueira e Engenheiro Coelho (-8,9% e -6,3%, respectivamente).

A proporção dos domicílios alugados, por outro lado, aumentou em todos os municípios, ao mesmo tempo em que aqueles classificados como “outros” diminuiu. Em relação ao aumento da proporção dos domicílios alugados destacaram-se Engenheiro Coelho (12,9%), Jaguariúna (10,9%) e Artur Nogueira (9,8%). Em relação a redução das outras formas de ocupação, destacaram-se Holambra, Santo Antônio de Posse e Monte Mor, com 12,3%, 9,9% e 9,3%, respectivamente.

Cabe, neste caso, um questionamento em relação a esses dados: até que ponto essa dinâmica estaria relacionada aos fatores que impactam a expansão regional?

Considerando a importância da migração para tal, pode-se verificar se existe algum tipo de relação entre o percentual de migração para o crescimento demográfico dos municípios e a evolução da condição de ocupação dos domicílios, conforme Figura 5.

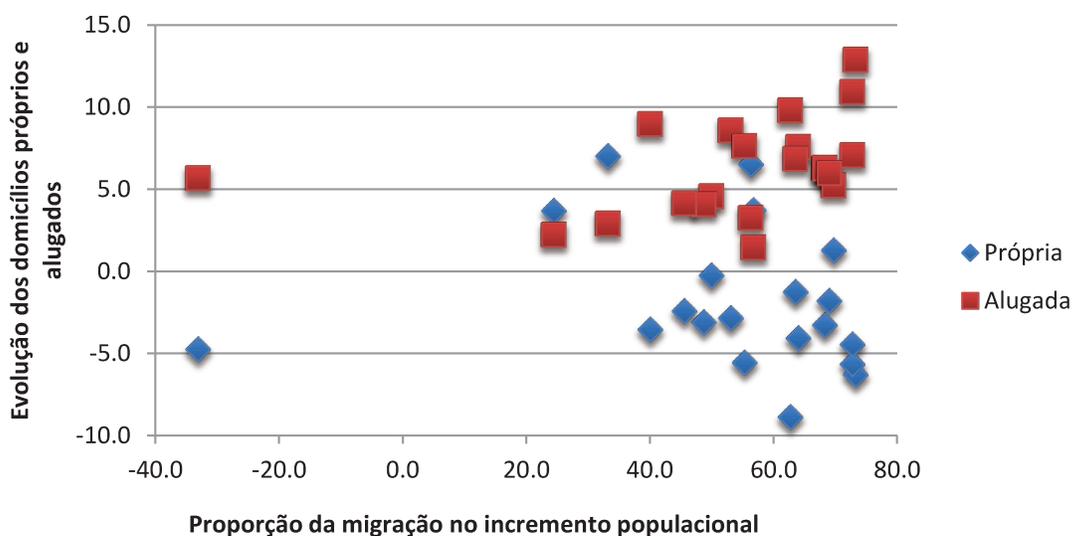
A disposição dos dados indica que, para a maior parte dos municípios, faz sentido afirmar que aparentemente existe uma relação diretamente proporcional entre o percentual

³⁹ Em domicílios próprios estão inclusos aqueles financiados. Em outros estão aqueles cedidos por parente ou empregador, assim como outras formas de ocupação não incluídas anteriormente.

de migração para o crescimento demográfico, o peso relativo do aluguel. Apesar de uma tendência linear⁴⁰ mediana, os dados apontam aponta para uma correlação positiva.

Em relação ao tipo de unidade doméstica menos mudanças foram verificadas ao longo da década de 2000. Para o conjunto observa-se pequena redução no percentual de casas e dos outros⁴¹ tipos, compensada principalmente pelo aumento dos apartamentos. A maior redução da proporção de casas ocorreu em Valinhos, Vinhedo e Campinas, compensada pelo maior crescimento dos apartamentos. Chama a atenção, neste caso, que Valinhos e Vinhedo tem se caracterizado por uma urbanização de certa forma distinta, com a construção de condomínios e atração de população de média e alta renda (MIGLIORANZA, 2005; CAIADO; PIRES, 2006; CUNHA *et al.*, 2006; DOTA, 2011), fatores que podem estar relacionados a tais modificações.

Figura 5. Evolução da condição de ocupação dos domicílios segundo a proporção de migração no incremento populacional. Municípios da RM de Campinas. 2000-2010.



⁴⁰ O coeficiente de correlação de Pearson aponta 0,5 para a variação das residências alugadas e -0,4 para as residências próprias. No seu cálculo, entretanto, foram retirados os dados de Santa Bárbara d'Oeste, que claramente configura-se como um *outlier* em relação aos outros dezenove municípios da RM de Campinas, visto que apresentou saldo migratório negativo ao mesmo tempo que aumento proporcional do aluguel.

⁴¹ Em outros inclui-se casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco, oca ou maloca, tenda ou barraca dentro de estabelecimento, vagão, trailer, gruta etc., asilo, orfanato e similares, hotel, pensão, alojamento de trabalhadores, penitenciária, presídio ou casa de detenção e outros.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e 2010.

O fato de a população metropolitana ter aumentado em 19,8% entre 2000 e 2010 e o número de domicílios em 32,3%, aponta para a existência de modificações no âmbito dos municípios, resultado do período econômico vivenciado ao longo da década de 2000 e das mudanças de ordem demográfica relacionadas ao perfil de ocupação dos domicílios, com redução do tamanho das famílias. A redução de 64,0% na condição de ocupação dos domicílios classificados como “outros” e o aumento do aluguel, que cobriu essa redução em termos de região, é indicativo destas significativas mudanças.

Tabela 6. Condição de ocupação do domicílios e tipo de unidade doméstica segundo responsáveis pelo domicílio. Municípios da RM de Campinas. 2000 e 2010.

Município	Condição de ocupação						Tipo de unidade						Total	
	Próprio		Alugado		Outros		Casa		Apartamento		Outros		2000	2010
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010		
RM Campinas	70.4	70.2	17.6	22.2	11.9	7.7	87.9	86.1	11.2	13.4	0.8	0.5	661.569	875.719
Americana	70.6	67.4	21.0	25.1	8.4	7.4	90.7	89.1	9.0	10.6	0.3	0.3	52.442	67.721
Artur Nogueira	73.7	64.9	17.6	27.4	8.7	7.8	99.6	99.4	0.0	0.2	0.4	0.5	9.008	13.485
Campinas	70.5	74.1	17.1	19.3	12.4	6.5	78.3	74.4	20.9	25.1	0.8	0.5	283.143	348.456
Cosmópolis	68.9	64.8	18.3	25.8	12.9	9.4	98.1	98.8	0.3	0.4	1.7	0.9	12.322	17.847
Engenheiro Coelho	58.2	51.9	25.3	38.1	16.6	10.0	93.9	98.3	1.2	1.6	4.9	0.1	2.587	4.652
Holambra	54.7	60.8	13.5	19.8	31.7	19.5	97.5	99.4	0.3	0.2	2.2	0.4	1.868	3.337
Hortolândia	74.8	71.9	12.7	21.3	12.5	6.8	98.4	97.6	0.5	2.1	1.1	0.4	40.370	55.447
Indaiatuba	67.7	64.4	21.3	27.6	11.0	8.0	93.4	92.1	5.7	7.3	0.9	0.6	40.317	61.355
Itatiba	66.0	64.7	19.1	26.0	14.8	9.3	92.2	89.5	6.6	9.5	1.3	1.1	22.272	31.166
Jaguariúna	65.2	59.6	19.2	30.1	15.6	10.3	96.3	93.1	3.1	6.3	0.6	0.6	7.963	13.581
Morungaba	73.9	70.4	11.7	20.6	14.4	9.0	98.4	99.0	1.2	0.8	0.4	0.3	9.868	14.477
Monte Mor	55.5	62.0	20.7	23.9	23.8	14.1	96.7	99.4	1.3	0.4	2.0	0.2	2.559	3.522
Nova Odessa	67.7	71.4	19.9	21.3	12.4	7.3	98.3	97.0	1.2	2.8	0.5	0.1	11.770	15.830
Paulínia	71.4	67.0	16.7	23.7	11.9	9.3	96.2	96.3	1.2	3.3	2.7	0.5	13.769	24.320
Pedreira	76.0	70.4	16.3	23.9	7.7	5.7	91.9	93.0	6.9	6.9	1.1	0.1	9.667	12.723
Santa Bárbara d'Oeste	72.1	67.3	19.0	24.6	9.0	8.1	96.1	95.7	3.6	4.1	0.3	0.2	46.884	54.956
Santo Antonio de Posse	58.7	65.7	19.8	22.7	21.5	11.6	97.7	98.3	0.4	0.2	1.9	1.6	4.896	6.298
Sumaré	73.0	70.5	16.9	21.0	10.1	8.5	96.6	94.9	2.4	4.8	0.9	0.3	53.720	73.548
Valinhos	67.5	68.8	16.5	21.7	15.9	9.4	92.9	88.7	6.7	10.7	0.4	0.6	23.342	33.635
Vinhedo	68.3	66.5	17.3	23.3	14.4	10.2	97.4	92.6	1.3	7.0	1.3	0.4	12.802	19.363

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e 2010.

Condições habitacionais

Os dados da Tabela 7 representam variáveis que são utilizadas como indicativas da condição das habitações, visto que a densidade morador/cômodo, assim como o número de banheiros existentes nos domicílios, em geral, são bons indicadores em relação à qualidade construtiva.

Tais variáveis atestam as modificações ocorridas ao longo da década de 2000 e mostram melhorias em todos os aspectos: redução da densidade morador/cômodo para todos os municípios, assim como nos domicílios sem banheiro e aumento naqueles com dois banheiros ou mais, indicador este que reflete o padrão construtivo dos domicílios. Estes dados apontam que, com a menor proporção da migração para o crescimento da região, a população de baixa renda vem perdendo peso no crescimento e expansão, resultando na melhoria dos indicadores supracitados.

Em relação a estas variáveis, alguns municípios destacam-se, caso de Americana, Campinas, Valinhos e Vinhedo, onde quase a metade dos domicílios tem a densidade morador/cômodo até 0,5. Em relação ao número de banheiros, mais de 40% dos domicílios de Americana, Indaiatuba, Paulínia, Valinhos e Vinhedo possuem dois ou mais, caracterizando assim melhores condições.

A análise realizada até o presente momento, entretanto, foca os municípios de forma separada, sem considerar que todas as mudanças estão relacionadas a outras variáveis, muitas das quais não são controladas pelos municípios. Neste sentido, buscando construir uma análise comparativa, que considere outras questões relevantes para ponderar as variações ora analisadas, se apresenta na sequência uma análise de alguns dados relacionados à questão habitacional.

Tabela 7. Densidade morador/cômodo e número de banheiros por domicílio segundo responsável pelo domicílio. Municípios da RM de Campinas. 2000 e 2010.

Município	Densidade morador/cômodo						Número de banheiros						Total	
	Até 1/2		De 1/2 a 1		Mais de 1		0		1		2 e mais		2000	2010
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010		
RM Campinas	29.9	38.8	45.6	44.4	24.4	16.9	1.2	0.2	70.1	63.7	28.7	36.0	661.569	875.719
Americana	32.0	43.1	46.7	42.7	21.4	14.2	0.7	0.1	67.3	59.8	32.0	40.1	52.442	67.721
Artur Nogueira	27.3	33.3	47.1	47.8	25.6	18.9	0.4	0.1	74.0	68.1	25.6	31.9	9.008	13.485
Campinas	36.8	44.7	42.7	40.9	20.5	14.3	1.3	0.2	65.8	61.3	33.0	38.5	283.143	348.456
Cosmópolis	27.2	32.2	48.0	47.0	24.8	20.9	0.8	0.3	75.4	71.9	23.7	27.8	12.322	17.847
Engenheiro Coelho	23.7	25.3	45.6	41.1	30.7	33.6	3.8	2.1	77.5	75.4	18.8	22.5	2.587	4.652
Holambra	21.8	41.1	49.0	45.6	29.3	13.3	0.9	0.5	74.8	60.3	24.3	39.2	1.868	3.337
Hortolândia	18.0	26.2	48.5	51.4	33.6	22.3	1.2	0.2	78.8	72.9	20.1	26.9	40.370	55.447
Indaiatuba	23.4	35.1	47.5	46.1	29.1	18.8	0.9	0.1	69.6	59.5	29.5	40.4	40.317	61.355
Itatiba	27.8	37.0	45.7	43.7	26.4	19.3	1.0	0.2	70.5	65.4	28.5	34.5	22.272	31.166
Jaguariúna	24.8	35.2	48.4	46.8	26.8	18.0	0.9	0.1	68.7	61.6	30.4	38.3	7.963	13.581
Morungaba	22.5	29.1	47.6	47.9	29.9	22.9	2.4	0.4	74.1	72.2	23.6	27.3	9.868	14.477
Monte Mor	27.0	33.2	42.8	45.2	30.2	21.6	2.8	0.6	75.1	70.8	22.1	28.6	2.559	3.522
Nova Odessa	25.1	35.1	50.0	49.3	24.9	15.6	0.8	0.0	75.6	64.3	23.6	35.7	11.770	15.830
Paulínia	24.7	38.0	48.0	43.7	27.3	18.3	1.9	0.5	69.2	56.8	28.9	42.7	13.769	24.320
Pedreira	24.9	32.0	47.2	47.9	27.9	20.1	1.2	0.2	76.7	69.0	22.1	30.8	9.667	12.723
Santa Bárbara d'Oeste	22.5	32.4	50.8	49.9	26.7	17.7	1.6	0.4	79.0	69.0	19.5	30.7	46.884	54.956
Santo Antonio de Posse	24.4	28.0	44.5	46.3	31.2	25.7	3.8	0.2	77.3	78.3	18.9	21.5	4.896	6.298
Sumaré	19.6	30.1	49.6	50.4	30.8	19.4	1.3	0.3	79.7	71.8	19.1	27.9	53.720	73.548
Valinhos	30.6	45.2	46.7	40.4	22.7	14.4	0.6	0.1	65.8	57.5	33.6	42.4	23.342	33.635
Vinhedo	32.1	42.7	40.9	39.7	26.9	17.6	0.9	0.1	62.5	53.4	36.7	46.5	12.802	19.363

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010.

Parte-se da seguinte consideração: a melhoria da condição de ocupação em um município é dada pela redução do percentual dos domicílios cedidos⁴², somado ao aumento nos domicílios com até meio morador por cômodo e à redução no percentual daqueles com mais de um morador por cômodo. Por fim, como variável representativa da qualidade construtiva dos domicílios, considerar-se-á o número de banheiro dos domicílios. Neste sentido, serão considerados os seguintes aspectos:

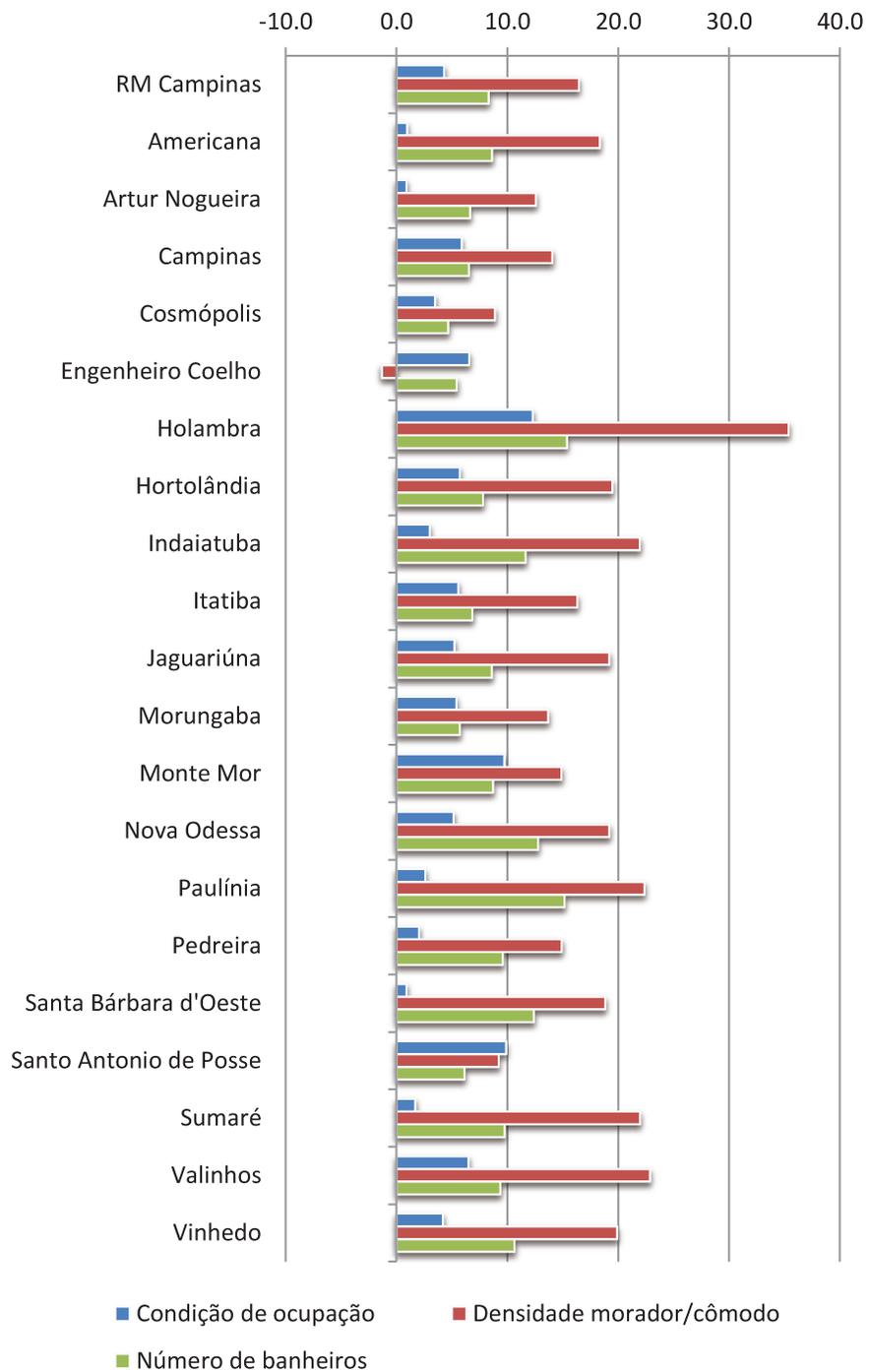
- Condição de ocupação - redução do percentual de domicílios classificados como “outros” entre 2000 e 2010;
- Densidade morador/cômodo - crescimento do percentual dos domicílios com até meio morador por cômodo somado à redução percentual dos domicílios com mais de um morador por cômodo entre 2000 e 2010;
- Número de banheiros - crescimento do percentual dos domicílios com dois banheiros ou mais somado à redução do número de domicílios sem banheiro entre 2000 e 2010;

A Figura 6 apresenta os elementos “condição de ocupação”, “densidade habitacional” e “número de banheiros” de forma que se possa observar a dinâmica destes indicadores para cada município.

Os municípios de pequeno porte da região se destacam em relação às mudanças: Holambra ficou a frente em todos os indicadores, enquanto Engenheiro Coelho foi o único a apresentar resultado negativo, neste caso relacionado à densidade morador/cômodo.

⁴² Apesar da propriedade da residência ser um fator relevante, não se pode afirmar que ser proprietário representa efetivamente uma vantagem. Cunha (1994) mostra, por exemplo, que a expansão periférica da RM de São Paulo estava em grande parte relacionada a propriedade do domicílio. Os dados disponibilizados pelo Censo Demográfico não permitem conhecer a regularização do loteamento, por exemplo, sendo que áreas de ocupação podem ser consideradas como residências próprias. A partir destas considerações, não se pode afirmar que a propriedade do domicílio apontado no Censo Demográfico representa melhores condições, visto que muitas vezes uma residência alugada numa melhor localização representa vantagem competitiva em relação a uma casa própria na periferia distante para a qualidade de vida de seus moradores.

Figura 6. Variação da condição de ocupação, densidade do domicílio e número de banheiros. Municípios da RM de Campinas. 2000-2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e 2010. Elaboração do autor.

Tais aspectos representam, de forma direta, mudanças na forma de ocupação e na qualidade construtiva dos domicílios, impactando as condições de vida daqueles que os ocupam. Partindo do pressuposto de que a habitação seja um dos principais aspectos que vem condicionando a migração no âmbito da RM de Campinas, sobretudo nas modalidades de curta distância, como a mobilidade residencial intrametropolitana, tais modificações representam não apenas novos incentivos e constrangimentos, mas modificações nestes a partir destas novas caracterizações, fato que será melhor analisado na sequência do trabalho.

2.3. A dinâmica recente dos setores de atividade e do tipo de ocupação

O trabalho é o principal meio de reprodução social dos indivíduos e tem papel central para a análise da relação entre as dinâmicas econômicas e sociais, inclusive por sua importância como meio de distribuição de renda e, conseqüentemente, como mecanismo de redução ou aumento das desigualdades sociais (DEDECCA, 2012). O local de moradia que, em grande parte, representa as condições de trabalho diferenciadas dos grupos sociais tende a se modificar ao longo do tempo e resultar em novas características organizacionais, como a segmentação observada por Bógus e Pasternak (2008) na RM de São Paulo ou a segregação apontada por Rodrigues e Arriagada (2004) para as RMs de São Paulo, Rio de Janeiro, Santiago e Cidade do México, assim como Cunha *et al.* (2006) para Campinas.

A análise que segue pretende verificar a evolução, ao longo da década de 2000, da alocação dos indivíduos no mercado de trabalho, considerando o setor de atividade e a ocupação no mercado de trabalho segundo o município de residência, formato que visa analisar essas mudanças frente à estruturação do espaço metropolitano. Tal perspectiva visa analisar se está ocorrendo uma segmentação territorial mais clara na RM de Campinas, fruto tanto das dinâmicas econômicas, a partir da localização das atividades quanto da mobilidade residencial do trabalhador, fortemente relacionada aos incentivos e constrangimentos.

A Tabela 8 apresenta, para os residentes em cada município da RM de Campinas, o setor de atividade em que estavam empregados nos anos de 2000 e 2010. Neste período, o que se percebe para o conjunto da região é uma redução percentual em todos os setores de atividades concomitante ao aumento dos “outros” que, em 95% dos casos, se refere a ocupações mal definidas, que representam inserções mais precárias. Montali *et al.* (2010) havia verificado uma relativa piora no mercado de trabalho formal entre 2000 e 2005, a partir da variação dos salários no período, fato materializado nos dados de setores de atividade.

Em relação ao conjunto, chama atenção a redução do peso relativo da indústria (-4,6%) e o forte aumento dos “outros” (8,9%). Dentre os municípios não há uma tendência clara, com alguns apresentando forte redução dos serviços (Engenheiro Coelho, Hortolândia, Sumaré e Valinhos) enquanto Jaguariúna teve um aumento (4,6%) que, comparativamente ao resultado do conjunto, poderia ser apontado como forte.

Em relação ao emprego na indústria houve uma redução generalizada, exceto nos municípios que historicamente elas não tiveram grande peso para a economia, como aqueles localizados na porção norte da região metropolitana (Engenheiro Coelho, Holambra e Santo Antônio de Posse). Esse fato pode ser indicativo da redução da proporção deste tipo de emprego nos municípios mais industrializados, o que faz aumentar a participação destes⁴³.

Em relação ao comércio, as reduções mais significativas ocorreram justamente nos municípios que observaram aumento no peso da indústria. O setor de Agricultura e o Setor público pouco variaram, com exceção para Santo Antônio de Posse em relação ao primeiro, com forte redução percentual. Por outro lado, o setor “outros” teve forte aumento em todos os municípios, principalmente em Engenheiro Coelho, Nova Odessa, Santo Antônio de Posse, Valinhos e Vinhedo, com mais de 10% entre 2000 e 2010.

⁴³ Segundo dados da Fundação SEADE, o volume de empregos formais entre 1991 e 2010 cresceu 106,5%, passando de 451.319 para 932.309. Na indústria o crescimento foi menor (45,5%), o que culminou na redução da importância deste setor na empregabilidade da população, passando de 41,2% do total de empregos em 1991 para 29,0% em 2010. Os municípios com maior redução no peso da indústria foram Americana, Artur Nogueira, Indaiatuba, Sumaré e Valinhos.

Tabela 8. Proporção dos trabalhadores segundo setores de atividade. Municípios da RM de Campinas. 2000 e 2010.

Municípios	Serviços		Indústria		Comércio		Agricultura e extrativismo		Setor público		Outros		Total	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
RM Campinas	50.1	48.1	23.9	19.3	17.5	16.1	3.2	2.5	3.6	3.3	1.7	10.7	997.548	1.427.331
Americana	41.0	42.0	33.8	28.0	17.9	17.6	1.2	1.1	3.2	3.5	3.0	7.9	80.199	112.750
Artur Nogueira	34.4	34.4	20.6	21.0	22.8	18.8	16.2	14.1	3.6	3.9	2.4	7.9	14.488	23.241
Campinas	56.8	55.4	17.4	11.9	18.3	16.3	1.5	1.3	3.7	3.2	2.2	11.8	415.816	543.549
Cosmópolis	43.9	42.4	26.7	19.7	21.5	16.1	3.6	3.8	3.6	4.4	0.8	13.7	16.111	25.803
Engenheiro Coelho	36.7	31.0	13.0	18.2	19.2	15.2	28.3	26.7	2.5	2.5	0.2	6.3	4.588	8.069
Holambra	33.5	35.1	6.9	7.7	17.9	15.1	39.0	31.8	1.2	2.8	1.5	7.5	3.762	6.569
Hortolândia	56.4	51.1	20.4	17.0	15.9	15.4	1.4	1.0	3.1	3.6	2.8	12.0	58.109	91.626
Indaiatuba	45.1	42.9	30.2	26.8	16.9	15.5	4.4	2.5	2.7	2.5	0.8	9.9	63.337	106.608
Itatiba	44.9	44.7	26.6	26.2	18.0	14.6	6.2	4.7	2.8	2.3	1.5	7.6	36.641	53.967
Jaguariúna	41.7	46.3	33.1	22.6	12.7	13.2	5.4	4.4	5.2	4.3	1.9	9.2	12.707	23.116
Morungaba	48.4	47.4	20.5	18.8	13.8	13.1	12.7	7.6	3.9	3.3	0.7	9.8	13.931	23.149
Monte Mor	41.1	39.6	32.2	25.2	8.7	9.1	14.5	14.0	2.5	3.9	1.0	8.1	4.913	5.954
Nova Odessa	38.9	38.3	38.4	26.6	14.0	16.0	1.5	1.1	6.8	4.4	0.3	13.5	17.224	25.993
Paulínia	49.2	50.0	22.4	15.7	17.7	16.3	3.3	3.5	6.2	6.2	1.1	8.4	22.258	42.048
Pedreira	31.6	31.7	46.6	38.1	14.5	14.2	3.3	1.8	3.5	3.9	0.6	10.3	16.743	22.918
Santa Bárbara d'Oeste	39.6	37.0	38.7	34.6	16.1	16.2	1.6	0.9	3.7	3.2	0.4	8.1	70.176	92.533
Santo Antonio de Posse	34.7	35.1	13.0	18.5	20.8	17.2	25.6	13.9	5.2	3.3	0.7	12.0	7.728	10.481
Sumaré	52.3	47.7	22.5	19.6	18.5	17.7	2.6	1.7	2.8	3.1	1.2	10.1	78.810	116.547
Valinhos	48.8	44.8	26.7	20.4	14.1	14.7	6.4	3.4	3.6	3.5	0.4	13.2	38.057	57.902
Vinhedo	48.5	46.4	27.6	20.7	16.5	15.0	3.5	2.0	3.3	3.2	0.7	12.6	21.950	34.508

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010.

Os dados chamam atenção para as mudanças estruturais em relação às oportunidades de emprego geradas ao longo da década de 2000. Cabe salientar, entretanto, que a análise realizada a partir do percentual de cada setor de atividade não objetiva focar especificamente, mas sim dar uma visão geral dos pesos de cada um nos dois períodos, preocupando-se mais com a variação - entendendo que boa parte desta é fruto de dinâmicas econômicas que extrapolam os limites regionais (MONTALI *et al.*, 2010) - do que efetivamente com o volume⁴⁴, inclusive porque as variações não foram as mesmas: entre 2000 e 2010 a população da RM de Campinas aumentou 19,7%, a população em idade ativa (PIA)⁴⁵ 27,9%, enquanto aqueles que declararam o setor de atividade, ou seja, trabalhavam na data de referência do censo demográfico aumentou 43,1%. Tais tendências são explicadas pela dinâmica demográfica, a partir do envelhecimento da população, que faz com que a PIA seja um dos segmentos com maior crescimento nas últimas duas décadas, resultado da fecundidade mais alta no passado (CGEE, 2008). Por outro lado, o maior crescimento daqueles que trabalham se explica pela grande mudança no mercado de trabalho nos anos 2000, com menor desemprego e recuperação econômica.

Frente a essas modificações que, sem dúvidas, apontam para um avanço em termos de empregabilidade, cabe analisar as mudanças qualitativas nestas oportunidades de trabalho, tanto em relação à escolaridade quanto nos cargos ocupados pelos indivíduos, visto que o tipo de trabalho executado modifica as possibilidades de acesso às oportunidades existentes na região metropolitana.

A Tabela 9 apresenta a escolaridade dos ocupados segundo o setor da atividade em que estavam empregados em 2000 e 2010. De um modo geral e, seguindo uma tendência nacional, se observa forte redução na proporção daqueles com escolaridade até Ensino

⁴⁴ Quando se foca o volume percebe-se que houve aumento em todos os setores entre 2000 e 2010, nos seguintes percentuais: Serviços (37,3%), Indústria (15,7%), Comércio (31,7%), Agricultura e Extrativismo (12,3%), Setor público (33,0%) e outros (783,6%).

⁴⁵ Consideraram-se aqueles com 15 anos ou mais de idade.

Fundamental e “outro”⁴⁶, com aumento concomitante na proporção de trabalhadores com Ensino Médio, Graduação e Pós-graduação.

O setor de agricultura e extrativismo continua em 2010, assim como em 2000, como aquele com menor escolaridade média apesar do avanço verificado (passou de 84,0% com até ensino fundamental para 69,2%). O setor público, por outro lado, é o que apresenta maior proporção dos indivíduos com graduação e pós-graduação (40,0%) seguido pelo setor de serviços (24,6%), mas foram os indivíduos empregados no setor “outros” que tiveram a maior evolução entre 2000 e 2010 em relação à graduação e pós-graduação, com variação de 11,7%.

Tabela 9. Proporção de pessoas nos setores de atividade segundo escolaridade. RM de Campinas. 2000 e 2010.

Setor de Atividade	Nível de Ensino									
	Ensino Fundamental		Ensino Médio		Graduação		Pós-graduação		Outro	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
RM de Campinas	52.0	41.4	28.9	36.3	14.3	17.3	1.8	4.0	3.0	1.0
Serviços	52.8	44.7	24.0	29.6	17.0	19.4	2.8	5.2	3.4	1.0
Indústria	52.9	38.6	34.2	45.8	10.3	12.2	0.8	2.6	1.8	0.8
Comércio	48.5	38.0	37.4	46.1	11.5	13.6	0.6	1.5	2.0	0.8
Agricultura e extrativismo	72.6	67.2	12.2	21.1	3.5	7.8	0.4	1.9	11.4	2.0
Setor público	34.7	25.0	33.8	34.3	27.0	32.2	2.3	7.8	2.2	0.7
Outros	49.3	34.9	33.0	38.5	12.3	21.0	1.6	4.6	3.7	0.9

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e 2010.

A melhora na educação verificada quando se analisa o setor de atividade também pode ser verificada segundo a ocupação dos indivíduos. A Figura 7, que separa os trabalhadores em grandes grupos de ocupação apresenta as variações observadas entre 2000 e 2010 em relação ao nível educacional.

⁴⁶ Em “outro” estão os indivíduos não alfabetizados e aqueles que foram alfabetizados e não chegaram a concluir algum nível de ensino específico.

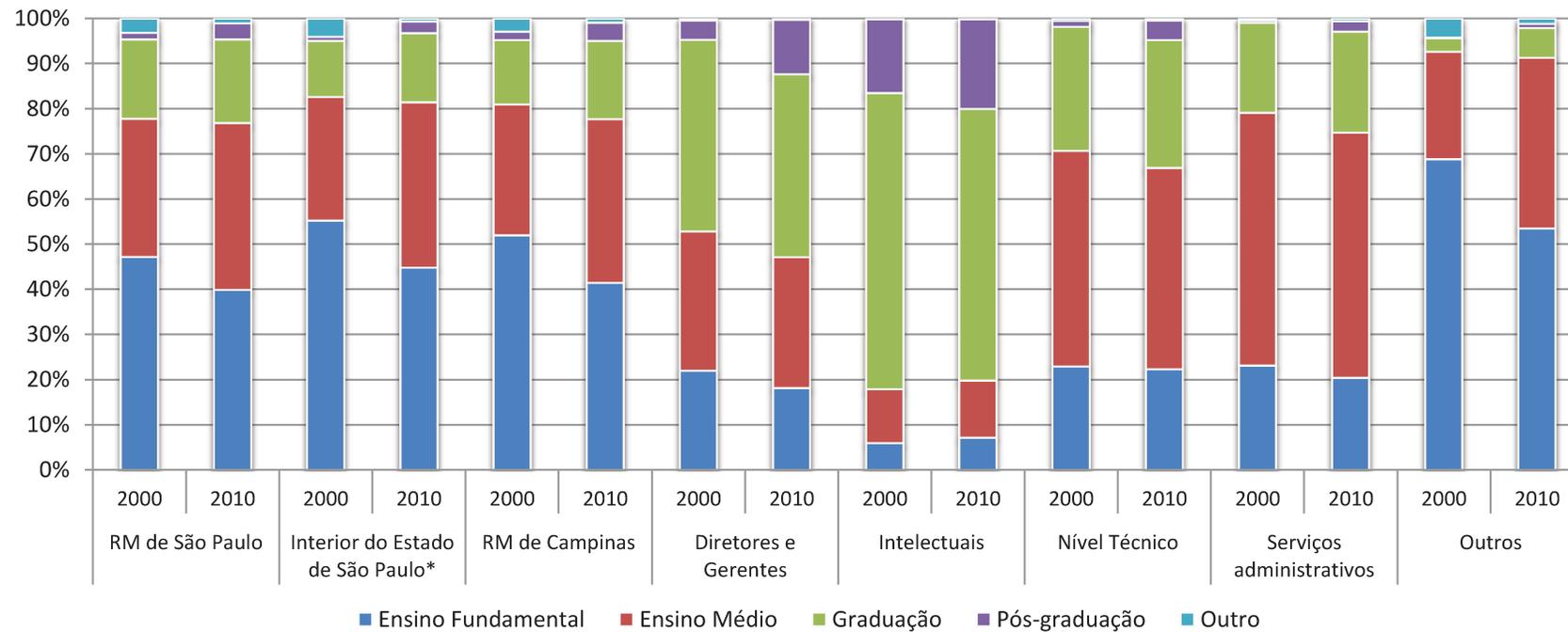
Para o conjunto da RM de Campinas, percebe-se uma redução dos ocupados com baixa escolaridade, ou seja, aqueles com Ensino Fundamental e não-escolarizados (“outro”) e concomitante aumento daqueles com Ensino Médio, Graduação e Pós-graduação.

Em relação às outras ocupações, fenômeno semelhante pode ser observado: entre 2000 e 2010, houve aumento significativo dos mais escolarizados em todas as ocupações analisadas, sendo que tal aumento foi proporcionalmente maior naquelas atividades que requerem e valorizam tal evolução. Neste sentido, chama a atenção o aumento da Pós-graduação entre dirigentes e gerentes, dos intelectuais e dos trabalhadores com nível técnico. A graduação ganhou relevância entre os ocupados do nível técnico, administrativo e dos outros setores, fato que pode estar relacionado ao aumento nas oportunidades educacionais ao longo da década de 2000 e que já refletiu em mudanças na escolarização dos ocupados nos dados de 2010.

Comparando o resultado observado na RM de Campinas em relação a RM de São Paulo e aos outros municípios do estado, é possível perceber, como esperado, um aumento generalizado da escolaridade para todas as áreas. No âmbito das ocupações, por outro lado, a RM de São Paulo apresenta trabalhadores ligeiramente mais escolarizados em relação a RM de Campinas. Quando comparado aos outros municípios do Estado de São Paulo, fica evidente que Campinas apresenta características mais parecidas com as da RM de São Paulo e conseqüentemente um perfil da PEA diferencial em relação ao restante do Estado de São Paulo.

Na análise temporal, por outro lado, percebe-se situação mais favorável principalmente para a RM de Campinas, mas também nos outros municípios do Estado de São Paulo, com um avanço mais significativo na escolaridade da PEA a partir da redução daqueles menos escolarizados em todas as ocupações analisadas. A evolução na escolaridade na RM de São Paulo, por outro lado, ocorreu com uma forte redução na proporção dos graduados entre os dirigentes e gerentes, intelectuais e técnicos, o que pode ser resultado das trocas de população com outras áreas do Estado de São Paulo e indicativo de uma melhora relativa, já que não se observa tendência de redução dos menos escolarizados.

Figura 7. População ocupada segundo a escolaridade e ocupação. RM de Campinas, RM de São Paulo e outros municípios do interior do estado. 2000-2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e 2010. *Exceto municípios da RM de Campinas.

Se a melhora na escolaridade era esperada e apresenta especificidades, em cada localidade, alguns fatores são específicos de áreas de grande aglomeração. Esse é o caso, por exemplo, da mobilidade pendular, que se refere ao trabalho e/ou estudo em município distinto daquele de residência; nesse caso, o fenômeno apresentou variação relevante ao longo da década de 2000. Os dados da Tabela 10 apresentam a variação observada destacando o aumento do peso relativo da pendularidade na PIA para quase todos os municípios, com destaque para Hortolândia e Sumaré, com mais de um quarto da PIA nesta situação.

Tabela 10. Volume e peso relativo da mobilidade pendular por trabalho e estudo de residentes sobre a População em Idade Ativa (PIA). Municípios da RMC, 2000 e 2010.

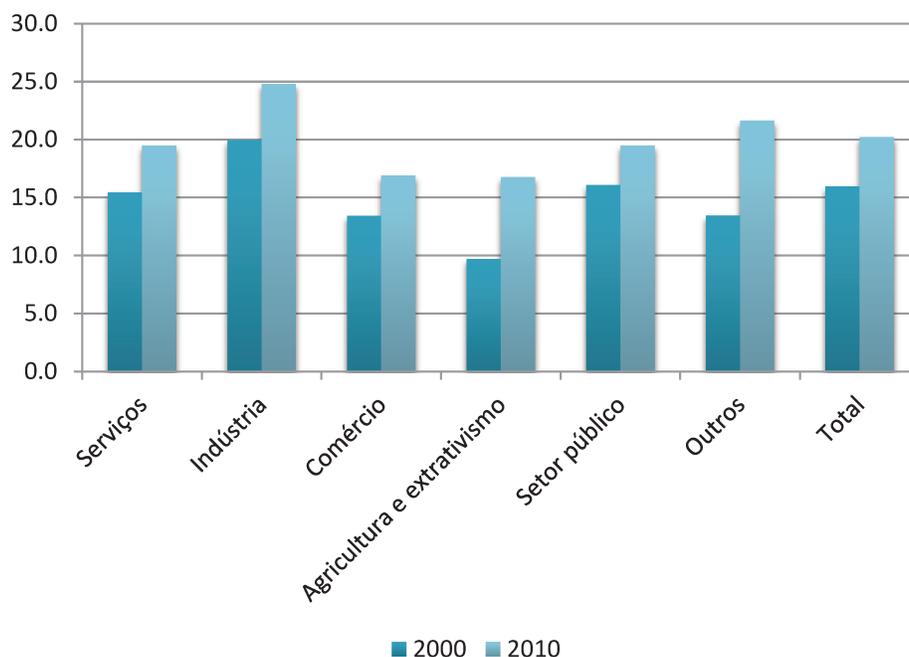
Município	Volume dos movimentos pendulares		Percentual da PIA (%)	
	2000	2010	2000	2010
RM de Campinas	176.048	311.992	10.1	14.0
Americana	23.971	22.402	17.2	13.0
Artur Nogueira	541	7.955	2.3	23.3
Campinas	89.322	55.544	12.1	6.4
Cosmópolis	1.033	9.894	3.2	21.9
Engenheiro Coelho	965	1.800	13.5	15.4
Holambra	2.251	1.431	42.2	16.3
Hortolândia	5.293	46.556	5.0	31.6
Indaiatuba	2.537	13.676	2.4	8.6
Itatiba	2.739	6.742	4.6	8.4
Jaguariúna	3.943	3.230	18.0	9.3
Monte Mor	1.109	8.142	4.3	21.9
Nova Odessa	5.463	9.557	17.6	23.4
Paulínia	10.434	10.722	27.7	16.9
Pedreira	616	2.815	2.3	8.5
Santa Bárbara d'Oeste	4.855	32.248	3.9	22.3
Santo Antonio de Posse	459	2.673	3.5	16.9
Sumaré	7.782	50.388	5.6	27.1
Valinhos	6.093	17.709	9.6	20.4
Vinhedo	6.642	8.501	18.6	16.7

Fonte: Cunha (2013).

O aumento do volume de pendulares entre os ocupados do período 2000/2010 foi de 26,2%, passando de 16,0% em 2000 para 20,2% em 2010. Em todos os setores de

atividade foram observados incrementos, conforme mostra a Figura 8, com a indústria mantendo a dianteira em relação à proporção daqueles que fazem esse tipo de movimento, chegando, em 2010, a quase um quarto dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, os setores “agricultura e extrativismo” e “outros” obtiveram o maior crescimento na proporção de pendulares no período considerado.

Figura 8. Pessoas ocupadas que fazem movimento pendular. RM de Campinas. 2000-2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e 2010.

Diante de tais mudanças no mercado de trabalho, cabe um questionamento: existiriam, no âmbito dessas variações, impactos na distribuição espacial destes trabalhadores ao longo da década de 2000 nos municípios da RM de Campinas?

Para analisar possíveis impactos na distribuição espacial dos trabalhadores no período 2000-2010, analisou-se a proporção destes em cada um dos municípios. A partir da concentração frente ao conjunto regional, foi calculada a proporção em cada tipo de ocupação, ou seja, o perfil ocupacional de cada um dos municípios.

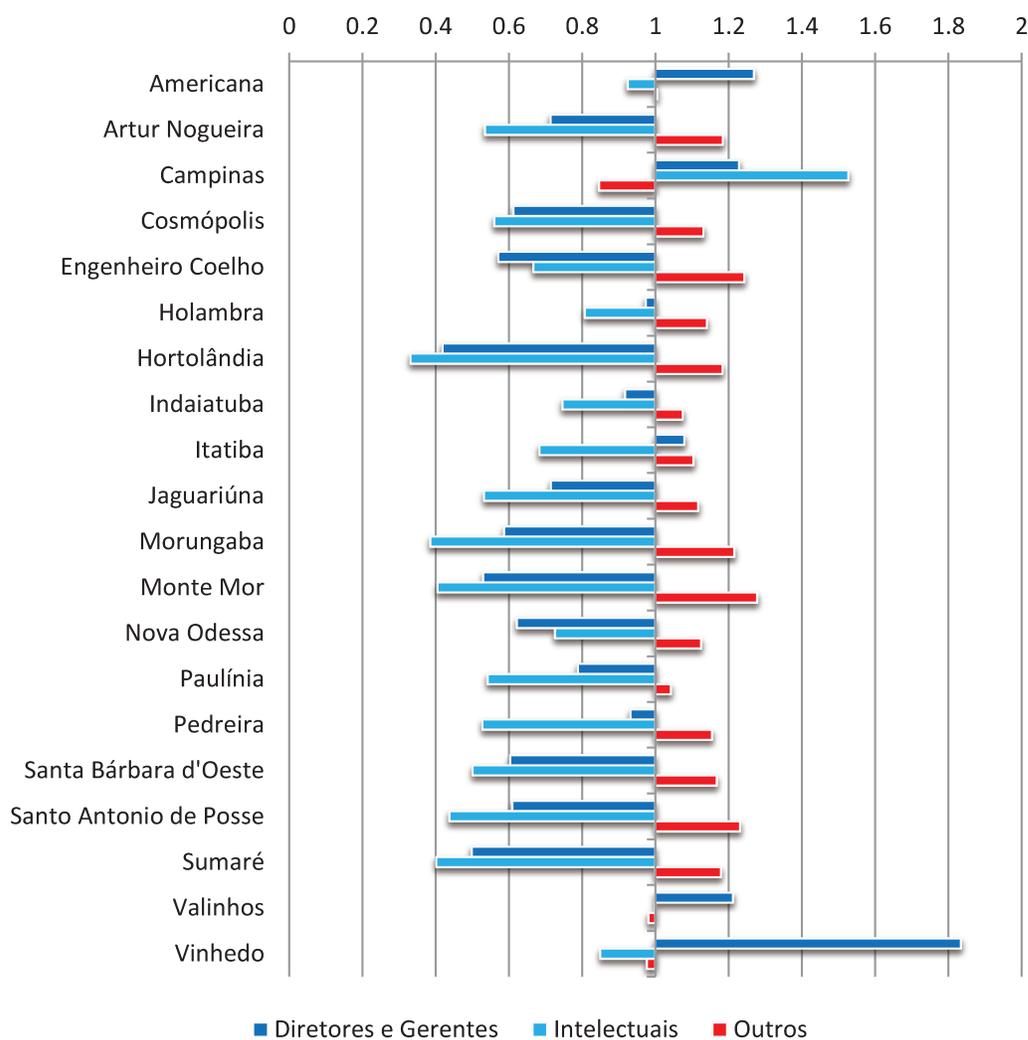
Para facilitar a análise foram construídos dois gráficos, um para o ano de 2000 e outro para 2010 com a relação entre a concentração da população ocupada em cada município e a concentração segundo os tipos de ocupação. Busca-se analisar, a partir destes dados, se existiria um equilíbrio entre os tipos de ocupação nos municípios e se houve variação ao longo da década de 2000. Tal equilíbrio seria dado pelo valor “1” nas Figuras 9 e 10, ou seja, o município X tem 12,0% da população ocupada da região, 12,0% daqueles que ocupam cargos como dirigentes/gerentes na região e 12,0% daqueles que trabalham nas áreas dos “intelectuais”. Quanto mais próximo de zero menor é a concentração em dado município de um tipo de trabalhador; quanto mais próximo de dois, maior é a concentração segundo o tipo de ocupação do trabalhador em dado município.

Para uma melhor visualização foram excluídos das figuras os profissionais de nível técnico e de serviços administrativos, de forma a focar as “duas pontas” entre as ocupações dos trabalhadores, ou seja, os diretores e gerentes, assim como os intelectuais como aqueles mais bem posicionados, e aqueles que se enquadram em “outros”, em grande parte trabalhadores manuais com menor renda, nas ocupações mais volumosas, menos valorizadas mas não menos importantes no mercado de trabalho.

Em 2000, alguns municípios apresentavam grande proporção de trabalhadores de cargos específicos: Americana, Campinas, Itatiba, Valinhos e principalmente Vinhedo se destacavam na concentração dos dirigentes e gerentes, enquanto apenas Campinas tinha grande proporção dos intelectuais dentre os residentes.

Como esperado, todos os outros municípios apresentavam baixa proporção dos dirigentes, gerentes e intelectuais, além de relativo equilíbrio na distribuição daqueles empregados no setor “outros”. Paulínia, Valinhos e Vinhedo estavam próximos do equilíbrio, enquanto Campinas, justamente por concentrar grande proporção daqueles mais bem posicionados no mercado de trabalho, foi o único com proporção abaixo da média daqueles ocupados nas posições menos valorizadas.

Figura 9. População residente por tipo de ocupação segundo o total de ocupados residentes. Municípios RM de Campinas. 2000.

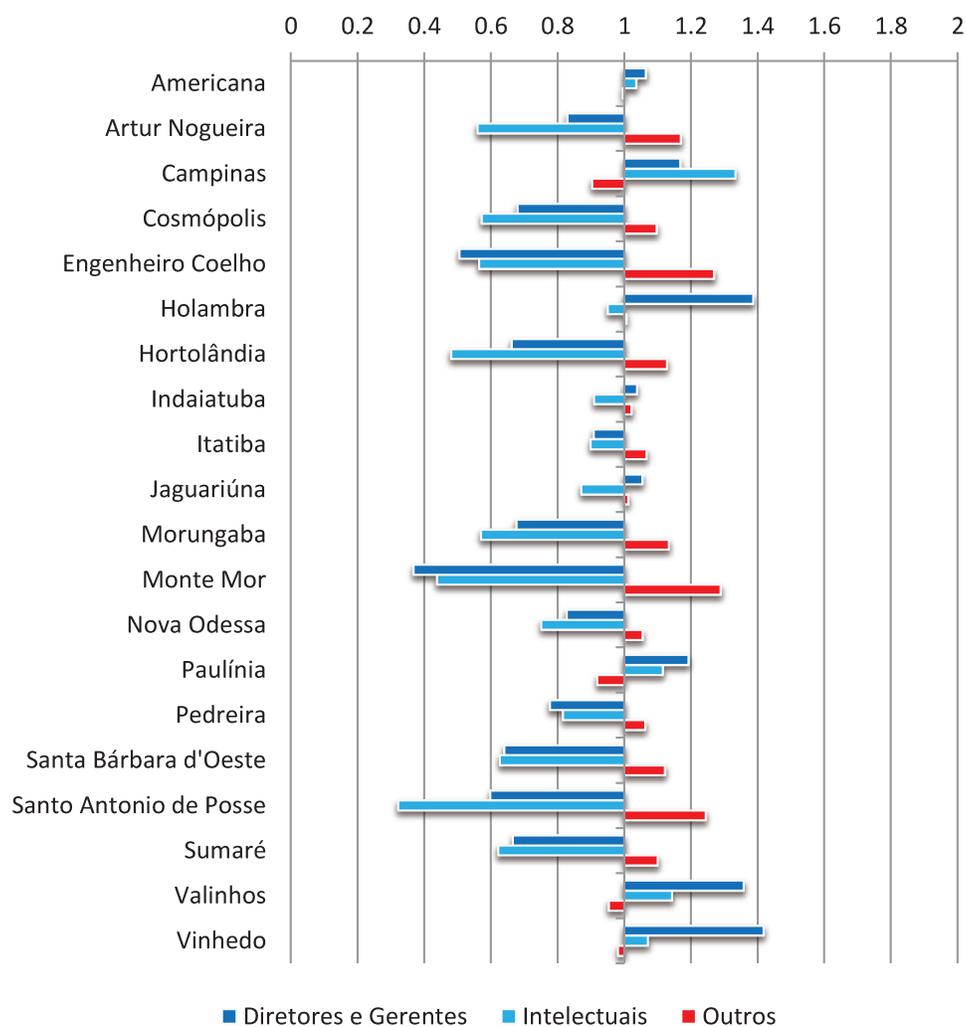


Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Em 2010, percebe-se que os municípios apresentaram redução das discrepâncias observadas em 2000: municípios como Paulínia e Holambra se juntaram a Campinas, Valinhos e Vinhedo na concentração de população ocupada como dirigentes e gerentes, assim como Paulínia, Valinhos e Vinhedo passaram a ser, juntamente com Campinas, os municípios com concentração dos trabalhadores intelectuais na região.

Em relação a população ocupada em “outros”, percebe-se também um aumento do equilíbrio, com redução na concentração de alguns municípios e uma concentração maior em Artur Nogueira, Engenheiro Coelho, Monte Mor e Santo Antônio de Posse.

Figura 10. População residente por tipo de ocupação segundo o total de ocupados residentes. Municípios RM de Campinas. 2010.



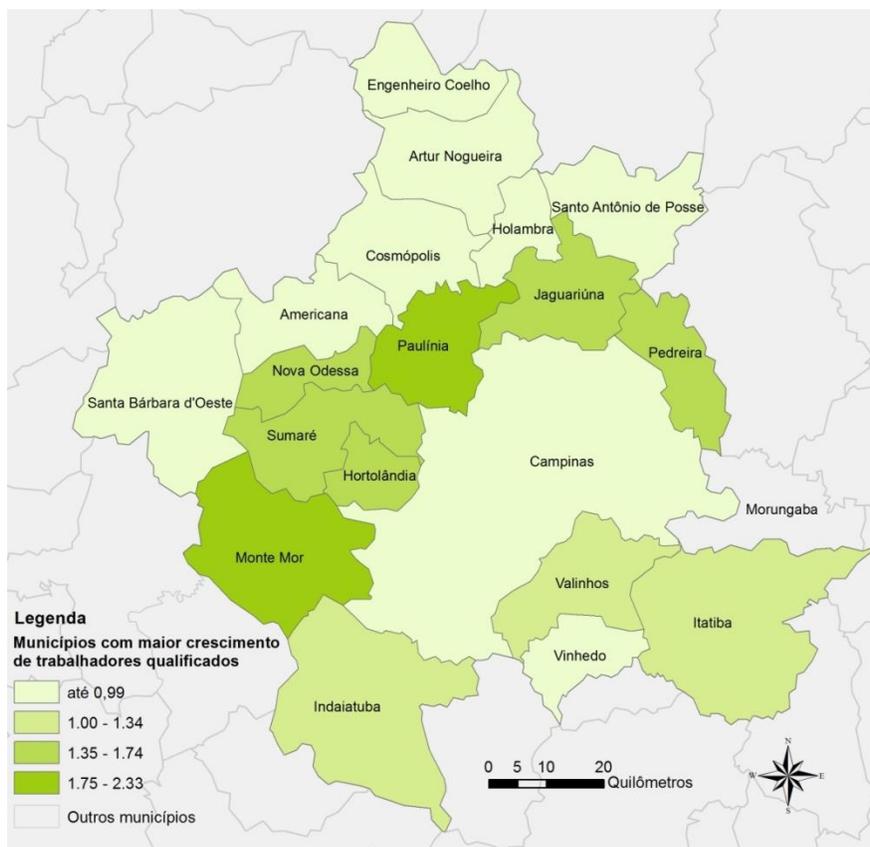
Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

Tais modificações apontam para uma redução significativa da concentração de tipos específicos de trabalhadores: o crescimento em volume de todos os setores de atividades entre 2000 e 2010 fez com que outras áreas passassem também a concentrar população em outros tipos de ocupação. Percebe-se, neste sentido, maior equilíbrio, mas ainda sim certa concentração de determinados tipos de ocupação em municípios específicos.

Deve-se salientar também para o surgimento de novas áreas atrativas para determinados grupos sociais. Apesar de uma melhor distribuição entre os municípios, não se pode generalizar, visto que se trata muitas vezes de porções muito específicas destes municípios, que estão mais integradas aos municípios vizinhos do que propriamente aquele a que pertence.

O Mapa 7 apresenta o crescimento verificado nos municípios entre a população ocupada em cargos qualificados (dirigentes, gerentes e intelectuais) e aponta que, dentre os municípios mais tradicionais na concentração desses trabalhadores, como Americana, Campinas, Valinhos e Vinhedo, o crescimento foi negativo, enquanto outros municípios, especialmente Paulínia e Monte Mor, mas também acompanhados por outros do entorno de Campinas, apresentaram relevante crescimento entre 2000 e 2010.

Mapa 7. Variação dos residentes ocupados em cargos qualificados. Municípios RM de Campinas. 2000-2010.

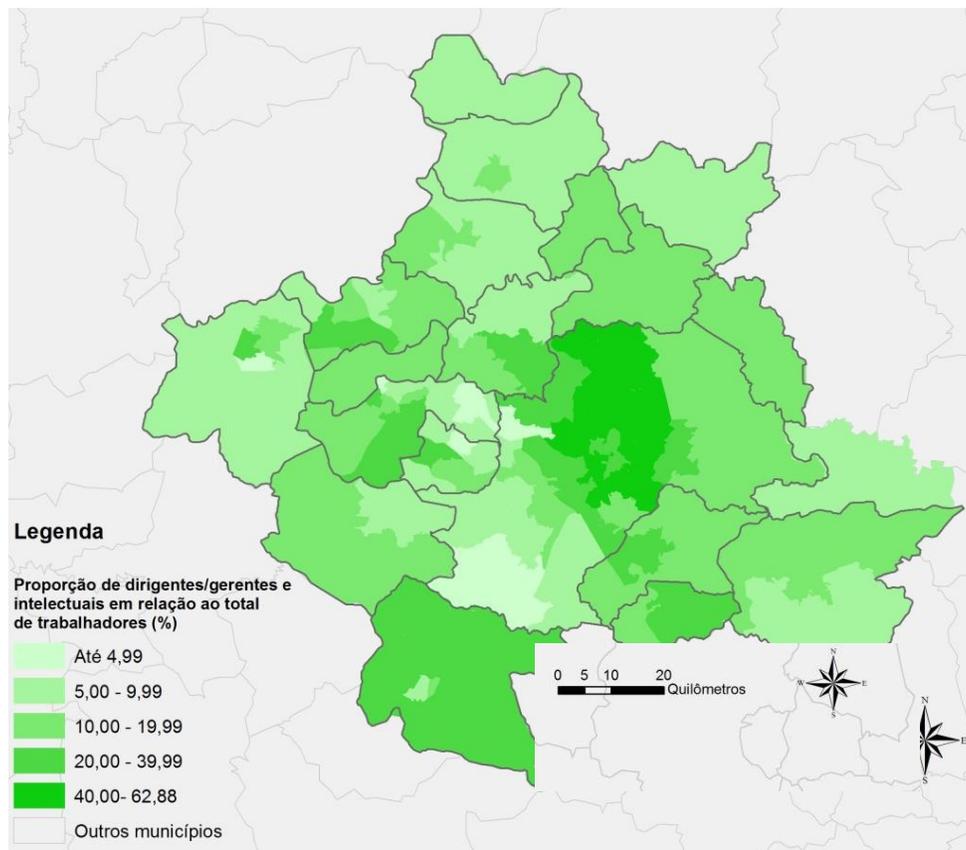


Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e 2010. Elaboração do autor.

Tais modificações devem ser vistas como resultado de dois processos: um, como comentado antes, do crescimento das oportunidades de emprego no período, que modificou o peso relativo de cada um dos tipos de ocupação nos municípios; o outro, e que mais interessa, se refere às oportunidades imobiliárias que, através da mobilidade residencial da população, pode estar modificando substancialmente a distribuição espacial da população e consequentemente as características das distintas localidades em relação ao perfil populacional.

O Mapa 8 apresenta a proporção da população ocupada em cargos qualificados segundo as áreas de ponderação,⁴⁷ ou seja, o quanto eles representam em relação ao total de trabalhadores destas áreas.

Mapa 8. Concentração de população ocupada em cargos qualificados segundo área de ponderação. Municípios RM de Campinas. 2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor.

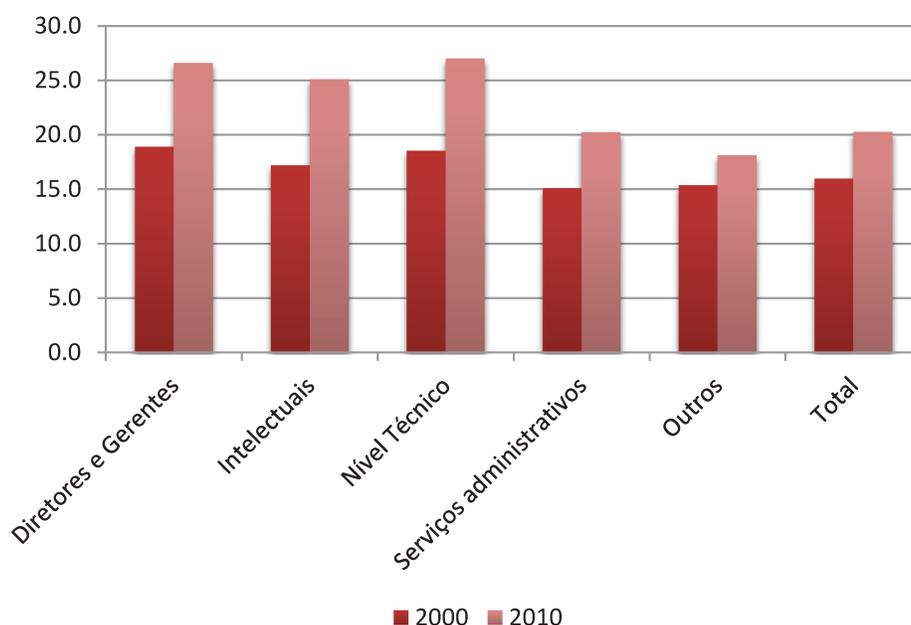
Pode-se perceber forte concentração em áreas bem específicas da região, como a região centro-norte do município de Campinas, circundada por uma “mancha” que extrapola os limites municipais para as áreas limítrofes, a norte áreas de Paulínia, assim

⁴⁷ As áreas de ponderação são definidas pelo IBGE (2010) como sendo uma unidade geográfica, formada por um agrupamento de setores censitários para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo. São os recortes espaciais mínimos em que se disponibilizam os dados da amostra.

como a sul áreas de Valinhos, identificando a chamada “cordilheira da riqueza” (CUNHA *et al.*, 2006). Outras “manchas” secundárias podem ser verificadas em Vinhedo, em porção do limite entre Sumaré e Hortolândia, assim como em “ilhas” nos municípios de Americana e Santa Bárbara d’Oeste.

Verificam-se também áreas bem específicas em que a proporção de ocupados mais bem posicionados é pequena, como no limite sudoeste do município de Campinas, assim como na porção oeste, cuja mancha extravasa para os municípios de Sumaré e Hortolândia, conformando quase que uma mancha única.

Figura 11. Pessoas que fazem movimento pendular segundo tipo da ocupação. RM de Campinas. 2000-2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e 2010. Elaboração do autor.

Considerando, como aponta a Figura 11 e os dados apresentados por Cunha (2013), que os ocupados qualificados tendem a realizar mais intensamente a mobilidade pendular se comparados aos trabalhadores ocupados em cargos de menor qualificação (outros), o fato de alguns municípios do entorno de Campinas terem concentrado o

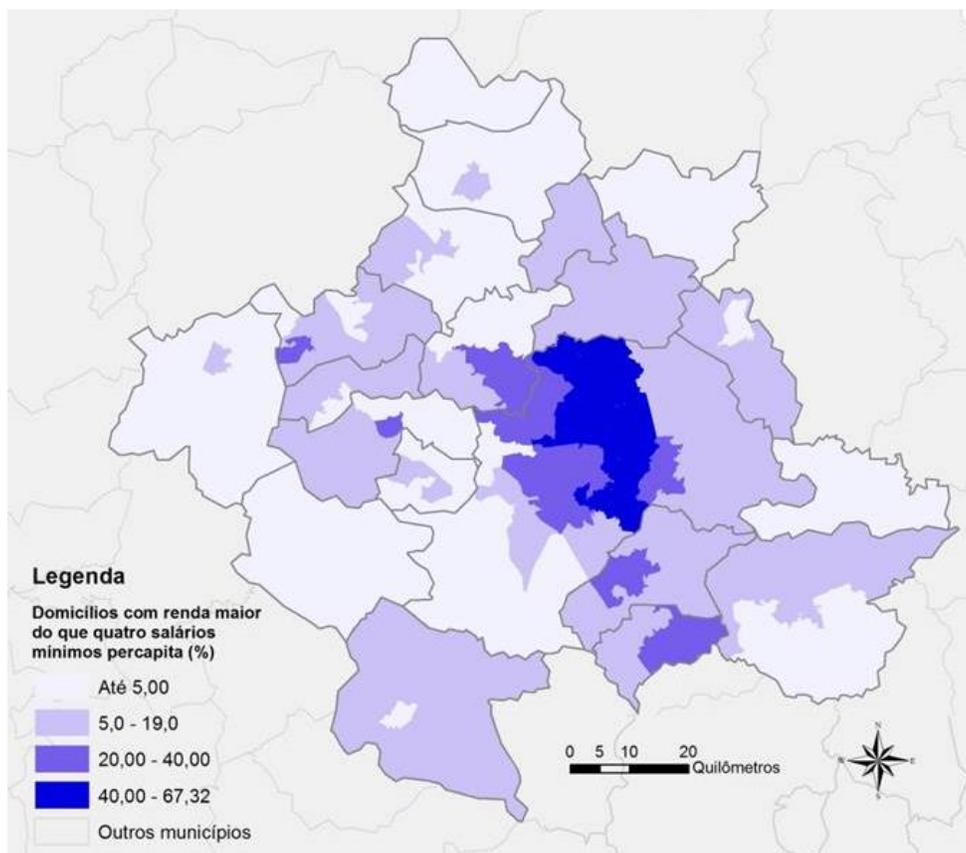
crescimento dessa categoria de empregados sinaliza para uma tendência de aumento da mobilidade pendular.

Neste contexto, os limites político-administrativos, que são representativos da divisão do poder local, pouco tem influenciado nas dinâmicas regionais. A distribuição espacial dos trabalhadores qualificados, assim como a distribuição dos domicílios conforme a renda (Mapa 9) reforçam a leitura centro-periferia que, apesar de relativizada pela polinucleação e diversificação das áreas de mais baixa renda que caracterizam a urbanização recente, ainda permanece coerente quando a escala de análise dos fenômenos abrange a região metropolitana.

A distribuição espacial com características bem marcadas, tanto dos ocupados quanto da renda, são resultado de heranças históricas materializadas no território regional. Neste sentido, a dinâmica demográfica, a partir da redistribuição espacial da população tende a ser influenciada e conseqüentemente reforçar essas heranças, já que estão intimamente relacionadas com a valorização de cada localidade.

Em relação a distribuição dos domicílios conforme a renda, percebe-se que aqueles com maior renda estão concentrados principalmente no município de Campinas e em áreas dos municípios de Valinhos, Vinhedo, Paulínia, Americana e Sumaré, conformando uma “mancha” principal na parte central de Campinas se espalhando para os limites à sudeste e noroeste.

Mapa 9. Domicílios com renda domiciliar *percapita* maior do que quatro salários mínimos. Municípios RM de Campinas. 2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor.

A análise dos dados da dinâmica do mercado de trabalho permite apontar que, ao mesmo tempo em que municípios do entorno de Campinas surgem como opção para a habitação da população mais bem posicionada no mercado de trabalho, tal dinâmica, na verdade, reforça uma concentração territorial já vislumbrada nas últimas décadas, com grande peso no município sede, mas agora com um efeito multiplicador nas vizinhanças, extrapolando a concentração ora verificada para os municípios do entorno imediato.

O mesmo vale para a população menos abastada que, no Mapa 10, tem como área de ocupação três áreas: a principal, devido ao volume de população envolvida, abrange desde a porção sudoeste do município de Campinas seguindo até os municípios de Hortolândia e Sumaré, além da porção nordeste de Monte Mor. A segunda se refere a

porção norte da RM de Campinas, abrangendo desde o leste do município de Americana, a porção norte de Paulínia, Cosmópolis, Artur Nogueira e Engenheiro Coelho, além de Santo Antônio de Posse.

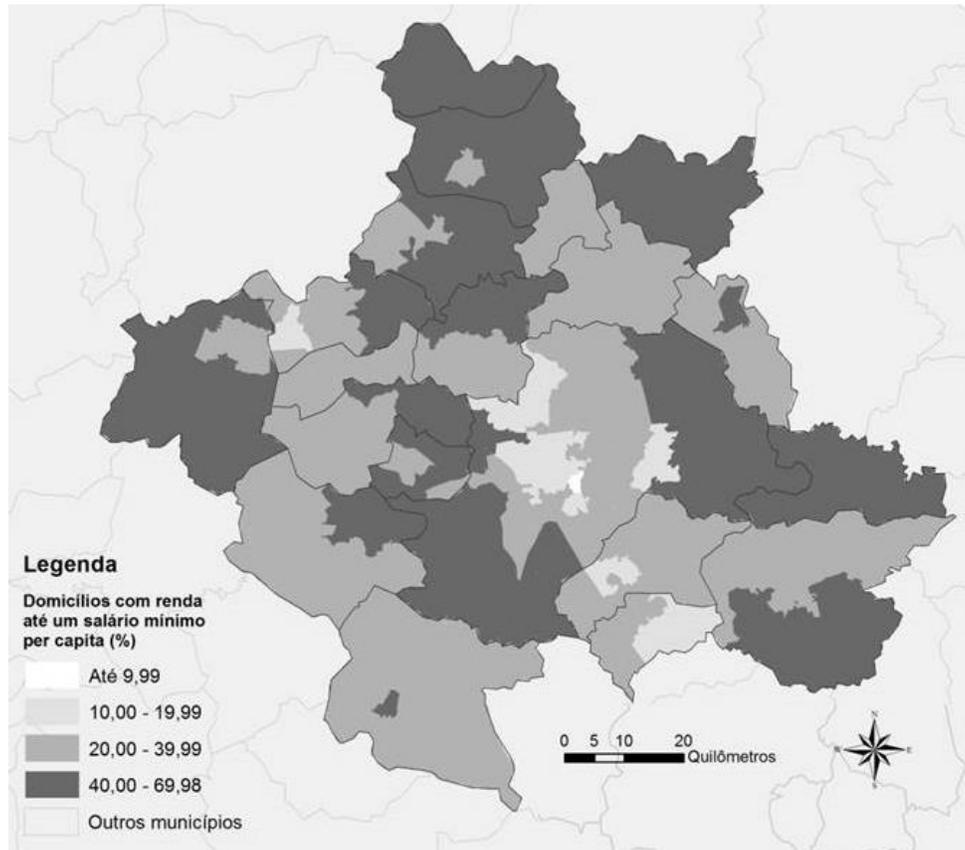
A terceira área, com menor volume de população devido a característica rural se refere à mancha entre Campinas e Morungaba, à porção sul de Itatiba e a área rural de Santa Bárbara d'Oeste.

Se em relação a área de concentração da população de alta renda pode-se claramente observar uma expansão mediada pelo contexto territorial, o mesmo fica evidente na principal área de aglomeração da população de baixa renda, entre Campinas, Hortolândia, Sumaré e Monte-Mor. Essa área representa, em grande parte, destino para migrantes intrametropolitanos que buscam, ao mesmo tempo, menores custos de moradia e proximidade das oportunidades do mercado de trabalho, o que faz desta localidade importante lócus de concentração de população de baixa renda.

Em relação as outras duas áreas, sua existência deve-se mais às dinâmicas históricas internas dos próprios municípios, sendo muito pouco influenciadas pela dinâmica regional mais recente.

Neste sentido, apesar da interdependência e da complementariedade inerentes aos municípios que compõem uma região metropolitana, e em Campinas não é diferente, não são todas as partes da região influenciadas da mesma maneira. Isto leva a considerar a importância de se analisar o papel desempenhado por cada município - e mesmo partes destes - da RM de Campinas que, diretamente ou indiretamente, tem esses papéis moldados pelos processos históricos que influenciaram o tamanho da sua população, a estrutura produtiva e a facilidade de acesso aos outros municípios da região, sobretudo os mais dinâmicos do ponto de vista econômico.

Mapa 10. Domicílios com renda domiciliar *percapita* até um salário mínimo. Municípios RM de Campinas. 2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor.

Tais aspectos apontam para a necessidade de aprofundar a análise do papel da migração recente como resultado da estruturação destas áreas, assim como os impactos nos aspectos quantitativos e qualitativos da população nos municípios e em porções específicas destes.

Considerando o exposto anteriormente, uma das hipóteses a ser verificada na sequencia considera que, apesar da importância do acesso à casa própria enquanto capital físico⁴⁸, a expansão metropolitana influenciada pelo preço da terra estaria aprofundando a

⁴⁸ A residência enquanto capital físico advém do entendimento da sua importância na busca por bem-estar na metrópole. Tal concepção tem sido utilizada na busca por indicadores multidimensionais para a análise da vulnerabilidade social dos moradores das grandes aglomerações. Para mais, ver Cunha *et al.* (2006).

segmentação territorial verificada em momentos anteriores, contando com a inclusão de novas áreas, como parece ser o caso do município de Paulínia.

Como o outro lado da mesma moeda, o casamento entre o custo da moradia e o acesso às oportunidades de emprego concentradas em Campinas e nas adjacências seriam os principais fatores explicativos para a concentração de população de baixa renda nos limites entre Campinas, Sumaré e Hortolândia, sendo Monte Mor um novo destino que dá continuidade ao que já vinha ocorrendo em Hortolândia.

Capítulo 3

Movimento ou estabilização?

A migração e a distribuição espacial dos migrantes

A migração, enquanto fenômeno social, propicia uma ampla discussão em relação à sua existência e a característica de seus fluxos, visto a variabilidade nas mais diversas escalas propiciadas, no caso brasileiro, por sua extensão territorial e realidades sociais e econômicas distintas.

Em geral, nas análises de migração buscam-se, direta ou indiretamente as causas, motivos e consequências, na área de origem e principalmente no destino. Estas análises, entretanto, estão imbricadas com outras características e dinâmicas, fato que torna o tema “migração” um trabalho de análise de múltiplas variáveis.

As dinâmicas da população e do mercado de trabalho, apresentadas no capítulo anterior, são exemplos de como variáveis exógenas aos limites territoriais - neste caso a reestruturação produtiva - podem impactar processos internos e modificar a estrutura de incentivos e constrangimentos.

No âmbito das inúmeras variáveis que devem ser consideradas, cabe analisar de que forma as características demográficas da população estariam impactando a mobilidade populacional. Um dos caminhos possíveis é o da análise dos migrantes e “não-migrantes”, ou seja, verificar quais são as características e aspectos que os diferenciam e os aproximam.

Em trabalho anterior (DOTA, 2011) chegou-se ao apontamento de que a população “não-migrante”⁴⁹ comporia dois grupos: um, mais abastado, que disporia de boas condições de vida e, por isso, não se colocava em movimento; o outro grupo

apresentaria condições propícias para se colocar em movimento em busca de melhores condições, mas as características sociodemográficas criariam empecilhos mais fortes do que aqueles que levariam a migrar, tornando-os imóveis territorialmente sem a possibilidade de ao menos utilizar a migração como tentativa de melhor posicionar-se na metrópole (DOTA, 2011, p. 110).

O presente capítulo tem como objetivo iniciar a análise a partir de migrantes e “não-migrantes” para, na sequência, caracterizar melhor a migração no âmbito da RM de Campinas.

3.1. Os migrante e os “não-migrantes”⁵⁰

A análise das forças estruturais que geram o movimento migratório somadas aquelas subjetivas relacionadas à decisão de migrar seriam as informações ideais para se compreender o movimento migratório. Segundo Massey (1990, p. 17)

a complete account of migration requires theories and data that link larger social structures with individual and households decisions, connect micro-and macrolevels of analysis, and relate causes to consequences over space and time.

Nas grandes aglomerações essas decisões têm papel fundamental para a expansão urbana, resultando em situações diferenciadas social e territorialmente mas que, em muitos casos, pouco ou nada tem haver com a escolha dos indivíduos migrantes.

⁴⁹ Por “não-migrante”, naquela ocasião, foram considerados aqueles que nunca trasladaram as fronteiras municipais, mesmo que tivessem realizado mudança residencial dentro do mesmo município.

⁵⁰ Como explicaremos mais adiante, nesse estudo os “não-migrantes” representarão uma categoria oposta à de “migrante”, ou seja, aqueles que não se colocam em movimento em um determinado período, no caso, cinco anos antes do Censo.

Deve-se considerar que as relevantes mudanças econômicas e demográficas, que alteraram as características das famílias e domicílios quanto a forma como se organizam culminaram na necessidade de adequação dos estudos de migração nas últimas décadas (CUNHA; BAENINGER, 2007; BRITO, 2009).

Mais recentemente, a migração parece se destacar enquanto fenômeno central para a reprodução do capital nas grandes aglomerações, tanto por ser resultado quanto fator estruturante de outros processos e fenômenos, visto que apresenta variações segundo suas diferentes modalidades.

Esses fluxos, como se defende, respondem à estrutura de incentivos e constrangimentos que podem ser distintos a depender da escala geográfica de análise. No âmbito de uma região metropolitana, a relação com o mercado de terras tem grande relevância, visto que, apesar deste mercado em grande parte determinar os incentivos e constrangimentos - a partir da criação de novos produtos, da mudança de uso das localidades, da valorização diferencial dos lugares etc. - e conseqüentemente a existência e o direcionamento dos fluxos migratórios, torna-se também dependente da mobilidade residencial, pela redução do crescimento demográfico observado nas últimas décadas, que tende a reduzir a pressão demográfica relacionada a partir do crescimento vegetativo.

Neste sentido, a mobilidade residencial intrametropolitana tem papel central para a dinâmica econômica nas grandes aglomerações, pois é através de seus fluxos que parte relevante dos novos produtos do mercado de terras podem ser consumidos. A expansão promovida pelo mercado, entretanto, não ocorre aleatoriamente, mas se dá a partir do contexto histórico do desenvolvimento das localidades, reafirmando as desigualdades territoriais construídas ao longo do tempo.

Vários estudos apontaram relações entre a migração e processos de produção do espaço urbano, analisando as características destas relações e os resultados vislumbrados a partir da migração enquanto promotora de demanda para o mercado de terras.

Tal visão parte do espaço urbano a partir da sua dimensão estrutural, como faz Villaça (1993), em que alterações em algum dos elementos constituintes significam impactos em todos os outros.

Cunha (1994), analisando a migração intrametropolitana na RM de São Paulo ao longo da década de 70, a vê como resultado da criação e transformação do tecido urbano da aglomeração e, por isso, o contexto estrutural aparece como ponto fundamental de análise, que tanto gera o movimento quanto é moldado por ele.

Nivalainen (2004) parte dos condicionantes da migração de curta e longa distância na Finlândia e percebe que as diferenças regionais - tamanho do município, taxa de desemprego e característica econômica do local - seriam fatores relevantes, juntamente com o contexto territorial das áreas, base para o entendimento das relações entre as localidades e conseqüentemente do peso das modalidades de migração observadas, tanto de curta quanto de longa distância.

Em outro trabalho que analisou a migração a partir das mudanças nas regras do “*welfare reform act*”⁵¹ de 1996, partindo do modelo custo-benefício da migração, Jong *et al.* (2005) concluíram que os aspectos do contexto estrutural das localidades tinham papel de grande relevância. Segundo os autores, “state’s economic characteristics, rather than welfare eligibility policy, motivate families’ decisions to migrate [...]” (JONG *et al.*, 2005, p. 488). Os resultados, entretanto, modificam-se quando controlados por características sociodemográficas, reforçando a relação entre a seletividade da migração e os aspectos estruturais apontados.

A importância dos fatores estruturais para se compreender a migração e a mobilidade residencial é apontada também Lundquist e Massey (2008, p. 108), que enfatizam que, a partir da década de 70, os avanços observados na sociologia americana se deram com uso de modelagem de dados, mas destacam que falharam “to incorporate into their sophisticated models the fact that human behavior necessarily occurs within (or must transcend) physical space”.

Levar em conta o contexto estrutural emerge questões que, direta ou indiretamente, colocam a migração e a mobilidade residencial como parte fundamental nas estratégias de reprodução do capital e da sociedade em seu conjunto. Questionamentos

⁵¹ Personal Responsibility and Work Opportunity Reconciliation Act (PRWORA). A hipótese do trabalho é a de que as famílias pobres seriam direcionadas a migrar entre estados mais pelas características estruturais da localidade do que pela mudança nas regras.

como: “Lugares pobres fazem pessoas pobres ou lugares pobres atraem pessoas pobres?” (LUNDQUIST; MASSEY, 2008) colocam em foco estas preocupações e destacam a relevância da mobilidade populacional tanto como resposta quanto fator estruturante das características das localidades.

Esta perspectiva dialética entre o fenômeno migratório e o contexto estrutural também é defendido por Roseman (1977), para quem, além do contexto a que o indivíduo ou família estaria exposto e que culminaria na necessidade de se colocar em movimento, existem outras dinâmicas cuja marca fundamental ocorre ao longo do tempo. Nesta perspectiva, o aspecto demográfico surge como variável relevante, sobretudo as mudanças no ciclo de vida, que geram distintas necessidades em cada uma de suas fases.

Nesse sentido, fica clara a necessidade de se considerar a migração enquanto resposta às condições estruturais, conjunturais e as características sociodemográficas que, somadas, representam o contexto a que os indivíduos e famílias estão imersos. Ao mesmo tempo é também estruturante, visto que o resultado da redistribuição espacial da população é marcado na área de origem e destino, pois modifica a estrutura populacional, gerando demandas específicas e influenciando processos sociais e econômicos, vindo daí seu caráter fundamental para a reprodução do capital das mais diversas formas.

A leitura de Vainer (1998) complementa, pois afirma que a migração atual é resultado do modelo de desenvolvimento e os migrantes seriam as vítimas. Este modelo está na base das modificações de grande escala da sociedade, da mudança na forma de se organizar, de se reproduzir e, conseqüentemente, na forma de responder processos que estão postos. Soja (2013, p. 157), para qualificar essas mudanças, ressalta que “após trinta anos ou mais de reestruturação gerada pela crise, entramos numa era de crises geradas pela reestruturação”, sobretudo pelos resultados sociais que estas têm gerado.

O aumento da polarização cultural, política, econômica e social, assim como da concentração de renda pelos mais ricos recentemente, agravada pela crise de 2008, seriam os resultados mais evidentes. Além destes, Soja (2013) argumenta que as áreas urbanas mais dinâmicas, marcadas pela concentração econômica e demográfica impulsionam a

economia global, gerando concomitantemente problemas como as desigualdades e as injustiças.

Considerando a importância das grandes aglomerações para essas mudanças, é possível observar nelas os resultados bons e ruins destas grandes modificações. Neste contexto múltiplo, as características dos indivíduos e famílias tem grande relevância para a forma como respondem aos desafios da vida urbana: o tamanho da família, a idade, estar unido ou sozinho, com ou sem filhos, alta ou baixa escolaridade, o trabalho e a renda, os laços familiares dentre outros aspectos são importantes, pois impactam as possibilidades e, conseqüentemente, as decisões, como a de ficar ou sair. Além destas características, poder-se-ia citar outras do contexto social: a existência de oportunidades imobiliárias, a condição de ocupação do domicílio, a existência e localização das oportunidades de emprego, as infraestruturas etc. podem representar variáveis de alta relevância para se compreender a dinâmica interna destas áreas metropolitanas.

Se for aceito, como ensina Singer (1976), que os fatores estruturais - ou seja, as causas - impactam primeiramente os grupos (ou classes) sociais, poder-se-ia pensar que as características sociodemográficas poderiam contribuir para se compreender por que uns se movem e outros não. É nesse sentido que os estudos demográficos podem contribuir para uma melhor compreensão do fenômeno migratório, particularmente no caso da mobilidade residencial intrametropolitana.

3.2. Migrantes recentes, “restante da população” e características associadas

Para analisar os diferenciais entre migrantes e “não-migrantes” será utilizado na sequência um modelo de regressão logística binária, que tem por objetivo básico descrever a relação entre uma variável resposta dicotômica e uma ou mais variáveis explicativas (HOSMER; LAMESHOW, 2000) e, neste caso, a relação entre a migração e algumas variáveis sociodemográficas.

Para o modelo pretendido e, a partir dos dados do Censo Demográfico, verificam-se várias possibilidades de definição de quem seriam os migrantes e os “não-migrantes”. Tal escolha interfere diretamente no resultado e, portanto, descreve-se na sequência o que se está levando em consideração.

Segundo as possibilidades oferecidas pelos dados do Censo Demográfico de 2010 para a captação da migração,⁵² os migrantes podem ser (1) aqueles não naturais do município de residência, assim como (2) os indivíduos que residiam em outro município cinco anos antes da data de referência da pesquisa; (3) aqueles que responderam o município de residência anterior, ou seja, questão que capta os migrantes com até dez anos de residência nos municípios, assim como (4) pode-se definir os migrantes segundo o tempo de residência no município ou Unidade da Federação.⁵³ A escolha de qualquer uma destas possibilidades culmina num público específico e, conseqüentemente, mostra-se como ponto fundamental na construção da análise.

Verifica-se, neste sentido, que a primeira possibilidade (todos os não-naturais) culminaria num grupo que teria grande quantidade de migrantes antigos, já consolidados e com características muito semelhantes aos naturais. Esta escolha não apresentaria as reais diferenças que se julgam relevantes para compreender as especificidades do movimento migratório, sobretudo aqueles ligados à dinâmica recente.

A segunda possibilidade (aqueles que residiam em outro município cinco anos antes da data de referência da pesquisa) capta apenas os migrantes mais recentes, ou seja, aqueles com até cinco anos de residência nos municípios da região e, além disso, possibilita a comparação com os dados do Censo Demográfico de 2000, que também captou informação neste formato. Por fim, tem-se a possibilidade de trabalhar com os migrantes que declararam municípios de residência anterior, o que significa selecionar aqueles que residem há até dez anos na região.

⁵² Para mais detalhes sobre as formas de captação dos censos demográficos, consultar, dentre outros: Carvalho (1980), Carvalho e Rigotti (1998), Cunha (2005) e Rigotti (2011).

⁵³ Cabe salientar que a escolha da forma de captação, em geral, não significa que se estará selecionando indivíduos diferentes, mas sim que cada uma delas representa uma porção da população migrante. Exceção deve ser feita para alguns casos, como por exemplo, de indivíduos que residiam cinco anos atrás em dado município assim como na data do recenseamento, mas que no meio do período viveu em outra localidade. Este não seria captado igualmente pelas distintas formas apresentadas.

A definição, desta forma, de quem é migrante e “não-migrante” vai depender do objetivo da pesquisa e dos dados que se tem disponíveis. Para Bilsborrow (2011), existem perspectivas que devem ser consideradas a partir da análise que se pretende:

- *análise dos determinantes da migração* - os dados para se construir tal análise deveriam considerar os migrantes e “não-migrantes” no momento da migração, na área de origem. “Solo considerando los dos grupos se puede formular un modelo estadístico como el logito que permita estimar una función de migración respondiendo a porque unos migraron y otros no” (BILSBORROW, 2011, p. 22).

- *análise das consequências da migração* - para o autor, a análise das consequências da migração devem considerar os “não-migrantes” da área de origem, comparando a situação no momento da pesquisa com os migrantes na área de destino. Essa comparação possibilitaria verificar se a migração teria representado avanço nas condições de vida dos migrantes.

Na presente seção o foco de análise se assenta nos condicionantes⁵⁴ da migração, a partir das características dos migrantes em relação aos “não-migrantes”. A análise destes diferenciais, direta ou indiretamente, possibilita inferir sobre como a migração está impactando a estrutura populacional e a (re) produção do espaço urbano no contexto regional, além de que as mudanças vislumbradas entre os dois períodos podem contribuir para o entendimento de como os incentivos e constrangimentos estão afetando os grupos populacionais envolvidos no processo.

Outros fatores se mostram relevantes nesta análise, visto que o foco está nas alterações vislumbradas entre 2000 e 2010, que podem ser representativas dos novos processos em andamento na região. Para tal, trabalhar-se-á com os migrantes data-fixa (aqueles com até cinco anos de moradia), fato que possibilita a comparação com a década anterior.

Tendo definido o migrante, cabe salientar que o termo “não-migrante” mostra-se confuso pois, a partir da definição de migrante, neste grupo não estariam apenas aqueles

⁵⁴ O uso do termo “condicionantes” é uma escolha considerando que os fatores analisados condicionam, mas não determinam de fato a migração.

que nunca migraram, mas sim todos os que não migraram para os municípios da região entre 2005 e a data de referência do Censo de 2010. Neste caso, para não gerar confusão, trabalhar-se-á na sequência desta análise com os termos “migrantes recentes” e “restante da população”. Cabe ressaltar, ademais, que nos modelos comparativos entre migrantes recentes e restante da população todas as modalidades migratórias serão analisadas conjuntamente, visto que o foco está nas características do conjunto dos migrantes em relação ao restante da população.

Para sanar tal simplificação será apresentado também um terceiro modelo, que visa analisar as especificidades dos migrantes intrametropolitanos e intraestaduais em relação aos migrantes externos.

Estão incluídas nos modelos de regressão logística binária (os dois primeiros) e multinomial (o terceiro) variáveis sociodemográficas que a bibliografia comumente associa com o fenômeno migratório (sexo, idade, escolaridade, renda, filhos, *status marital* etc.), uma indicadora da dinâmica no mercado de trabalho (local de trabalho) e, para o terceiro modelo, foi incluída também uma variável em que os municípios foram agrupados segundo a importância para a dinâmica demográfica - mais especificamente em relação à mobilidade - regional.⁵⁵

Para que se pudessem incluir as informações de escolaridade, renda e local de trabalho foi necessário filtrar os dados, selecionando apenas os maiores de quinze anos de idade e que trabalhavam na data de referência do Censo nos respectivos anos. Devido aos filtros, os dados são representativos a pouco mais de 987 mil habitantes em 2000, e 1,2 milhão em 2010. Para o modelo das modalidades migratórias, os dados são representativos para pouco mais de 148 mil migrantes. A Tabela 11 apresenta a distribuição percentual dos migrantes recentes e do restante da população, para 2000 e 2010 segundo as variáveis

⁵⁵ Os municípios foram separados em grupos, da seguinte forma: Campinas, pela importância demográfica, representa um destino. O segundo se refere aos municípios do entorno imediato com maior importância para a dinâmica regional, tanto em relação aos fluxos migratórios quanto na circulação de trabalhadores: neste grupo estão inclusos Jaguariúna, Paulínia, Sumaré, Hortolândia, Monte Mor, Indaiatuba e Valinhos. Por fim, no terceiro grupo estão os municípios do entorno com menor importância para a dinâmica regional, como Pedreira, Morungaba e Itatiba, além daqueles que circundam estes do entorno, como Americana, Artur Nogueira, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse e Vinhedo.

selecionadas, assim como para os migrantes externos, intrametropolitanos e intraestaduais em 2010.

Tabela 11. Análise descritiva de migrante recente, restante da população e migrantes segundo modalidades migratórias. RM de Campinas, 2000 e 2010.

Variáveis		2000 (n=99.918, N=987.049)		2010 (n=97.689, N=1.202.629)		2010 (n=12.790, N=148.676)		
		Migrante	Restante da população	Migrante	Restante da população	Migrante externo	Migrante intra-metropolitan	Migrante intraestadual
Sexo	Masculino	63,1	60,5	59,1	56,7	62,9	57,7	57,3
	Feminino	36,9	39,5	40,9	43,3	37,1	42,3	42,7
Faixa Etária	15 a 29	47,7	37,2	43,0	26,9	60,1	36,1	36,4
	30 a 44	39,1	40,4	40,3	39,9	30,7	44,9	42,9
	45 a 59	11,6	18,9	14,4	27,2	0,81	16,3	17,8
	60 e mais	1,6	3,6	2,3	5,9	0,11	0,27	0,29
Estado conjugal	Unido	63,0	61,2	66,6	65,9	57,9	72,4	67,1
	Sozinho	37,0	38,8	33,4	34,1	42,1	27,6	32,9
Filhos	Não	86,2	72,8	91,9	79,7	93,8	91,3	90,6
	Sim	13,8	27,2	8,1	20,3	6,2	8,7	9,4
Escolaridade	até Fundamental	56,3	54,4	38,4	43,0	46,4	37,2	31,0
	Médio	26,4	29,5	36,3	36,3	38,5	36,5	34,8
	Superior	14,9	14,3	19,3	17,0	10,8	20,1	26,3
	Pós-graduação	2,4	1,7	6,0	3,7	4,2	6,2	7,9
Renda (SM)	Até 1	6,2	5,8	6,8	7,6	7,8	6,6	6,5
	De 1 a 3	45,8	40,9	64,4	63,7	75,6	61,0	57,9
	De 3 a 5	18,6	21,5	11,8	14,1	6,8	13,6	13,6
	5 e mais	29,4	31,8	17,0	14,6	9,8	18,8	21,9
Local de trabalho	No município de residência	74,5	85,5	69,8	81,0	78,5	70,5	71,8
	Em outro município	25,5	14,5	30,2	19,0	21,5	39,5	28,2
Grupo de municípios	Campinas (ref.)	-	-	-	-	34,3	26,0	26,0
	Entorno	-	-	-	-	37,6	44,6	39,1
	Outros	-	-	-	-	28,1	29,4	34,9

Fonte: Censo Demográfico de 2000 e 2010. Elaboração do autor.

Em 2000, para todas as variáveis consideradas, são poucas as diferenças apresentadas entre migrante recente e restante da população, sendo que os maiores destaques aparecem em relação aos filhos - a proporção de migrantes com filhos é menor do que em relação ao restante da população - e local de trabalho - maior proporção dos migrantes trabalha em município distinto daqueles de residência.

Em 2010 a mesma característica é observada, mas conta com a inclusão, junto aos filhos e local de trabalho, da idade dos indivíduos (faixa etária), cuja primeira faixa se diferencia bastante.

Entre 2000 e 2010⁵⁶ chama atenção a redução da disparidade entre sexos, o relativo envelhecimento dos dois grupos populacionais, ainda maior no restante da população, o leve aumento nos unidos em relação aos sozinhos concomitante à redução daqueles com filhos e o aumento da escolaridade e do trabalho em municípios distintos daqueles de residência.

Já em relação às diferenças segundo as modalidades migratórias, os migrantes intrametropolitanos e intraestaduais apresentaram características semelhantes em praticamente todos os aspectos, exceto nos municípios de destino, com os intrametropolitanos com maior proporção no grupo dos municípios do entorno e os intraestaduais se destacando nos outros.

As diferenças mais relevantes transparecem quando se analisa a distribuição dos migrantes externos em relação às outras modalidades: eles se mostram mais jovens, com maior proporção de homens, maior proporção de solteiros (não-unidos), menor renda, maior proporção de trabalho no município de residência e maior importância de Campinas enquanto destino.

Os resultados dos modelos de regressão logística, cuja variável dependente dos dois primeiros modelos é binária - ser migrante ou “restante da população” (referência) - podem ser visualizados na Tabela 12 e apontam para o seguinte: em 2000, os migrantes tinham menor chance de serem do sexo feminino (-23,9%) em relação ao “restante da população”, menor chance de terem outras idades em relação ao grupo de referência (15 e 29), maior chance de estarem sozinhos (63,2%) e de não terem filhos (83,1%). Em relação à escolaridade, tinham maior chance de ter ensino superior (35,6%) e pós-graduação (65,6%) em relação ao Ensino Fundamental, menor chance a rendas maiores (-14,6% de 1 a 3 salários, -42,1% de 3 a 5 salários e 42,8% de mais de 5 salários) em relação aqueles com

⁵⁶ Cabe reforçar que a renda não é plenamente comparável, visto que o valor e o poder de compra do salário mínimo se alteraram ao longo do período.

até 1 salário mínimo mensal, assim como duas vezes mais chance de trabalhar em município distinto daquele em que residia.

Tabela 12. Modelo de regressão logístico binário para chance de ser migrante, migrantes intrametropolitano e intraestadual (modelo final). RM de Campinas, 2000 e 2010.

Variáveis		Modelo 1 (2000)		Modelo 2 (2010)		Modelo 3 (2010)			
		Razão de chance	p-val	Razão de chance	p-val	Razão de chance (intra-metropolitano)	p-val	Razão de chance (intraestadual)	p-val
Sexo	Masculino (ref.)	1,00		1,00		1,00		1,00	
	Feminino	0,761	***	0,813	***	1,355	***	1,222	***
Faixa Etária	15 a 29 (ref.)	1,00		1,00		1,00		1,00	
	30 a 44	0,504	***	0,422	***	1,962	***	2,154	***
	45 a 59	0,292	***	0,202	***	3,032	***	3,697	***
	60 e mais	0,189	***	0,150	***	3,335	***	4,125	***
Estado conjugal	Unido (ref.)	1,00		1,00		1,00		1,00	
	Sozinho	1,632	***	1,519	***	0,591	***	0,716	***
Filhos	Não (ref.)	1,00		1,00		1,00		1,00	
	Sim	0,169	***	0,137	***	2,710	***	2,741	***
Escolaridade	até Fundamental	1,00		1,00		1,00		1,00	
	Médio	0,950	*	0,911	***	1,340	***	1,634	***
	Superior	1,356	***	1,352	***	1,625	***	3,219	***
	Pós-graduação	1,6568	***	1,871	***	1,020		2,166	***
Renda (SM)	Até 1 (ref.)	1,00		1,00		1,00		1,00	
	De 1 a 3	0,854	***	0,886	**	1,094		1,133	
	De 3 a 5	0,579	***	0,703	***	2,161	***	2,047	***
	5 e mais	0,572	***	0,893	*	1,578	***	1,650	***
Local de trabalho	No município de residência (ref.)	1,00		1,00		1,00		1,00	
	Em outro município	2,021	***	1,742	***	1,803	***	0,974	
Grupo de municípios	Campinas (ref.)	-		-		1,00		1,00	
	Entorno	-		-		1,307	***	1,664	***
	Outros	-		-		1,332	***	2,006	***

*** p-val < 0,001; ** p-val < 0,01; * p-val < 0,05.

Fonte: Censo Demográfico de 2000 e 2010. Elaboração do autor.

Em 2010, assim como na análise descritiva da tabela anterior, vários dados apontam para resultados semelhantes a 2000, mas com intensidade distinta. Foca-se então nas mudanças vislumbradas, que se mostram mais ricas em termos analíticos do que o olhar pontual.

Os resultados para 2010 apontam para uma redução da importância dos homens (ainda preponderantes), tendo reduzido também a chance dos migrantes serem mais velhos (-57,8% para 30 a 44 anos, -79,8% para 45 a 59 anos e -85,0% para mais de 60 anos) em relação ao grupo de 15 a 29 anos, assim como a chance de serem sozinhos (de 63,2% em 2000 para 51,9% em 2010), apesar de permanecer maior do que serem casados.

Observa-se também uma redução da chance de terem filhos - que está possivelmente mais relacionado à queda da taxa de fecundidade do que com o fenômeno em si - e um aumento da chance de possuírem pós-graduação (de 65,6% para 87,1%) em relação ao ensino fundamental, assim como para as maiores rendas,⁵⁷ associado a redução na chance de trabalhar em município distinto daquele de residência.

Já o modelo multinomial, com os dados dos migrantes segundo modalidade migratória - e com a referência sendo os migrantes externos - destaca-se a maior chance de migrantes intrametropolitanos e intraestaduais serem do sexo feminino e, de serem mais velhos em relação aos migrantes externos, principalmente os intraestaduais. Os intrametropolitanos e intraestaduais também apresentaram maior chance de estarem unidos e de terem filhos, assim como maior renda.

Apesar destes vários pontos semelhantes, outros chamam atenção: em relação a escolaridade, os migrantes intraestaduais apresentam mais chance de escolaridade em todos os níveis (Ensino Médio, Superior e Pós-graduação), enquanto os intrametropolitanos apenas nos dois primeiros. Em relação ao município de trabalho, os migrantes intrametropolitanos apresentam maior chance em município distinto daqueles em que reside (80,3%), variável esta não significativa para os intraestaduais e, por fim, enquanto para os intrametropolitanos a importância dos municípios do entorno imediato e dos “outros” apresentaram chance semelhante (aproximadamente 33% maior em relação aos migrantes externos), para os intraestaduais os “outros” apresentaram maior chance (duas vezes) daqueles do entorno imediato (66% maior em relação aos migrantes externos).

⁵⁷ Deve-se ressaltar que a política de valorização do salário mínimo ao longo da década de 2000 não permite uma comparação direta entre a distribuição dos salários em 2000 e 2010. Neste sentido, os dados relacionados a renda devem ser analisados criteriosamente.

Resumidamente, tais dados apontam para uma predominância entre migrantes recentes, em relação ao restante da população, das seguintes características: jovens, não-unidos e sem filhos, com alta escolaridade e melhor renda, ressaltando uma mudança qualitativa que possivelmente seja fruto da especialização econômico-territorial pela qual a região vem passando nas últimas décadas. Por outro lado, quando se analisou aspectos do contexto estrutural foi possível verificar, além dos resultados supracitados, que os migrantes tem duas vezes mais chances de trabalhar em município distinto do que reside, assim como quatro vezes mais chance de residir em domicílio alugado (DOTA, 2014) reforçando que, além da relevância das características sociodemográficas, que impacta o aproveitamento das oportunidades, o contexto estrutural direciona e condiciona os fluxos migratórios em âmbito regional.

Quando se analisa tais resultados segundo as modalidades migratórias, ou seja, abrindo esse grupo de “migrantes recentes”, percebe-se que o movimento dos migrantes intraestaduais e intrametropolitanos tende a ser mais familiar, com maior equilíbrio por sexo e maior chance dos unidos e de terem filhos em relação aos migrantes externos. Além disso, a predominância em relação aos migrantes externos da maior idade, escolaridade e renda são fatores que reforçam que o movimento dos intraestaduais e intrametropolitanos ocorre em momento da vida distinto dos migrantes externos. A maior chance para os intrametropolitanos trabalhar em município distinto daquele em que reside, por outro lado, aponta uma diferenciação relevante em relação aos condicionantes do movimento que, inclusive, promove uma diferenciação nos municípios de destino dos migrantes das três modalidades.

3.3. A distribuição espacial dos migrantes na RM de Campinas

Se as características dos indivíduos são distintas conforme a condição migratória, essas distinções se refletem na (e são reflexo da) distribuição espacial desses grupos pelos municípios da região.

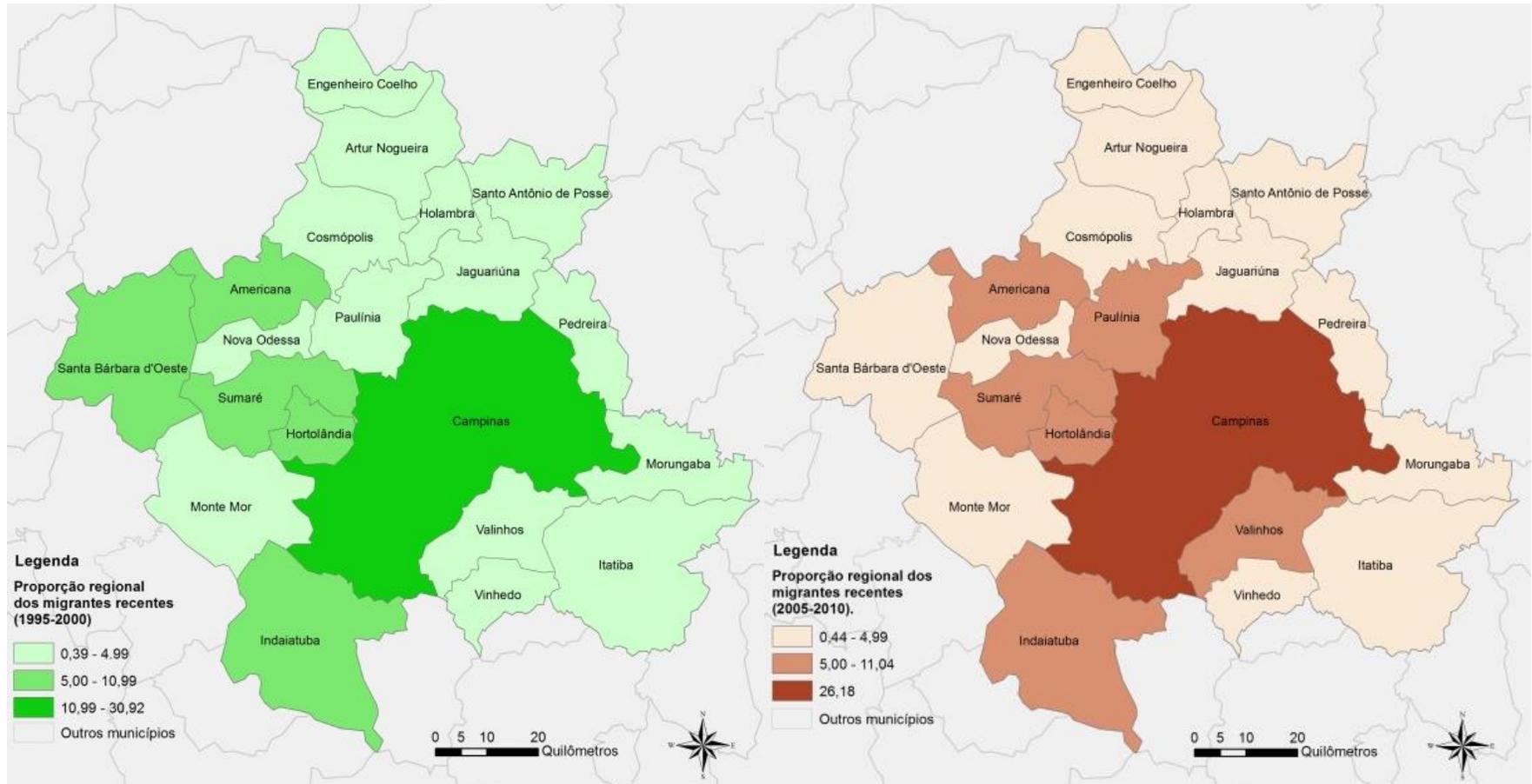
Tendo sido a migração responsável por metade do incremento demográfico desde 1991, a forma como os migrantes se distribuem pelos municípios metropolitanos pode ser forte indicativo das influências e resultados da estrutura de incentivos e constrangimentos.

Diante disso, novamente, mais do que buscar analisar os dados apresentados pelo Censo de 2010, vê-se a necessidade de comparar esses resultados com aqueles da década anterior, de modo a focar nas tendências apresentadas. Os Mapas 11 e 12 apresentam, para os períodos de 1995-2000 e 2005-2010, os municípios com maior concentração dos imigrantes recentes em âmbito regional: poucas são as alterações verificadas, com o município de Campinas mantendo-se como o principal na atração desses migrantes, seguido por Americana, Hortolândia, Indaiatuba e Sumaré, tanto no primeiro quanto no segundo período.

Mapas 11 e 12. Distribuição espacial dos imigrantes recentes. Municípios da RM de Campinas, 2000 e 2010.

Mapa 11. 1995-2000

Mapa 12. 2005-2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e 2010. Elaboração do autor.

O que se destaca nos mapas apresentados é a entrada de outros dois municípios no grupo de maior atração de migrantes, Paulínia e Valinhos, e a saída de Santa Bárbara d'Oeste, que constituiu desde a década de 70 o grupo de municípios mais atrativos para a imigração.

Essas alterações representam o surgimento de novas territorialidades para os fluxos migratórios na RM de Campinas, novas áreas que estão relacionadas às características também novas verificadas para alguns grupos de migrantes.

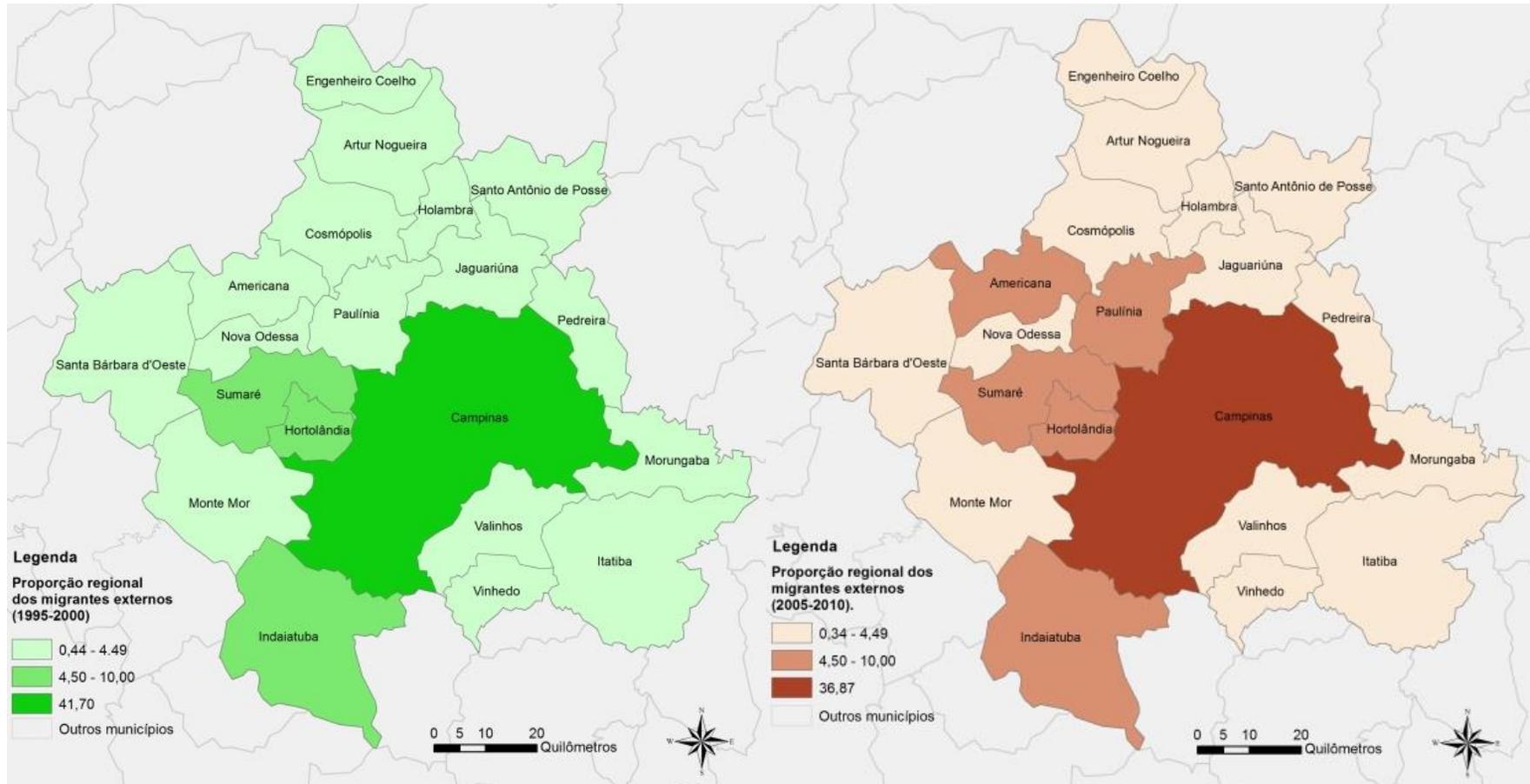
Neste sentido, mostra-se relevante analisar as diferenças para cada uma das modalidades migratórias, de forma a verificar quais fatores podem estar relacionados com o direcionamento dos fluxos migratório no período mais recente, isto porque, considerar apenas a categoria “migrantes recentes” significaria generalizar demasiadamente o fenômeno, perdendo assim as especificidades que, por hipótese e segundo os dados apresentados na seção anterior, deveriam existir entre as distintas modalidades.

Nos Mapas 13 e 14 verificam-se os municípios com maior concentração regional de migrantes externos: no período 1995-2000, Campinas concentrava 41,7% destes migrantes em âmbito regional, seguido por Sumaré (9,6%), Hortolândia (7,8%) e Indaiatuba (7,5%). No período seguinte (2005-2010) se observa leve redução da concentração exercida pelo município sede da região (36,9%) e, além dos municípios observados no período anterior, que juntos responderam por 24,8% dos imigrantes externos, Americana e Paulínia surgem também como destinos relevantes destes migrantes, atraindo 4,9% do total regional cada um deles. Os seis municípios destacados, portanto, concentraram 71,5% dos migrantes com origem em outras Unidades da Federação.

Mapas 13 e 14. Distribuição espacial dos imigrantes externos. Municípios da RM de Campinas, 2000 e 2010.

Mapa 13. 1995-2000

Mapa 14. 2005-2010

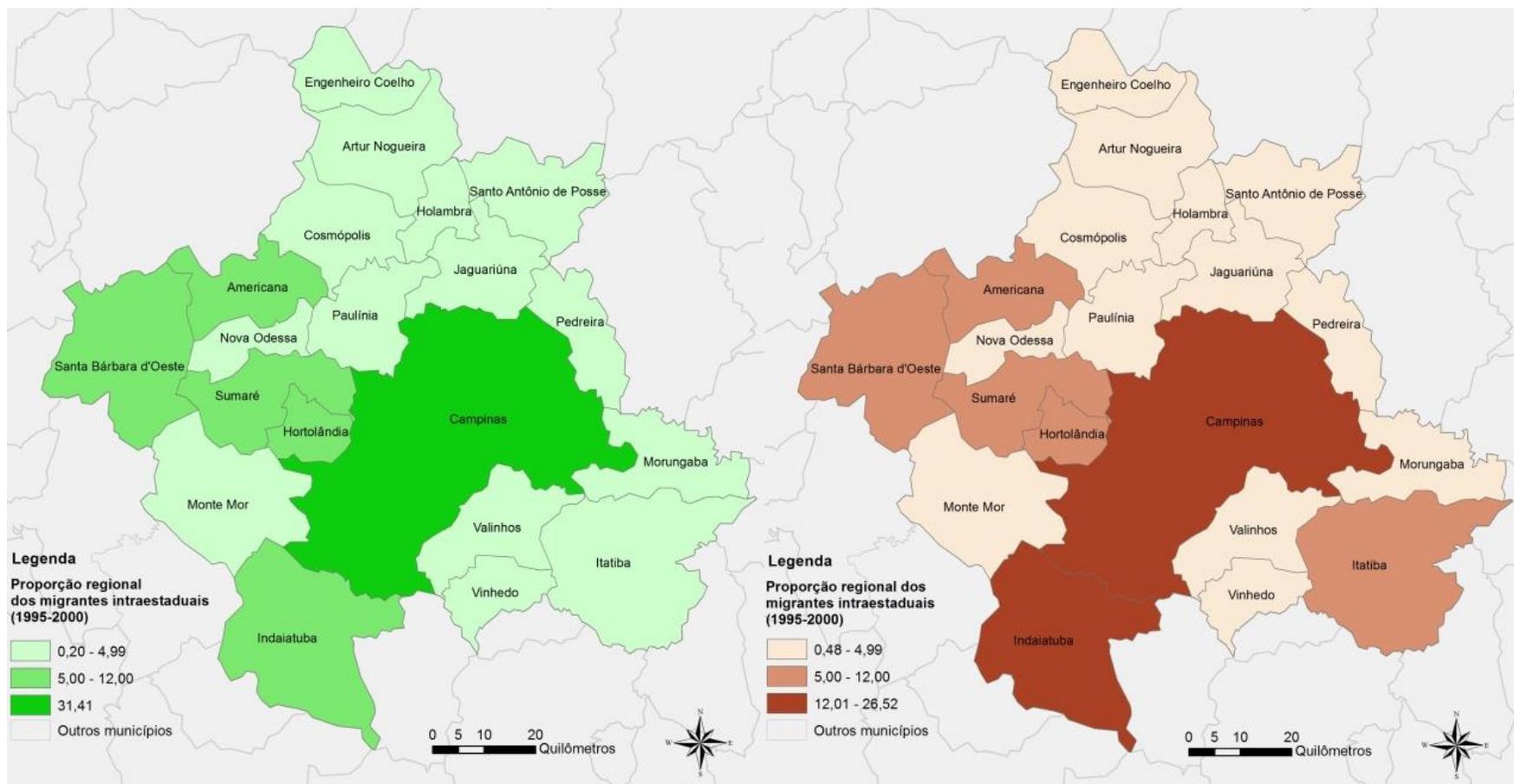


Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e 2010. Elaboração do autor.

Mapas 15 e 16. Distribuição espacial dos imigrantes intraestaduais. Municípios da RM de Campinas, 2000 e 2010.

Mapa 15. 1995-2000

Mapa 16. 2005-2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e 2010. Elaboração do autor.

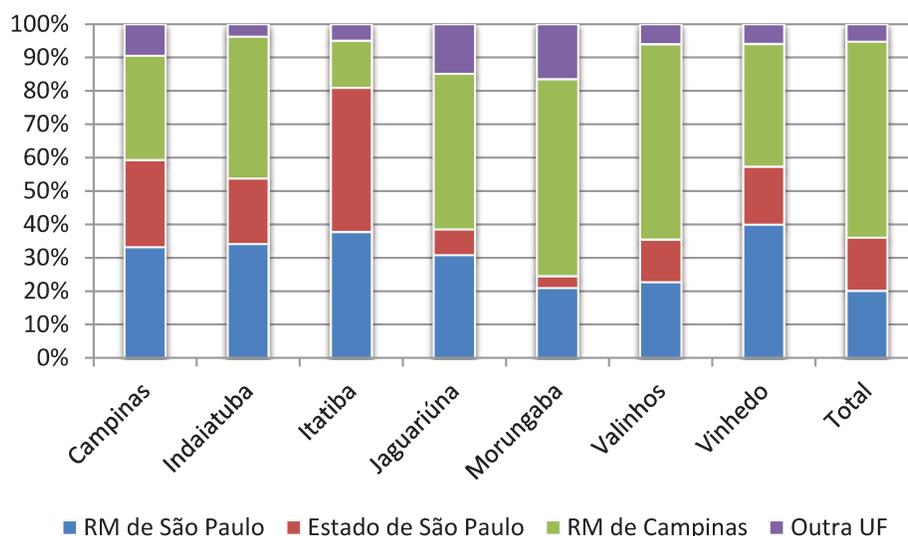
Em relação aos imigrantes intraestaduais, maior equilíbrio na distribuição entre os municípios foi verificado na comparação entre os dois períodos: se no primeiro (1995 e 2000), seis municípios se destacaram na concentração desses imigrantes. No segundo (2005-2010), Indaiatuba aumenta a importância na atração desses ao mesmo tempo em que Itatiba passa a também fazer parte dos municípios mais atrativos, conforme Mapas 15 e 16.

Cabe destacar nesta análise que, no âmbito dos municípios do entorno metropolitano, o fortalecimento de Indaiatuba e Itatiba na concentração desses imigrantes reforça uma distribuição espacial que parece estar ligada à proximidade ou a elementos históricos de ocupação desses municípios em relação à RM de São Paulo. Os municípios de Indaiatuba, Valinhos, Vinhedo, Morungaba e Itatiba, localizados na porção sul da RM de Campinas - e mais próximas da RM de São Paulo - foram aqueles que apresentaram maior proporção de imigrantes intraestaduais com origem na RM de São Paulo, respectivamente 62,4%, 62,0%, 61,2%, 56,9% e 55,7%.

Essa relação demonstra que, mesmo em termos relativos, a localização espacial do município pode ter importância no momento de decisão locacional. Outro dado que reforça esta análise está relacionado à manutenção dos laços destes migrantes com a área de origem, neste caso o local de trabalho. Os municípios supracitados apresentam, juntamente com Campinas, maior proporção de trabalhadores pendulares se dirigindo para a RM de São Paulo em relação à média regional: enquanto para a Região a cifra ficou em 20,0%, nos municípios mencionados as proporções variam de 39,9% em Vinhedo e 37,7% em Itatiba, até 21,0% em Morungaba. Itatiba, inclusive, apresenta proporção menor de trabalhadores pendulares empregados na RM de Campinas se comparados aos empregados na RM de São Paulo e em outros municípios do Estado de São Paulo, como se pode verificar na Figura 12.

Se, como apresentado nos dados dos imigrantes intraestaduais, vê-se uma relação entre o município de destino e a origem, os dados da distribuição espacial dos migrantes intrametropolitanos apontam, concomitantemente, para o fortalecimento de alguns municípios enquanto destino de migrantes desta modalidade, assim como o surgimento de outros.

Figura 12. Migrantes intraestaduais que fazem movimento pendular segundo o município de trabalho. Municípios selecionados da RM de Campinas, 2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor.

No período 1995-2000, Hortolândia, Sumaré e Campinas eram os principais destinos dos migrantes intrametropolitanos, seguidos por Americana, Santa Bárbara d'Oeste e Valinhos. No período seguinte (2005-2010) estes municípios mantiveram-se dentre aqueles mais atrativos, e foram acompanhados por Paulínia e Monte Mor.

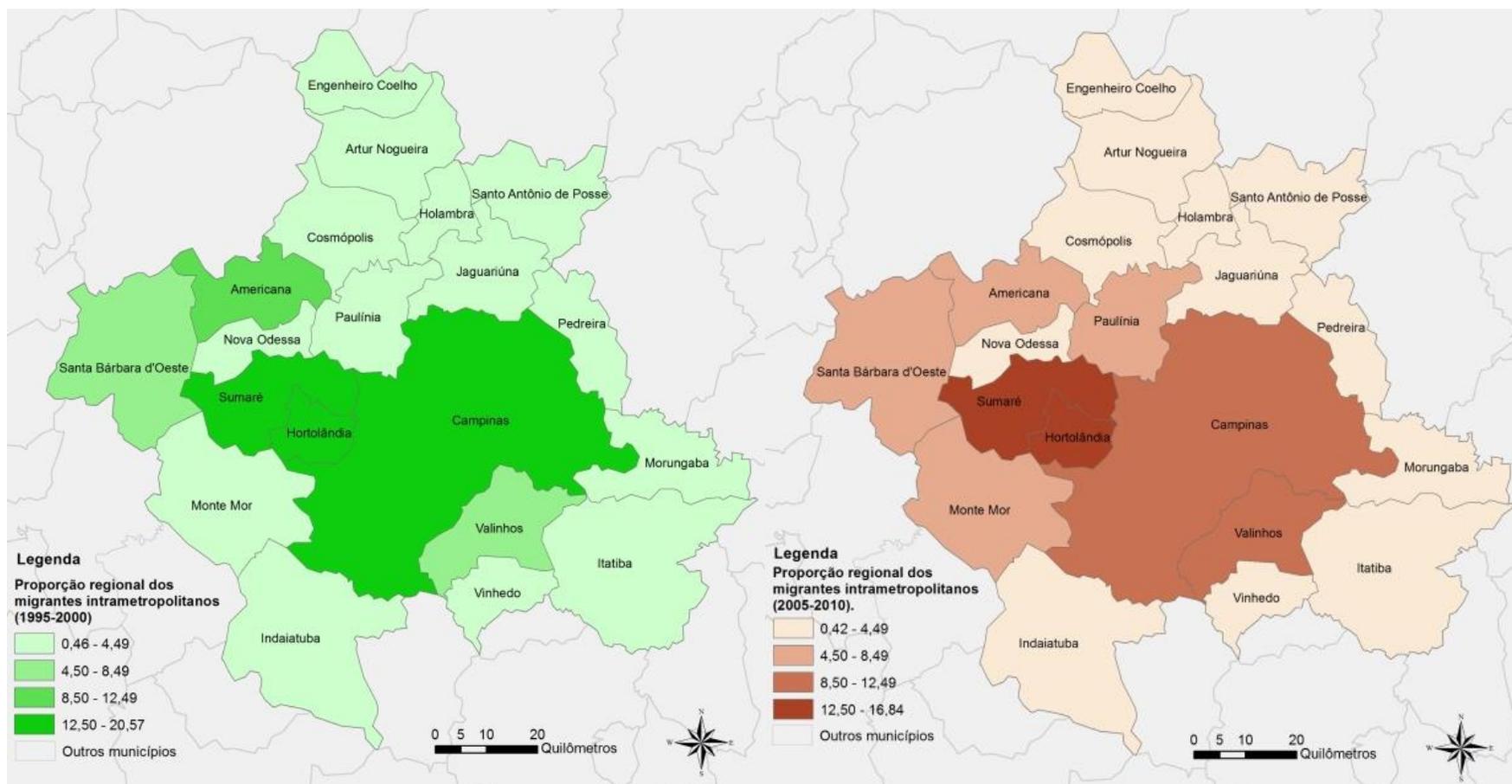
Os dados espacializados nos Mapas 17 e 18 podem ser resultado do surgimento de novos e importantes incentivos e constrangimentos, sobretudo relacionados ao mercado de terras ao longo da década de 2000, que resultou na mudança da importância de alguns destinos, assim como no surgimento de outros. De modo geral, pode-se citar o fortalecimento de Hortolândia e Sumaré como os principais destinos destes migrantes, seguidos por Campinas e Valinhos.

A relevância da distância em relação ao município sede novamente é ressaltada quando se observa que os novos municípios no grupo dos principais destinos são aqueles fronteiriços às áreas de maior circulação destes migrantes, ou seja, Hortolândia, Sumaré e Campinas.

Mapa 17 e 18. Distribuição espacial dos imigrantes intrametropolitanos. Municípios da RM de Campinas, 2000 e 2010.

Mapa 17. 1995-2000

Mapa 18. 2005-2010

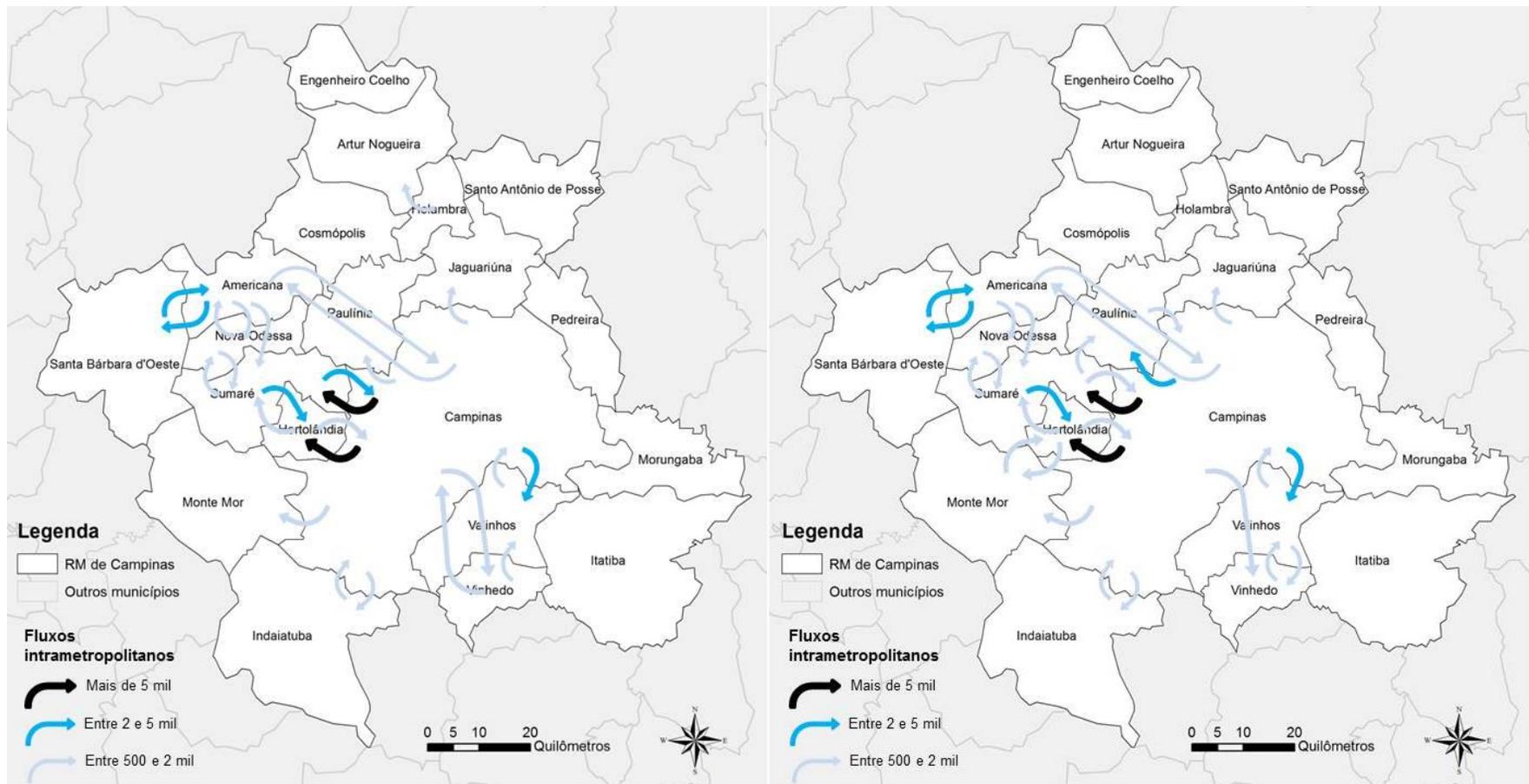


Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e 2010. Elaboração do autor.

Mapa 19 e 20. Fluxos migratórios intrametropolitanos. Municípios da RM de Campinas, 2000 e 2010.

Mapa 19. 1995-2000

Mapa 20. 2005-2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e 2010. Elaboração do autor.

A urbanização continuada, a partir do espraiamento das áreas de habitação bem apontadas pelos estudiosos (CUNHA *et al.*, 2006; CAIADO; PIRES, 2006) são base para o entendimento desse novo contexto apontado pelos dados do Censo Demográfico de 2010. Cabe reforçar, entretanto, que os incentivos e constrangimentos, sobretudo relacionados ao mercado de terras se modificaram neste período e, mesmo não podendo ser considerados como novos - visto que representam novas facetas do que já vinha ocorrendo - promoveram alterações relevantes na reorganização espacial da população entre os municípios.

Nos Mapas 19 e 20 são apresentados os principais fluxos de mobilidade residencial intrametropolitana, que possibilitam alguns apontamentos relevantes em relação às mudanças ocorridas ao longo da década de 2000.

Primeiramente cabe apontar que o município de Campinas se manteve em 2010 como o principal elo dos fluxos de mobilidade residencial, com grande parte das trocas apresentadas em 2000 além do fortalecimento das saídas para Paulínia e das entradas originadas em Sumaré e o arrefecimento das entradas de Vinhedo.

Em relação aos movimentos entre os municípios do entorno, destacam-se as trocas entre Americana e Santa Bárbara d'Oeste, que constituem uma relação pouco influenciada pela dinâmica do município sede, e aquelas que estiveram na base dos novos destinos regionais: Paulínia aumentou as trocas com Campinas e o as entradas de Sumaré. As trocas entre Hortolândia e Monte Mor ganharam relevância, fato que colocou este último em destaque, tendo o mesmo ocorrido em Valinhos: em este município 2010 teve saldo positivo de pouco mais de 3 mil pessoas nas trocas com Campinas frente a aproximadamente 1,5 mil em 2000.

A partir dos dados da Tabela 13 é possível verificar a intensidade que as distintas modalidades migratórias tiveram nos municípios. Considerando que existem especificidades em relação a cada uma delas. é possível que a partir das taxas apresentadas se possam construir hipóteses a respeito dos fatores relacionados aos incentivos e constrangimentos atuantes nas modalidades e nos lugares, e que estejam influenciando a redistribuição espacial da população.

Os municípios com as maiores taxas nem sempre foram aqueles que se destacaram na atração de migrantes em nível regional, como discutido a partir dos mapas anteriores. Holambra, por exemplo, que na concentração regional não se destacou, apresentou altas taxas de imigração em todas as modalidades migratórias, assim como Engenheiro Coelho. Ambos, entretanto, também tiveram altas taxas de emigração, resultando em taxas de migração líquidas baixas - a não ser a taxa de migração líquida nas trocas com outros estados que, em Engenheiro Coelho, ficou em 2,66% ao ano, a maior entre todas as modalidades e todos os municípios da RM.

Neste caso, cabe ressaltar que, apesar do pequeno volume demográfico observado nestes municípios quando comparado com outros com taxas menores, estes resultados, mais especificamente altas taxas de migração líquida, apontam para um maior impacto da migração no cotidiano destes municípios. Pode-se citar, neste sentido, que em termos das taxas de migração líquida se destacaram Monte Mor e Paulínia, para os migrantes intrametropolitanos, Engenheiro Coelho, Indaiatuba e Vinhedo, para os intraestaduais, e Artur Nogueira, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra e Paulínia para os migrantes externos.

Avançando um pouco mais para se compreender os resultados de cada um dos municípios, apresenta-se na sequência o Índice de Eficácia Migratória⁵⁸ (IEM), com o objetivo de propiciar um outro olhar em relação aos resultados das modalidades migratórias. Mais que caracterizar o perfil migratório de determinada área como de atração ou expulsão como fazem vários outros estudos (BAENINGER, 1999; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2011) esse índice nos permite apreender, para uma determinada unidade espacial, o resultado de suas trocas migratórias com outras (CUNHA, 2014), permitindo, portanto, perceber caso de áreas que podem se caracterizam, por exemplo, como zonas de circulação, já que não apresentam ganhos ou expressivas em suas trocas migratórias.

⁵⁸ Este índice tem sido utilizado em grande medida nos estudos de migração pela inteligibilidade e síntese que propicia. Este é construído a partir do seguinte cálculo: $(\text{imigração} - \text{emigração}) / (\text{imigração} + \text{emigração})$, e o resultado varia de +1, ou seja, retenção total dos migrantes a -1, expulsão total. O uso como aqui se postula pode ser verificado em Cunha (1994).

Tabela 13. Taxa média anual de imigração, emigração e migração líquida segundo modalidades migratórias. Municípios da RM de Campinas, 2005-2010.

Municípios	Taxa Média Anual de Imigração			Taxa Média Anual de Emigração			Taxa Média Anual de Migração Líquida		
	Intrametro- politano	Interior de São Paulo	Outros Estados	Intrametro- politano	Interior de São Paulo	Outros Estados	Intrametro- politano	Interior de São Paulo	Outros Estados
RM Campinas	0.47	0.70	0.63	0.47	0.43	0.30	0.00	0.27	0.33
Americana	0.52	0.69	0.41	0.56	0.60	0.23	-0.04	0.09	0.19
Artur Nogueira	0.76	0.99	1.04	0.41	0.47	0.30	0.35	0.52	0.74
Campinas	0.14	0.47	0.59	0.53	0.49	0.42	-0.39	-0.01	0.17
Cosmópolis	0.54	0.43	0.96	0.46	0.30	0.28	0.08	0.14	0.68
Engenheiro Coelho	0.45	1.41	3.32	0.28	0.62	0.66	0.18	0.79	2.66
Holambra	1.27	1.49	1.13	1.19	1.14	0.34	0.08	0.35	0.78
Hortolândia	1.05	0.82	0.68	0.44	0.24	0.12	0.62	0.58	0.56
Indaiatuba	0.24	1.30	0.68	0.16	0.49	0.25	0.09	0.81	0.43
Itatiba	0.16	1.10	0.64	0.14	0.45	0.30	0.03	0.65	0.34
Jaguariúna	0.62	1.16	0.89	0.56	0.50	0.36	0.05	0.66	0.53
Morungaba	0.83	0.86	0.59	0.74	0.45	0.37	0.09	0.40	0.21
Monte Mor	1.27	0.83	0.68	0.37	0.22	0.20	0.90	0.61	0.47
Nova Odessa	0.88	0.75	0.48	0.67	0.29	0.19	0.22	0.46	0.30
Paulínia	1.39	0.79	1.12	0.50	0.21	0.20	0.89	0.58	0.91
Pedreira	0.14	0.64	0.49	0.20	0.39	0.21	-0.07	0.24	0.28
Santa Bárbara d'Oeste	0.41	0.57	0.26	0.45	0.42	0.12	-0.04	0.15	0.14
Santo Antonio de Posse	0.69	0.45	0.29	0.35	0.34	0.11	0.34	0.11	0.19
Sumaré	0.93	0.66	0.74	0.53	0.25	0.17	0.40	0.41	0.57
Valinhos	1.08	0.80	0.60	0.51	0.35	0.30	0.57	0.44	0.30
Vinhedo	0.46	1.43	0.63	0.49	0.45	0.21	-0.03	0.98	0.42

Fonte: Censo Demográfico de 2000 e 2010. Elaboração do autor.

Na análise do referido índice buscou-se comparar os municípios em relação aos resultados para as distintas modalidades migratórias. Para tanto, os índices foram separados em tercís segundo a sua classificação considerando as modalidades intrametropolitana (mobilidade residencial), intraestadual, interestadual e o total, ou seja, o resultado do conjunto destas modalidades.

A separação dos municípios em tercís permite estabelecer uma comparação entre os mesmos de forma a analisar o resultado em nível regional. Desta forma, apresentam-se três grupos de municípios para cada uma das modalidades, permitindo diferenciar o papel desempenhando por cada município em relação a circulação de migrantes em âmbito regional.

Os Mapas 21, 22, 23 e 24 apresentam os resultados. Em relação ao IEM total, que varia de -0,09 a 0,56, verifica-se que alguns municípios podem ser classificados como áreas predominantes de circulação, casos de Campinas, Americana, Holambra, Monte Mor, Pedreira e Santa Bárbara d'Oeste. Na outra ponta, ou seja, no terceiro tercil, destacam-se Sumaré, Indaiatuba, Hortolândia, Engenheiro Coelho, Monte Mor e Paulínia.

Sumaré, por exemplo, apresenta-se no terceiro tercil nas trocas com outros estados e com outros municípios do Estado de São Paulo, ficando no grupo intermediário em relação à mobilidade residencial intrametropolitana, o mesmo ocorrendo com Monte Mor que, apesar do destaque nas trocas intrametropolitanas e com outros municípios do estado de São Paulo, ficou no grupo intermediário em relação aos migrantes externos.

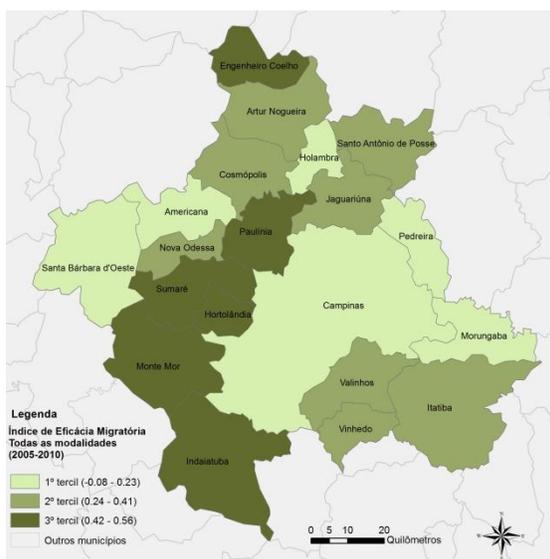
Por outro lado, Hortolândia e Paulínia apresentaram-se no terceiro tercil em relação a todas as modalidades, enquanto Indaiatuba destacou-se nas trocas com outros municípios do Estado de São Paulo e Engenheiro Coelho nas trocas com outras Unidades da Federação.

A análise do IEM aponta para uma retenção diferenciada entre os municípios, tanto em relação a proporção de migrantes que circularam no período quanto à modalidade migratória. Os municípios pequenos e menos industrializados, como Engenheiro Coelho, Artur Nogueira e Cosmópolis se destacaram na retenção de migrantes externos. Em relação

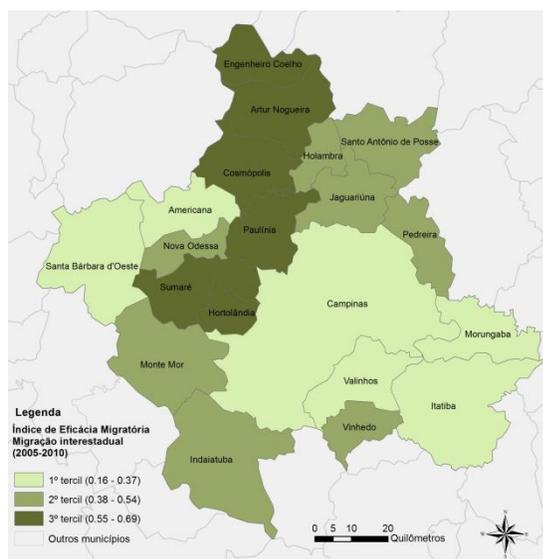
aos migrantes intraestaduais o destaque ficou por conta dos municípios à oeste e noroeste de Campinas. Os intrametropolitanos, por fim, não apresentaram um eixo concentrador como as outras modalidades, reforçando as especificidades da mobilidade residencial intrametropolitana.

Mapa 21, 22, 23 e 24. Índice de Eficácia Migratória total e para as modalidades externa, intraestadual e intrametropolitana. Municípios da RM de Campinas, 2010.

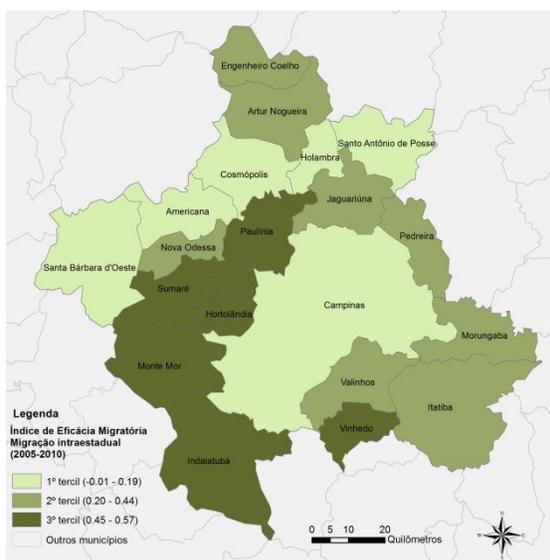
Mapa 21. IEM total



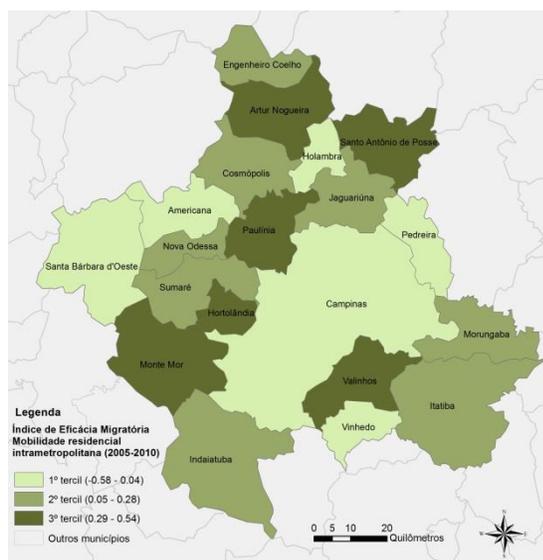
Mapa 22. IEM migração externa



Mapa 23. IEM migração intraestadual



Mapa 24. IEM mobilidade residencial intrametropolitana



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e 2010. Elaboração do autor.

Ressalta-se, deste modo, que o eixo de retenção de migrantes em nível regional está centralizado em Hortolândia, e abrange desde o município de Paulínia, incluindo Sumaré, Monte Mor e Indaiatuba. Com menor importância nesta retenção - considerando o conjunto das modalidades migratórias - estão os municípios a sudeste de Campinas (Itatiba, Valinhos e Vinhedo) e aqueles ao norte (exceto Holambra). Campinas, Americana e Santa Bárbara d'Oeste, historicamente municípios atrativos, tem representado área de circulação, assim como Pedreira e Holambra.

Mostra-se necessário, a partir das evidências apresentadas, buscar compreender quais foram os incentivos e constrangimentos atuantes nas modalidades migratórias que culminaram na distribuição diferenciada entre dos migrantes entre os municípios que compõe a região.

3.4. Analisando as características segundo a condição migratória

Para se compreender os condicionantes e resultados em relação aos destinos dos fluxos migratórios, é necessário analisar os subgrupos populacionais. A partir de tal entendimento, trabalhar-se-á na sequência esses subgrupos separadamente, buscando analisar como as especificidades apresentadas pelos modelos se diferenciam no âmbito desses subgrupos populacionais.

Os subgrupos estão apresentados no Quadro 1, sendo que “restante da população” se divide entre os não-migrantes e os migrantes “antigos”;⁵⁹ migrantes recentes serão analisados segundo as respectivas modalidades migratórias intrametropolitana, intraestadual e externo (interestadual).

Tal subdivisão busca analisar as especificidades segundo a condição migratória dos indivíduos. Esta análise possibilitará conhecer mais profundamente quais são as

⁵⁹ Cabe ressaltar que a definição de migrante antigo é trabalhada de diversas formas, a depender do interesse do pesquisador. Sendo mais objetivo, trabalhar-se-á com aqueles que não são migrantes recentes, ou seja, neste grupo estarão todos com mais de cinco anos de residência no município.

características que diferenciam os migrantes segundo os fluxos e compreender o papel de cada uma destas modalidades na estruturação do espaço urbano e nas dinâmicas recentes observadas.

Quadro 1. Subgrupos populacionais componentes nos dois grupos analisados nos modelos.

Grupo	Subgrupo	Definição
Restante da população	Não-migrante	Pessoa natural que sempre viveu no município.
	Migrante antigo	Pessoa que reside a mais de cinco anos no município.
Migrante recente	Intrametropolitano	Pessoa que reside a menos de cinco anos no município e cujo município de residência cinco anos antes era da RMC.
	Intraestadual	Pessoa que reside a menos de cinco anos no município e cujo município de residência cinco anos antes era do Estado de São Paulo exceto RMC.
	Externo	Pessoa que reside a menos de cinco anos no município e cujo município de residência cinco anos antes era de outra Unidade da Federação.

Na Tabela 14 são apresentados os tamanhos de cada um dos subgrupos populacionais a serem trabalhados na sequência, tanto em relação a amostra (n) quanto nela expandida (N). Em relação aos dados expandidos é perceptível que os pesos praticamente não se modificaram entre 2000 e 2010, sendo que, um dado relevante a ser ressaltado foi a redução no volume de migrantes recentes entre 2000 e 2010 em aproximadamente 50 mil indivíduos, principalmente daqueles intraestaduais.

Tal redução, como comentado, foi observada para todas as aglomerações analisadas e se refere a uma inflexão da migração na década de 2000 que, ao que parece, é resultado mais profundo de diversas mudanças econômicas e sociais.

A redução da migração observada tende a impactar nas características dos indivíduos migrantes, visto que, com menos pessoas se movimentando uma seletividade

maior é esperada, fato que pode estar por detrás da maior chance dos mais escolarizados e com maior renda.

Tabela 14. População residente segundo condição migratória: amostrada e da expansão. RM de Campinas, 2000 e 2010.

Condição migratória			Período					
			2000			2010		
			N	%	n	N	%	n
Não-migrante			989.431	42,1	100.509	1.182.344	43,8	90.469
Migrante	Antigo		1.038.755	44,2	105.014	1.275.086	47,2	106.195
	Recente	Intrametropolitano	65.211	2,8	6.605	63.349	2,3	5.888
		Intraestadual	132.393	5,6	13.446	93.930	3,5	8.212
		Externo	95.166	4,1	9.786	84.872	3,1	7.094
		Total	292.770	13,7	29.837	242.152	9,0	21.194

Fonte: Censo Demográfico de 2000 e 2010. Elaboração do autor.

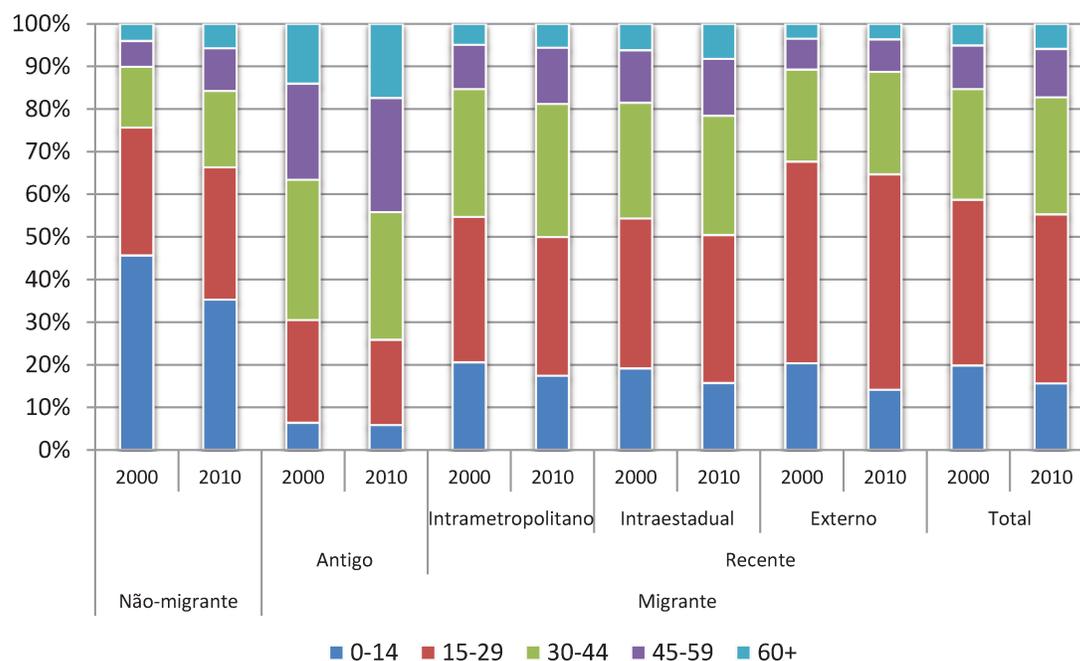
A Figura 13 apresenta os grupos etários a partir da condição migratória dos indivíduos e nela verificam-se diferenças bem definidas: não-migrantes, com uma população jovem, apesar de um relativo envelhecimento entre 2000 e 2010; migrantes antigos que, como seria de se esperar, apresentam maior proporção de pessoas nas idades a partir dos 45 anos (45% em 2010) e os migrantes recentes, com os intrametropolitanos e intraestaduais apresentando distribuição semelhante, mais jovens que não-migrantes e migrantes antigos, mas mais velhos em relação aos migrantes externos, que aparecem como os mais rejuvenescidos.

Cabe ressaltar que muitos dos não-migrantes, pela definição do grupo trabalhada aqui seriam filhos de migrantes antigos nascidos nos municípios da própria região, ou seja, resultado indireto da migração e, por isso, diferenças tão marcantes em relação à estrutura etária de cada um dos grupos são verificadas. Por outro lado, o peso dos dependentes, sobretudo dos mais jovens (até 14 anos) poderia ser apontado como um dos motivos da imobilidade territorial deste grupo (DOTA, 2011).

Para aprofundar a análise dos respectivos grupos, a partir de informações relacionadas a diversas variáveis relevantes do cotidiano dos indivíduos, nas figuras e tabelas adiante trabalhar-se-á com a população maior de 15 anos.

Os dados da Tabela 15, sobre a situação conjugal dos indivíduos, apontam para especificidades segundo condição migratória: os não-migrantes tem maior proporção de não-unidos, sendo que os migrantes intrametropolitanos, por outro lado, são aqueles com a maior proporção de unidos.

Figura 13. População residente segundo grupos etários e condição migratória. RM de Campinas, 2000 e 2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e 2010. Elaboração do autor.

Essa característica dos migrantes intrametropolitanos pode estar relacionado com a distância percorrida entre a origem e destino do movimento migratório, de dois modos: (1) a mudança em família torna mais custoso o processo, levando a uma mobilidade em distancias mais curtas; (2) as mudanças no ciclo vital familiar, como a chegada de filhos, pode representar novas necessidade em termos de moradia, em aspectos relacionados ao

tamanho da residência ou mesmo uma vizinhança mais adequada para a vivência da criança. Chama atenção, mesmo que em valores mínimos, que entre 2000 e 2010 os intrametropolitanos foram os únicos que aumentaram a proporção dos unidos.

Tabela 15. Maiores de 15 ano segundo proporção de unidos e sozinhos e condição migratória. RM de Campinas, 2000 e 2010.

Condição migratória		Ano	Situação conjugal		
			Unido	Sozinho	
Não-migrante		2000	44.1	55.9	
		2010	46.4	53.6	
Migrante	Antigo		2000	67.1	32.9
			2010	65.4	34.6
	Recente	Intrametropolitano	2000	68.2	31.8
			2010	68.8	31.2
		Intraestadual	2000	60.6	39.4
			2010	58.6	41.4
		Externo	2000	55.4	44.6
			2010	54.9	45.1
	Total		2000	60.6	39.4
			2010	59.9	40.1

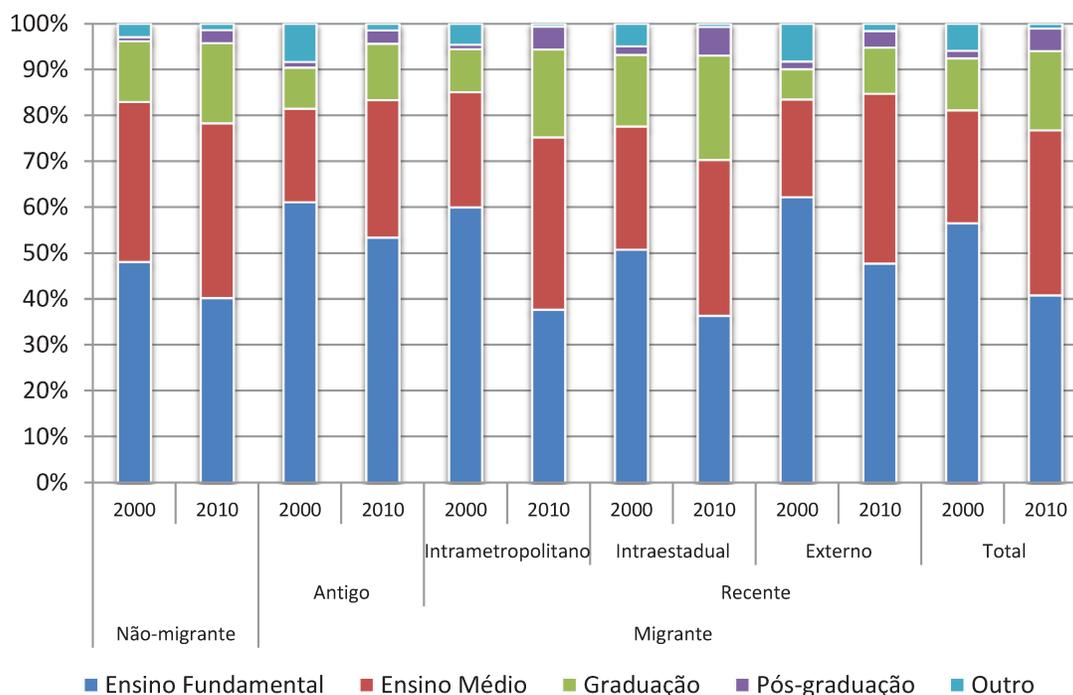
Fonte: Censo Demográfico de 2000 e 2010. Elaboração do autor.

Tal análise aponta a relevância da estrutura familiar e, indo além, evidencia que a mobilidade residencial intrametropolitana tem entre os seus incentivos e constrangimentos questões que afetam mais fortemente as famílias, com destaque para aquelas no início do ciclo vital, como salientado por Cunha (1994) na RM de São Paulo. Pode-se afirmar, a partir dos dados apresentados até o momento, que existe forte relação entre esta estrutura familiar e as distintas modalidades migratórias, novamente reforçando a importância das características sociodemográficas enquanto parte de processos mais amplos.

A mesma diferença pode ser observada em relação à escolaridade, conforme se observa na Figura 14. Os dados apontam, como esperado e observado para a população

brasileira de modo geral, para uma melhora relevante em relação à escolarização dos indivíduos, com forte redução dos sem instrução (outros) e daqueles com até Ensino Fundamental para todos os grupos.

Figura 14. Maiores de 15 anos segundo a escolaridade e condição migratória. RM de Campinas, 2000 e 2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e 2010. Elaboração do autor.

Em 2010, entretanto, os dados reforçam, novamente, a seletividade no fenômeno migratório: os mais escolarizados são os migrantes intraestaduais, com 29,0% com graduação e pós-graduação seguidos pelos intrametropolitanos (24,1%) e não-migrantes (20,3%). Os intrametropolitanos, neste sentido, foram os que apresentaram o maior salto em relação à escolaridade, saindo daqueles menos escolarizados em 2000 para o grupo com a segundo melhor condição em 2010.

Tal fato possivelmente seja representativo de que outros grupos sociais tenham se colocado em movimento, resultando numa evolução maior por parte dos migrantes intrametropolitanos em relação as outras modalidades. A escolaridade, neste sentido, potencializa questões relacionadas ao trabalho, tanto em relação a própria empregabilidade quanto aos cargos ocupados e os respectivos salários, sendo de grande representatividade para as condições de vida de indivíduos e famílias.

Na Tabela 16 chama atenção o relevante aumento daqueles que não trabalhavam entre 2000 e 2010 entre os não-migrantes, chegando neste último período a se igualar com os outros grupos, assim como o aumento dentre os que trabalhavam em outros municípios, observados em todos os grupos, mas com maior crescimento entre os intrametropolitanos. Dentre os intrametropolitanos, aliás, a proporção dos que trabalhavam em outro município em 2010 passou a ser maior do que a que trabalhava no mesmo município de residência, o que ressalta a importância de tal modalidade migratória para o planejamento em relação à mobilidade cotidiana das cidades, além da complementariedade socioespacial entre área de trabalho e moradia.

Tabela 16. Maiores de 15 anos segundo a condição e local de trabalho, e condição migratória. RM de Campinas, 2000 e 2010.

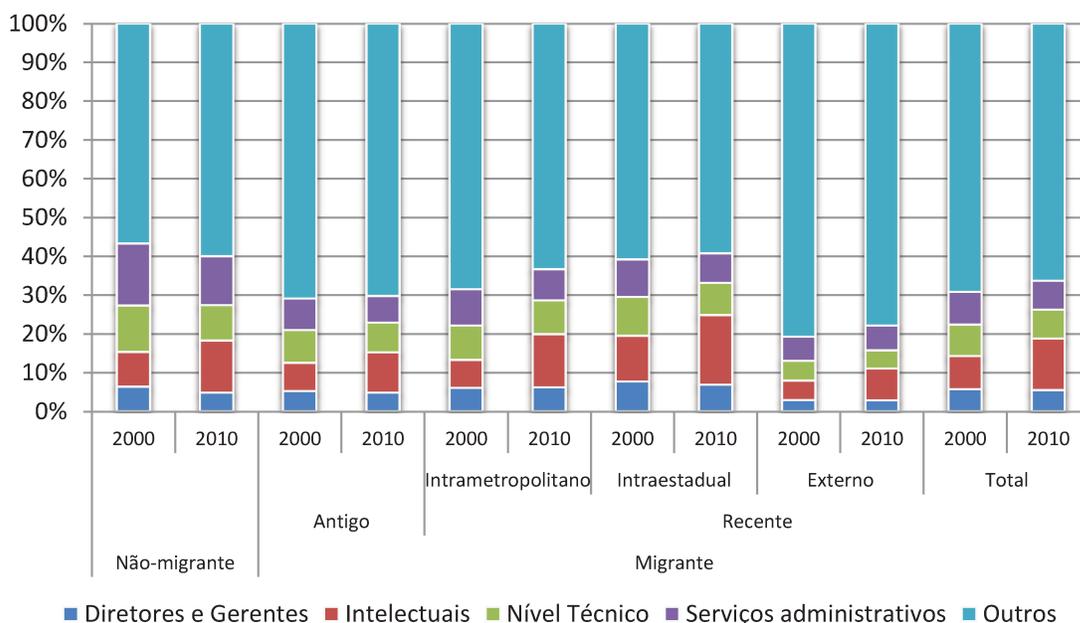
Condição migratória		Ano	Não Trabalha	Local de trabalho	
				No mesmo município de residência	Em outro município
Não-migrante		2000	29.0	64.5	6.5
		2010	37.5	54.2	8.3
Migrante	Antigo	2000	38.4	51.3	10.3
		2010	36.3	49.4	14.3
	Intrametropolitano	2000	32.1	38.2	29.7
		2010	30.5	32.4	37.1
	Intraestadual	2000	36.6	50.4	13.1
		2010	36.1	46.4	17.5
	Externo	2000	33.2	57.5	9.3
		2010	31.1	54.1	14.8
	Total	2000	34.5	50.0	15.5
		2010	32.9	45.6	21.5

Fonte: Censo Demográfico de 2000 e 2010. Elaboração do autor.

Em vários aspectos, como analisados anteriormente, os migrantes intrametropolitanos e os intraestaduais parecem convergir quanto às características apresentadas. Neste sentido, os dados do local de trabalho em relação ao local de residência, a partir da diferenciação apresentada, pode ser um dos caminhos para adentrar nas especificidades de cada uma das modalidades migratórias, com vistas a compreender o papel de cada uma na estruturação do espaço urbano.

Quanto ao trabalho, a Figura 15 apresenta a distribuição percentual dos trabalhadores segundo o tipo de ocupação. As melhores condições são observadas pelos migrantes intraestaduais, seguidos pelos não-migrantes e intrametropolitanos, com maior proporção dos dirigentes/gerentes e intelectuais, somados aos cargos técnicos e administrativos.

Figura 15. População ocupada segundo o tipo de ocupação dos e a condição migratória. RM de Campinas, 2000 e 2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e 2010. Elaboração do autor.

No conjunto dos dados apresentados até o momento destacam-se dois aspectos: primeiramente, dentre os migrantes recentes, aqueles da modalidade intraestadual e intrametropolitana apresentam, na maior parte dos casos, características melhores em relação aos outros subgrupos, apontando para uma seletividade positiva para indivíduos e famílias que, justamente por isso venham a requerer produtos e localização urbana diferenciada.

O segundo aspecto se refere aos não-migrantes, que ora aparecem mais bem posicionados, ora apresentam característica com pior condição em relação aos outros grupos. Acredita-se que tal situação ocorra devido ao fato de que, sendo grande parte destes descendentes dos migrantes antigos apresentariam características “herdadas” destes, ao mesmo tempo que, refletindo a realidade territorial da grande aglomeração, avancem em termos de escolaridade e ocupação no mercado de trabalho semelhante aos grupos mais bem posicionados, fato que explicaria tal inconstância nas suas características.

Mostra-se necessário, ademais, analisar as características em relação ao domicílio segundo condição migratória a partir das modificações observadas ao longo da década de 2000.

Na Tabela 17 pode-se verificar a evolução da densidade morador/cômodo e do número de banheiros existentes nos domicílios. Se anteriormente se percebeu que todos os municípios evoluíram em relação a esses aspectos, os dados segundo condição migratória mostram-se reveladores com relação às dinâmicas recentes ligadas à migração.

Em 2000 apenas os não-migrantes e os migrantes intraestaduais apresentavam domicílios com densidade morador/cômodo em melhor situação em relação a média dos domicílios. Em 2010, tal condição continuou a ser apresentada pelos não-migrantes e se fortaleceu ainda mais entre os migrantes intraestaduais, agora acompanhados pelos intrametropolitanos, que apresentaram a segunda melhor condição. Os intraestaduais e intrametropolitanos, ademais, foram os únicos a apresentarem a menor proporção de domicílios com mais de 1 morador/cômodo em 2010, a partir de uma expressiva redução ao

longo da última década. Por fim, os migrantes externos e os antigos foram os que ficaram próximos da média regional.

Tabela 17. População residente segundo densidade domiciliar, número de banheiros e condição migratória. RM de Campinas, 2000 e 2010.

Condição migratória		Ano	Densidade morador/cômodo			Número de banheiros			
			Até 1/2	De 1/2 a 1	Mais de 1	0	1	2 e mais	
Não-migrante		2000	35.6	45.2	19.2	1.3	66.1	32.7	
		2010	41.0	43.3	15.7	0.2	62.8	37.0	
Migrante	Antigo	2000	28.5	46.6	24.8	1.1	70.4	28.5	
		2010	38.0	45.6	16.4	0.2	63.1	36.8	
	Recente	Intrametropolitano	2000	26.7	45.0	28.3	1.3	77.5	21.2
			2010	50.4	39.9	9.7	0.3	67.7	32.0
		Intraestadual	2000	32.1	42.0	25.9	1.1	70.7	28.2
			2010	58.1	34.6	7.3	0.3	63.4	36.3
	Externo	2000	19.5	38.0	42.5	3.4	82.1	14.5	
		2010	39.4	44.1	16.4	1.5	78.7	19.8	
	Total	2000	27.2	41.6	31.2	1.8	75.6	22.6	
		2010	50.2	39.3	10.6	0.6	69.0	30.4	

Fonte: Censo Demográfico de 2000 e 2010. Elaboração do autor.

Em relação ao número de banheiros, observa-se melhora em termos gerais, com a redução daqueles domicílios sem banheiro e aumento daqueles com dois ou mais. Nenhum grupo apresenta grande destaque, a não ser para o caso dos migrantes externos cujo indicador alcançou o pior valor em relação aos demais subgrupos populacionais.

Esses dados, entretanto, devem ser analisados à luz de outros, sobretudo em relação à posse das respectivas residências. Os dados da Tabela 18 indicam forte melhora para todos os grupos com a redução da proporção “outro” que se refere à condição de domicílio cedido, área ocupada etc.

Em relação à propriedade do domicílio, não-migrantes e migrantes antigos se assemelham, sendo três quartos deles proprietários. Tal dado, assim como a menor proporção de posse dos migrantes recentes era esperado, visto que a aquisição da residência faz parte de um processo de territorialização dos indivíduos e famílias em determinada área.

Chama atenção, neste sentido, que para os migrantes recentes a redução daqueles proprietários do domicílio foi de 2,3% entre 2000 e 2010, com peso maior para migrantes externos (-9,6%). Se a proporção dos domicílios alugados aumentou para todos os grupos - principalmente como resultado da diminuição de “outro” - foi para os migrantes recentes que o aumento foi mais relevante, de 10,1%, chegando em 2010 a mais da metade (52,8%) dos domicílios alugados, frente a 42,7% em 2000.

Tabela 18. População residente segundo a condição de ocupação dos domicílios e condição migratória. RM de Campinas, 2000 e 2010.

Condição migratória		Ano	Condição de ocupação				
			Próprio	Alugado	Outro		
Não-migrante		2000	73.9	13.3	12.8		
		2010	74.7	16.7	8.6		
Migrante	Antigo		2000	74.7	13.8	11.5	
			2010	74.4	18.2	7.4	
	Recente	Intrametropolitano		2000	56.2	30.1	13.6
				2010	53.4	38.8	7.9
		Intraestadual		2000	40.2	46.5	13.3
				2010	37.8	55.1	7.1
		Externo		2000	31.8	47.2	21.1
				2010	22.2	69.1	8.7
	Total		2000	41.7	42.7	15.6	
			2010	39.4	52.8	7.8	

Fonte: Censo Demográfico de 2000 e 2010. Elaboração do autor.

Pode-se indagar se esta mudança não seria resultado direto da melhoria das condições de renda e empregabilidade ao longo da década de 2000, visto que o crescimento do aluguel se deu em grande parte pela redução das outras condições de ocupação, com grande destaque para o peso dos migrantes externos, com 69,1% dos domicílios na condição de alugados e a maior queda nas outras formas de ocupação.

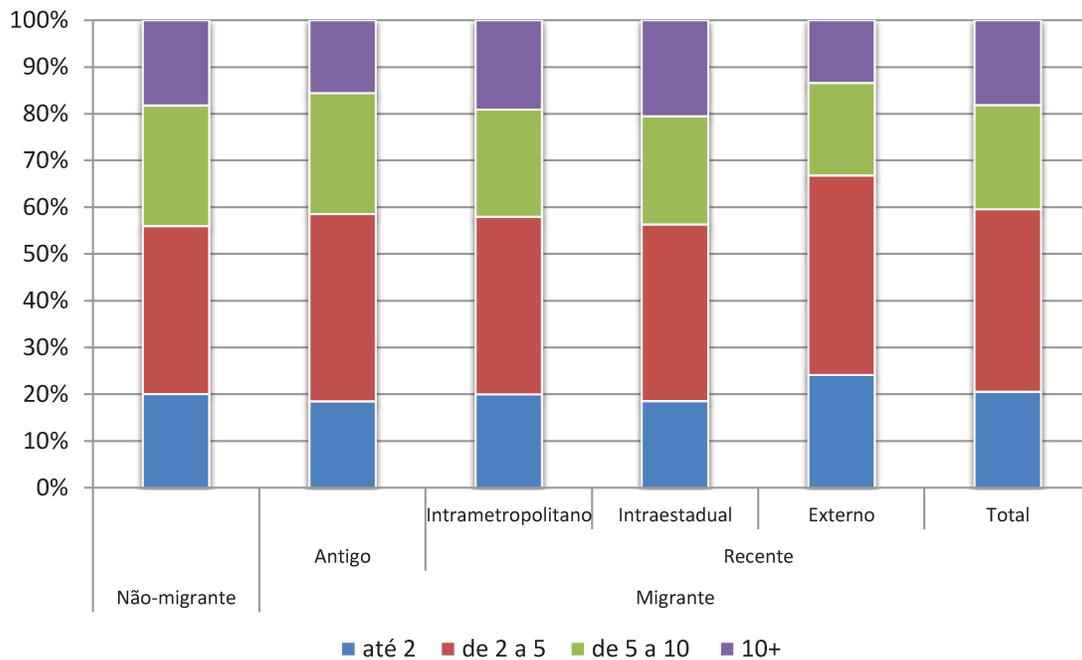
Os dados da Figura 16, que apresenta a renda domiciliar em salários mínimos pode ser indicativo de que a proporção de proprietários e de locatários se refira mais às novas dinâmicas da migração do que efetivamente a questão de renda. Apenas os migrantes externos apresentam maior proporção de indivíduos com menor renda, sendo que nos outros grupos a renda é relativamente semelhante.

Cabe ressaltar, nesse sentido, que mesmo que a maior proporção daqueles que chegam à região pagando aluguel seja esperada - visto que a residência, como ressaltado faz parte do processo de territorialização - chama atenção a forte redução dos proprietários entre os migrantes intrametropolitanos, mesmo ainda mantendo maior proporção em relação aos outros migrantes recentes.

Percebe-se que, ao longo da década de 2000, houve uma redução da aquisição da casa própria por parte dos migrantes recentes, ao mesmo tempo em que se mantém a forte relação da mobilidade residencial intrametropolitana com a questão habitacional.

Os dados indicam, neste sentido, para relevantes mudanças ao longo da década de 2000 relacionadas ao fenômeno migratório, que pode ser resultado da redução na imigração e do aumento da seletividade entre os migrantes - principalmente os intraestaduais e intrametropolitanos, que se apresentaram em 2010 mais qualificados e com condições melhores em relação a 2000. Outro aspecto estaria relacionado com as dinâmicas territoriais de escala macro - a partir da atração de migrantes qualificados do Estado de São Paulo e menos qualificados de outras Unidades da Federação - e da escala interna da própria metrópole, que podem estar colocando em movimento outros grupos sociais a partir de novos incentivos e constrangimentos surgidos no período, sobretudo pelas novas formas de produção do espaço urbano regional.

Figura 16. População residente segundo a renda domiciliar em salários mínimos e condição migratória. RM de Campinas, 2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor.

A mobilidade residencial intrametropolitana aparece, em geral, ligada às dinâmicas relacionadas aos mercados de trabalho e de terras e tem como resultado a expansão metropolitana (CUNHA, 1994) e o uso diferenciado dos equipamentos e serviços urbanos (RODRIGUES; BUSSO, 2009), além de ser um dos principais mecanismos de geração da segregação social (RODRIGUES, 2008; CUNHA, 2011). Diante da importância desta modalidade para a dinâmica interna da metrópole, na próxima seção buscar-se-á analisar mais detalhadamente quais fatores podem estar impactando a estrutura de incentivos e constrangimentos que tem resultado nas modificações verificadas.

3.5. A Estrutura de Incentivos e Constrangimentos e a produção do espaço urbano na RM de Campinas

A produção do espaço urbano é um processo operado pelas mais diversas “mãos”, por instituições que utilizam o urbano como oportunidade e abrigo. Segundo Rodrigues (1996), a diversidade das áreas urbanas é resultado da produção diferenciada das localidades, que variam na quantidade e qualidade de equipamentos e serviços coletivos.

A presente seção tem por objetivo analisar possíveis relações entre a estrutura de incentivos e constrangimentos da migração e a produção do espaço urbano. Buscar-se-á verificar se a distribuição espacial dos migrantes nos municípios da RM de Campinas estaria relacionada aos incentivos ou constrangimentos relacionados ao mercado de terras e ao mercado de trabalho, mediadas pelas características sociodemográficas dos migrantes, que limita ou potencializa esses através do aproveitamento das oportunidades.

3.5.1. A questão habitacional

A distribuição espacial das habitações com características diferenciadas é a materialização das desigualdades sociais da divisão técnica e social do trabalho no momento histórico analisado (RODRIGUES, 1996). Consequentemente, as habitações representam uma das principais variáveis do ambiente urbano a partir da necessidade de “morar”: sua área de expansão e as características diferenciadas espacialmente, associadas aos fluxos migratórios regionais podem ser representativos de como tem sido a relação entre a mobilidade espacial da população e os processos de produção do espaço urbano.

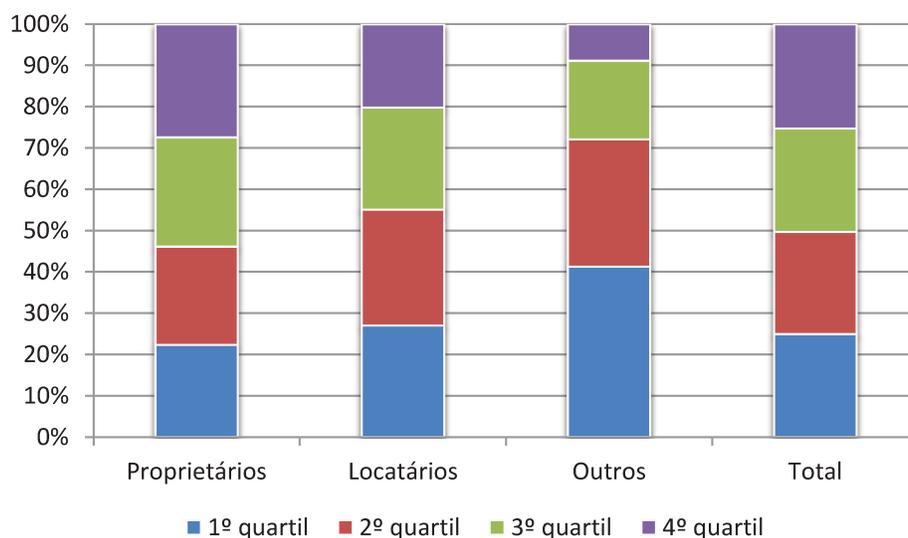
Como visto no capítulo anterior, em vários indicadores domiciliares se observaram melhorias relevantes ao longo da década de 2000. Se destacam, nesse sentido, a menor proporção de habitações classificadas segundo a situação de ocupação “outros”, com

relevante aumento dos alugados, que compreendiam em 2010 quase um quarto dos domicílios da região⁶⁰.

Os domicílios alugados representam um relevante mercado que gera renda aos proprietários e, ao mesmo tempo, comporta uma população com grande potencial para aquisição de novos produtos imobiliários.

A Figura 17 apresenta a potencialidade dos locatários enquanto possíveis consumidores de produtos imobiliários. Quando se analisa o rendimento domiciliar segundo a condição de ocupação dos domicílios percebe-se que a renda da população que vivem em imóveis alugados é ligeiramente inferior em relação aos que são proprietários, ainda assim, 45% destes apresentam-se no terceiro e quarto quartil da renda regional.

Figura 17. População residente segundo o rendimento domiciliar em quartis e condição de ocupação dos domicílios. RM de Campinas, 2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor.

⁶⁰ Cabe ressaltar, entretanto, que se a propriedade do domicílio é considerada variável relevante enquanto capital físico e segurança econômica, outras variáveis devem ser consideradas para analisar possíveis vantagens dessa propriedade. Aspectos como a distância em relação ao trabalho e as características urbanísticas são vitais, visto que consomem tempo e dinheiro, além de impactar a qualidade de vida dos moradores deste domicílio. Como mostrado em trabalhos como Cunha (1994), Torres e Marques (2004) e Costa (2006), nem sempre a propriedade do domicílio pode ser associada com melhores condições de vida nas grandes aglomerações.

Essa proporção, entretanto, varia: nos municípios de Americana, Campinas, Paulínia, Valinhos e Vinhedo a proporção de locatários com renda no terceiro e quarto quartil fica em torno de 50%. Já em Monte Mor, Pedreira e Santo Antônio de Posse, essa proporção cai para 25%, seguidos por Artur Nogueira, Engenheiro Coelho, Hortolândia, Morungaba e Sumaré com valores que variam entre 32% e 38%. Essa variação resulta das diferenças locacionais em termos de acessibilidade e custos, e pode ser resultado da decisão de uma parte da população, sobretudo de média e alta renda, no sentido de gozar maior mobilidade e flexibilidade⁶¹.

Outro aspecto relevante se refere à migração: mesmo com a redução de volume observado no período 2005-2010 em relação à década anterior (1995-2000), esta continuou a representar a metade do incremento populacional nos municípios da região (Tabela 5). Esse peso, que variou conforme o município de destino seria resultado também da redução do crescimento natural, influenciado pela queda da taxa de fecundidade observado no país como um todo.

O que se analisa como fato decorrente desta dinâmica é que a redução do crescimento natural dá à migração maior representatividade para o crescimento demográfico e, conseqüentemente, para os processos de produção do espaço urbano.

Pode-se afirmar, neste sentido, que a migração está entre os principais fenômenos ligados ao processo de produção do espaço urbano, tanto pelo seu efeito na variação do volume da população, o que aumenta ou reduz o mercado potencial, quanto pela redistribuição populacional entre os municípios, possibilitando um rearranjo constante da população. Diretamente para a produção do espaço urbano, cabe ressaltar que só se pode consumir um produto imobiliário, novo ou antigo, se houver mudança de residência, seja dos proprietários ou de eventuais locatários.

⁶¹ Apesar das claras diferenciações, escolha semelhante passou a ocorrer com empresas: Fix (2007) aponta que muitas destas deixaram de construir seus escritórios e passaram a alugar espaços, visto que o aluguel propiciava flexibilidade e mobilidade.

A relação migração/produção do espaço fica explícita quando se analisa a variação da condição de ocupação do domicílio segundo o tempo de residência (Tabela 19), que se acredita estar relacionado ao acúmulo de conhecimento sobre a dinâmica regional (CUNHA, 2010) e às alterações no curso de vida, como o envelhecimento, a evolução no mercado de trabalho etc. Esses fatos materializam-se na menor proporção de proprietários entre os migrantes recentes em relação aos migrantes antigos e aos não-migrantes, como visto anteriormente.

Tabela 19. Migrantes responsável pelo domicílio segundo a condição de ocupação do domicílio e o tempo de residência no município. RM de Campinas, 2010.

Condição de ocupação	Tempo de residência no município (anos)				
	até 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 e mais
Próprio	39.4	54.1	65.7	72.5	78.6
Alugado	52.8	38.3	26.1	19.0	13.8
Outro	7.8	7.4	8.1	8.5	7.6

Fonte: Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor.

Os dados indicam que, conforme aumenta o tempo de residência no município, aumenta também a proporção daqueles responsáveis pelo domicílio que passam a ser proprietários, reforçando assim a condição dos migrantes recentes como mercado consumidor em potencial de produtos imobiliários.

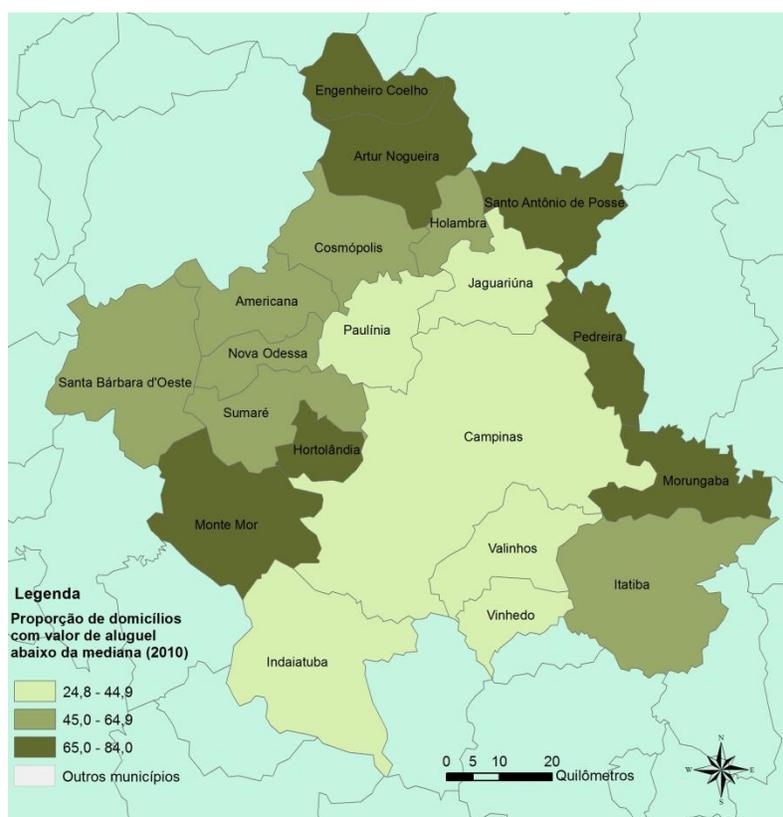
Em 2010, 52,8% dos domicílios dos migrantes recentes apresentavam a condição de alugados. Consequentemente, o custo do aluguel pode ser fator representativo no direcionamento dos fluxos migratórios entre os municípios da região.

O Mapa 25 apresenta a proporção de domicílios com custo de aluguel abaixo da mediana⁶² e indica que, dentre os municípios com maior proporção de domicílios alugados

⁶² O custo do aluguel está fortemente vinculado ao tamanho do domicílio além de outros fatores como a localização e tudo o que está relacionado a ela. Para que o tamanho dos domicílios não viesse a impactar a

nesta condição (Artur Nogueira, Engenheiro Coelho, Hortolândia, Monte Mor, Morungaba, Pedreira e Santo Antônio de Posse), todos apresentaram taxas de imigração mais elevadas, com destaque para Artur Nogueira, Hortolândia e Monte Mor, com altas taxas em termos regionais para as três modalidades migratórias consideradas.

Mapa 25. Proporção de domicílios com valor do aluguel abaixo da mediana regional. Municípios da RM de Campinas, 2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor.

Apesar desta constatação, verifica-se outro aspecto relevante: todos os municípios ficaram com IEM (Índices de Eficácia Migratória) positivo para os migrantes recentes, exceto Pedreira para a modalidade intrametropolitana, fato que reforça uma menor integração deste município com a dinâmica demográfica regional.

comparação, visto que alguns municípios podem apresentar diferenciais em relação a este aspecto, foi analisado o aluguel a partir do custo por cômodo de cada residência na condição de alugada.

Tanto em relação ao volume e destino dos migrantes em âmbito regional, quanto aos IEMs dos municípios não existem relações evidentes com o custo dos alugueis - a não ser para os migrantes externos, cuja modalidade apresentou IEMs mais altos para os municípios ao norte, - inclusive na mobilidade residencial intrametropolitana para a qual, poder-se-ia supor, tal fator seria relevante. O que se destaca perante esses dados é que mesmo fatores objetivos como estes ficam relativizados a partir de outros com maior impacto no cotidiano, como a proximidade do trabalho (ou das oportunidades de trabalho), por exemplo, o que novamente ressalta a localização e o contexto territorial como um dos fatores explicativos.

Os dados da Tabela 20 indicam que, como visto anteriormente, mesmo a mobilidade residencial intrametropolitana estando mais fortemente associada à aquisição da casa própria em relação às outras modalidades migratórias, esta condição apresenta-se diferenciada conforme a renda. Mais de 40% dos responsáveis migrantes intrametropolitanos dos três primeiros quartis de renda residiam em 2010 em domicílios alugados, sendo que tal proporção só se reduz para o quarto quartil, com 29,4%.

Tabela 20. Responsáveis migrantes intrametropolitanos segundo a condição de ocupação do domicílio e quartis de renda. RM de Campinas, 2010.

Condição de ocupação	Quartil de renda dos migrantes intrametropolitanos				
	1º quartil	2º quartil	3º quartil	4º quartil	Total
Próprio	41.1	49.6	48.4	69.2	53.4
dos quais financiados*	9.7	17.1	15.0	21.7	16.3
Alugado	42.6	40.4	45.7	29.4	38.8
Outro	16.3	10.0	6.0	1.3	7.9

Fonte: Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor. *É subconjunto dos domicílios “Próprios”.

Cabe ressaltar que existem diferenças relevantes quando se observam esses dados segundo município: em Campinas, por exemplo, os migrantes no primeiro quartil de renda

apresentam menos domicílios próprios e maior proporção de alugados, enquanto nos outros quartis as proporções acompanham aquelas observadas em nível regional. Em Hortolândia, por outro lado, há uma inversão, com migrantes de primeiro quartil de renda com maior proporção de domicílios próprios (49,0%), e migrantes de quarto quartil de renda com maior proporção de domicílios alugados (50,9%).

Já em Paulínia, os migrantes intrametropolitanos apresentaram alta proporção de domicílios próprios em todos os quartis de renda, variando de 55,0% para os migrantes do primeiro quartil até 84,8% para os migrantes do quarto quartil. Em Valinhos, outro município com destaque no recebimento desses migrantes, observam-se dados com maior variação em relação à região e parecidos com Campinas: baixa proporção de domicílios próprios para os migrantes do primeiro quartil de renda (27,6%) e alta proporção (78,8%) para aqueles do quarto quartil.

Os dados indicam que mesmo havendo certa tendência dos mais pobres (migrantes do primeiro quartil) apresentarem maior proporção de domicílios alugados e os mais abastados de domicílios próprios, a variação apresentada na observação dos municípios permite afirmar que esta tendência não é linear e é impactada por outros fatores como o preço da terra e a abertura de loteamentos.

O custo do aluguel, portanto, tem peso relevante para o custo de vida de boa parte dos migrantes (38,8%), já que os menos afetados seriam principalmente aqueles do quarto quartil de renda, tanto pela maior renda quanto, principalmente, porque residem em grande parte na condição de proprietários.

Outros dois aspectos chamam atenção nestes dados: o primeiro é que, dentre aqueles que declararam ser proprietários, o percentual dos que estão pagando o domicílio aumenta proporcionalmente com o aumento da renda - fato relacionado à capacidade de endividamento - assim como se observa a redução na proporção dos domicílios na condição de “outro”.

Os dados da Tabela 21 apresentam o direcionamento dos fluxos migratórios intrametropolitanos a partir dos quartis de renda dos migrantes, indicando a relação existente entre a origem, o destino e a renda da população.

Os oito municípios selecionados representam, aproximadamente, três quartos da população regional em 2010 e das origens dos migrantes intrametropolitanos, assim como 80% do destino destes, o que os coloca como principais áreas de circulação da migração em âmbito regional. O município de Campinas, por sua vez, representa aproximadamente 40% das origens do movimento e 10% do destino, sendo, portanto, o centro de distribuição que caracterizaria, em boa medida, o fenômeno da mobilidade residencial intrametropolitana, em particular, e da redistribuição espacial da população na RM de Campinas em geral.

O que se observa é que há um direcionamento do fluxo migratório que varia conforme a renda, com exceção da relação entre os municípios de Americana e Santa Bárbara d'Oeste. A dinâmica de trocas desses dois municípios pouco se relaciona com o restante da região, sendo que, aproximadamente 80% dos migrantes de Santa Bárbara d'Oeste se dirigiram para Americana, e metade dos residentes desta última cidade que emigraram para outro município da região se direcionaram para Santa Bárbara d'Oeste, ou seja, uma relação interdependente de ir e vir. Os dados do período 2005-2010 apontam, neste sentido, para a continuidade de uma relação particular entre estes municípios, com Americana com o posto de subsele regional mantendo a própria periferia, que seria constituída por Santa Bárbara d'Oeste e Nova Odessa (BAENINGER; MAIA, 1992; CUNHA *et al.*, 2006; CAIADO; PIRES, 2006).

Dentre os principais municípios de origem dos migrantes do primeiro quartil destacam-se Campinas, Hortolândia e Sumaré de onde saem 61,1% dos migrantes. Sumaré e Hortolândia foram os principais receptores, com 21,1% e 20,7%, respectivamente. Este último município foi destino de 30,4% dos emigrantes de Campinas e 45,7% daqueles que deixaram Sumaré. Este, por sua vez, recebeu 30,7% dos emigrantes de Campinas e 38,0% dos emigrantes de Hortolândia. Por fim, Monte Mor recebeu 11,0% de Campinas e 27,1% de Hortolândia. Os municípios de Hortolândia, Sumaré e Monte Mor, associados a Campinas, conformam a área de concentração da circulação dos migrantes intrametropolitanos de baixa renda.

As diferenças em relação ao direcionamento conforme a renda ficam evidentes quando se compara os dados do quarto quartil. Neste, Campinas aumenta a participação, tendo concentrado 56,2% dos emigrantes no período 2005-2010, sendo que os principais

destinos, diferentemente do primeiro quartil, foram Valinhos (29,4%) e Paulínia (23,9%), ficando Sumaré (15,1%) e Hortolândia (6,4%) como destinos secundários.

Tabela 21. Migrantes intrametropolitanos segundo a origem e destino dos principais fluxos e quartis de renda. Municípios da RM de Campinas, 2010.

1º quartil		Origem					Total	2º quartil		Origem					Total
		Americana	Campinas	Hortolândia	Santa Bárbara d'Oeste	Sumaré				Americana	Campinas	Hortolândia	Santa Bárbara d'Oeste	Sumaré	
Destino	Americana	-	1.1	1.3	69.6	4.8	4.7	Destino	Americana	-	1.6	0.0	88.5	7.2	11.0
	Campinas	7.0	-	25.4	5.2	22.8	12.9		Campinas	7.6	-	23.7	1.5	24.4	9.6
	Hortolândia	2.9	30.4	-	2.8	45.7	20.7		Hortolândia	3.7	29.4	-	1.3	40.4	18.8
	Monte Mor	0.0	11.0	28.1	1.5	3.8	8.6		Monte Mor	0.0	6.6	21.4	0.0	2.2	5.3
	Paulínia	0.0	4.9	3.3	0.0	1.8	3.6		Paulínia	0.0	13.6	6.0	0.6	10.4	7.6
	Santa Bárbara d'Oeste	54.2	0.7	0.0	-	1.4	4.4		Santa Bárbara d'Oeste	56.7	1.0	1.5	-	1.1	6.1
	Sumaré	15.0	30.7	38.0	14.1	-	21.1		Sumaré	13.6	27.3	32.3	1.4	-	16.2
	Valinhos	0.0	5.2	0.0	0.0	0.0	4.2		Valinhos	1.7	6.4	0.0	0.0	0.0	4.1
	Outros	21.0	16.1	3.9	7.0	19.6	19.7		Outros	16.8	14.3	15.1	6.6	14.3	21.4
	Total	6.2	40.7	10.9	4.0	9.4	100.0		Total	9.0	39.6	6.7	9.2	11.1	100.0
3º quartil		Origem					Total	4º quartil		Origem					Total
		Americana	Campinas	Hortolândia	Santa Bárbara d'Oeste	Sumaré				Americana	Campinas	Hortolândia	Santa Bárbara d'Oeste	Sumaré	
Destino	Americana	-	4.5	1.4	78.4	3.3	9.8	Destino	Americana	-	2.0	4.1	83.8	15.0	8.0
	Campinas	15.1	-	31.5	1.9	20.8	12.7		Campinas	17.3	-	14.3	6.6	13.9	10.6
	Hortolândia	0.0	22.0	-	0.0	28.7	12.7		Hortolândia	6.0	6.4	-	1.1	9.8	5.4
	Monte Mor	0.0	5.1	20.3	0.0	3.6	3.8		Monte Mor	0.5	1.2	10.8	0.0	0.0	1.2
	Paulínia	0.6	8.3	8.8	1.6	10.1	6.0		Paulínia	3.6	23.9	2.2	0.0	17.5	15.8
	Santa Bárbara d'Oeste	52.8	0.3	0.0	-	1.1	8.5		Santa Bárbara d'Oeste	43.5	0.7	1.9	-	3.7	4.4
	Sumaré	7.7	29.6	32.3	3.3	-	17.2		Sumaré	12.7	15.1	48.9	1.6	-	13.6
	Valinhos	0.0	14.6	0.0	0.0	1.3	7.5		Valinhos	0.9	29.4	13.4	1.6	0.0	18.9
	Outros	23.9	15.6	5.8	14.8	31.1	21.8		Outros	15.4	21.3	4.3	5.4	40.0	22.2
	Total	12.6	38.1	5.2	7.9	12.3	100.0		Total	8.0	56.2	2.9	4.4	5.9	100.0

Fonte: Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor.

Os municípios de Valinhos e Paulínia foram os que mais receberam migrantes intrametropolitanos do quarto quartil em âmbito regional, concentrando 18,9% e 15,8%, respectivamente, seguidos por Sumaré, com 13,6%.

Cabe destacar, por outro lado, que a localização destes migrantes nos respectivos municípios mostra-se fator de alta relevância para compreender as tendências de expansão urbana. O Mapa 26 apresenta as áreas de ponderação com maior proporção de migrantes intrametropolitanos dentre os migrantes recentes, indicando as áreas com maior concentração, o que também possibilita uma análise territorial mais cuidadosa dos aspectos que diferenciam estas localidades.

O mapa evidencia as áreas destacadas anteriormente em relação ao destino segundo a renda: entre 2005 e 2010 houve forte direcionamento para as áreas do entorno imediato a Campinas, com destaque para as “manchas” nos municípios de Paulínia, Sumaré, Hortolândia e Monte Mor, assim como em Valinhos. Mais distante de Campinas aparecem o município de Santo Antônio de Posse - que, devido ao pequeno volume populacional não tem subdivisões -, a fronteira de Americana com Santa Bárbara d’Oeste e, por fim, uma área central deste último município.

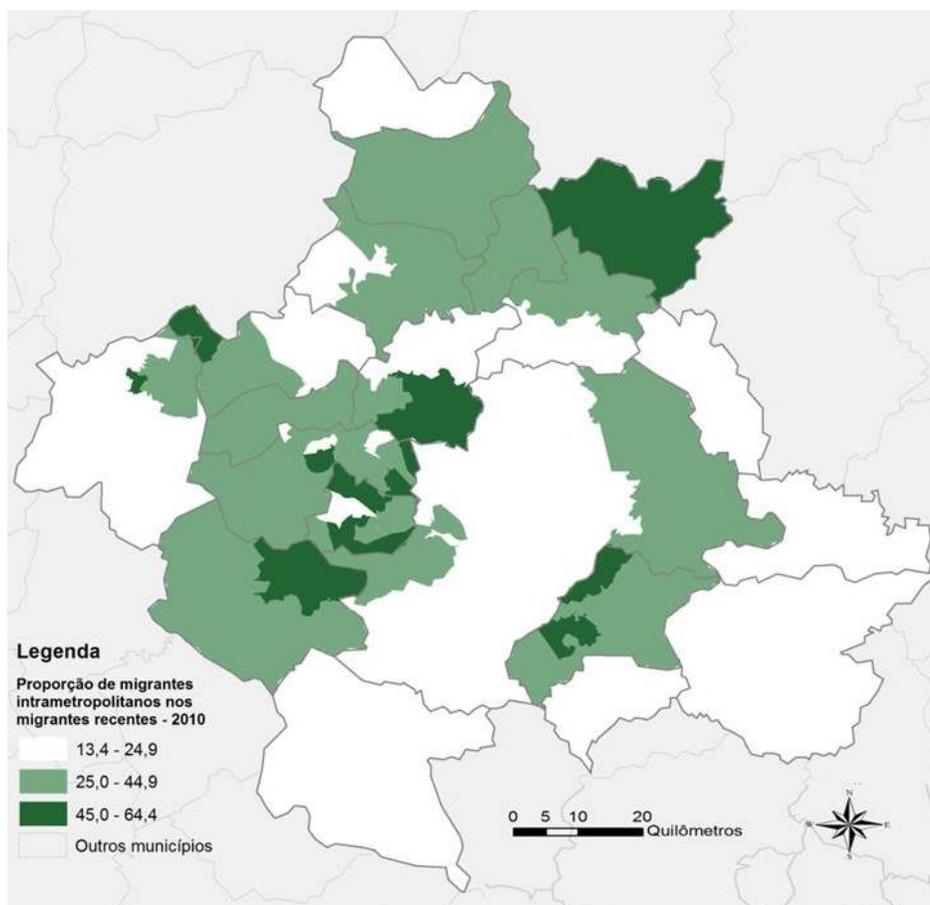
Esta forma de análise destaca o perfil da população das áreas de ponderação, fato que coloca Santo Antônio de Posse, com baixo volume de migrantes, juntamente com as áreas com maior volume, como os municípios no entorno imediato a Campinas. Apesar desta limitação, é possível verificar as áreas que concentram alta proporção destes migrantes para efeito de análise da relação migração-produção do espaço urbano.

A distribuição espacial dos migrantes intrametropolitanos observada no mapa ressalta a relevância das áreas no entorno imediato a Campinas como aquelas em que se verifica importante participação de migrantes na composição da população, principalmente em porções de Hortolândia, Sumaré, Paulínia e Valinhos.

Como se nota uma contiguidade socioespacial nestas áreas, visto que as características da população se mantém mesmo modificando os limites políticos-administrativos dos municípios (ver Mapas 9 e 10, por exemplo), percebe-se que a mobilidade residencial intrametropolitana exerce um papel de reforço das características

ora apresentadas nas distintas localidades, concomitantemente à expansão de novas áreas (CUNHA *et al.*, 2006).⁶³

Mapa 26. Proporção de domicílios de migrantes intrametropolitanos no total de migrantes recentes nas áreas de ponderação. Municípios da RM de Campinas, 2010.



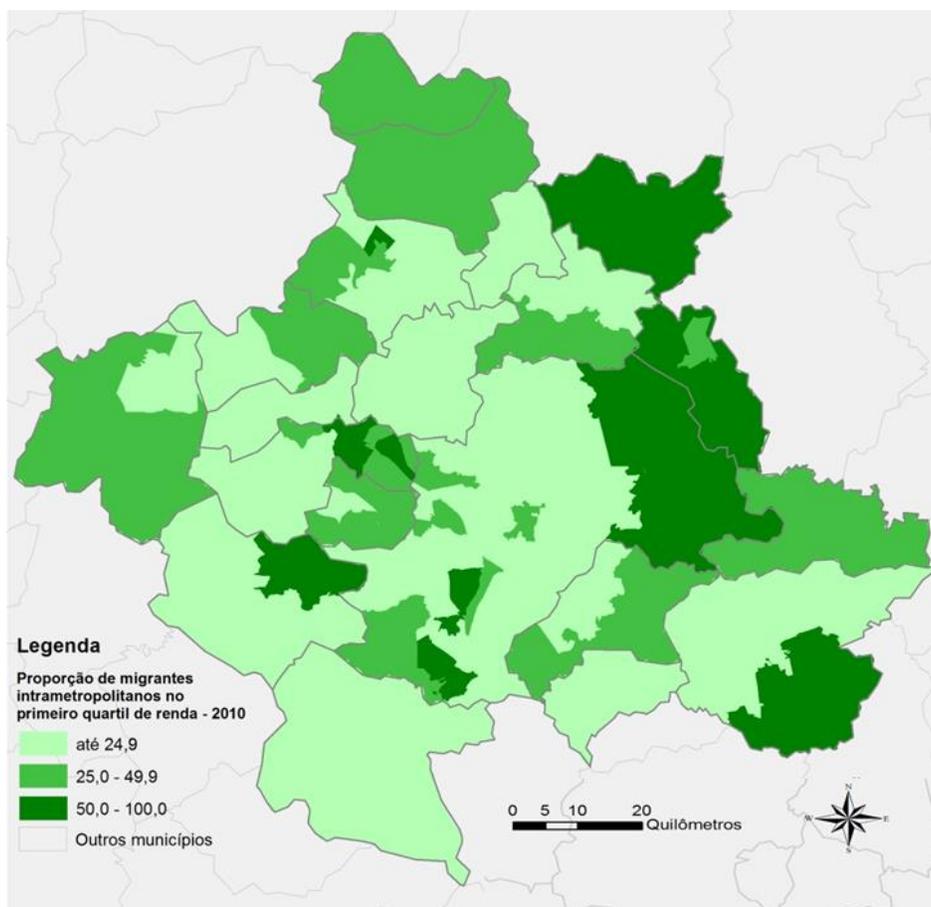
Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor.

O Mapa 27 apresenta as áreas com forte concentração de migrantes intrametropolitanos do primeiro quartil de renda. É possível verificar, quando comparado com a figura anterior, que as áreas de Sumaré, Hortolândia e Monte Mor, na fronteira com o município de Campinas, são aquelas que se destacam na atração desses migrantes e

⁶³ Cunha *et al.*(2006) apontam que a migração, ao longo da década de 1990 teria reforçado a segregação socioespacial, resultados que vão ao encontro do que se está apresentando.

outras, como Paulínia e Valinhos, aparecem com baixa proporção destes, fato representativos de que migrantes com outras características se dirigiram para estas áreas.

Mapa 27. Proporção de migrantes intrametropolitanos do primeiro quartil de renda nas áreas de ponderação. Municípios da RM de Campinas, 2010.

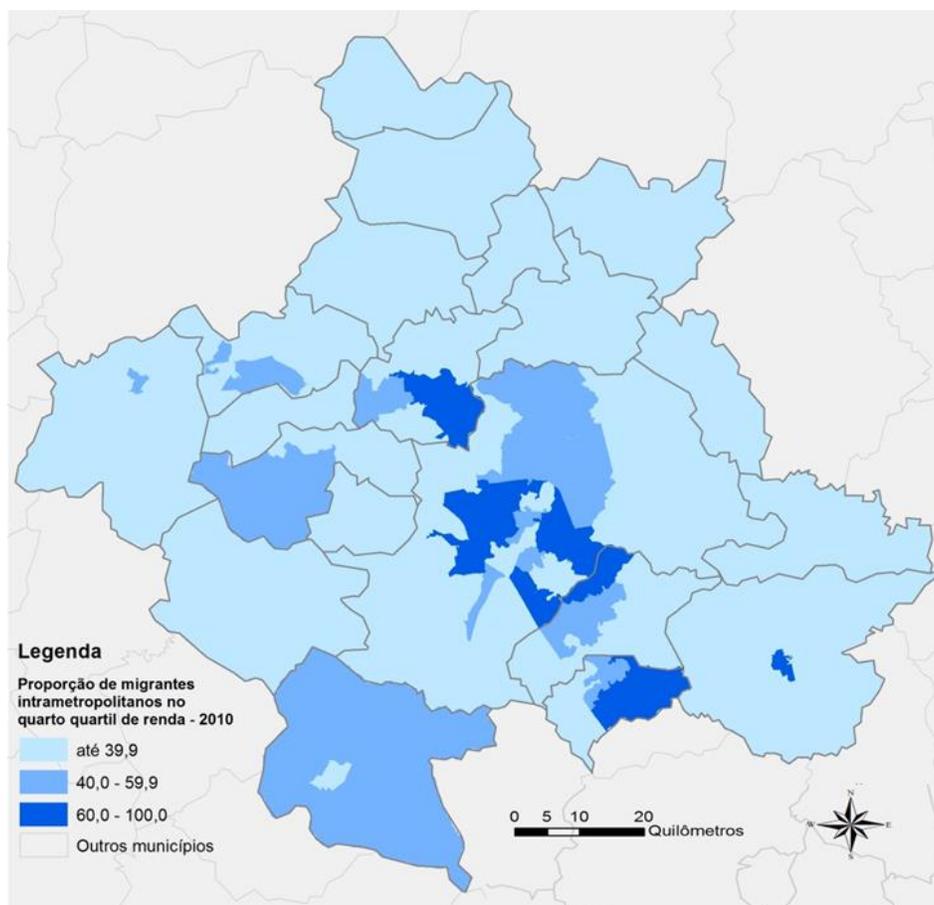


Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor.

Os dados apresentados reforçam a expansão urbana a partir de características pré-determinadas: a concentração de migrantes intrametropolitanos de baixa renda em áreas específicas é resultado, na verdade, da concentração de população de baixa renda que se inicia no município de Campinas. O território dos municípios do entorno podem ser considerados como continuação do município sede, a partir de uma produção que extravasa

os limites municipais e continua a ocorrer como se as fronteiras político-administrativas não tivessem efeito algum (CUNHA *et al.*, 2006).⁶⁴

Mapa 28. Proporção de migrantes intrametropolitanos do quarto quartil de renda nas áreas de ponderação. Municípios da RM de Campinas, 2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor.

O mesmo ocorre em relação às áreas de Paulínia e Valinhos com alta concentração de migrantes intrametropolitanos, cujos territórios têm recebido o extravasamento da

⁶⁴ Os mapas do Atlas da Região Metropolitana de Campinas, desenvolvido no âmbito do Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do interior paulista (NEPO/UNICAMP e NESUR-IE/UNICAMP), lançado em 2004 a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000 e 2010, possibilitam verificar claramente este aspecto de continuidade que tem permeado a expansão urbana na RM de Campinas.

Disponível em: http://www.nepo.unicamp.br/vulnerabilidade/atlas/atlas_RMC/indice.htm.

dinâmica do município sede, entretanto, de população com melhor condição econômica, representados aqui pelos migrantes intrametropolitanos do quarto quartil de renda. As localidades destacadas no Mapa 28 representam também um extravasamento da dinâmica observada no município sede. No caso de Paulínia, a expansão territorial da porção norte de Campinas, área de concentração em nível regional, como visto anteriormente, de grande proporção daqueles classificados no mercado de trabalho como intelectuais (ver seção 2.3).

Essa mancha de população mais bem posicionada em relação às características sociodemográficas e no mercado de trabalho se alonga da parte norte, limite com Paulínia, até a porção sudeste do município, fato que culminou também no extravasamento das áreas que concentram população com estas características para o município de Valinhos.

Alguns estudos de caso

Os dados apontam uma expansão urbana em nível regional com características bem marcadas, numa lógica de espraiamento de manchas urbanas já consolidadas, reforçando a importância da análise regional para os processos aqui analisados.

Cabe destacar, entretanto, que se vê a necessidade de uma análise territorial mais detalhada, no sentido de considerar alguns aspectos em relação à localização da população nas respectivas áreas dos municípios, para verificar quais formas urbanas têm sido geradas neste processo de expansão nas áreas com maior proporção de migrantes intrametropolitanos.

A partir dos dados apresentados anteriormente foram selecionadas áreas de ponderação que apresentassem, concomitantemente, alta concentração de migrantes intrametropolitanos na população total, indicando a intensidade desta modalidade migratória, assim como alta concentração desses migrantes no primeiro ou quarto quartil de renda, conforme Tabela 22. Cabe ressaltar também que as áreas selecionadas estão nos municípios que receberam maior proporção dos migrantes intrametropolitanos em nível regional.

Esta escolha se deve ao objetivo de verificar, de forma mais detalhada, quais são os fatores que podem estar gerando os incentivos e o direcionamento dos fluxos de migrantes intrametropolitanos para estas áreas.

Foram selecionadas áreas fortemente impactadas por essa modalidade migratória, variando de 6,5% em Valinhos-noroeste a 16,1% em Sumaré-centro, ao mesmo tempo em que apresentavam forte concentração de migrantes do primeiro ou quarto quartil de renda. No caso das áreas selecionadas do primeiro quartil, observa-se que a proporção variou de 36,0% em Sumaré-leste a 50,4% em Monte Mor, enquanto nas áreas do quarto quartil de renda variou de 56,2% em Sumaré-leste a 75,3% em Valinhos-norte.

Tabela 22. Intensidade e proporção dos migrantes intrametropolitanos do primeiro e quarto quartil de renda. Áreas selecionadas da RM de Campinas, 2010.

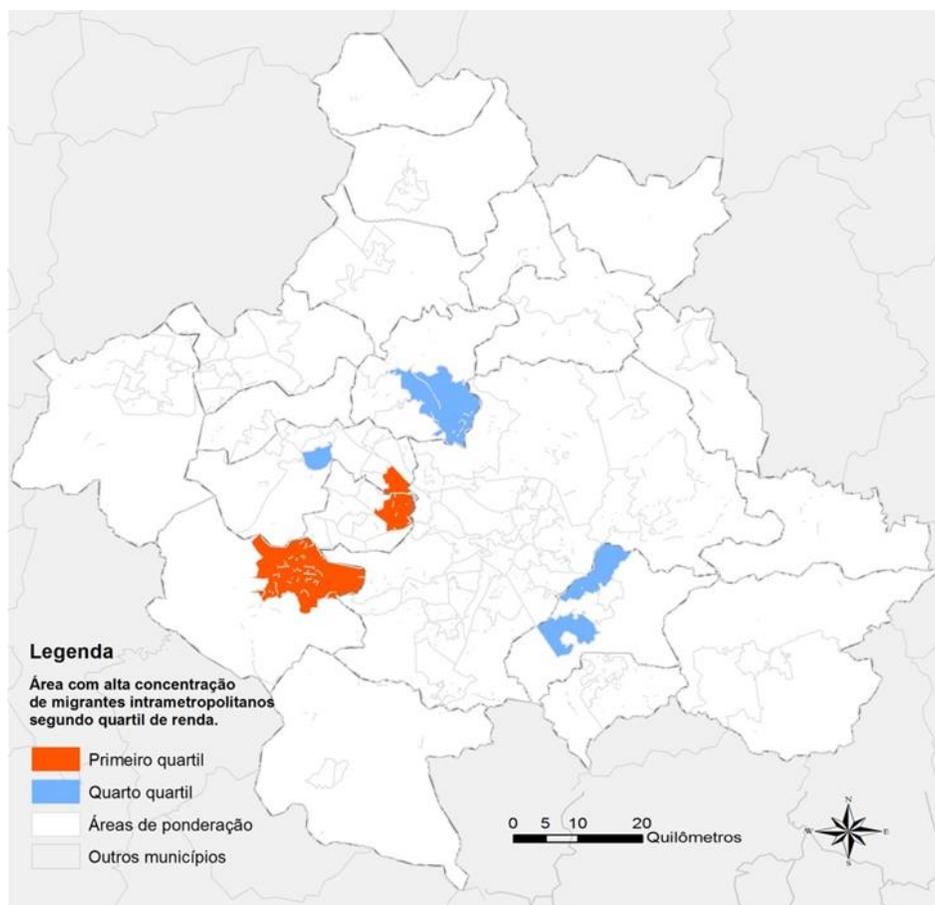
Município/área selecionada		Intrametropolitanos na população total	Intrametropolitanos nos migrantes recentes	Primeiro quartil	Quarto quartil
Primeiro quartil	Hortolândia	8.2	42.8	46.6	4.2
	Monte Mor	8.8	49.4	50.4	5.1
	Sumaré-leste	8.8	64.5	36.0	3.3
Quarto quartil	Paulínia	11.1	56.6	5.7	71.7
	Sumaré-centro	16.1	55.0	4.9	56.2
	Valinhos-norte	6.8	46.4	6.4	75.3
	Valinhos-noroeste	6.5	48.8	3.4	59.0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor.

As áreas selecionadas podem ser visualizadas no Mapa 29, cabendo destacar o distanciamento territorial evidente entre elas, fruto do espraiamento, como comentado antes, dos processos originados no município sede. As áreas de ponderação que concentraram população do primeiro quartil de renda estão situadas nos municípios de Hortolândia, Monte Mor e Sumaré (leste). Em relação àquelas que se destacaram na

concentração de migrantes do quarto quartil estão em Paulínia, duas em Valinhos (norte e noroeste) e uma em Sumaré (centro).

Mapa 29. Áreas de ponderação selecionadas para análise. Municípios da RM de Campinas, 2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor.

Em relação às áreas selecionadas, cabe inicialmente destacar que, como seria de se esperar, não foram observados processos idênticos em todas. A diferença de renda dos migrantes que se dirigiram para cada uma significou diferenças evidentes nas localidades, visto que em algumas áreas houve expansão urbana e, em outras, substituição de população.

As rodovias, que tiveram papel fundamental para a expansão regional (BAENINGER, 1992; CUNHA *et al.*, 2006; CAIADO; PIRES, 2006), também mostram-se relevantes para as áreas analisadas: cinco estão à margem de alguma rodovia e as outras duas (Sumaré-centro e Valinhos-norte) estão a menos de dois quilômetros, conforme Figura 18. Ressalta-se, entretanto, que se observa papel secundário das rodovias para as áreas analisadas, visto que, apesar da proximidade com a rodovia ser um fator-chave para a mobilidade cotidiana de boa parte dos migrantes intrametropolitanos, é nos processos históricos de ocupação dos municípios que se vê maior relação com o desenvolvimento das localidades de alta e baixa renda.

Figura 18. Localização das áreas selecionadas para a análise e das rodovias. RM de Campinas. 2015

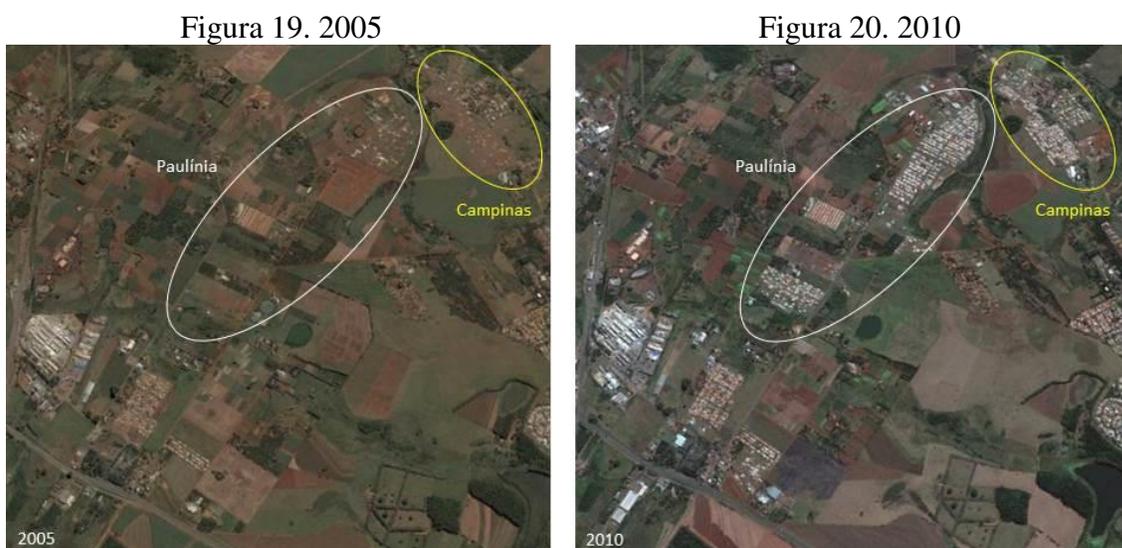


Fonte de imagem: Google Earth. Elaboração do autor. Imagem colhida 15/06/2014.

A relação entre a migração e a produção do espaço urbano fica mais evidente na sequência, a partir da análise de imagens mais detalhadas de cada uma das áreas. Três dentre as quatro áreas em que se observaram expansão (Paulínia, Sumaré-centro e Valinhos-norte) são de alta renda e, dentre as três áreas de migrantes de baixa renda, apenas Monte Mor apresentou processo semelhante.

As Figuras 19 e 20 apresentam as áreas em que foi observada expansão urbana⁶⁵ no limite entre os municípios de Campinas e Paulínia entre 2005 e 2010, sendo que tal expansão exprime a forte relação desta com a dinâmica do município de Campinas. No período dos cinco anos que separam as duas imagens pode-se observar forte crescimento de residências no limite do município de Campinas com Paulínia, ao mesmo tempo em que no último surgem pelo menos três grandes conjuntos de áreas de habitação.

Figura 19 e 20. Imagem da área selecionada. Municípios de Paulínia e Campinas, 2005 e 2010.



Fonte de imagem: Google Earth. Elaboração do autor. Imagem colhida 15/06/2014.

As características dos conjuntos surgidos reforça o papel dessa área enquanto expansão da área urbana campineira, visto que, assim como a porção norte do município de Campinas concentra população de média e alta renda, os conjuntos surgidos em Paulínia e a urbanização no limite de Campinas apresentam as mesmas características.

⁶⁵ Cabe ressaltar que, nas áreas analisadas via imagem de satélite deu-se preferência por focar as localidades em que se observou expansão urbana. Esse recorte territorial mais restrito, entretanto, não pode ser realizado com os dados, que se referem à área de ponderação que, neste caso, em geral é maior e abarca outras áreas além daquelas em que as imagens de satélite apresentadas estão focadas.

O diferencial entre os municípios pode ser visualizado abaixo: as Figuras 21 e 22 apresentam a portaria de dois dos loteamentos fechados⁶⁶ surgidos em Paulínia. Cabe ressaltar, neste sentido, que o grande diferencial observado é que todos os assentamentos deste município observados na imagem se referem a loteamentos fechados, conformando uma urbanização entre muros, como ressaltado na avenida da Figura 23.

O que se destaca é que a urbanização desta área limítrofe continua a ocorrer, tanto com a oferta de novos loteamentos (Figura 24) como com as construções naqueles já instalados. Além disso, na observação de campo foram constatados outros condomínios que não aparecem na imagem de 2010 e que já apresentam residências prontas e outras em construção, nas imediações daqueles verificados na imagem.

Figuras 21, 22, 23 e 24. Fotografias das áreas de expansão do município de Paulínia.

Figura 21



Figura 22



Figura 23



Figura 24



Fotografias do acervo do autor. 21/07/2014.

⁶⁶ Segundo D’Ottaviano (2008) existem diferenças normativas entre o loteamento comum, o loteamento fechado e o condomínio fechado. Enquanto no primeiro as vias e os espaços verdes e institucionais são públicos, no segundo também o são, apesar da limitação de circulação imposta por muros e cercas. Nos condomínios fechados, por outro lado, as vias e áreas coletivas são realmente privadas e de uso exclusivo e coletivo dos condôminos. A autora aponta que a multiplicidade de formatos criados desde a década de 1990 foi possível a partir de regulamentações municipais em relação ao parcelamento de solo. Será adotado o “loteamento fechado” neste trecho do texto para designar os espaços de assentamento fechados ao público em geral sem, entretanto, diferenciar se são loteamentos ou condomínios.

A área de expansão no município de Campinas, por sua vez, mesmo sendo também direcionada para a população de média e alta renda - como pode ser verificada na Figura 25 pela característica das residências - apresenta pontos distintos: surgiram, concomitantemente, loteamentos fechados e abertos, sendo que a maior expansão em área ficou com o segundo tipo.

Pode-se observar dois aspectos relevantes nesta área de expansão: a primeira foi a grande quantidade de imóveis novos a venda, fato que aponta para uma área ainda em formação. A segunda se refere a característica do arruamento, como mostra a Figura 26, que está relacionada à características irregular do bairro, que tinha como projeto inicial ser destinado a interesse social mas acabou apropriado pela classe média através de incorporadores.

Figuras 25, 26, 27 e 28. Fotografias das áreas de expansão do município de Campinas e e Paulínia.

Figura 25



Figura 26



Figura 27



Figura 28



Fotografias do acervo do autor. 21/07/2014.

As Figuras 27 e 28, por sua vez, apresentam as áreas urbanizadas recentemente em Paulínia e Campinas, respectivamente, observadas do mesmo ponto na avenida que faz a ligação entre os municípios, ressaltando assim a proximidade entre as localidades.

A dinâmica observada no município de Valinhos se assemelha àquela analisada anteriormente, visto representar uma área de expansão do município de Campinas, mas com o diferencial de que ocorre numa área já urbanizada, entre bairros de alta e baixa renda.

As Figuras 29 e 30 apresentam quatro áreas surgidas entre 2005 e 2010 sendo que, atualmente, como pode ser observado nas Figuras 31, 32 e 33, todas elas estão em processo de ocupação.

Figura 29 e 30. Imagem da área de ponderação selecionada. Município de Valinhos (área norte), 2005 e 2010.



Fonte de imagem: Google Earth. Elaboração do autor. Imagem colhida 15/06/2014.

Cabe ressaltar, neste sentido, que as áreas de expansão observadas se referem a loteamentos fechados que estão se instalando próximo a outros já existentes na localidade. As duas portarias, quase vizinhas, que podem ser observadas na Figura 34 dão acesso aos loteamentos que aparecem na porção direita superior da imagem de satélite, vizinho ao novo loteamento da Figura 33.

Nas duas áreas analisadas dois aspectos chamam a atenção: o primeiro se refere à localização e proximidade com o município de Campinas como fator explicativo; a segunda é o tipo de urbanização que tem sido realizada, com a produção de loteamentos fechados tornando-se áreas, no caso de Paulínia, exclusiva destes e, em Valinhos, locais mistos, pois os loteamentos fechados vão surgindo nos espaços disponíveis entre os bairros já existentes. Outro ponto a destacar é que apenas esta área de Valinhos apresentou expansão, sendo que a outra (Valinhos-noroeste) que se destaca na atração de migrante intrametropolitanos de alta renda não apresentou trechos com expansão urbana a partir da análise das imagens de satélite.

Figuras 31, 32, 33 e 34. Fotografias das áreas de expansão do município de Valinhos (área norte).

Figura 31



Figura 32



Figura 33



Figura 34



Fotografias do acervo do autor. 22/07/2014.

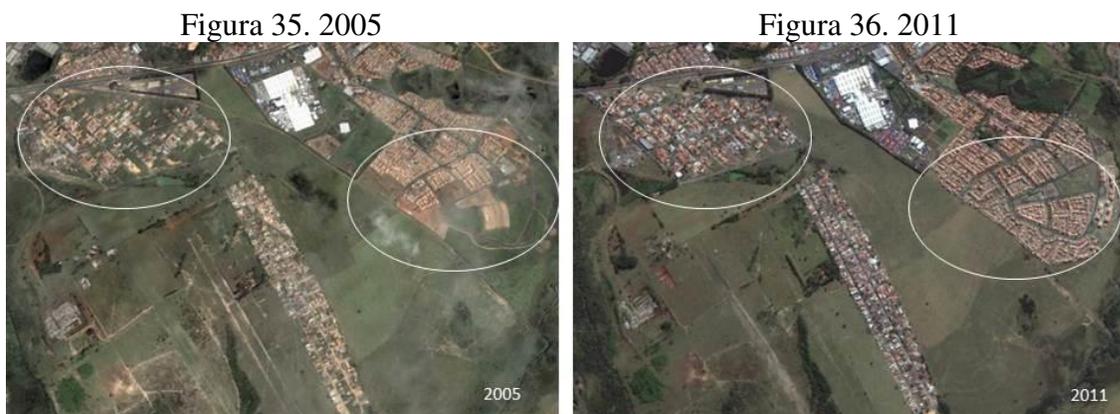
Outra localidade que se destacou na atração de migrantes intrametropolitanos de média e alta renda ocorreu no município de Sumaré. Diferentemente do observado em

Paulínia e Valinhos, nesse caso a expansão ocorreu numa área mais central do município, mais como resultado da oportunidade imobiliária do que como expansão continuada de municípios do entorno.

Tal fato pode estar relacionado com a especificidade verificada nos municípios do entorno metropolitano da RM de Campinas que, conforme Baeninger (1999) apresentavam contextos urbanos e econômicos próprios. Isso culminou numa valorização das centralidades destes municípios de modo independente, fato que pode estar relacionado ao desta área de Sumaré.

Destacam-se neste caso duas localidades que apresentaram expansão: a primeira, destacada do lado esquerdo das Figuras 35 e 36, se refere a uma área em processo de ocupação que, em 2011, tinha mais residências em relação a 2005. A segunda apresenta a área de expansão de um loteamento que se expandiu de forma relevante na segunda metade da década de 2000.

Figura 35 e 36. Imagem da área de ponderação selecionada. Município de Sumaré (área centro), 2005 e 2011.



Fonte de imagem: Google Earth. Elaboração do autor. Imagem colhida 15/06/2014.

Neste, conforme Figuras 37, 38 e 39, foram observados vários tipos de unidades residenciais, como casas e apartamentos, sendo que a maior parte foi ocupada nos últimos anos, indicando assim uma área de expansão recente.

A característica observada no loteamento, entretanto, mostra-se distinta da observado em Paulínia e Valinhos: neste percebe-se uma heterogeneidade maior, além do acesso ao loteamento ser aberto durante o dia, visto que o comércio interno atende a população externa.

O loteamento que apresentou aumento de ocupação, por outro lado, mostra-se com residências de médio e alto padrão, como ilustra a Figura 40, influenciado pela boa localização, garantindo, portanto, boa mobilidade inclusive aos municípios vizinhos.

Figuras 37, 38, 39 e 40. Fotografias das áreas de expansão do município de Sumaré (área centro).

Figura 37



Figura 38



Figura 39



Figura 40



Fotografias do acervo do autor. 22/07/2014.

As áreas de concentração de migrantes intrametropolitanos do primeiro quartil de renda, por outro lado, devem ser analisadas em conjunto, isto porque, apesar das três fazerem divisa com o município de Campinas, apenas Hortolândia e Sumaré apresentam áreas urbanizadas contínuas em relação ao município sede. Monte Mor, que em termos de região metropolitana faz divisa com Campinas, Hortolândia, Sumaré e Santa Bárbara

d'Oeste, tem sido impactada fortemente pelas dinâmicas do município de Hortolândia, fazendo com que as três áreas analisadas sejam fruto de uma dinâmica em âmbito regional.

Figura 41 e 42. Imagem da área de ponderação selecionada. Município de Sumaré (área leste), 2005 e 2010.

Figura 41. 2006



Figura 42. 2010



Fonte de imagem: Google Earth. Elaboração do autor. Imagem colhida 15/06/2014.

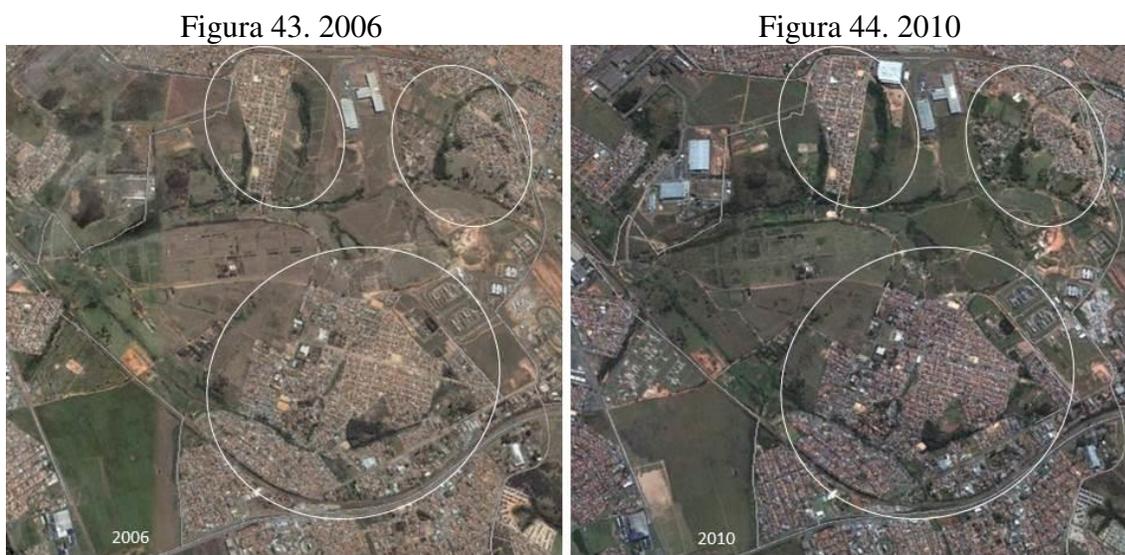
As Figuras 41 e 42 apresentam a área destacada do município de Sumaré. Diferentemente daquelas analisadas anteriormente, não se observa área de expansão, fato semelhante ao que ocorre na área que compreende o setor do município de Hortolândia (Figuras 43 e 44).

Nessas últimas imagens (Hortolândia), entretanto, cabe destacar que se observam melhorias urbanísticas entre os dois períodos analisados, como o aumento da área com asfalto que abrange praticamente todas as ruas da área destacada ao sul em 2010, expandindo-se atualmente para toda a área.

As Figuras 45, 46 e 47 apresentam a caracterização da área analisada de Hortolândia que passou pelas melhorias supracitadas. Percebe-se, neste sentido, evidente diferencial em relação às áreas analisadas dos outros municípios, principalmente pelo padrão construtivo. A Figura 48, por outro lado, apresenta um condomínio com várias torres na mesma área surgido após 2010, também voltado a população de baixa e média renda. Tais habitações são fruto do programa Minha Casa Minha Vida, cujos

incorporadores veem nas áreas menos valorizadas ótimas oportunidades para construção de unidades habitacionais com preços menores.

Figura 43 e 44. Imagem da área de ponderação selecionada. Município de Hortolândia, 2005 e 2010.



Fonte de imagem: Google Earth. Elaboração do autor.

A área destacada do município de Monte Mor, por fim, apresentou mais mudanças em relação às outras analisadas. Através das Figuras 49 e 50 pode-se verificar a expansão da área urbana (porção direita-superior) e o adensamento da ocupação, ao mesmo tempo em que se observa a consolidação de diversas partes, principalmente a mais central, com o asfaltamento das ruas.

Figuras 45, 46, 47 e 48. Fotografias de áreas selecionadas do município de Hortolândia.

Figura 45



Figura 46



Figura 47



Figura 48



Fotografias do acervo do autor. 29/07/2014.

A área de forte expansão analisada, entretanto, não faz parte da área de urbanização inicial do município, e representa um novo trecho mais próximo a Hortolândia, reforçando assim a característica de espaço de expansão da dinâmica regional. Outro aspecto relevante se refere à característica desta urbanização, com residências de baixo padrão, como verificado em Hortolândia, mas com características urbanas bem consolidadas, com asfalto, água, energia e arborização, como destacado nas Figuras 51, 52, 53 e 54.

Figura 49 e 50. Imagem da área de ponderação selecionada. Município de Monte Mor, 2005 e 2010.

Figura 49



Figura 50



Fonte de imagem: Google Earth. Elaboração do autor. Imagem colhida 15/06/2014.

Outro aspecto relevante, destacado na Figura 54 se refere ao tamanho dos lotes oferecidos em partes dos loteamentos, de 5 metros de frente por 25 metros de fundo, tamanho típico de loteamentos populares, o que mostra um aproveitamento por parte dos loteadores da demanda existente que, em grande parte, se refere a uma urbanização continuada daquela observada em Hortolândia.

Dentre as áreas de atração dos migrantes intrametropolitanos de baixa renda, Monte Mor representa, em termos regionais, a mais distante. Cabe, entretanto, analisar alguns dados referentes a todas estas áreas para, a partir deles, verificar algumas características que explicitam as diferenças verificadas em termos urbanísticos.

Figuras 51, 52, 53 e 54. Fotografias das áreas de expansão do município de Monte Mor.

Figura 51



Figura 52



Figura 53



Figura 54



Fotografias do acervo do autor. 29/07/2014.

Em relação à condição de ocupação do domicílio, a Tabela 23 apresenta diferenciais relevantes entre as localidades de analisadas. Em relação aos domicílios dos migrantes intrametropolitanos do primeiro quartil de renda, chama atenção a baixa proporção na condição de financiados em Hortolândia quando comparado com Monte Mor e Sumaré-leste.

Este fato pode ser indicativo de que boa parte dos domicílios não se enquadra nas exigências impostas pelos credores para financiamento, resultado possivelmente de áreas de expansão em momentos anteriores sem o planejamento adequado, assim como a falta de projetos novos voltados à produção de habitação, que tem no financiamento uma das principais formas de negócio.

Em relação às áreas com migrantes do quarto quartil de renda, dois aspectos se destacam: o primeiro é a alta proporção de domicílios de migrantes na condição de aluguel

em Valinhos-noroeste e, conseqüentemente, a baixa proporção de domicílios próprios, assim como a alta proporção dos domicílios financiados em Sumaré. Os dados indicam que existem condições distintas entre as localidades de primeiro e quarto quartil, apresentando tendência clara apenas para as áreas do quarto quartil: nestas a proporção de migrantes com domicílios próprios é maior, apesar dos financiamentos serem importantes em praticamente todas as áreas de primeiro e quarto quartil de renda.

Tabela 23. Responsável migrante intrametropolitano segundo a condição de ocupação do domicílio. Áreas selecionadas da RM de Campinas, 2010.

Município/área selecionada		Condição de ocupação do domicílio			
		Próprio...	...dos quais financiado*	Alugado	Outro
Primeiro quartil	Hortolândia	76.7	1.7	19.5	3.8
	Monte Mor	72.6	30.1	20.9	6.5
	Sumaré-leste	60.0	33.3	37.9	2.0
Quarto quartil	Paulínia	77.5	23.5	19.1	3.3
	Sumaré-centro	87.9	48.6	12.1	0.0
	Valinhos-norte	89.8	16.3	10.2	0.0
	Valinhos-noroeste	56.8	5.8	39.5	3.6
Total		75.4	24.9	21.6	3.0

Fonte: Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor. *É parte constituindo dos “próprios”.

Tais resultados, de certa forma, vão de encontro com aqueles apresentados pela Tabela 24. Sendo a idade fator fundamental para a maior escolaridade, melhor posição no mercado de trabalho e renda, os jovens tendem a apresentar condições geralmente inferiores em relação aos mais velhos. Se destaca, neste sentido, que a mais alta proporção de migrantes responsáveis jovens (15 a 29 anos) tenha ocorrido na área central de Sumaré, resultado que pode estar relacionado ao tipo de produto (apartamentos) oferecido em larga escala e que, de modo geral, se diferencia das outras localidades de atração de migrantes de alta renda, formada por residências.

As áreas de Paulínia e Valinhos-norte apresentam baixa proporção de jovens e alta concentração de responsáveis entre os 30 e 59 anos, dados que reforçam estas como as áreas mais seletivas dentre aquelas analisadas.

Tabela 24. Responsável migrante intrametropolitano segundo a idade. Áreas selecionadas da RM de Campinas, 2010.

Município/área selecionada		Idade do responsável pelo domicílio (anos)			
		15 a 29	30 a 44	45 a 59	60 e mais
Primeiro quartil	Hortolândia	25.6	47.5	15.8	11.1
	Monte Mor	27.2	39.0	26.8	7.0
	Sumaré-leste	34.6	29.1	25.2	11.2
Quarto quartil	Paulínia	10.4	48.5	36.1	5.1
	Sumaré-centro	35.1	51.3	9.1	4.5
	Valinhos-norte	7.7	51.6	31.2	9.5
	Valinhos-noroeste	22.3	46.9	24.2	6.5
Total		23.6	45.2	23.9	7.3

Fonte: Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor.

Em relação à espécie da unidade doméstica, cabe destacar, inicialmente, a alta proporção de domicílios com famílias nucleares, variando de 73,4% em Sumaré-leste a 89,2% em Paulínia (Tabela 25). A variação nos dados sobre a composição domiciliar, por outro lado, deve ser vista à luz do que efetivamente representam em termos de ocupação dos domicílios. Neste aspecto, percebe-se que algumas áreas, como Paulínia, Valinhos-norte e Hortolândia, apesar das diferenças existentes entre si apresentam, igualmente, baixa proporção de domicílios unipessoais.

Cabe ressaltar, neste sentido, que os dados levam a compreensão de que a mobilidade residencial não apresenta grandes diferenças em termos de composição familiar entre migrantes de alta e baixa renda, ou seja, a necessidade de buscar uma residência afeta indistintamente ambos em momento muito parecidos, ou seja, no início do ciclo.

Tabela 25. Responsável migrante intrametropolitano segundo a espécie da unidade doméstica. Áreas selecionadas da RM de Campinas, 2010.

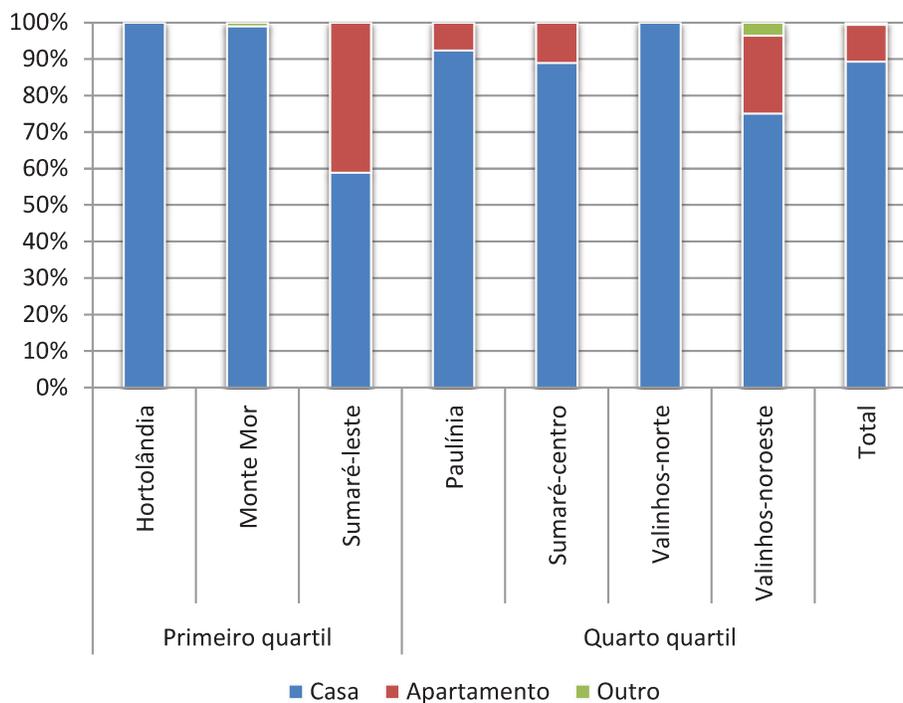
Município/área selecionada		Espécie da unidade doméstica (%)			
		Unipessoal	Nuclear	Estendida	Composta
Primeiro quartil	Hortolândia	3.0	82.5	10.3	4.2
	Monte Mor	9.4	82.0	8.7	0.0
	Sumaré-leste	12.0	73.4	12.2	2.4
Quarto quartil	Paulínia	4.6	89.2	3.6	2.5
	Sumaré-centro	13.9	81.1	3.7	1.4
	Valinhos-norte	2.0	88.0	10.0	0.0
	Valinhos-noroeste	9.0	75.4	11.3	4.2
Total		8.0	82.2	7.8	2.0

Fonte: Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor.

Nestes casos, além dos custos, outras variáveis mostram-se relevantes para a ocupação destas áreas: o padrão de assentamento de Paulínia e Valinhos-norte, de casas em loteamentos fechados provavelmente seja inviável para indivíduos que decidam morar sozinhos, sobretudo pelo tamanho das residências que, em geral, devem respeitar limites mínimos de área construída, assim como em Hortolândia, pela predominância de unidades do tipo residência.

A Figura 55 possibilita associar, para cada uma das áreas, o tipo de domicílio verificado com o arranjo domiciliar. Percebe-se, neste sentido, que há uma forte relação entre as localidades com maior proporção de unidades unipessoais e aquelas em que é maior a proporção de domicílios do tipo apartamento, casos das duas áreas de Sumaré e de Valinhos-noroeste.

Figura 55. Responsável migrante intrametropolitano segundo o tipo de domicílio. Áreas selecionadas da RM de Campinas, 2010.



Fonte: Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor.

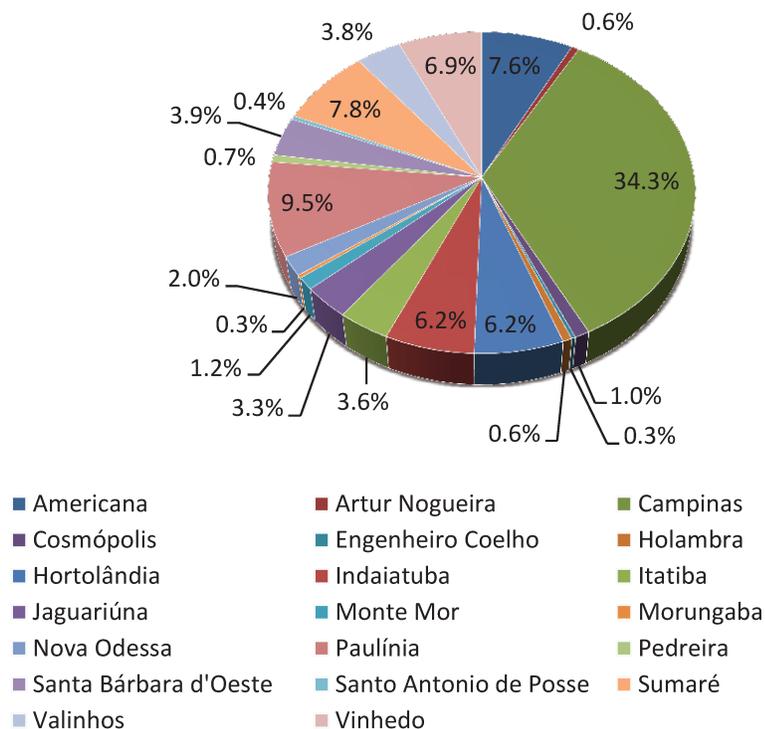
Outro aspecto relevante, em termos de produção de unidades habitacionais, é que os apartamentos são produzidos por incorporadores, fato que possibilita o financiamento de modo mais acessível. Este pode ser um fator que pode ajudar a entender a diferença dos dados apresentados pela área Sumaré-centro - com maior proporção de jovens responsáveis e de domicílios financiados - com relação as outras áreas de alta renda.

3.5.2. A questão das ocupações

Em relação aos incentivos e constrangimentos relacionados ao trabalho, pode-se afirmar que o maior volume de migrantes em Campinas e em seu entorno imediato está relacionado à concentração econômica exercida por este. A Figura 56 ressalta esta concentração, visto que Campinas responde por 34,3% do valor adicionado da região, o que

o mantém como central na vida econômica regional e vem impactando o direcionamento dos fluxos migratórios.

Figura 56. Participação dos municípios no valor adicionado regional. Municípios da RM de Campinas, 2010.



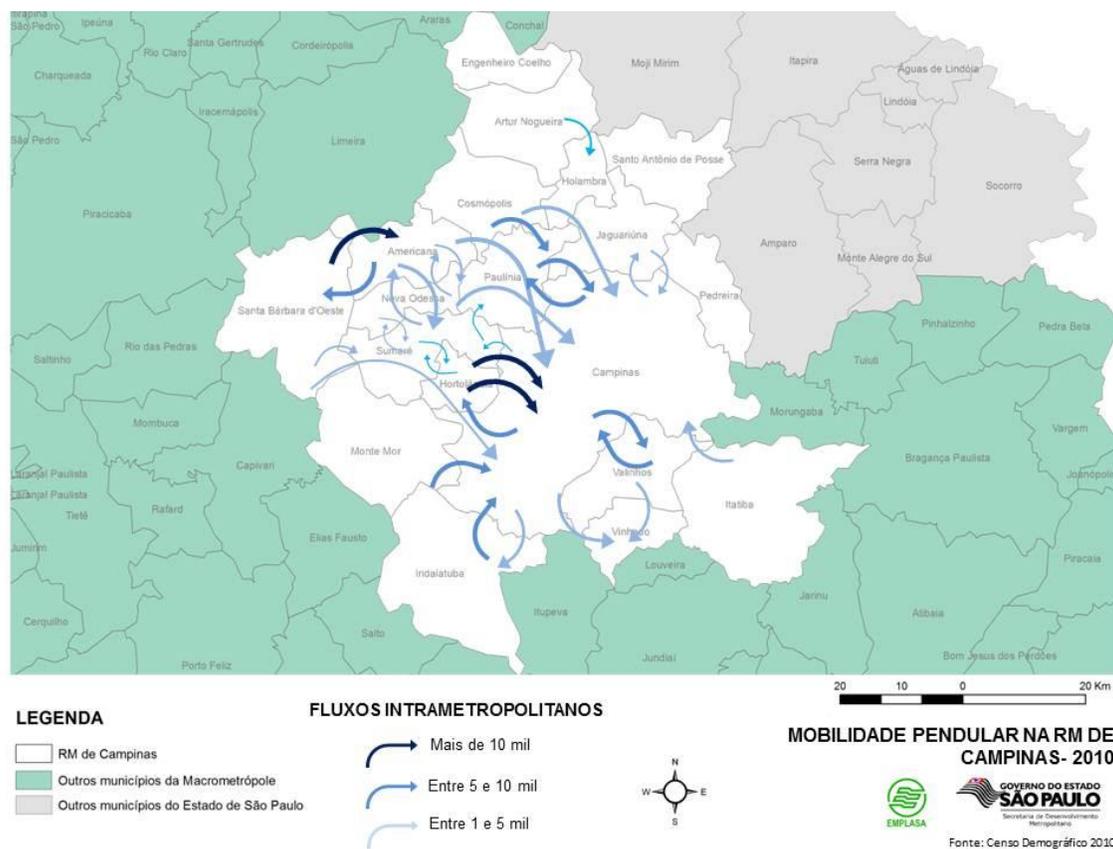
Fonte: Fundação SEADE. Elaboração do autor.

Concentrando 9,5% do valor adicionado, Paulínia se coloca como a segunda economia, seguido por Sumaré (7,8%), Americana (7,6%), Vinhedo (6,9%), Hortolândia e Indaiatuba (6,2% cada). Os outros se apresentam num terceiro nível, com baixa concentração de valor adicionado.

Esta centralidade em termos da atividade econômica e, conseqüentemente, dos empregos também se reflete no comportamento dos fluxos de indivíduos que realizam movimentos pendulares. No Mapa 30 é possível observar a origem e o direcionamento

destes fluxos para trabalho e estudo, destacando-se o volume dos fluxos direcionados para Campinas, principalmente daqueles municípios do entorno imediato, não por coincidência justamente aqueles que mais recebem migrantes originados do centro regional.

Mapa 30. Fluxos pendulares intrametropolitanos para trabalho e estudo. Municípios da RM de Campinas, 2010.



Fonte: Cunha (2013).

Hortolândia e Sumaré apresentavam, em 2010, os fluxos mais volumosos de indivíduos pendulares com destino a Campinas, seguidos por Indaiatuba, Monte Mor, Paulínia e Valinhos. Apenas seis municípios enviavam menos de um mil indivíduos pendulares para o município sede, sendo eles Artur Nogueira, Engenheiro Coelho, Morungaba, Pedreira, Santo Antônio de Posse, Vinhedo.

Cabe ressaltar, neste sentido, a forte relação existente entre a mobilidade residencial intrametropolitana e a mobilidade pendular: 26,0% dos migrantes intrametropolitanos da RM de Campinas trabalhavam em município distinto daquele de

residência, valor superior em relação aos não-migrantes (11,9%) e aos migrantes intraestaduais (17,4%) e externos (14,8%) (DOTA; CAMARGO, 2014).

A relação entre a origem, o destino e a proporção de pendulares confirmam esse entendimento, já que entre os migrantes intrametropolitanos cujo município de origem era Campinas, 77,9% permaneciam em 2010 trabalhando neste município. Essa variação, entretanto, é distinta quando se considera o município de residência: apresenta altos índices em Hortolândia (88,5%), Paulínia (82,0%) e Sumaré (79,4%), e baixos em Engenheiro Coelho (36,7%) e Santa Bárbara d'Oeste (30,7%), reforçando a localização espacial como fator relevante.

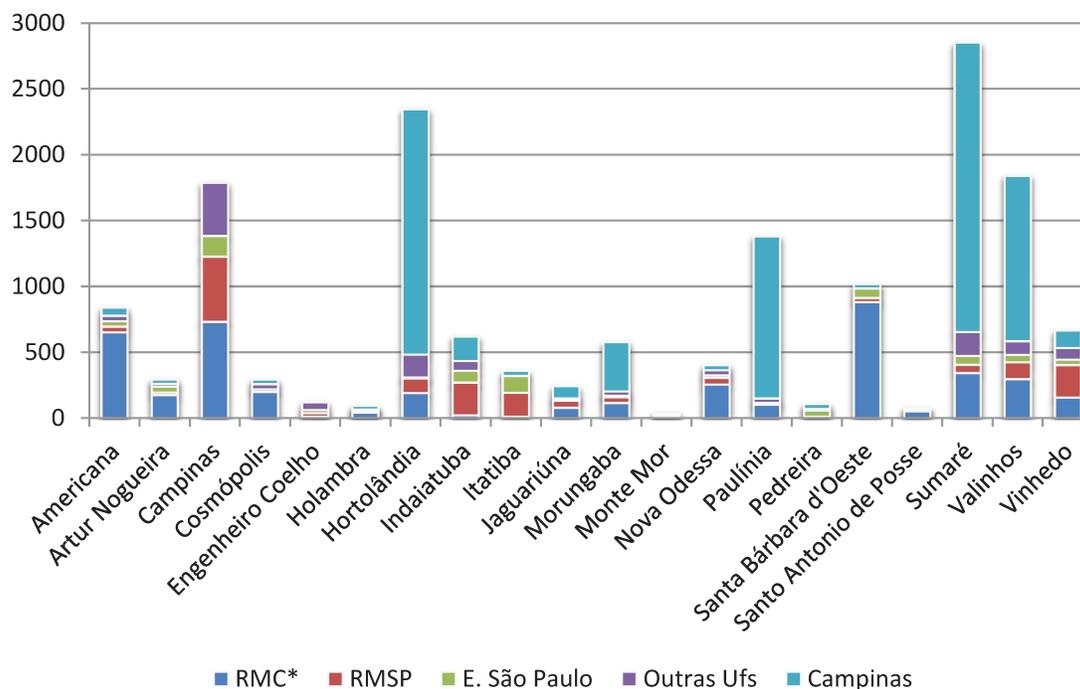
Esse resultado também destaca a relevância da motivação habitacional para os migrantes que se dirigem para os municípios do entorno imediato, já que mudam de residência mantendo-se no trabalho no município anterior. Em relação àqueles com destino nos outros municípios, pode se destacar o fato de que o trabalho pode ter relevância maior, visto a baixa proporção dos que permanecem trabalhando no município sede da região.

Na Figura 57 fica mais evidente o fator localização, pois apresenta o volume e a proporção dos imigrantes recentes, por município, que permaneceram em 2010 trabalhando no município em que residiam cinco anos antes segundo a localização deste.

Nesta figura se destaca a diferenciação apresentada pelos municípios, indicando que em muitos casos é verificada uma relação mais forte com municípios de fora da RM de Campinas. Americana e Santa Bárbara d'Oeste, por exemplo, apresentam forte relacionamento entre si e menos intenso com Campinas, já que ao mesmo tempo em que apresentam baixa proporção de migrantes que continuaram a trabalhar no município sede, registraram alta proporção na RMC. Condição distinta apresentam Hortolândia, Paulínia, Sumaré e Valinhos, com alta proporção de migrantes que mantiveram trabalho em Campinas. Indaiatuba, Itatiba e Vinhedo, com menor volume de migrantes, apresentaram alta proporção daqueles que mantiveram trabalho na RM de São Paulo, reforçando, não apenas a importância da localização para a atração de migrantes, mas também os indícios de que estes municípios possuem complementaridade não apenas com Campinas, mas

também com São Paulo, fato que sugere a consolidação do que vem sendo chamado de Macrometrópole Paulista (CUNHA, 2013; 2014).

Figura 57. Volume e proporção de imigrantes recentes segundo o município de residência que trabalhava no município de residência anterior. Municípios da RM de Campinas, 2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor. *Exceto Campinas.

Os dados apresentados permitem afirmar que o volume e direcionamento dos fluxos migratórios em âmbito regional se devem a diversos fatores interrelacionados, seja pela concentração das oportunidades de trabalho, consequência da concentração econômica, seja pelas oportunidades imobiliárias vislumbradas num raio que possibilite o aproveitamento destas oportunidades. Neste sentido, parece haver uma interdependência entre estes fenômenos, resultando numa produção do espaço limitada territorialmente, concentrando em alguns municípios os maiores volumes de migrantes que ficam restritos por essa relação.

Nas áreas analisadas, verifica-se a relevância da mobilidade pendular para os migrantes intrametropolitanos que, para o conjunto, é condição assumida por quase metade (46,5%) dos maiores de 15 anos (Tabela 26).

Tabela 26. Migrantes intrametropolitanos maiores de 15 anos segundo condição e município de trabalho. Áreas selecionadas da RM de Campinas, 2010.

Município/área selecionada		Condição/local de trabalho		
		Não trabalha	No município de residência	Em outro município
Primeiro quartil	Hortolândia	56.2	11.9	31.9
	Monte Mor	38.0	20.4	41.5
	Sumaré-leste	36.2	14.8	49.1
Quarto quartil	Paulínia	29.7	23.5	46.8
	Sumaré-centro	19.2	18.1	62.7
	Valinhos-norte	28.5	13.6	58.0
	Valinhos-noroeste	26.8	27.8	45.4
Total		34.9	18.6	46.5

Fonte: Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor.

Destaca-se a alta proporção de migrantes intrametropolitanos maiores de 15 anos que não trabalham em Hortolândia (56,2%), cifra maior do que a média para o conjunto (34,9%). Da mesma forma, destaca-se para Valinhos-norte e Sumaré-centro a proporção daqueles que trabalham em município distinto daquele de residência, que chega a 58,0% e 62,7%, respectivamente.

A Tabela 27, focando nos ocupados que realizam movimento pendular, apresenta os deslocamentos realizados entre a casa e o trabalho, como especificação de existência ou não de retorno diário para a residência, o tempo de deslocamento e o município em que exercem trabalho.

Tabela 27. Migrantes intrametropolitanos segundo característica da mobilidade pendular e município de trabalho. Áreas selecionadas da RM de Campinas, 2010.

Município/área selecionada	Retornam para casa diariamente?		Tempo de deslocamento casa/trabalho			Município de trabalho		
	Sim	Não	até 30 min	de 31 a 60 min	mais de 60 min	Campinas	Outro	
Primeiro quartil	Hortolândia	95.1	4.9	34.1	40.3	25.6	83.3	16.7
	Monte Mor	92.9	7.1	18.1	48.7	33.2	78.0	22.0
	Sumaré-leste	98.1	1.9	60.8	32.5	6.6	85.3	14.7
Quarto quartil	Paulínia	95.9	4.1	63.3	27.8	8.9	75.6	24.4
	Sumaré-centro	95.8	4.2	35.8	50.1	14.1	57.7	42.3
	Valinhos-norte	100.0	0.0	68.6	21.5	9.9	81.3	18.7
	Valinhos-noroeste	94.6	5.4	66.4	26.1	7.5	72.7	27.3
Total	95.9	4.1	47.9	36.5	15.6	74.7	25.3	

Fonte: Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor.

Verifica-se, neste sentido, alguns aspectos que devem ser ressaltados, como o tempo de deslocamento maior verificado para a população ocupada de Hortolândia e Monte Mor, e a baixa proporção de migrantes de Sumaré-centro que trabalham em Campinas (57,7%) em relação às outras áreas analisadas.

Fica evidente a importância das áreas de expansão de Paulínia e Valinhos, tanto norte quanto noroeste em relação à proximidade e às condições de transporte para o local de trabalho: praticamente dois terços dos migrantes residentes nestas localidades não demoram mais que 30 minutos para chegar no local de trabalho, proporção ligeiramente menor para os residentes em Sumaré-leste (60,8%).

A proporção de viagens mais curtas, entretanto, se reduz para 18,1% e 34,1% para os residentes em Monte Mor e Hortolândia, respectivamente, e 35,8% para os residentes em Sumaré-centro. Cabe destacar que os migrantes intrametropolitanos de Hortolândia e Monte Mor, apesar de estarem atrelados fortemente com a dinâmica do município sede da

região, apresentam condição menos favorável, haja vista o maior tempo de deslocamento no percurso casa-trabalho.

Ainda em relação ao mercado de trabalho, é relevante analisar as diferenças em termos de ocupação desses migrantes: existiriam diferenças nos tipos de ocupação dos trabalhadores no município de destino em relação aos que trabalham em outros municípios? Nesse sentido, esse dado poderia sugerir que para os “não pendulares” a migração tenha sido motivada pelo trabalho?

Com estas questões em pauta, a Tabela 28 apresenta a distribuição dos migrantes de cada uma das áreas analisadas segundo a o município de trabalho – o de residência ou outro - e o tipo de ocupação.

Na análise dos dados não se verifica uma tendência uniforme para todas as áreas, mas algumas diferenças são reveladoras: nas áreas do primeiro quartil observam-se pequenas diferenças, sendo que apenas em Sumaré-leste os pendulares apresentam-se proporcionalmente mais bem ocupados em relação aos que trabalham no município.

Em Hortolândia e Monte Mor observa-se equilíbrio nos tipos de ocupação, com os pendulares se destacando em um e os não-pendulares em outro. No geral, a condição é a mesma: aproximadamente 80% da população ocupada, pendulares ou não, nos dois municípios, estão alocados em outros tipos de ocupação, ou seja, aquelas menos qualificadas. Já em Sumaré-leste, os pendulares apresentam-se em maior proporção ocupados nos setores de maior qualificação, fato que faz 65,6% destes estarem ocupados como “outros”, frente a 89,7% dos não-pendulares, proporção ainda maior do que se comparado com Hortolândia e Monte Mor.

Tabela 28. Migrantes intrametropolitanos segundo município de trabalho e tipo de ocupação. Áreas selecionadas da RM de Campinas, 2010.

Município/área selecionada		Município de trabalho	Diretores e Gerentes	Intelectuais	Nível Técnico	Serviços administrativos	Outros
Primeiro quartil	Hortolândia	No mesmo	2.7	0.0	9.5	7.7	80.1
		Pendular	2.3	2.1	1.3	14.6	79.7
	Monte Mor	No mesmo	1.1	0.0	5.9	9.9	83.1
		Pendular	0.8	1.9	6.4	9.6	81.3
	Sumaré-leste	No mesmo	0.0	4.9	0.0	5.4	89.7
		Pendular	6.9	14.3	4.4	8.8	65.6
Quarto quartil	Paulínia	No mesmo	10.7	33.2	10.0	10.9	35.1
		Pendular	16.9	34.0	17.4	9.3	22.5
	Sumaré-centro	No mesmo	16.5	21.8	10.1	7.6	44.1
		Pendular	8.7	29.0	22.9	7.5	31.9
	Valinhos-norte	No mesmo	13.2	6.1	5.9	14.0	60.8
		Pendular	29.9	21.8	16.3	6.3	25.8
	Valinhos-noroeste	No mesmo	4.8	18.0	3.8	8.9	64.5
		Pendular	21.3	23.3	14.8	3.9	36.8
Total		No mesmo	7.0	13.9	6.9	9.7	62.5
		Pendular	11.7	18.8	12.8	8.7	48.0

Fonte: Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor.

Para as áreas do quarto quartil de renda, por outro lado, as distinções observadas em Sumaré-leste entre pendulares e não-pendulares tornam-se ainda mais evidentes: em Paulínia e Sumaré-centro se observa um equilíbrio maior entre pendulares e não-pendulares, com os primeiros mais bem posicionados no mercado de trabalho. Em Paulínia, 22,5% dos pendulares estão ocupados como “outros”, frente a 35,1% dos não-pendulares, enquanto em Sumaré-centro 31,9% os pendulares estavam nesta condição e 44,1% dos não-pendulares.

Nas duas áreas de Valinhos, norte e noroeste, a discrepância é ainda mais evidente: a não ser em serviços administrativos e em “outros”, os pendulares apresentaram maior proporção de ocupados nas vagas mais qualificadas, fato que os coloca em larga vantagem comparativa das ocupações no mercado de trabalho em relação aos não-pendulares.

As diferenças apresentadas e, principalmente, a relativa vantagem dos pendulares já havia sido observada por Sobreira (2007) e Pereira (2008) para a década de 1990, e

sugerem o aprofundamento de processos específicos nas áreas de primeiro e quarto quartil em relação aos incentivos e constrangimentos, e mesmo entre as áreas de um mesmo quartil. Isto ocorre porque, se se quer saber a relevância do trabalho ou da habitação para a mobilidade residencial intrametropolitana, as condições diferenciais entre os migrantes pendulares e não-pendulares pode revelar o papel desempenhado pelo trabalho neste movimento.

No caso dos dados da Tabela 28 ficou explícito que para as áreas do primeiro quartil, sobretudo Hortolândia e Monte Mor, onde quem trabalha fora ou no mesmo município apresenta condições relativamente semelhantes, o emprego e a habitação poderiam estar exercendo influência semelhante, apesar de reconhecer que, o fato de a maior parte trabalhar fora reforça a importância da dimensão habitacional.

No caso das áreas de quarto quartil, o destaque para a influência da habitação fica evidenciado, sobretudo pelo melhor posicionamento no mercado de trabalho entre os migrantes ocupados em outro município. Neste caso, tais migrantes teriam sido “atraídos” por incentivos e constrangimentos relacionados ao mercado habitacional, já que trabalhar no município de destino não se mostraria interessante.

Os dados de Paulínia e Sumaré-centro, mais equilibrados entre pendulares e não-pendulares colocariam dúvidas sobre tal leitura, entretanto, a forma de ocupação do município de Paulínia, como apresentado nas Figuras de número 21 a 24, somados à proximidade com a área de Barão Geraldo, em Campinas, e com outros loteamentos levam ao entendimento de que esta representa claramente a “continuidade” deste distrito, estando mais próximo à Campinas efetivamente do que Paulínia.⁶⁷

As diferenças que buscam evidenciar o papel do trabalho e da habitação analisadas anteriormente também podem ser conferidas na Tabela 29, que apresenta a distribuição dos ocupados migrantes intrametropolitanos por condição de pendularidade e segundo grupos de renda média.

⁶⁷ Deve-se ressaltar, ademais, que Paulínia, a partir de seu parque produtivo, pode também estar atraindo trabalhadores qualificados que tenderiam a ocupar a área analisada, visto o processo de expansão pela qual vem passando. Esse fato possivelmente seja representativo da pouca diferença entre pendulares e não-pendulares.

Diferenças de grande monta são observadas, mesmo em áreas com a mesma característica. Em relação à proporção de ocupados nos grupos de renda, Hortolândia apresenta diferenças na baixa e alta renda, com renda média semelhante. Em Monte Mor, os pendulares apresentam renda média ligeiramente superior aos não-pendulares, explicada sobretudo pela maior proporção de população ocupada nos grupos de média renda, fato semelhante a Sumaré-leste, com diferença ainda maior em relação a renda média.

Tabela 29. Migrantes intrametropolitanos segundo município de trabalho e grupos de renda e renda média. Áreas selecionadas da RM de Campinas, 2010.

Município/área selecionada		Município de trabalho	Até 2 SM	De 2 a 5 SM	De 5 a 10 SM	Mais de 10 SM	Renda média (SM)
Primeiro quartil	Hortolândia	No mesmo	3.8	60.4	30.2	5.6	4.7
		Pendular	12.2	54.5	32.0	1.4	4.7
	Monte Mor	No mesmo	28.2	45.1	16.7	10.0	4.4
		Pendular	10.5	53.2	29.2	7.1	4.7
	Sumaré-leste	No mesmo	25.1	35.5	34.0	5.4	4.5
		Pendular	3.0	47.4	49.6	0.0	5.1
Quarto quartil	Paulínia	No mesmo	3.7	27.8	23.6	44.9	13.1
		Pendular	1.9	6.3	21.8	69.9	19.1
	Sumaré-centro	No mesmo	6.6	21.8	33.4	38.2	8.5
		Pendular	0.0	10.2	27.2	62.6	12.8
	Valinhos-norte	No mesmo	4.3	22.9	42.7	30.0	10.0
		Pendular	3.0	4.2	14.5	78.3	21.7
	Valinhos-noroeste	No mesmo	10.0	40.2	30.8	19.1	8.3
		Pendular	1.3	12.3	23.2	63.2	21.2
Total	No mesmo	11.9	36.2	27.9	24.0	8.2	
	Pendular	4.6	25.7	27.2	42.4	12.7	

Fonte: Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor.

Nos casos de Paulínia e Sumaré-centro, com grande proporção dos pendulares nos grupos com renda maior do que dez salários, as discrepâncias são ainda maiores. A renda média dos pendulares é aproximadamente 50% maior do que dos não-pendulares, fato que solidifica o melhor posicionamento destes no mercado de trabalho.

As duas áreas de Valinhos, por fim, corroboram as diferenças: a renda média dos pendulares é duas vezes maior, visto que aproximadamente dois terços daqueles residentes

em Valinhos-noroeste e três quartos em Valinhos-norte estavam no grupo com salários de dez ou mais salários mínimos, reforçando o observado nos dados da tabela anterior.

No âmbito dos incentivos e constrangimentos, portanto, pode-se concluir que o fator trabalho teria maior importância para os migrantes intrametropolitanos de menor renda. Entretanto, seu maior peso tem residido na limitação espacial que impõe em relação à área de ocupação, isto devido à concentração das oportunidades de emprego observada nas áreas mais próximas ao município sede da região.

3.6. Mas, afinal: quem migra e quem fica?

As análises realizadas nas seções anteriores apresentaram a distribuição espacial dos fluxos migratórios, as características dos migrantes de cada uma das modalidades, além das especificidades das áreas de assentamento onde os fluxos têm se concentrado.

Retoma-se, com base nestas análises, uma comparação entre migrantes e “não-migrantes”, construída a partir de fluxos de mobilidade residencial relevantes no contexto regional em termos de volume e com resultados na produção do espaço urbano, de modo que se possa comparar esperadas diferenças nas características sociodemográficas daqueles que migram e dos que não seguem o mesmo caminho.

Utilizar-se-á para esta análise dois fluxos de mobilidade residencial já explorados anteriormente: o da população de alta e de baixa renda com origem no município de Campinas. Como visto anteriormente, o município de destino dos migrantes tende a ser distintos conforme a renda, sendo que dentre os migrantes de primeiro e segundo quartil de renda, 58,9% se dirigiram para Hortolândia e Sumaré, enquanto 14,8% se dirigiram para Paulínia e Valinhos. Já dentre os migrantes acima da mediana, ou seja, de terceiro e quarto quartil, 33,4% se dirigiram para Hortolândia e Sumaré, enquanto 40,9% se dirigiram para Paulínia e Valinhos. O direcionamento fica mais evidente nas pontas da distribuição: 61,0% dos migrantes de primeiro quartil de renda se dirigiram para Hortolândia e Sumaré frente a 10,0% para Paulínia e Valinhos. Dentre aqueles de quarto quartil 21,5% foram para os primeiros, frente a 53,3% para Paulínia e Valinhos.

As discrepâncias entre os destinos conforme a renda permitem utilizar a variação desta como método para aproximar os que migraram daqueles que, ao menos em função da renda auferida, poderiam ter seguido caminho semelhante.

Partindo de tal diferenciação no destino dos fluxos, será construída uma análise comparativa entre os migrantes nos municípios de destino e os “não-migrantes” no município de origem. Serão comparados, portanto, os migrantes residentes em Hortolândia e Sumaré com os “não-migrantes” abaixo da mediana da renda (primeiro e segundo quartil), e os migrantes residentes em Paulínia e Valinhos serão comparados com os “não-migrantes” acima da mediana de renda (terceiro e quarto quartil), ambos residentes em Campinas. A mediana de renda, nesse caso, foi calculada com base na renda total do domicílio, separando os mesmos em duas partes iguais.

Os “não-migrantes” considerados para esta análise comparativa se referem aos domiciliados em Campinas com cinco anos ou mais de residência ininterruptos, visto que lá estavam no momento da migração - que ocorreu entre a data de referência do Censo em 2010 e os cinco anos anteriores - dos migrantes que em 2010 residiam nos municípios supracitados, somando um total de 193.269 domicílios.⁶⁸ Da mesma forma, os migrantes a serem considerados são, concomitantemente, aqueles que residiam em 2005 em Campinas e cujo município de residência anterior também foi Campinas, excluindo, desta forma, aqueles que passaram por outro município antes de se dirigir ao de residência em 2010. A Tabela 30 apresenta o tamanho da amostra utilizada nas análises que seguem, assim como a mesma expandida.

Apesar do número de domicílios serem iguais, os “não-migrantes” residentes em domicílios acima da mediana de renda compõem um total de 220 mil habitantes, enquanto aqueles abaixo da mediana se aproximam de 185 mil. Dentre os migrantes, o total da população gira em torno dos três mil habitantes e, pelo tamanho da amostra, não será possível fazer grandes recortes, sobretudo para o subgrupo a ser analisado, aqueles entre 15 e 44 anos de idade.

⁶⁸ Devido a definição de não-migrante utilizada nesta análise, estes serão mantidos entre aspas na continuidade do texto. Outras possibilidades de recortes foram discutidas na seção 3.2.

As limitações deste tipo de análise que se está propondo são conhecidas, visto que, se o objetivo fosse os determinantes da migração, seriam necessários dados dos migrantes e “não-migrantes” no momento da tomada de decisão (BILSBORROW, 2011). Como esta informação não é captada pelo Censo Demográfico brasileiro, buscar-se-á com a metodologia apresentada se aproximar dos condicionantes que estão por detrás destes fluxos de mobilidade residencial e, principalmente, o que diferencia os que migram dos que permanecem.

Tabela 30. População residente segundo a condição migratória, grupos de idade e tamanho da amostra. Municípios de Campinas, Hortolândia, Paulínia, Sumaré e Valinhos, 2010.

Condição migratória		População	
		Amostra expandida (N)	Amostra (n)
Não-migrantes Campinas (abaixo da mediana de renda)	Total	184.985	9.164
	15 a 44 anos	87.444	4.302
Migrantes	Hortolândia	Total	5.144
		15 a 44 anos	3.370
	Sumaré	Total	5.833
		15 a 44 anos	3.751
Não-migrantes Campinas (acima da mediana de renda)	Total	220.000	11.060
	15 a 44 anos	91.759	4.540
Migrantes	Paulinia	Total	3.511
		15 a 44 anos	2.151
	Valinhos	Total	3.837
		15 a 44 anos	2.092

Fonte: Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor.

A Tabela 31 apresenta, para os maiores de 6 anos de idade, a distribuição etária da população migrante e “não-migrante”, assim como a idade média do conjunto de migrantes/”não-migrantes” (total), do casal e do responsável pelo domicílio. Os dados apontam os migrantes preponderantemente mais jovens em relação aos “não-migrantes”, sendo que aqueles residentes em Paulínia e Valinhos apresentaram idade média total

ligeiramente maior (32,0 e 35,0, respectivamente) do que aqueles em Hortolândia e Sumaré, com 30,0 e 29,4 anos, respectivamente.

Tabela 31. População residente segundo condição migratória e faixa etária. Municípios de Campinas, Hortolândia, Paulínia, Sumaré e Valinhos, 2010.

Condição migratória	Faixa etária					Idade média			
	6-14*	15-29	30-44	45-59	60+	Total	Casal	Responsável	
Não-migrantes Campinas (abaixo da mediana de renda)	3.9	15.5	31.8	25.1	23.7	45.4	46.5	50.5	
Migrantes	Hortolândia	18.1	35.1	30.0	10.8	6.0	30.0	36.4	38.1
	Sumaré	19.5	32.0	33.5	10.2	4.9	29.4	34.9	36.9
Não-migrantes Campinas (acima da mediana de renda)	2.2	14.8	26.9	35.0	21.1	46.5	49.6	51.3	
Migrantes	Paulinia	17.1	24.1	36.3	19.6	2.9	32.0	40.7	42.4
	Valinhos	16.8	21.4	33.4	20.7	7.6	35.0	42.9	42.9

Fonte: Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor.*Trabalha-se com idade a partir de 6 anos devido ao corte daqueles residentes a cinco anos ou mais.

Poucas são as diferenças entre os dois grupos de população “não-migrante”, dado que faz a idade média diferenciar-se em apenas 0,9 anos, mais alta para aqueles acima da mediana de renda. Apenas nos grupos etários que abrangem a população entre os 30 e 44 anos e 45 e 59 anos se observam diferenças, com os “não-migrantes” abaixo da mediana com maior proporção no primeiro grupo e menor no segundo.

Quando se analisa a idade média do casal dos migrantes, percebe-se que a diferença em relação à idade média do conjunto de migrantes varia entre 5,4 e 8,7 anos, enquanto entre os “não-migrantes” essa diferença é de 1,1 ano para aqueles abaixo da mediana de renda e 3,1 para aqueles acima da mediana. Essas diferenças, associadas à maior idade tanto do casal quanto do responsável pelo domicílio “não-migrante” em relação aos migrantes permitem afirmar que a mobilidade residencial intrametropolitana tem forte relação com família na fase inicial de seu ciclo vital.

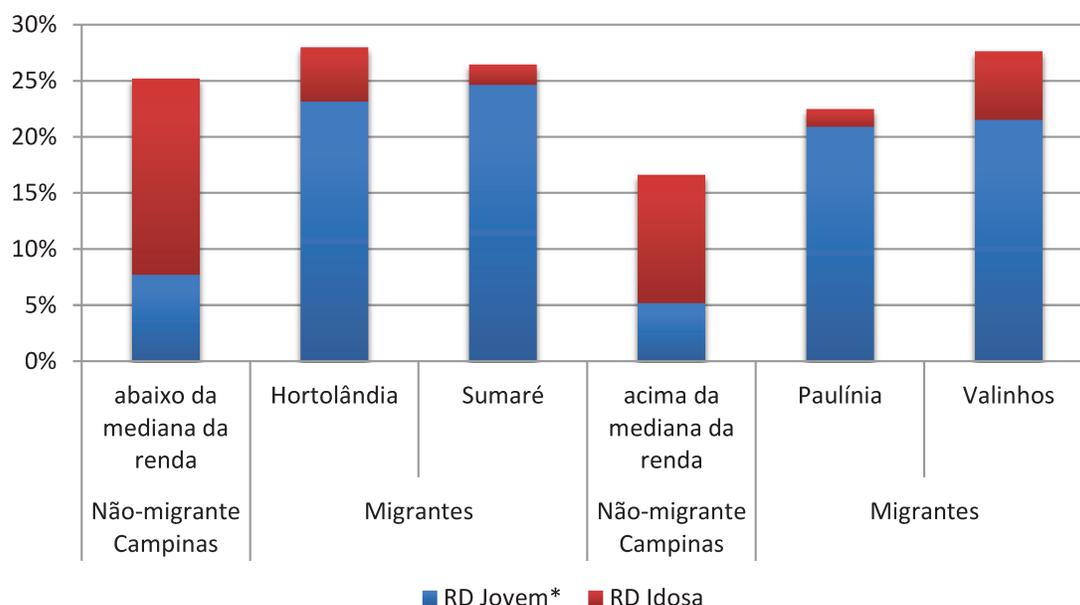
A este respeito e, considerando as especificidades em relação a distribuição etária dos grupos analisados, na sequência, além da população total de cada um dos grupos, serão analisados os migrantes e “não-migrantes” na faixa dos 15 aos 44 anos separadamente, visto a maior parte dos migrantes estarem nesta faixa de idade, variando entre 54,8% entre aqueles residentes em Valinhos até 65,5% daqueles em Sumaré, assim como abrangem entre 41,7% e 47,3% dos “não-migrantes.

Um indicador de grande utilidade na análise dos possíveis impactos da distribuição etária da população é a Razão de Dependência, que se utiliza do número de dependentes - os jovens, considerados aqueles até 14 anos, e os idosos, sendo aqueles com 65 anos ou mais de idade - em relação àqueles em idade de trabalho, aqui considerados a população entre 15 e 64 anos de idade.

A Figura 58 apresenta a razão de dependência jovem, idosa e total - esta última sendo a soma das duas anteriores. Os migrantes apresentaram maior dependência total em relação aos dois grupos de “não-migrantes” (exceto Paulínia, com índice mais baixo em relação aos “não-migrantes” abaixo da mediana). O grande diferencial entre migrantes e “não-migrantes”, entretanto, se assenta na composição da razão de dependência total: dentre os migrantes verifica-se alta dependência de população jovem, sobretudo em Sumaré e Paulínia, enquanto os “não-migrantes” apresentaram maior dependência de idosos, resultado de mais de um quinto da população “não-migrante” ter mais de 60 anos de idade e idade média mais alta, como visto na tabela anterior.

A relação entre a idade e o ciclo vital familiar pode ser considerada um dos fatores-chave na diferenciação entre migrantes e “não-migrantes” para a mobilidade residencial intrametropolitana, fato também reforçado quando se analisam os dados em relação à espécie da unidade doméstica (Tabela 32).

Figura 58. Razão de dependência total, jovem e idosa. Municípios de Campinas, Hortolândia, Paulínia, Sumaré e Valinhos, 2010.



Fonte: Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor.*Trabalha-se com idade a partir de 6 anos devido ao corte daqueles residentes a cinco anos ou mais.

Verifica-se dentre os migrantes menor proporção de domicílios “estendidos” - fato também relacionado ao início do ciclo vital - e maior proporção daqueles com tipos de unidades domésticas nucleares e unipessoais quando comparado aos “não-migrantes”. Em relação aos domicílios unipessoais, destacam-se os “não-migrantes” abaixo da mediana de renda, assim como os migrantes de Sumaré, fato que deve estar relacionado ao tipo de moradia disponível nas áreas predominantemente ocupadas, como apontado para Sumaré nas seções anteriores.

Quando se foca na população entre 15 e 44 anos de idade, por outro lado, se verifica uma forte redução dos domicílios unipessoais, com o aumento da proporção daqueles domicílios com arranjo nuclear e estendido, para todos os grupos considerados.

Tabela 32. População residente segundo condição migratória e espécie da unidade doméstica. Municípios de Campinas, Hortolândia, Paulínia, Sumaré e Valinhos, 2010.

Condição migratória		Espécie da unidade doméstica				
		Unipessoal	Nuclear	Estendida	Composta	
Não-migrantes Campinas (abaixo da mediana de renda)	Total	18.9	64.1	15.2	1.7	
	15 a 44 anos	4.5	76.0	16.8	2.6	
Migrantes	Hortolândia	Total	7.4	79.5	10.8	2.3
		15 a 44 anos	1.2	68.6	16.7	3.3
	Sumaré	Total	11.8	77.3	9.6	1.2
		15 a 44 anos	2.8	84.8	11.2	1.1
Não-migrantes Campinas (acima da mediana de renda)	Total	8.6	68.1	20.6	2.7	
	15 a 44 anos	3.1	68.5	23.8	4.6	
Migrantes	Paulinia	Total	9.9	80.7	6.5	2.9
		15 a 44 anos	2.9	83.4	10.7	3.0
	Valinhos	Total	8.8	76.6	12.5	2.1
		15 a 44 anos	2.4	76.5	19.2	1.8

Fonte: Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor.

O que se ressalta nos dados apresentados é que a mobilidade residencial intrametropolitana, tanto da população de baixa quanto de alta renda apresentam características semelhantes em relação ao arranjo domiciliar, com predominância de domicílios unipessoal e nuclear, cuja proporção varia de 85,4% em Valinhos até 90,6% em Paulínia.

Além do momento diferente em relação ao ciclo vital, outro ponto de destaque é a escolaridade: os migrantes são mais escolarizados em relação aos “não-migrantes” - possivelmente resultado da alta proporção de idosos entre os “não-migrantes” (Tabela 33). Cabe destacar que poucas são as diferenças observadas entre os migrantes de Hortolândia e os “não-migrantes” abaixo da mediana, a não ser nas proporções em relação ao Ensino Médio e Fundamental, enquanto em Sumaré se observa maior proporção de indivíduos com graduação e pós-graduação.

Tabela 33. População residente segundo condição migratória e nível de ensino dos maiores de 15 anos. Municípios de Campinas, Hortolândia, Paulínia, Sumaré e Valinhos, 2010.

Condição migratória		Nível de Ensino					
		Ensino Fundamental	Ensino Médio	Graduação	Pós-graduação	Outro	
Não-migrantes Campinas (abaixo da mediana de renda)	Total	65.6	25.5	5.2	0.9	2.7	
	15 a 44 anos	55.0	35.9	5.7	1.3	2.1	
Migrantes	Hortolândia	Total	47.3	44.2	6.7	0.9	0.9
		15 a 44 anos	40.9	51.7	6.6	0.7	0.2
	Sumaré	Total	33.3	42.7	19.7	3.7	0.5
		15 a 44 anos	24.8	47.6	22.0	5.2	0.4
Não-migrantes Campinas (acima da mediana de renda)	Total	37.8	27.0	25.5	8.8	0.9	
	15 a 44 anos	26.4	34.5	28.1	10.4	0.5	
Migrantes	Paulínia	Total	19.3	30.1	41.0	8.9	0.7
		15 a 44 anos	12.9	31.3	43.9	11.3	0.6
	Valinhos	Total	21.8	25.8	37.4	14.6	0.4
		15 a 44 anos	14.4	23.3	42.8	19.4	0.0

Fonte: Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor.

Neste caso, cabe destacar que parece existir uma maior homogeneidade entre os migrantes de Hortolândia, Sumaré, e os “não-migrantes” abaixo da mediana de renda em Campinas.

Os “não-migrantes” acima da mediana de renda apresentam menor escolaridade em relação aos migrantes de Paulínia e Valinhos, sobretudo pela maior proporção de população com Ensino Fundamental. Os migrantes de Valinhos, por sua vez, se destacam pela proporção de população com pós-graduação, bem superior aos outros grupos analisados. Aqueles com idade entre 15 e 44 anos apresentaram escolaridade ligeiramente superior em relação à população total em todos os grupos analisados, reforçando a importância da escolaridade para os grupos populacionais mais jovens.

Os dados relativos à escolaridade reforçam as diferenças observadas nos fluxos selecionados, mas sua importância reside na possibilidade de aproveitamento das oportunidades existentes nos municípios da região, e refletem nas condições e no local de trabalho dos grupos populacionais analisados, conforme Tabela 34.

Pode-se verificar, neste sentido, que entre os “não-migrantes”, 46,5% daqueles com renda abaixo da mediana não trabalhavam, enquanto no âmbito daqueles acima da mediana de renda essa proporção caiu para 26,8%.

No caso do trabalho verificam-se diferenças relevantes entre os “não-migrantes” que estão acima e abaixo da mediana de renda. Tanto aqueles acima da mediana quanto os migrantes para áreas com melhores condições (Paulínia e Valinhos) apresentaram proporções mais baixas de população na condição de não-trabalho. Dentre aqueles de menor renda, os migrantes de Sumaré apresentaram proporção ligeiramente superior de não-trabalho em relação aos grupos acima da mediana de renda, com 30,0%, enquanto Hortolândia com 40,9% e os “não-migrantes” abaixo da mediana com 46,5% ficaram com as proporções mais altas. Este resultado, aliás, pode estar relacionado com a característica de “não-migração” - devido aos custos econômicos, principalmente, mas também sociais do movimento - e, no caso de Hortolândia, pela escolha desta área como de destino. Quando se analisa o grupo entre 15 e 44 anos, esse ponto fica mais evidente, com Hortolândia com maior proporção de população que não trabalha entre todos os grupos analisados⁶⁹.

A análise da renda domiciliar *percapita* permite diferenciar os fluxos, assim como os dois grupos de “não-migrantes” em relação ao potencial econômico. Destaca-se neste sentido a alta proporção com renda de até um salário mínimo dos “não-migrantes” assim como dos migrantes de Hortolândia, valor ligeiramente menor para os migrantes de Sumaré - o que reforça a homogeneidade da população destas áreas. Do outro lado, os “não-migrantes” acima da mediana apresentam menor proporção nesta faixa de renda, enquanto os migrantes de Paulínia e Valinhos se destacam com alta proporção de pessoas com renda

⁶⁹ No caso de Hortolândia, tais dados parecem ser resultado de um problema estrutural, típico das periferias das grandes cidades. Ainda para o ano de 2000, Montali *et al.* (2010) mostram que a taxa de desemprego de Hortolândia estava entre as maiores da RM de Campinas. A Taxa de ocupação masculina, que se utiliza da PIA (População em Idade Ativa) como base ficava em 60,1% e a feminina em 35,6%, ambas abaixo da média regional e à frente apenas de Cosmópolis.

de mais de três salários mínimos *percapita*. Nos grupos de 15 a 44 anos, verifica-se um ligeiro aumento da renda em relação ao grupo total, exceto para os “não-migrantes” abaixo da mediana de renda, fato que pode representar um dos fatores da estabilização, devido ao custo inerente de se mudar.

Tabela 34. População residente segundo condição migratória e de trabalho, local de trabalho e renda domiciliar *percapita* dos maiores de 15 anos. Municípios de Campinas, Hortolândia, Paulínia, Sumaré e Valinhos, 2010.

Condição migratória		Condição e local de trabalho			Renda domiciliar <i>percapita</i>			
		Não trabalha	No município de residência	Em outro município	Até 1 SM	De 1 a 3 SM	Mais de 3 SM	
Não-migrantes Campinas (abaixo da mediana de renda)	Total	46.5	42.5	11.0	61.6	37.3	1.1	
	15 a 44 anos	35.5	60.0	4.5	73.3	25.7	0.9	
Migrantes	Hortolândia	Total	40.9	15.5	43.6	45.3	48.5	6.2
		15 a 44 anos	38.7	17.3	44.0	41.1	49.6	9.3
	Sumaré	Total	30.0	17.4	52.6	38.2	45.4	16.4
		15 a 44 anos	24.9	17.8	57.3	32.6	40.9	26.5
Não-migrantes Campinas (acima da mediana de renda)	Total	26.8	55.8	17.4	6.5	61.2	32.3	
	15 a 44 anos	14.0	74.2	11.9	6.3	54.9	38.8	
Migrantes	Paulínia	Total	27.2	23.8	49.0	19.8	31.1	49.0
		15 a 44 anos	28.1	22.2	49.6	7.1	44.7	48.2
	Valinhos	Total	29.4	21.9	48.7	12.5	29.4	58.1
		15 a 44 anos	27.9	21.3	50.8	8.8	27.8	63.4

Fonte: Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor.

Estes dados são fundamentais para se compreender a condição de ocupação dos domicílios que, necessariamente, está relacionada à capacidade de pagamento e endividamento das famílias. Como visto nas seções anteriores, com destaque para os dados da Tabela 19, existe uma forte relação entre o tempo de moradia no município e a propriedade do domicílio ocupado. Neste sentido, é esperado que os “não-migrantes” apresentem alta proporção de domicílios próprios, mesmo que isso não necessariamente represente melhores condições em relação àqueles que pagam aluguel.

Tal expectativa se confirma com os dados em relação a condição de ocupação dos domicílios, com “não-migrantes” proprietários atingindo uma proporção de 75,7% (“não-migrantes” abaixo da mediana de renda) e 81,8% (“não-migrantes” acima da mediana de renda), com valor praticamente semelhante de domicílios financiados, na faixa dos 10%.

Por outro lado, os dados apontam para condições bem distintas quando se analisa a condição de ocupação dos migrantes segundo o município de destino. Os migrantes de Paulínia e Valinhos apresentaram proporções mais altas de propriedade (76,2% e 69,1%, respectivamente) em relação aos migrantes de Hortolândia e Sumaré (47,3% e 58,7%, respectivamente), sendo que a proporção de residências alugadas é de um terço em Sumaré e quase a metade em Hortolândia.

Esses resultados apontam que a áreas de habitação da população com menor renda não tem sido ocupada com base na propriedade do domicílio já no momento da migração, como verificou Cunha (1994) para a RM de São Paulo. A expansão com a propriedade do domicílio foi uma característica da expansão territorial da periferia pobre ao longo das últimas décadas, utilizando-se da auto-construção como meio de “vencer” parte dos custos econômicos da produção da moradia.

Acredita-se que essa nova dinâmica possa ser resultado da melhoria da condição de empregabilidade e renda observadas ao longo da década de 2000, devido à inserção de recursos que teria criado a condição de alugar. Outros fatores podem ter colaborado, como a falta de loteamentos populares e um maior rigor nas ações de retomada de posse de áreas ocupadas.

Nas áreas de concentração de migrantes de alta renda, por outro lado, o maior poder aquisitivo pode ser apontado como fator responsável pela maior proporção de domicílios na condição de próprio.

Outro aspecto relevante se refere as diferenças em relação ao grupo de 15 a 44 anos: enquanto entre os “não-migrantes” este grupo apresenta menor proporção de proprietários e maior aluguel em relação ao total dos “não-migrantes”, para os migrantes ocorre o inverso, com maior proporção de domicílios próprios em relação aos grupos de maior idade. Tal resultado vai de encontro com o esperado, já que, sendo a mobilidade

residencial resultado dos incentivos e constrangimentos e, em sua maior parte relacionados com a questão habitacional, é de se esperar que o migrante tenda a se colocar em movimento para resolver esta questão, fato que reforça o resultado encontrado.

Tabela 35. População residente segundo condição migratória e de ocupação do domicílio. Municípios de Campinas, Hortolândia, Paulínia, Sumaré e Valinhos, 2010.

Condição migratória		Condição de ocupação do domicílio				
		Próprio...	...dos quais financiados*	Alugado	Outro	
Não-migrantes Campinas (abaixo da mediana de renda)	Total	75.7	10.3	15.2	9.1	
	15 a 44 anos	70.1	13.0	18.8	11.1	
Migrantes	Hortolândia	Total	47.3	5.5	46.8	5.9
		15 a 44 anos	50.4	4.8	33.7	15.9
	Sumaré	Total	58.7	25.2	32.6	8.7
		15 a 44 anos	62.5	25.8	27.4	10.2
Não-migrantes Campinas (acima da mediana de renda)	Total	81.8	9.3	14.5	3.7	
	15 a 44 anos	73.8	12.9	21.1	5.1	
Migrantes	Paulinia	Total	76.2	23.9	19.8	4.1
		15 a 44 anos	76.9	24.9	19.3	3.8
	Valinhos	Total	69.1	11.0	26.7	4.3
		15 a 44 anos	73.4	11.8	25.6	1.0

Fonte: Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor. *É parte integrante dos “Próprios”.

Chama atenção os domicílios próprios em condição de financiamento: a baixa proporção verificada entre os migrantes de Hortolândia pode ser apontada como um dos resultados da menor proporção de domicílios próprios, fato possivelmente relacionado à ausência de ofertas formais. Os maiores valores apresentados nas outras áreas de destino de migrantes em grande parte estão apoiadas pela condição de financiamento do domicílio, que em Paulínia chega a 23,9% no total e 29,9% para aqueles entre 15 e 44 anos.

Cabe destacar que, mesmo existindo uma forte relação entre a mobilidade residencial intrametropolitana e a aquisição da casa própria, os dados apresentados indicam

que a força desta relação varia conforme o destino e as características sociodemográficas dos migrantes. Se essa relação se mostra suficientemente forte para os migrantes de Paulínia e Valinhos, no caso daqueles que se dirigiram para Hortolândia (principalmente) e Sumaré, pode-se afirmar que o custo de vida (com o custo da moradia sendo um fator relevante) pode ser apontado como principal constrangimento para o movimento e o trabalho, portanto, também tem parte, já que a renda provem da ocupação desses migrantes.

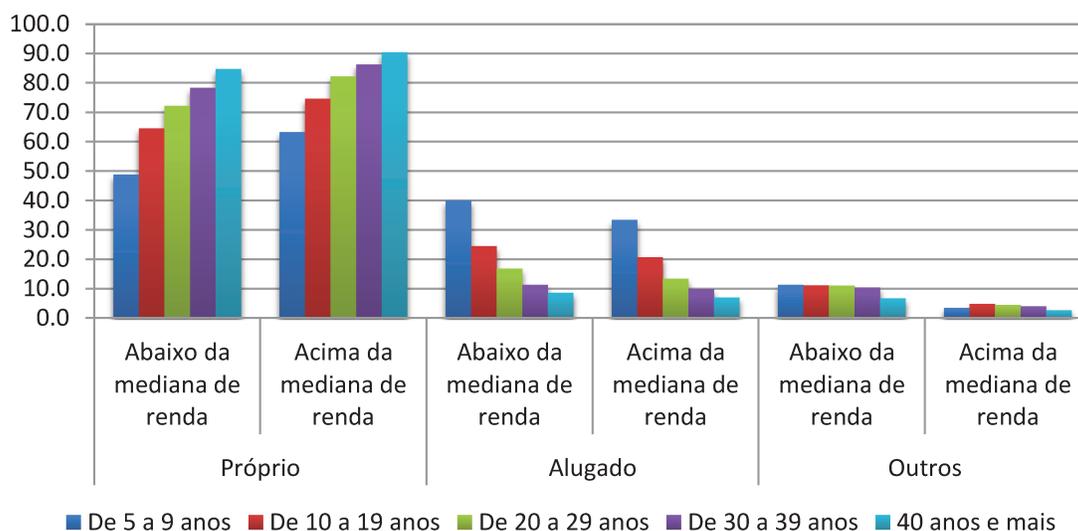
Outro aspecto a ser considerado se refere ao tempo que, por um lado, pode tornar central o bairro antes periférico; por outro, pelo acúmulo de renda possibilita que famílias com poucos recursos adquiriram sua residência ou se transformem em termos do seu ciclo vital e composição – por exemplo, filhos pequenos e dependentes cresçam, passem a trabalhar e contribuir ou mesmo deixam a casa - chega-se à conclusão de que, se em termos das características sociodemográficas pouco diferencia os grupos dos que migram e dos que permanecem, em relação ao território, os “não-migrantes” - sobretudo para o grupo de menor renda - mostram-se em melhor situação, já que permanecer no município sede significa em grande medida estar melhor localizado em relação aos acessos, em áreas mais consolidadas e mais próximo das oportunidades de trabalho.

Dados como os da Figura 59, que reforçam que “não-migrantes” com maior tempo de residência apresentam maior proporção de domicílios na condição de próprio podem ser resultado, também, da emigração mais volumosa daqueles que não tinham a propriedade da residência ou, nos termos de Martine (1979), resultado da sobrevivência dos mais fortes.

Considerando esta possibilidade, buscou-se responder a seguinte pergunta: existiria alguma evidência que aponte que os não proprietários do domicílio são mais móveis em relação aos proprietários?

Do ponto de vista de informação, nenhuma questão do Censo Demográfico de 2010 permite saber para os migrantes qual era a condição de ocupação do domicílio no município de residência anterior ou desde quando os “não-migrantes” possuem residência própria. Diante de tais limitações, parte-se do uso conjunto dos dados dos recenseamentos de 2000 e 2010, utilizando-se do primeiro como base, ponto de partida, e o segundo como medida.

Figura 59. População não-migrante segundo condição de ocupação do domicílio e tempo de residência. Município de Campinas, 2010.



Fonte: Censo Demográfico de 2010. Elaboração do autor.

Desta forma levantou-se, para a população residente no município de Campinas a condição de ocupação do domicílio em 2000 e, no caso dos dados de 2010, requereu-se também que o tempo de residência no município fosse maior ou igual a 10 anos, de forma que aqueles captados em 2010 já residissem no município em 2000. Os dados estão apresentados na Tabela 36.

Esta análise conhecida na demografia como “de coorte” permitiu observar se o padrão da condição de ocupação dos domicílios de um grupo de pessoas modificou-se ao longo de 10 anos. Em outras palavras, o que se faz aqui é comparar, por exemplo, o volume de pessoas em domicílios próprios, alugados e em outra condição, em 2010, daqueles com idade entre 30 e 39 anos em relação ao volume em 2000, ou seja, quando tinham de 20 a 29 anos. Esta análise parte do entendimento de que, se todos fossem “sobreviventes”,⁷⁰ ou seja, tivessem permanecido no município e não falecido, o volume de pessoas em 2010 do

⁷⁰ O termo “sobreviventes” tem dois significados: o primeiro se refere a não ter emigrado, ou seja, continuarem a residir no município, enquanto o segundo se refere a mortalidade. Para os dados de 2010 o efeito da mortalidade foi controlado para que não afetasse de forma distinta os grupos etários analisados.

grupo etário 30 a 39 anos, por exemplo, deveria ser o mesmo do grupo etário com 10 anos a menos em 2000, ou seja, de 20 a 29 anos, e assim por diante com os outros grupos.

Tabela 36. População residente segundo condição de ocupação do domicílio e idade.
Município de Campinas, 2000 e 2010.

Idade do Responsável	2000				2010*			
	Próprios	Alugados	Outro	Total	Próprios	Alugados	Outro	Total
20 a 29 anos	64.2	19.9	15.9	180.430	-	-	-	-
30 a 39 anos	67.9	17.3	14.8	160.250	73.7	16.8	9.5	67.209
40 a 49 anos	77.0	13.4	9.6	130.883	81.0	12.7	6.3	84.294
50 a 59 anos	83.2	9.6	7.2	82.255	86.7	8.5	4.8	82.400
60 a 69 anos	86.2	7.3	6.5	52.243	88.3	7.4	4.3	57.541
70 a 79 anos	-	-	-	-	90.4	5.0	4.6	37.737

Fonte: Censo Demográfico de 2000 e 2010. Elaborada pelo autor. *Em 2010 foram selecionados aqueles com 10 anos ou mais de residência e anulado o efeito da mortalidade nos grupos etários.

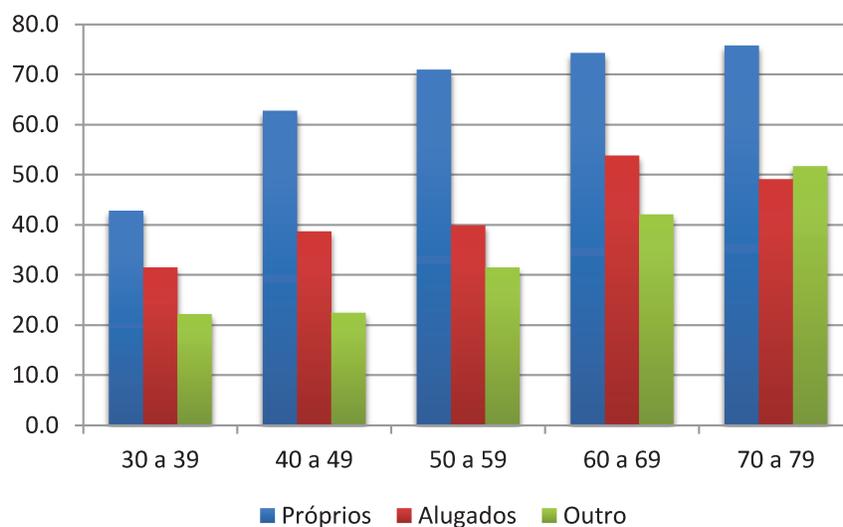
O que se observa, entretanto, é uma permanência distinta conforme a idade, com os grupos etários mais jovens apresentando maior mobilidade. Quando se analisa pela condição de ocupação, pode-se verificar que os proprietários tendem a permanecer mais, o que indica a relevância da condição de ocupação para a estabilidade residencial.

A Figura 60 apresenta a proporção de pessoas que, em 2010, continuavam a residir em Campinas segundo a condição de ocupação. Os dados apontam, como esperado diante da discussão realizada, que o primeiro grupo etário considerado - 30 a 39 anos que, em 2000, tinham de 20 a 29 anos de idade - é o que menos se mantém, ou seja: considerando os residentes no ano de 2000 em domicílios próprios, alugados e em outras condições, apenas 37,2% continuavam no mesmo município em 2010, sendo 42,8% dos domicílios próprios, 31,5% dos alugados e 22,2% em outras condições de ocupação. Essa maior mobilidade

entre os mais jovens seria resultado, desta forma, da transição para a vida adulta, momento da entrada no mercado trabalho e de início do ciclo vital.⁷¹

Pode-se observar variação em relação à condição de ocupação do domicílio: para todos os grupos etários é verificado maior permanência em 2010 daqueles residindo em domicílios próprios, que varia entre 75,7% para aqueles com idade entre 70 e 79 anos e 42,8% para o grupo com idade entre 30 e 39 anos. Em relação aos domicílios alugados, a permanência apresentou-se menor, variando entre 53,8% (população entre 60 e 69 anos de idade) e 31,5% (população entre 30 e 39 anos de idade).

Figura 60. Proporção de pessoas segundo a idade e condição de ocupação do domicílio em 2010 com relação a 2000. Município de Campinas, 2010.



Fonte: Censo Demográfico de 2000 e 2010. Elaboração do autor.

⁷¹ Segundo o IBGE, a idade média ao casar tem observado aumento nos últimos anos: chegou, segundo dados do Censo Demográfico de 2010 a uma idade média de 24,4 anos, com homens casando-se mais tarde (25,9 anos) em relação as mulheres (23,0 anos), mas com tendência de redução das idades mais jovens (principalmente para as mulheres) e aumento nos casamentos de pessoas entre os 25 e 34 anos de idade. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/2MV8U>. Acesso em 27/02/2015.

Diante disso, mesmo a mobilidade tendo abrangido a população de Campinas em todas as faixas etárias ao longo da década de 2000, a maior permanência da população residente em domicílios próprios em todas as faixas etárias quando comparado aos residentes em domicílios alugados e ocupados de outras formas, evidencia que a propriedade representa um fator de estabilização, e pode ser apontada como um dos condicionantes para a não-migração.

Esse resultado mostra-se consistente com aqueles apresentados por Speare JR (1970), que verificou maior propensão à mobilidade por parte dos não-proprietários e, no caso da RM de Campinas, com aqueles apresentados por Dota (2014), para quem os migrantes com até 10 de residência, em 2010, teriam quatro vezes mais chances de residir em domicílios alugados em relação aos próprios.

Deve-se também ressaltar que, possivelmente, uma proporção da população residindo em domicílios próprios seja resultado da aquisição por aqueles que estavam em outras condições (alugado e “outros”) dez anos antes, o que reforça o mesmo entendimento, já que o fato de não ser proprietário levaria a uma busca pela condição de ser, inclusive utilizando-se da mobilidade intramunicipal não considerada neste estudo.

Os dados apresentados permitem afirmar, portanto, que a idade dos indivíduos - entendida enquanto *proxy* do momento de ocorrência de eventos relevantes, como trabalho e início da união - pode ser fator-chave para a compreensão da mobilidade e da imobilidade. A entrada numa união, neste sentido, parece ser um fator subestimado por muitos estudos de mobilidade residencial intrametropolitana, já que parte das análises produzidas, sobretudo nesta última seção direcionam o foco para esta temática.

A mobilidade residencial e a expansão urbana, desta forma, apresentaram-se fortemente relacionadas ao longo da década de 2000, tendo como seus principais condicionantes o mercado de terras e o de trabalho. As mudanças verificadas na dinâmica da mobilidade residencial, neste sentido, deve ser vista como resultado da melhoria da empregabilidade e da renda, que possibilitaram a ocupação dos domicílios das mais

diversas formas.⁷² Nesse sentido, se ressalta a relevância da análise interdependente entre esses mercados.

A centralização das oportunidades de emprego representa outra influencia direta do mercado de trabalho sobre as áreas potencialmente ocupadas: não é possível ter liberdade na escolha do município de residência, mesmo no âmbito dos vinte que compõe a RM de Campinas, já que o local de moradia representa, diretamente, maior ou menor acesso às oportunidades de trabalho. Esse fato culminou no reforço dos municípios no entorno imediato a Campinas como principais destinos dos fluxos de mobilidade residencial.

Em concomitância com estas questões estruturais, as características sociodemográficas da população aparecem como variáveis de alta relevância, já que impõem necessidades, possibilidades e limites. Para citar alguns exemplos, a formação de um novo domicílio no momento da transição para a vida adulta - com entrada no mercado de trabalho, e início do ciclo vital a partir de uniões etc. - ou a adaptação ao longo do ciclo de vida poderiam ser apontados como necessidades fortemente relacionadas com a mobilidade residencial.

Os destinos migratórios, por outro lado, mostraram-se pouco diversificados: as áreas de expansão urbana seguiram o mesmo padrão consolidado ao longo das últimas décadas destinando, desta forma, os fluxos migratórios da população de baixa e de alta renda para municípios limítrofes em assentamentos que representam continuidade daquilo que já era observado no município sede.

No Brasil, sabe-se que a migração interna, historicamente, foi um processo que abrangeu principalmente o grupo social mais pobre que se movia em busca de melhores condições de vida. Nos fluxos de curta distância, como os de mobilidade residencial intrametropolitana, vê-se que há uma mescla entre os fluxos de população de baixa renda e os de alta, obviamente com destinos distintos, habitando áreas qualitativamente discrepantes nos mais diversos aspectos.

⁷² Como visto ao longo do trabalho, mudanças nas formas ocupação foram observadas no período analisado e, possivelmente, estivessem relacionadas às mudanças conjunturais observadas no mercado de trabalho.

Aquilo que parece efetivamente diferenciar migrantes e “não-migrantes”, ou seja, aspectos que territorializam em maior medida os últimos, como é o caso da propriedade do domicílio, não necessariamente significam vantagens, visto que neste caso particular, residir nas periferias distantes com pouca ou nenhuma infraestrutura, por exemplo, pode significar deterioração nas condições de vida em relação ao aluguel numa área mais central (CUNHA, 2011).

Haesbaert (2010b) ajuda a pensar a esse respeito, quando discute o significado da desterritorialização e da territorialização no momento recente: para o autor, ser móvel ou imóvel não significa correlação direta com vantagem ou desvantagem, mas deve-se ponderar em que condição se dá a mobilidade e a imobilidade. Ademais, reforça que no momento atual a territorialização de alguns se dá na mobilidade, enquanto outros estão desterritorializados mesmo imóveis, visto o local de moradia com condições indignas e que não permite o acesso às oportunidades.

Considerações Finais

Vive-se neste início do século XXI, em continuidade ao que se observou ao longo do anterior, sobretudo na segunda metade, um período de grandes mudanças, que modificaram substancialmente a vida das pessoas em todos os seus aspectos, inclusive na forma de organização da sociedade.

A ciência, na busca pela compreensão dos processos, fenômenos e seus resultados, tem o grande desafio de dar conta da multidimensionalidade relacionada a estes num contexto em que nem sempre se dispõe de dados e informações em nível de complexidade correspondentes.

As discussões elencadas nesta pesquisa visaram discutir como a dimensão espacial, analisadas a partir da distribuição espacial da população e, em especial, dos migrantes segundo suas características sociodemográficas, pode contribuir para a compreensão da migração recente e dos resultados desta em sua relação com a produção do espaço urbano nas grandes aglomerações. O estudo de caso na RM de Campinas possibilitou, entre outras coisas, verificar a relevância do contexto territorial para o fenômeno migratório, tanto em relação as características dos migrantes quanto no destino dos fluxos migratórios.

Uma das conclusões que as análises aqui realizadas permitiram diz respeito ao fato de que a produção do espaço urbano tem forte relação com a migração, mas principalmente com a mobilidade residencial intrametropolitana, ou seja, os movimentos de curta distância em geral entre municípios limítrofes. Assim, percebe-se que tais movimentos (volumes, fluxos e características), ao mesmo tempo, respondem ao processo de produção do espaço e também podem estruturá-lo a partir da criação de novos assentamentos.

As formas e os produtos gerados por essa relação, entretanto, não seguem tendência linear, variando conforme o contexto territorial a partir das oportunidades do mercado de terras e as características dos grupos sociais. Da mesma forma, questões

conjunturais, como políticas de incentivos e crescimento econômico, que mexem no emprego e na renda, podem impactar a todos de forma distinta a depender de suas características sociodemográficas, o mesmo podendo ser dito com relação a mudanças na legislações específicas, especialmente aquelas ligadas ao uso e ocupação do solo.

É da conjugação destes fatores que resultaram as condições de expansão dos municípios limítrofes à Campinas, ou seja, áreas distintas que atraíram uma população de diversas camadas sociais. Assim, por um lado, tem-se famílias de média e alta renda, residentes principalmente no município sede em busca dos atrativos oferecidos pelos loteamentos fechados e, por outro lado, os menos favorecidos atraídos (ou melhor dito, “expulsos” ou “acomodados”) para áreas menos valorizadas que, justamente pelo custo mais acessível, atraiu uma população mais jovem.

Esta tendência, por outro lado, não é nova, mas sim um reforço do que já se observava em momentos anteriores (ver Caidado e Pires, 2006 e Cunha *et al.*, 2006). De novo, pode-se citar, num contexto mais amplo, uma tendência de redução do crescimento demográfico e do saldo migratório das principais RMs do país, que atingiu a RM de Campinas de forma menos intensa justamente pelo seu contexto territorial.

Este contexto territorial do Estado de São Paulo - com cinco regiões metropolitanas, com características diferenciadas e forte relacionamento entre si - permanece ainda atrativo, sobretudo para a RM de Campinas, que parece representar uma alternativa frente os limites da RM de São Paulo para a manutenção dos migrantes que por lá circulam.

Os dados de evolução domiciliar reforçam esse entendimento, visto que os municípios que sofreram mais mudanças positivas no período 2000-2010 foram, em grande parte, aqueles que receberam mais intensamente os fluxos migratórios, com destaque para as modalidades intraestadual e intrametropolitana, cujas características sociodemográficas mostraram-se distintas em relação aos migrantes externos, antigos e aos “não-migrantes”. Outro aspecto com a mesma tendência foi a segmentação territorial observada em relação ao trabalho, visto que os municípios com maior crescimento relativo dos trabalhadores qualificados foram aqueles com maior proporção dos fluxos migratórios, ou seja, grupos

populacionais mais bem posicionados no mercado de trabalho estão em movimento, resultado de profundas mudanças nos incentivos que tem movimentado este grupo social.

Se a migração esteve intimamente relacionada com as mudanças observadas nos municípios ao longo da década de 2000, este fato está relacionado ao contexto territorial em que a RM de Campinas está inserida. A análise dos dados em relação às características associadas aos migrantes recentes e a comparação com os dados do Censo Demográfico de 2000 reforçam as mudanças qualitativas observadas: migrantes jovens com maior escolaridade e renda. Tais características significaram, entre 2000 e 2010, uma mudança qualitativa na característica daqueles envolvidos com a mobilidade residencial intrametropolitana, que passaram a ter, juntamente com os migrantes intraestaduais, características mais bem consolidadas (dentre elas escolaridade e ocupação) entre os indivíduos participantes das modalidades migratórias, que não é fruto da melhora das condições de vida dos migrantes, mas sim desses novos grupos sociais estarem se movimentando.

A mudança qualitativa deve ser vista a partir das oportunidades surgidas no período: a análise de campo demonstrou que, dentre as áreas com alta concentração de migrantes intrametropolitanos e que apresentaram expansão, várias ofereceram produtos imobiliários voltados à população de alta renda, como os loteamentos fechados, fato que reforça a importância dos incentivos relacionados à habitação como motivadores da mobilidade residencial.

Entre os incentivos e constrangimentos, aliás, é necessário pontuar alguns aspectos analisados. A começar pelos condicionantes, ficou evidente que, mesmo sem ser possível afirmar o que efetivamente motivou e o que levou à migração, percebe-se que a dimensão habitacional continua a ter peso relevante, como mostrado em outros estudos no passado para outras regiões metropolitanas. Nesse sentido, as diferenças entre a população de alta renda e a de baixa são evidentes: os incentivos da população mais abastada estiveram em grande parte relacionados à habitação, sobretudo representada por novos produtos em novas áreas que permaneceram circunscritas à proximidade com as rodovias. Ao mesmo tempo, reafirmou a desigualdade territorial preexistente, a partir da instalação da população de alta renda em áreas contínuas aquelas em que já se concentravam.

Para a população de menor renda o papel da habitação parece ter sido mais relativo pareceu, visto que o trabalho se sobressai em dois aspectos, como incentivo, quanto como constrangimento: o primeiro é que ele pode representar um dos incentivos devido à inexistência de diferenças relevantes entre os que trabalham no município de destino e os que trabalham fora; o constrangimento reside na sua distribuição espacial, ou seja, pela concentração das oportunidades existentes no âmbito da RMC, a mobilidade pode ocorrer por motivos ligados à habitação, mas com limitações territoriais a partir da possibilidade de acesso às oportunidades de emprego; esse fato que torna os municípios do entorno imediato a Campinas os principais receptores da mobilidade residencial intrametropolitana, e quase que única opção, já que morar mais distante parece inviável do ponto de vista econômico.

É perceptível a importância do mercado de terras para a redistribuição espacial da população, sendo que promotores e incorporadores exploram os diversos nichos segundo as oportunidades vislumbradas: barganham alterações em políticas territoriais que possam beneficiá-los; ocupam áreas destinadas a habitação de interesse social, como é caso do loteamento de Campinas abordado; constroem na periferia distante aproveitando uma demanda existente por loteamentos populares; lançam loteamentos fechados para a população de alta renda em áreas privilegiadas; da mesma forma, aliam preço da terra baixo, demanda alta e crédito disponível para lançamentos relacionados ao programa Minha Casa Minha Vida, fatos por detrás dos múltiplos movimentos verificados.

De modo geral, os fatores relacionados às distintas modalidades migratórias registradas na RM de Campinas seriam os seguintes: para os migrantes intrametropolitanos, a questão habitacional se destacou mediada pela possibilidade de acesso às oportunidades no mercado de trabalho e pelas mudanças no mesmo ao longo da década de 2000. Os migrantes intraestaduais mostraram-se dispersos na RM em relação ao volume, mas apresentaram forte relação com a residência anterior. Como exemplo, aqueles localizados mais ao sul em municípios como Indaiatuba, Vinhedo e Itatiba, apresentaram proporção relevante de migrantes originados da RM de São Paulo que ainda mantinham trabalho nos municípios de origem.

Os migrantes externos, por fim, apresentaram relação mais forte com o município sede e aqueles do entorno imediato: o primeiro pela atratividade que exerce em quem não

tem conhecimento da região e, no caso daqueles do entorno, possivelmente pelo custo de vida e concentração de oportunidades, elementos de grande relevância frente às características sociodemográficas menos favoráveis desses migrantes em relação às outras modalidades analisadas (como serem mais jovens, com escolarização e renda mais baixa).

Apesar do arrefecimento observado nas últimas décadas no volume da migração, não há dúvidas da sua relevância para a expansão regional e a produção do espaço urbano. Outro aspecto de peso, já observado por Villaça (1993) na análise da RM de São Paulo, se refere à continuidade territorial: as áreas que sofreram expansão mais significativa na RM de Campinas claramente constituem parte do espraiamento em relação centro consolidado, como são os casos de Paulínia e Valinhos que, como se mostrou, concentraram as oportunidades para a população de alta renda, ou mesmo Monte Mor dá sequência aos loteamentos de baixa renda observados nos limites com Campinas e Hortolândia.

Este espraiamento reforça e consolida características marcadas historicamente em cada porção do território metropolitano e a importância das características sociodemográficas da população é ressaltada, visto que limitam ou potencializam o aproveitamento das oportunidades.

Neste sentido, vários aspectos analisados ao longo do trabalho enfatizam a relação entre as características sociodemográficas, as mudanças estruturais observadas no país como um todo ao longo da década de 2000 e as especificidades do território regional construídas historicamente. Este é o caso específico da forma como as periferias estão sendo ocupadas em relação a momentos anteriores.

Do ponto de vista das características sociodemográficas, vários condicionantes permanecem semelhantes ao que a bibliografia aponta para a década de 70: a transição para a vida adulta, com questões relacionadas ao início da vida laboral e do ciclo vital mostraram-se de grande importância, em geral direcionando migrantes com estas características para a periferia (migrantes de curta distância) ou para o município sede (migrantes de longa distância), o que também ressalta a importância do conhecimento da região como fator de escolha locacional.

Dentre as mudanças estruturais observadas ao longo da década de 2000, se ressalta o aumento da empregabilidade e as melhorias na renda, fato que impactou diretamente a forma de ocupação dos domicílios e, em especial, dos domicílios de migrantes de baixa renda. Características como as apontadas por Cunha (1994) para a RM de São Paulo para a década de 70, em que as periferias eram ocupadas por migrantes de baixa renda na condição de proprietários - não por compra, mas em geral por ocupação - mostrou-se menos intensa ao longo da década de 2000 na RM de Campinas, já que a proporção de domicílios alugados aumentou consideravelmente. Esta mudança, aliás, tem outro fator que pode estar relacionado: ocupar um domicílio via aluguel pode representar uma vantagem pois, ao mesmo tempo em que se mantém uma maior liberdade para o movimento, pode-se acessar localizações com melhores condições em relação a infraestrutura.

Por fim, não há dúvidas de que o espraiamento da expansão dá continuidade ao que já se observava, não resultando assim numa mescla de grupos sociais, mas reforçando a segmentação territorial ora observada.

Diante do exposto, evidencia-se a necessidade do contínuo esforço para o acompanhamento das mudanças nas dinâmicas do mercado de trabalho e de terras, ao mesmo tempo que da dinâmica demográfica, já que suas relações impõe novidades constantes na forma como a população se organiza e se reproduz. A mobilidade pendular é uma destas formas, já que relativiza o local de moradia em relação ao trabalho e (SOBREIRA, 2007; PEREIRA, 2008; MARANDOLA; OJIMA, 2012) se apresenta com tendência de aumento (CUNHA *et al.*, 2013) devido a estas novas formas de organização da sociedade, novas e profundas mudanças tenderão a ser verificadas ao longo da década de 2010.

A partir da relevância da dinâmica demográfica para os estudos urbanos, fica como desafio a possibilidade de se antever estas mudanças para o planejamento adequado, tanto em relação às dinâmicas da redistribuição espacial da população e da produção do espaço urbano - que tenderão a responder de outras formas aos próximos passos -, quanto da própria dinâmica demográfica, influenciada pelas contínuas mudanças das escalas mais amplas, como do capitalismo em seu processo de acumulação.

A análise da migração recente a partir da distribuição espacial dos migrantes, portanto, mostrou-se rica do ponto de vista das análises. Propiciou a possibilidade de se aproximar dos incentivos e constrangimentos relevantes para o direcionamento dos fluxos, de compreender as especificidades para os migrantes de alta e baixa renda, além da relação entre a mobilidade e a produção do espaço urbano.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, M. C. de. Uma geografia para o século XXI. São Paulo, SP: Papirus, 1994.

ALONSO, R. M. de. Lugar de residência e inserção laboral: faz diferença morar aqui ou lá? (dissertação de mestrado). Campinas: IFCH-NEPO/UNICAMP, 2013.

BAENINGER, R. A. Espaço e Tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista. Campinas. Dissertação (Mestrado). IFCH/UNICAMP, 1992.

_____. Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes no Brasil – 1980/1996, (tese de doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

_____. São Paulo e suas migrações no final do século 20. São Paulo em Perspectiva, v.19, n.3, p.84-96, jul./set., 2005.

_____; OJIMA, R. Novas territorialidades e a sociedade de risco: evidências empíricas e desafios teóricos para a compreensão dos novos espaços da migração. Papeles de Población. vol. 14, núm. 58, octubre-diciembre, 2008.

_____. “Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais”. In: CUNHA, J. M. P. da (org.) Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2011.

BECKER, O.M. S. "Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos". In: CASTRO, I. E. de C; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs) Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BILSBORROW, R. “Temas metodológicos claves em el estudio de la migración em países em desarrollo: teoría, recolección de datos y políticas”. In: CUNHA, J. M. P. da (org.) Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2011.

_____; MENA, C.; ARGUELLO, E. Colombian refugees in Ecuador: sampling scheme, demographic characteristics and migratory patterns. Journal of Sustainable Development, 2011.

BOURDIEU, P. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. Estudos Avançados: v.27, n.79, 2013.

BRITO, F. “As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes”. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

_____.; SOUZA, J. de. "EXPANSÃO URBANA NAS GRANDES METRÓPOLES: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza" In: SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, v. 19, n. 4, p. 48-63, out./dez. 2005.

CADWALLADER, M. Urban Residential Mobility: A Simultaneous Equations Approach. *Transactions of the Institute of British Geographers*, New Series, Vol. 7, No. 4, 1982.

CAIADO, M.C.S.; PIRES M.C.S. Campinas metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros. In: José Marcos Pinto da Cunha. (Org.). *Novas metrópoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. 1 ed. Campinas: UNICAMP, 2006.

CARLOS, A. F. A.; "Da 'organização' à 'produção' do espaço no movimento do pensamento geográfico" In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B.; (orgs) *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, J. A. M. Migrações internas: mensuração direta e indireta. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO, 2, 1980, Águas de São Pedro-SP. Anais... ABEP, 1980.

_____.; RIGOTTI, J. I. R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11, 1998, Caxambu, MG. Anais... ABEP, 1998.

CHRISTOFOLETTI, A. *Perspectivas da geografia*. São Paulo: Difel, 1982.

CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. *GEOgraphia*, v.2, n.1, 1999.

CORRÊA, R. L. "Interações espaciais". In: CASTRO, I. E. de C; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs) *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. "Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B.; (orgs) *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.

COSTA, H. S. de M. "Expansão metropolitana e periferias". In: COSTA, H. S. de M. (org.) *Novas periferias metropolitanas - A expansão metropolitana em Belo Horizonte*. Belo Horizonte,: C/ Arte, 2006.

_____. "Mercado imobiliário, Estado e natureza na produção do espaço metropolitano". In: COSTA, H. S. de M. (org.) *Novas periferias metropolitanas - A expansão metropolitana em Belo Horizonte*. Belo Horizonte,: C/ Arte, 2006b.

COURGEAU, D. Nuevos enfoques para medir la movilidad espacial interna de la población. *Notas de Población*, Vol. 18, No. 50, Agosto. Santiago, Chile: CELADE, 1990. p.55-74.

_____; BACCAÏNI, B.; *Multilevel analysis in the Social Sciences. Population: an English Selection*, 1998.

_____; LELIÈVE, E. Individual and Social motivations for migration. In: *Demography: analysis and synthesis*: Elsevier, 2006.

CUNHA, J. M. P. Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. Tese de doutorado, Campinas, IFCH/Unicamp, 1994.

_____.; OLIVEIRA, A. A. B. População e espaço intra-urbano em Campinas. In: HOGAN, D. J. et al. (Org.). *Migração e ambiente nas aglomerações urbanas*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2001.

_____. *Migração e Urbanização no Brasil, alguns desafios metodológicos para análise. São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação SEADE, v. 19, n. 4, p. 3-20, out-dez., 2005.

_____. *A Migração no Brasil no começo do século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004. Parcerias Estratégicas*. Brasília, n. 22, p.381-439, junho. 2006.

_____; JAKOB, A. A. E. ; JIMÉNEZ, M.A. ; TRAD, I. L. Expansão Metropolitana, mobilidade espacial e segregação nos anos 90: o caso da RM de Campinas. In: José Marcos Pinto da Cunha. (Org.). *Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. 1 ed. Campinas: UNICAMP, 2006, v. , p. 337-363.

_____; BAENINGER, R. Lãs migraciones internas em el Brasil Comtemporáneo. *Notas de Población, CEPAL/CELADE, Año XXXII*, n. 82, 2007.

_____. Mobilidade intrametropolitana, redes sociais e vulnerabilidade: um estudo sobre a Região Metropolitana de Campinas. In: *IV Congresso da Associação Latinoamericana de População (ALAP)*, 2010, Havana. *Anais...*, 2010.

_____. “Apresentação”. In: CUNHA, J. M. P. da (org.) *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2011.

_____; STOCO, S.; DOTA, E. M.; NEGREIROS, R.; MIRANDA, Z. A. I. de. A mobilidade pendular na Macrometrópole Paulista: diferenciação e complementaridade socioespecial. *Cadernos da Metrôpole*. São Paulo: v.15, n.30, 2013.

_____. Movimentos pendulares na MMP. Relatório de pesquisa de apoio à elaboração do Plano de Ação da Macrometrópole Paulista (PAM). NEPO-UNICAMP/FUNDAP/EMPLASA. São Paulo, 2013.

_____. Dinâmica demográfica, migração e projeções populacionais da Macrometrópole Paulista. Relatório de pesquisa de apoio à elaboração do Plano de Ação da Macrometrópole Paulista (PAM). NEPO-UNICAMP/FUNDAP/EMPLASA. São Paulo, 2014.

CUNHA, T. A.; CUNHA, J. M. P.; JAKOB, A. A. E. Dinâmica intraurbana e redes sociais na Baixada Santista. *R. bras. Est. Pop.*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 7-33, jan./jun. 2013.

DEDECCA, C. S. “Desigualdade, mas de qual falamos?”. Textos para discussão n.168, IE/UNICAMP, out.2009.

DICKEN, P. Geographers and ‘globalization’: (yet) another missed boat?. *Transactions of the Institute of British Geographers, New Series*, v.29, n.1, 2004.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem concentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*. v.31, n.11, 1993.

DOMENACH, H. “Movilidad espacial de la población: desafíos teóricos y metodológicos”. In: CUNHA, J. M. P. da (org.) *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2011.

DOTA, E. M. Migração na RM de Campinas: produção do espaço urbano e impactos sociais. Dissertação (mestrado em Demografia) Campinas: IFCH-UNICAMP, 2011.

_____. Desigualdades e migração: como elas se inter-relacionam no momento atual?. *Boletim Campineiro de Geografia*. Campinas: V.2, n.1, 2012.

_____.; FREY, H. "Dinâmica migratória nas regiões metropolitanas paulistas: o que revelam os dados?" In: *Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP): Águas de Lindóia*, 2012.

_____.; CUNHA, J.M.P. “A globalização e a produção do espaço urbano: um olhar sobre a migração e os impactos sociais na Região Metropolitana de Campinas”. In: *Anais no XII Seminário Internacional da Rede Iberoamericana de investigadores sobre Globalização e Território*. Belo Horizonte, 2012.

_____. Análise dos fatores associados à migração recente na RM de Campinas. In: *Anais VI Congresso da Associação Latinoamericana de População (ALAP)*. Lima, 2014.

_____.; CAMARGO, D. M. “Regionalização, mobilidade pendular e os desafios metropolitanos na RM de Campinas”. In: *Anais do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais: São Pedro*, 2014.

D’OTTAVIANO, M. C. L. Condomínios fechados na Região Metropolitana de São Paulo: fim do modelo rico versus periferia pobre? (Tese de doutorado). São Paulo, 2008.

EMPLASA. Macrometrópole Paulista. (2012). São Paulo, SP: Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo. Disponível em <http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/>. Acesso em 17/01/2013.

FIX, M. São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem. Boitempo, São Paulo, maio de 2007.

_____. Uma Ponte Para a Especulação: A Arte Da Renda Na Montagem De Uma "Cidade Global". *Caderno CRH*. v. 22. n. 55. Salvador: UFBA, 2009.

_____. Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil. Tese (doutorado em Economia) Campinas: IE-UNICAMP, 2011.

FREHSE, F. O espaço na vida social: uma introdução. *Estudos Avançados*: v.27, n.79, 2013.

GOTTDIENER, M. A produção social do espaço urbano. São Paulo: EdUSP, 2010.

GOTTMAN, J. A evolução do conceito de território. *Boletim Campineiro de Geografia*, v.2, n.3, 2012.

HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. *GEOgraphia*, n.1, 1999.

_____. “Da Desterritorialização à multiterritorialização”. In: *Anais do Encontro Nacional da ANPUR*: Rio de Janeiro, 2001.

_____. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. *Antares*, n.3, 2010a.

_____. O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade . 5.ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2010b.

HARVEY, D. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo/SP: Boitempo, 2011.

HENDERSON, J.; DICKEN, P.; HESS, M.; COE, N.; YEUNG, H. W; *Global production networks and the analysis of economic development*. *Review of International political Economy*, 2002.

HOGAN, D. J. et al. (Org.). *Migração e ambiente nas aglomerações urbanas*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2001.

HOMER, D. W.; LEMESHOW, S. *Aplied logistic regression*. Wiley, 2000.

IANNI, O. “Nação e Globalização”. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SCARLATO, F. C. & ARROYO, M. (orgs.). *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1994.

IBGE. *Região de influência das cidades 2007*. Rio de Janeiro, 2008.

IPEA. "Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil". Nota técnica: Brasília, 2006.

JONG, G. F.; GRAEFE, D. R.; PIERRE, A. T.; Welfare reform and interstate migration of poor families. *Demography*, v.42, n.3, 2005.

LEFEBVRE, H. Prefácio - A produção do espaço. *Estudos Avançados*: v.27, n.79, 2013.

LENCIONI, S. "A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo: a particularidade de seu conteúdo socioespacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica" In: *Anais do X Encontro Nacional da Anpur*, 2013.

LOBO, C.; MATOS, R. Migrações e a dispersão espacial da população nas Regiões de Influência das principais metrópoles brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais (REBEP)*, v.28, n.1, jan./jul., 2011.

LUNDHOLM, E.; MALMBERG, G. Gains and Losses, Outcomes of Interregional Migration in the Five Nordic Countries. *Geografiska Annaler. Series B, Human Geography*, V. 88, N. 1, 2006.

LUNDQUIST, S. C.; MASSEY, D. S. Neighborhood effects on economic self-sufficiency: a reconsideration of the moving ro opportunity experiment. *AJS*, v. 114, n.1, 2008.

MARANDOLA JR., E. J. Habitar em risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana. Tese de doutorado, Instituto de Geociências, Campinas, 2008.

_____; DAL GALLO, P. M. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais (REBEP)*, Rio de Janeiro, v.27, n.2, jul./dez. 2010.

MARTINE, G. Adaptation of Migrants or Survival of the Fittest? A Brazilian Case. *The Journal of Developing Areas*, v.14, n.1, 1979.

_____; MCGRANAHAN, G. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. In: BAENINGER, R. (org.) *População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais*. Campinas: NEPO/UNICAMP; Brasília: UNFPA, 2010.

MASSEY, D. S. Social Structure, Household Strategies, and the Cumulative Causation of Migration. *Population Index*, v. 56, n. 1, spring/1996, 1990.

MATOS, R. Periferias de grandes cidades e movimentos populacionais. *Cadernos da metrópole*, n.13, 2005.

_____. BRAGA, F. "Redes Sociais, Redes Territoriais e Migrações". In: *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu-MG, 2004.

MCAULEY, W. J.; NUTTY, C. L. Residential Preferences and Moving Behavior: A Family Life-Cycle Analysis. *Journal of Marriage and Family*, Vol. 44, No. 2, (May, 1982).

MIGLIORANZA, E. Condomínios Fechados: localização de pendularidade. Um estudo de caso do município de Valinhos, SP. Dissertação de mestrado (Demografia). Campinas: IFCH/UNICAMP, 2005.

MONTALI, L.; BAENINGER, R.; DEDECCA, C. S.; TRONCOSO, E.; TELLES, S. B. da S.; BALTAR, C. S.; Regiões Metropolitanas. Campinas: NEPO/NEPP/IE/UNICAMP, 2010.

MORAES, A. C. R. Geografia: pequena história crítica. 18.ed. São Paulo, SP: HUCITEC, 2002.

MORRIS, L. Globalization, Migration and the Nation-State: The path to a post-national Europe?. *The British Journal of Sociology*, vol.48, n.2, jun. 1997.

MOURA, R. A dimensão urbano-regional na metropolização contemporânea. *EURE*, vol.38, n.115, setembro de 2012.

NAKANO, K. A.; CUNHA, J.M.P. “A Rio+20 e os desafios da crise urbana”. In: MARTINE, G.; OJIMA, R.; BARBIERI, A. F.; CARMO, R. L. População e sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais. Belo Horizonte: ABEP, 2012.

NEGRI, B. Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990). Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

NIVALAINEN, S. Determinants of family migration: short moves vs. long moves. *Journal of Population Economics*, v.17, 2004.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. L. “Movimentos migratórios anos 80: novos padrões?”. In: Encontro Nacional sobre Migração, 1998. Anais...Curitiba: Abep/Ipardes, 1998.

PASTERNAK, S.; BOGUS, L. M. M. “Dinâmica intrametropolitana e organização socioespacial na Região Metropolitana de São Paulo”. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16, 2008, Caxambu, MG. Anais... ABEP, 2008.

PATARRA, N. “Do urbano às novas territorialidades: conceitos e questões. IPEA: relatório de pesquisa. São Paulo/Rio de Janeiro, 1999.

PEREIRA, R. H. M. Processos socioespaciais, reestruturação urbana e deslocamentos pendulares na Região Metropolitana de Campinas. Dissertação de mestrado (Demografia). Campinas: IFCH/UNICAMP, 2008.

REIS FILHO, N. G. Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano. São Paulo, Via das Artes, 2006.

RIBEIRO, L. C. de Q.; LAGO, L. C. do. A oposição favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. *São Paulo em Perspectiva*, v.15, n.1, 2001.

RIGOTTI, J. I. R. Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas. In: CUNHA, J. M. P. (org.). *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo*. Campinas: NEPO-UNICAMP, 2011.

RODRIGUES, A. M. *Moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo: Contexto, 1996.

RODRIGUES, J. R. “Qué definiciones, que teorías, qué fuentes y qué metodologías precisamos para el estudio de la migración interna em la actualidad”. In: CUNHA, J. M. P. da (org.) *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2011.

_____; ARRIAGADA, C. Segregación residencial en la ciudad latinoamericana. *EURE*, v.24, n.89, mayo 2004.

_____. Movilidad cotidiana, desigualdad social y segregación residencial em cuatro metrópolis de América Latina. *EURE*, v.34, n. 103, diciembre 2008.

_____; BUSSO, G. Migración interna y desarrollo em América Latina entre 1980 y 2005: Um estudio comparativo com perspectiva regional basado em siete países. CEPAL, Chile, 2009.

ROSEMAN, C. C. Migration as a spatial and temporal process. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 61, N. 3, 1971.

ROSEMAN, C. C. A framework for the study of migration destination select. *Population and Environment*, 1983.

SABAGH, G; ARSDOL JR., M. D. V.; BUTLER, E. W. Some Determinants of Intrametropolitan Residential Mobility: Conceptual Considerations. *Social Forces*, Vol. 48, No. 1, (Sep., 1969).

SANTOS, M. A. dos; BARBIERI, A. F.; CARVALHO, J. A. M.; MACHADO, C. J. *Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2010.

SANTOS, B. S. (org) *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, M. Estrutura, Processo, Função e Forma como categorias do Método Geográfico. In: *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo, SP: EDUSP, 1996.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2008.

SASSEN, S. As cidades na economia mundial. São Paulo, SP: Studio Nobel, 1998.

SCOTT, A. J.; AGNEW, J; SOJA, E. ; STORPER, M. Cidades-Regiões Globais. *Espaço e Debates*, n. 41, ano XVII, 2001.

SEMEGHINI, U.C. Do café à Indústria. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

SINGER, P.I. Economia política e urbanização. 3ed. CEBRAP, Brasiliense, 1976.

SILVA NETO, M. L.; GOMES, J. . P.; Mapear pode fazer a diferença: geoinformação e políticas públicas de caráter territorial - Região Metropolitana de Campinas. *Oculum Ensaios*, Campinas, v.14, jul./ dez. 2011.

SOBREIRA, D.P. A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos: o caso do deslocamento pendular na Região Metropolitana de Campinas. Dissertação de mestrado (Demografia). Campinas: IFCH/UNICAMP, 2007.

SOBRINO, L. J. "Migración urbana". La situación demográfica en México, CONAPO, México, 2010.

SOJA, E. W. Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

_____. Postmetropolis: critical studies of cities and regions. Malden, MA: Blackwell Publishers, 2000.

_____. Para além de postmetropolis. *Revista da UFMG*, v.20, n.1, jan./jun. 2013.

SPEARE JR, A. Home Ownership, Life Cycle Stage, and Residential Mobility. *Demography*, Vol. 7, No. 4 (Nov., 1970).

SPOSITO, M. E. B.; "A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais" In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B.; (orgs) A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

TORRES; H. da G.; MARQUES, E. Políticas sociais e território: uma abordagem metropolitana. *São Paulo em Perspectiva*. N.18, 2004.

VAINER, C. B. "Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório". In: XI Encontro nacional de estudos populacionais, Caxambu-MG, 1998.

VESENTINI, J. W. Novas geopolíticas: as representações do século XXI . 2.ed. São Paulo, SP: Contexto, 2003.

VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Fapesp/Lincoln Institute/Nobel, 1993.